

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**O COMPERJ na educação do leste fluminense: as estratégias do empresariado para educar os trabalhadores e impactos da crise recente (2008 – 2016).**

**Marco Vinícius Moreira Lamarão**

**Orientador: Roberto Leher**

**Março/2019.**

**Marco Vinícius Moreira Lamarão**

**Impactos do COMPERJ na educação do leste fluminense: as estratégias do empresariado para educar os trabalhadores (2008 – 2016).**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador:  
Prof. Dr. Roberto Leher

**Rio de Janeiro/ RJ**

**2019**

**CIP - Catalogação na Publicação**

L215 Lamarão, Marco Vinícius Moreira  
O COMPERJ na educação do leste fluminense: as estratégias do empresariado para educar os trabalhadores e impactos da crise recente (2008 - 2016). / Marco Vinícius Moreira Lamarão. -- Rio de Janeiro, 2019.  
285 f.  
  
Orientador: Roberto Leher.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2019.  
  
1. Educação e desenvolvimento desigual e combinado. 2. Trabalho e Educação. 3. Empresariamento de novo tipo da educação. 4. COMPERJ. 5. Educação brasileira. I. Leher, Roberto, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Marco Vinícius Moreira Lamarão**

**“Impactos do COMPERJ na educação do leste fluminense: as estratégias do empresariado para educar os trabalhadores (2008 – 2016)**

**Defesa em 29/03/2019**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Roberto Leher (Orientador)**  
**UFRJ**

---

**Profa. Dra. Vânia Motta**  
**UFRJ**

---

**Profa. Dra. Tatiana Brettas**  
**UFRJ**

---

**Profa. Dra. Larissa Dahmer**  
**UFF**

---

**Prof. Dr. Rodrigo Lamosa**  
**UFRRJ**

**Rio de Janeiro (RJ)**  
**2019**

**Esta tese é dedicada a todas e todos lutadores que sonham e militam por um mundo socialmente mais justos e humanamente mais viável e que, há um ano, sentem a ausência de Marielle Franco (*in memoriam*), ainda de forma aguda pois que sem resposta acerca dos mandantes do seu assassinato.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Flávia, Odila e Carlos por serem o núcleo familiar onde tive oportunidade de ser educado. A Maiara e Francisco, meus portos seguros, a quem sou muito grato pela possibilidade da ausência e pela inabalável força que de vocês me provêm. Agradeço a minha família pela sempre compreensão, presença, apoio e amor nos distintos momentos da minha vida. A Maria, muito obrigado pelo cuidado.

Ao professor e orientador Roberto Leher, tua postura como educador e ser humano (e político) é inspiradora a todos nós que exercemos esta profissão e temos a oportunidade de ter a ti no convívio. A Vania Motta, pela amizade, pelas brilhantes indicações e capacidade de desenrolar o mais desenrolado. A Rodrigo Lamosa, pela amizade de longa data e vigilante crítica, a quem tenho a felicidade de ter ao meu dispor. A Larissa Dahmer, pelo exemplo e carinho e referencia intelectual, a Tatiana Bretas pela solidariedade, disponibilidade e inestimável contribuição acadêmica.

Aos queridos amigos Eduardo D'Ávila, Maurício Lapa e Nívea companheiros de luta, estudos e vida. Aos recentes afetos construídos no IFF: Olívia, Alice, Camila, Zé Knust, Alexandre Elias, Denaldo, André Bellieny, Marcus Silva, Ubirajara Santiago, Gleice Quintanilha, Alessandra, Luciano Braga e Clério Júnior. Aos queridos amigos e companheiros de estudo do COLEMARX do qual tive o prazer de compartilhar dos argutos conhecimentos e reflexões. À Elizabeth Leher pelo incentivo sempiterno.

A todos os funcionários da Faculdade de Educação e, em especial, aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ e, dentre estes, a sempre atenciosa, carinhosa, prestativa e compreensiva Solange ou, adequada e simplesmente, Sol.

Aos meus queridos alunos, parte essencial do exercício docente a quem tenho, além de profundo carinho e respeito, imensa gratidão por me permitirem ensinar e aprender na companhia de cada um de vocês.

A todos àqueles que me formaram como ser político, cientista e pesquisador, esta pesquisa deve muito a vocês, em destaque naquilo que lhes for de virtude e, certamente, lhes redime dos vícios, estes por exclusiva responsabilidade minha.

## RESUMO

Esta tese analisa as estratégias educacionais levadas a cabo pelo empresariado brasileiro e local na formação da força de trabalho destinada ao COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, em especial, através do seu Centro de Integração do COMPERJ. Utilizando-nos de categorias e conceitos oriundas da teoria crítica como Exército Industrial de Reserva, Formação para o Trabalho Simples e Complexo, Estado Ampliado ou Integral, sociedade política e sociedade civil, aparelho privado de hegemonia, Estado ético, desenvolvimento desigual e combinado, superexploração, heteronomia e autocracia busca-se apreender os mecanismos forjados para que o empresariado ocupe o papel de educador da classe trabalhadora brasileira, utilizando-se para isto, inclusive, de vastos recursos públicos e ou de estatais, como aqueles destinados ao PROMINP (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural) e, no caso específico, gerenciados pela própria Petrobrás e pelos sindicatos patronais (Sistema S- SESI, SENAI, SESC, etc.) na formação da classe trabalhadora local a fim de “abastecer” o COMPERJ. Para tanto, foi utilizado da análise documental, de análise dos dados referentes ao RAIS (Relação Anual de Informação Social) do Ministério do Trabalho, dados do IBGE, Censo Escolar bem como de levantamento bibliográfico sobre o tema em questão. Percebe-se, ao longo da pesquisa, um contínuo esforço coordenado por distintos setores para que o empresariado, em geral assuma, o papel de responsável por esta formação. No nosso caso, em particular, destacamos o “Sistema S” e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível (IBP) como agentes articuladores desta privatização da educação tanto ideológica (na medida em que propaga valores ligados exclusivamente as teorias sociais liberais como empreendedorismo, empregabilidade, sustentabilidade e outros princípios oriundos do (neo) liberalismo quanto em recursos públicos, quanto na maximização do mais-valor, formando um exército industrial de reserva que atenda aos interesses e as demandas da cadeia de Petróleo e Gás, pela superexploração. Concluímos que a oferta de educação profissionalizante no setor de petróleo e gás na região do COMPERJ, bem como no capitalismo dependente, carrega em si os mecanismos autocráticos (ao se responsabilizarem somente com as demandas do empresariado), heteronômicos (pois que tensionam a produção científica para atendimento da necessidade “mercado”) com vistas a conformar (amenizando as tensões sociais) trabalhadores que se submeterão a formas excessivas de sobretrabalho. No caso do COMPERJ variadas formas de qualificação são utilizadas. Em grande parte delas, este processo se utiliza de dinheiro, fundamentalmente, da PETROBRAS ou público para a conformação desta superpopulação relativa das demais etapas da sua cadeia, reproduzindo uma educação profissional aligeirada, calcada na “empregabilidade”, voltada-via de regra- para o trabalho

simples e fragmentada, pois que dificulta a elevação técnico-científica do trabalhador, renova-perpetuando a dualidade de redes escolares: uma voltada ao trabalho intelectual, outra voltada ao trabalho manual.

**Palavras-Chave:** Educação e desenvolvimento desigual e combinado. Empresariamento de novo tipo da educação. COMPERJ. Trabalho e educação.

## ABSTRACT

This thesis analyses the educational strategies implemented by Brazilian and local Business owners in the formation of the work force destined to COMPERJ – Petrochemical Complex of the State of Rio de Janeiro, specifically, through its Integration Center at COMPERJ. Making use of the categories and concepts from critical theory such as Industrial Reserve Army, Training for Simple and Complex Labor, Amplified or Integral State, political society and civil society, private tool of hegemony, ethical State, uneven and combined development, super exploitation, heteronomy and autocracy aiming to apprehend the forged mechanisms by which business owners occupy the role of educator of the working class. For such objective they even made use of vast public resources and/or from state companies, such as those destined to PROMINP (Program of Mobilization of the National Industry of Oil and Natural Gas) and, in this specific case, administered by Petrobras and by employers' unions (Sistema S- SESI, SENAI, SESC, etc.) in the training of local working class so as to “supply” this for COMPERJ. For such purpose we have used archival analysis, data analysis referring to RAIS (Annual Relation of Social Information) from the Ministry of Labor, data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, School Census as well as reading further bibliography on the topic itself. It has been observed throughout our research that there have been coordinated efforts by distinct sectors so that the business owners in general would take on the responsibility for this formation. In our case in particular we highlight the “Sistema S” and the Brazilian Institute of Oil, Gas and Biofuel (IBP) as articulating agents of the privatization of education as ideological (inasmuch it propagates values linked exclusively to liberal social theories such as entrepreneurship, employability, sustainability and other principles advent from neoliberalism and public resources, as in the maximization of added-value, forming industrial reserve army that meets the interests and demands of the Oil and Gas chain, through superexploitation. We conclude that the offer of vocational education in the oil and gas sector in the COMPERJ region, as well as in dependent capitalism, carries in itself the autocratic mechanisms (due to taking responsibility only for the business community demands) heteronomic (because they pressure scientific production to meet the demands of the “market”), aiming to conform workers (reducing social tensions) that submit to extreme forms of overlabour. In the case of COMPERJ various forms of qualification are utilized. In most of them, this process makes use of PETROBRAS's money, fundamentally, or public budget for this relative overpopulation to conform from the other stages of this chain, reproducing shallow professional education, based on “employability”, directed – almost always – to simple and fragmented work, because it

makes the technical-scientific elevation of the worker difficult, perpetrating the duality of education networks: one directed at intellectual labor, other directed at manual labor.

**Key words:** Education and uneven and combined development, Entrepreneurship of a new type of education, COMPERJ, Work and education

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Infográfico- Áreas Arrematadas por operador Petrobras vs. Outros (1999-2018).....p.142*
- Figura 2- Localização do COMPERJ e do CONLESTE..... p. 144*
- Figura 3- Cadeia de transformação do COMPERJ- 2006- 2010 .....p. 145*
- Figura 4- cadeia de transformação do COMPERJ 2010- 2012.....p. 146*
- Figura 5- Cadeia de transformação do COMPERJ 2012-2015.....p. 152*
- Figura 6- Temas Estratégicos do PROMINP. ....p.206-7*
- Figura 7- Operacionalização do PNQP- Esquema Simplificado.....p.210-1*
- Figura 8- Macro Fluxo do Centro de Integração do COMPERJ.....p.236-7*
- Figura 9- Cronograma Financeiro do CICOMPERJ..... p.247-8*
- Figura 10 – Organograma da Estrutura Organizacional do IBP.....p.278*
- Figura 11- Mapa das 18 empresas petrolíferas com participação em campo de exploração de Petróleo com participação em Receitas de PD&I. - .....p.280*
- Figura 12- Mapa do Centro de Integração do COMPERJ.....p.284*

## **Lista de Quadros**

- Quadro 1- Fontes primárias utilizadas..... p.39-42**
- Quadro 2- Conteúdo Local Médio por rodada de licitação – Regime de Concessão e Regime de Partilha..... p.140**
- Quadro 3 –Perfil dos egressos do PROMINP respondentes do Questionário.....p.213-4**
- Quadro 4- Vagas para qualificação no CICOMPERJ de acordo com os Editais PROMINP..... p.238-242**
- Quadro 5- Consórcios e empresas segundo as etapas e unidades produtivas no COMPERJ/RJ até 2012 .....p.282**
- Quadro 6 - Portarias SETEC/MEC autorizativas de Recursos para o Sistema S e total de valores (2018-2011).....p.274-5**
- Quadro 7- Instituições contempladas no Edital 01/2018 da PHR/ANP.....p.281**
- Quadro 8- Principais profissões requeridas pela indústria de petróleo, gás e biocombustíveis.....p.282-4**

## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1-** *Pessoas desocupadas no Brasil de 2013 a 2018 (mil) .....p.125*
- Tabela 2-** *Total de Recursos PRONATEC Disponibilizados ao Sistema Nacional de Aprendizagem (SNA) de acordo com Portarias SETEC/MEC ( 2011- 2018).....p.182-3*
- Tabela 3-** *Valores das Bolsas Oferecidas pelo Programa de recursos Humanos da ANP segundo edital .....p.202*
- Tabela 4-** *Quantidade de alunos capacitados pelo PNQP por Unidade da Federação, setor de atividade econômica, nível de ensino (2006- 2012).....p.215*
- Tabela 5-** *Total de vagas para os cursos de qualificação profissional do PROMINP a partir dos processos seletivos públicos (2006-2012).....p.216*
- Tabela 6-** *Saldo do Nível de Empregos Formais- Municípios do CONLESTE (2006-2017) p.226*
- Tabela 7 -** *Série Histórica do preço do petróleo bruto Brent U\$ (2019- 1999).....p. 267-72*
- Tabela 8 -** *Distribuição percentual do volume total de recursos gerados por Empresa Petrolífera até o 3º trimestre de 2018 na Geração de Recursos PD&I da Agencia Nacional do Petróleo (ANP).....p.273*
- Tabela 9 --** *Evolução dos investimentos realizados no programa de recursos humanos para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis – PRH-ANP – 2000-2016 ..... p.279*

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1-</b> Total de Pessoas desocupadas no Brasil- IBGE/PNAD – (2013-18).....	p. 125
<b>Gráfico 2 -</b> Série História preço do Barril do Petróleo Brent (em U\$) - (1999-2019) .....	p.154-55
<b>Gráfico 3 -</b> Evolução dos investimentos realizados no programa de recursos humanos para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis (mil R\$) – PRH-ANP – 2000-2016.....	p.199
<b>Gráfico 4 -</b> Obrigações Geradas Consolidadas por ano até 3º Trim./2018 (Em bilhões de reais).....	p. 201-2
<b>Gráfico 5-</b> Recursos destinados pela PETROBRAS na qualificação de sua própria força de trabalho. ....	203-4
<b>Gráfico 6-</b> Total de Trabalhadores da PETROBRAS e subsidiárias por alocação.....	p.204-5
<b>Gráfico 7-</b> Taxa de letalidade por ano do Sistema PETROBRAS (2002-2018).....	p.217-8
<b>Gráfico 8-</b> Taxa de crescimento anual População/ PIB/ Saldo CAGED/ Salário Médio CAGED (2008-2016).....	p.222
<b>Gráfico 9-</b> Participação dos Municípios no PIB do CONLESTE (2005-2015).....	p.223
<b>Gráfico 10-</b> Distribuição dos empregos formais por setor de atividade e Município do CONLESTE em 2016. ....	p.224
<b>Gráfico 11-</b> Comparação da Remuneração Média por setor de atividade, ano de Referência 2016 entre o Estado do Rio de Janeiro, CONLESTE, e Consórcio ABC.....	p.224-5
<b>Gráfico 12-</b> Saldo do Nível de Empregos Formais do CONLESTE.....	p.225
<b>Gráfico 13-</b> Salário-médio Mensal dos Municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói entre os anos de 2007 e 2016. ....	p.227
<b>Gráfico 14-</b> Percentual de Professores com Ensino superior na rede pública- 2007-2016.....	p.228

<i>Gráfico 15– Evolução do Salário real dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Itaboraí.</i> .....	p.229
<i>Gráfico 16- Evolução do Total de matrículas na educação profissional de nível médio no CONLESTE.</i> .....	p.221
<i>Gráfico 17- Participação da Rede Pública no total de matrículas de educação profissional.</i> .....	p.230
<i>Gráfico 18- Distribuição das matrículas em educação profissional por modalidades e total de matrículas – 2015.</i> .....	p.232-3
<i>Gráfico 19- Percentual de Pessoas desocupadas, por grupos de anos de estudo - Região Metropolitana do Rio de Janeiro – IBGE (2002-2015).</i> .....	p.233
<i>Gráfico 20- Percentual de vagas oferecidas pelos Editais do PROMINP na Região do Conleste por Escolaridade Mínima.</i> .....	p.242-3

**Lista de Abreviaturas e Siglas:**

ABAG- Associação Brasileira do Agronegócio.  
ABCE- Associação Brasileira de Consultores de Engenharia.  
ABDIB- Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base.  
ABE- Associação Brasileira de Educação.  
ABEMI- Associação Brasileira de Engenharia Industrial.  
ABIMAQ- Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.  
ABITAM- Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal.  
ABNEE- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.  
ADE- Arranjo de Desenvolvimento da Educação.  
AEPET- Associação dos Engenheiros da PETROBRAS.  
ALCA- Área de Livre-comércio das Américas.  
ANP- Agência Nacional do Petróleo.  
APH- Aparelho Privado de Hegemonia.  
APL- Arranjo Produtivo Local.  
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento.  
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.  
BM- Banco Mundial.  
BM/Bird- Banco Mundial/ Banco Interamericano de Desenvolvimento.  
CAGED- Cadastro Geral de Empregos.  
CEI- Comunidade dos Estados Independentes  
CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica.  
CEPAL- Comissão Econômica para América Latina e Caribe.  
CF- Constituição Federal.  
CIA- Central Intelligence Agency.  
CICOMPERJ- Centro de Integração do COMPERJ.  
CIOSL- Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres  
CNI- Confederação Nacional da Indústria.  
CNP- Conselho Nacional do Petróleo.  
CNPC- China National Petroleum Corporation.  
COLEMARX- Coletivo de Estudos em Educação e Marxismo.  
COMPERJ- Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro.

CONIF- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CONLESTE- Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense.

CPNCI - China National Petroleum Corporation International.

CUT- Central Única dos Trabalhadores.

DRU- Desvinculação de Receitas da União.

EaD- Ensino à Distância.

EIR- Exército Industrial de Reserva.

EMBRATEL- Empresa Brasileira de Telecomunicações.

ESP- Escola Sem Partido.

ETFs- Escolas Técnicas Federais.

EUA- Estados Unidos da América.

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador.

FEBRABAN- Federação Brasileira dos Bancos.

FEL- Front End Loading.

FENABRAN- Federação Nacional dos Bancos.

FGV- Fundação Getúlio Vargas.

FHC- Fernando Henrique Cardoso.

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil.

FIESP- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos.

FS- Força Sindical.

FSE- Fundo Social de Emergência.

IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBP- Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

IDE- Índice de Desenvolvimento da Educação para Todos.

IEL- Instituto Euvaldo Lodi.

IFF- Instituto Federal Fluminense.

IFET- Instituto Federal de Educação Tecnológica.

IIRSA- Iniciativa de Integração Regional Sul-americana.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

IPES- Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIEAS- Laboratório de Investigação Educação, Ambiente e Sociedade.

MARE- Ministério da Administração e Reforma do Estado.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MEC- Ministério da Educação.

MEC-USAID- Ministério da Educação e Cultura - United States Agency for International Development

MJ- Ministério da Justiça.

MME- Ministério das Minas e Energias.

MS- Ministério da Saúde.

MSI- Modelo de Substituição de Importações.

MST- Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OMC- Organização Mundial do Comércio.

ONG- Organização Não-Governamental.

ONIP- Organização Nacional das Indústrias de Petróleo.

ONU- Organização das Nações Unidas.

OS- Organização Social.

OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

PAC- Plano de Aceleração do Crescimento.

PBF-Programa Bolsa-Família.

PCB- Partido Comunista Brasileiro.

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação.

P&G- Petróleo e Gás.

PFL- Partido da Frente Liberal.

PFRH- Programa de Formação de Recursos Humanos.

PGN- Plano de Gestão e Negócios.

PISA- Programme for International Student Assessment.

PLANFOR- Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

PNAIC- Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa.

PNE- Plano Nacional de Educação.

PNQ- Programa Nacional de Qualificação.

PPGE- Programa de Pós-Graduação em Educação.

PRH- Programa de Recursos Humanos.

PRH/ANP- Programa de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo.

PRN- Partido da Renovação Nacional.

PROEJA- Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Básico na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROMINP - Programa de Mobilização Da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural.

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

PROUNI- Programa Universidade para Todos.

PSDB-Partido da Social- Democracia Brasileiro.

PSOL- Partido Socialismo e Liberdade.

PT- Partido dos Trabalhadores.

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro.

RA- Relatório de Atividades.

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais.

REDUC- Refinaria de Duque de Caxias.

RIMA- Relatório de Impacto Ambiental.

ROG- Rio Oil and Gas.

SAE- Secretaria de Assuntos Estratégicos.

SEBRAE- Serviço de Apoio as Empresas.

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria.

SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

SESC- Serviço Social do Comércio.

SESI- Serviço Social da Indústria.

SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

SINAVAL- Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e offshore.

SNA- Serviço Nacional de Aprendizagem.

SUDA- Instituto SudAmericano del Petróleo.

SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

TCH- Teoria do Capital Humano.

TCU- Tribunal de Contas da União.

TPE- Todos Pela Educação.

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNIBP- Universidade do Instituto Brasileiro de Petróleo.

UPA- Unidade Petroquímica Associada.

UPB- Unidade Petroquímica Básica.

UPGN- Unidade de Processamento de Gás Natural.

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USP- Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	21
<b>1. O IMPERIALISMO DE NOVO TIPO: O CAPITALISMO MONOPOLISTA FINANCEIRIZADO E A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA.</b> .....	48
<b>2. ASPECTOS DA AUTOCRACIA BRASILEIRA E A CHEGADA DO SOCIAL- LIBERALISMO NO BRASIL.</b> .....	85
<b>3. A ENCRUZILHADA “NOVODESENVOLVIMENTISTA” DO BRASIL- O CASO DO COMPERJ.</b> .....	129
<b>4. A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, A DUPLA REDE E A (CON)FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TRABALHO SIMPLES.</b> .....	163
<b>5. - ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS DA EDUCAÇÃO PARA O CONSENSO DA CLASSE TRABALHADORA NO EMPREENDIMENTO DO COMPERJ.</b> .....	198
Referências.....	255
ANEXOS-.....	268

## INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa investiga, através da análise histórica, determinados nexos entre o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) na região do leste fluminense e as ações em prol da formação profissional para atender o complexo. A investigação focaliza o desenvolvimento de estratégias educacionais que objetivam a formação profissional de jovens e adultos, na perspectiva de formação da força de trabalho adequada às demandas das atividades produtivas ou econômicas local. Examina a hipótese que, ao longo deste processo, os agentes educacionais, apresentados adiante, assim como os agentes econômicos relacionados à cadeia de petróleo e gás, caracterizados a seguir, em articulação com os sujeitos da sociedade política e civil envolvidos com o empreendimento, operam no sentido da produção de um consenso favorável a presença do empreendimento naquela região, cujo núcleo legitimador está associado à ideia de desenvolvimento e progresso econômico e social.

Na delimitação do objeto de pesquisa foi estabelecido o recorte histórico temporal entre a elaboração do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2006, que projetou o COMPERJ, e a crise do projeto culminando com a crise política de 2016 que levou à destituição extralegal do então governo da presidente Dilma Rousseff.

Alguns fatores pessoais e outros de ordem objetiva levaram-me a estabelecer este objeto de pesquisa. Primeiramente, fui professor da rede municipal de Itaboraí (Município sede do COMPERJ) de fevereiro de 2008 a maio de 2016, pouco tempo depois do meu ingresso na rede, tornei-me diretor do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE- Núcleo Itaboraí) e com isso, pude observar, como militante e também como pesquisador (em pesquisa de mestrado, iniciada em 2011 e concluída em 2013), as mudanças provocadas pelo COMPERJ naquele município, em especial- na referida pesquisa- no que diz respeito a sua capacidade arrecadatória (LAMARÃO, 2013). Todavia, este não era o único impacto do empreendimento naquele município: o aumento populacional, “boom” imobiliário, aumento da população em idade escolar tensionariam aquela realidade de forma mais grave quando a construção do COMPERJ for interrompida, trazendo inúmeros transtornos para aquela cidade e microrregião.

O primeiro objetivo geral estabelecido fora a análise das estratégias educacionais empreendidas pelos consorciados da cadeia de petróleo e gás na região do COMPERJ, por intermédio do Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ). No entanto, ao desenvolvimento da pesquisa outro importante objetivo geral se revelou: analisar o desenvolvimento do COMPERJ e os limites colocados a este desenvolvimento pelo capitalismo

dependente. Partindo da análise de iniciativas educacionais (por vezes denominadas de qualificação profissional) lideradas pelos setores ligados ao capital da cadeia de petróleo e gás na região do COMPERJ, em especial o Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ), que pretendia formar mais de 30.000 trabalhadores a fim de qualificá-los às ocupações necessárias ao empreendimento foi possível chegar a um aspecto não previsto ao início da pesquisa e que acabou tomando grande relevância: a análise do histórico do COMPERJ revelou aspectos centrais da formação social brasileira. E com isso o primeiro objetivo central estipulado que era a análise do CICOMPERJ se acompanhou de uma análise mais detida do próprio COMPERJ.

Já o CICOMPERJ, outro de nosso objetivo e intimamente ligado com aquele primeiro, é parte integrante do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) que, em um amplo espectro com distintas prioridades, elenca, dentre estas, a Formação de Recursos Humanos como parte do seu programa de otimização do “abastecimento” daquela cadeia produtiva. Este PROMINP tem como importante articulador o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e interessa-nos saber: qual o papel deste aparato na sociedade civil? Seria um aparelho privado de hegemonia ou até mesmo um partido político (no sentido gramsciano, *infra*) do setor petrolífero ou estas categorizações não são pertinentes a esta instituição? Uma hipótese que levantamos é que a formação ali ofertada tem dois grandes objetivos: o primeiro de produzir um “Exército Industrial de Reserva” que possibilite o “abastecimento” dos postos de trabalho ali criados; o segundo é que neste processo se daria a construção de um consenso em torno do empreendimento mediante a difusão de um conjunto de valores e hábitos, ou seja, uma sociabilidade, afinado com os interesses do capital-imperialismo frente a hipertrofia do seu setor financeiro e as exigências que esta mudança no padrão de acumulação capitalista promove no mundo do trabalho. Assim, objetivamos também analisar, qual o caráter prioritário destas qualificações, se voltadas a formação para o trabalho complexo - aquele que requer maior elaboração técnica e intelectual - ou se são, mormente, voltadas para o trabalho simples - que requer menor nível de elaboração intelectual. Neste intercurso, chegamos a algumas outras iniciativas de qualificação profissional do setor de petróleo e gás que desvelam uma embricada rede de formação para o setor: ora com uso de recursos das petrolíferas em parceria com instituições públicas de pesquisa, universidades públicas, institutos federais, etc.. através da Agência Nacional do Petróleo (ANP); ora sob iniciativa da própria PETROBRAS, com recursos próprios e pesquisa própria e, em outros casos, com financiamento de pesquisas em instituições públicas; ora com o uso do dinheiro público financiando entidades privadas com extenso privilégio para o “Sistema S”.

Ao longo da pesquisa fora percebido duas conjunturas distintas: uma de ascensão de um ciclo econômico e outra de recessão econômica. Desta maneira, interessa-nos avaliar quais as estratégias adotadas por estes setores empresariais nas duas distintas conjunturas. A responsabilidade social (ou investimento social privado) proclamada pelo empresariado se sobrepôs aos interesses meramente econômicos ou conforme aponta a literatura crítica este discurso é apenas um verniz filantrópico na salvaguarda de interesses estritamente particulares e mercadológicos? Quais os principais motivos e fatores que levaram ao quase abandono do “maior empreendimento individual” da história da PETROBRAS? Quais os instrumentos utilizados pelo empresariado desta cadeia produtiva para promover o apaziguamento de possíveis conflitos sociais e promover o consenso em torno do empreendimento? Houve mudança de estratégia deste empresariado diante da mudança da conjuntura? Quais os principais agentes políticos deste processo de empresariamento da educação nesta iniciativa? São algumas destas questões.

Esta pesquisa partiu das contribuições do campo crítico da teoria social marxiana e da educação e, com isso, se apropria e discute conceitos e categorias formuladas no campo do materialismo histórico, mais especificamente em Marx e em Gramsci. Destacamos as contribuições trazidas por David Harvey, Ellen Wood, Istvan Meszarós e, mais atentos a realidade brasileira, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Roberto Leher, Vânia Motta, Lúcia Neves, André Martins, Rodrigo Lamosa, Rodrigo Castelo, Virgínia Fontes, Sônia Mendonça, dentre outros. Nestes termos, a presente pesquisa está inscrita na vertente da pedagogia que analisa criticamente o capitalismo, isto é, que não o considera um dado “fora da história e das contradições da sociedade”. De fato, desde sua origem, até os dias atuais, o capitalismo mantém uma série de características fundamentais: como ser um sistema contraditório e em permanente processo de crise devido à sua necessidade imperiosa de contrarrestar a queda da taxa média de lucro e de, para isto, a classe detentora dos meios de produção (a burguesia) extrair parcela variável (conforme as correlações de forças) do “mais-valor” na exploração sobre o trabalho de outra classe (dos expropriados dos meios de produção, os trabalhadores assalariados). Ademais, a burguesia, buscando potencializar a sua obtenção de lucros, investe em avanços tecnológicos, intensificando a exploração do trabalho (o que requer adaptações nos processos de formação e socialização da força de trabalho), aumentando a quantidade de mercadorias produzidas, diminuindo o tempo de sua produção e regulando a oferta de força de trabalho (ora a dispensando, ora aumentando a sua oferta, ora promovendo a intensificação do trabalho), e (pensando como classe) robustecendo o Exército Industrial de Reserva (EIR). Este exército, mais do que estar “excluído” do sistema capitalista, ocupa uma

função central: a de deprimir a média salarial dos trabalhadores e, com isso, aumentar a margem de lucro dos detentores dos meios de produção e reduzir a força política e econômica relativa dos trabalhadores ativos. Todavia, este EIR também pode vir a ser fonte de tensões sociais, sendo necessárias medidas para conformá-lo e apassivá-lo. Dentre estas medidas encontram-se, também, medidas educacionais. Desta maneira, a produção de riqueza pode aumentar *ad continuum*, sem que isso signifique uma distribuição equânime ou mesmo justa desta riqueza dentre as classes sociais. Reivindicando o princípio da propriedade privada, a classe expropriadora concentra em suas mãos parcelas significativas do que é produzido, gerando uma concentração de rendas e bens (MARX, 2013).

A exploração do trabalho ou a expropriação de parcela da riqueza por uma classe sobre outra classe não é uma característica peculiar ao capitalismo. Mas o capitalismo tem uma diferença substancial com outras “formas pré-capitalistas” de produção. Segundo Wood (2003), a luta de classes no capitalismo (a exploração classista sobre o trabalho) se encontra, centralmente, na esfera da produção, pois é lá que se concentram os principais instrumentos de expropriação. Segue a autora dizendo:

Há no capitalismo uma separação completa entre a apropriação privada e os deveres públicos; isso implica o desenvolvimento de uma nova esfera de poder inteiramente dedicada aos fins privados, e não aos sociais. Sob este aspecto, o capitalismo difere das formas pré-capitalistas, nas quais a fusão dos poderes econômico e político significava não apenas que a extração da mais-valia era uma transação “extra econômica” separadas do processo de produção em si, mas também que o poder de apropriação da mais-valia – pertencesse ele ao Estado ou a algum senhor privado - implicava o cumprimento de funções militares, jurídicas e administrativas (WOOD, 2003, p. 36)

Havendo esta separação nítida entre “econômico” e “político”, coube a forma histórica do Estado, no capitalismo, um papel central e um “caráter público sem precedentes” (WOOD, 2003, p. 43). Wood define o Estado no capitalismo, em termos bastante amplos, “como o complexo de instituições por meio das quais o poder da sociedade se organiza numa base superior à familiar” e uma organização de poder que se compõe de “instrumentos de coerção formal e especializados”. É também mecanismo de fortalecimento e reprodução das relações sociais de produção e seus mecanismos de expropriação servindo, no mais das vezes, para a reprodução da lógica do capital (WOOD, 2003, p. 37).

Uma definição apurada de Estado encontra-se no filósofo italiano Antônio Gramsci. Dando prosseguimento a análise marxista do Estado (cf. LENIN, 2007) (que o entende como instrumento de coerção/dominação de uma classe sobre a outra), Antônio Gramsci amplia esta

concepção, introduzindo em sua análise crítica do Estado a categoria “sociedade civil”, conferindo-lhe um lugar muito mais central do que nas formulações de seus antecessores (Marx, Engels e Lênin). Esta é definida como o espaço de disputa das distintas classes e frações de classes por meio de seus aparelhos privados de hegemonia (APHs): jornais, empresas, Institutos, fundações, ONGs, partidos, sindicatos, Universidades, escolas, igrejas etc., buscando construir um consenso ativo dentre os seus membros (fruto da sua auto-organização) e um consenso (predominantemente passivo) com os membros das demais classes subalternizadas. São essas mediações e interações que conformam a hegemonia de uma fração (ou coalizão) sobre o conjunto da sociedade.

Um aparelho privado de hegemonia fundamental no processo de construção da classe dirigente é o “partido político” que, segundo Gramsci, pode não ser exatamente a mesma coisa que os partidos eleitorais usualmente conhecidos. Este “partido político”, no sentido gramsciano – com os seus intelectuais orgânicos das frações de classes e/ou classe –, tem como papel primordial organizar propostas de intervenção política e ações que expressem os anseios econômicos, políticos, culturais, morais, etc. daquela fração de classe ou classe; em suma: estes partidos devem organizar a concepção de mundo da/ das fração/ões de classe/s que pretende/preendem ser hegemônica/as. Na medida em que estas frações conseguem o consenso de outras distintas frações de classe ou classe social, elas estabelecem uma hegemonia. Buciglucksman (1980) atenta para esta ideia central no pensamento do referido filósofo e a denomina de “Estado Ampliado”, entendido, assim, como relação dialética permanente entre a *Sociedade Civil* e a *Sociedade Política*.

Já a sociedade política seria o aparato do Estado *stricto sensu*: suas agências, órgãos e instituições, Ministérios, *corpus* de funcionários burocráticos, o judiciário, as polícias, o exército etc. cujas funções, mormente, são coercitivas. Também espaço de conflitos e hegemonia - mas principalmente espaço de coerção – influenciando e influenciado pela sociedade civil. As políticas públicas resultam da relação entre estas duas formações pensadas sob a ótica da sociedade de classes. O Estado aqui (na concepção ampliada ou integral) não é entendido como um corpo estranho à sociedade ou dicotomicamente oposto a ela, mas a condensação das tensões e das relações sociais existentes. É todo o aparato de coerção de uma classe (ou frações) sobre a outra, com todas as instituições forjadas para tanto (polícia, exército, burocracia, a justiça, etc.), mas é também espaço de forjar o consenso através da cultura e da política, que compõem a hegemonia ou a direção cultural e ideológica de uma classe sobre outra classe ou sobre frações delas. Em uma carta a sua cunhada, Tatiana, o próprio Gramsci expõe esta concepção ampliada de Estado

[O] Conceito de Estado que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional exercida através das organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais (GRAMSCI, 2011, p. 267, grifos nossos)

Nesta caracterização de Estado, o pensador italiano ainda destaca mais uma função primordial deste aparato, o seu papel de Estado-educador, ou ético, ou cultural. Ou seja, o este Estado ampliado buscará conformar as massas populacionais de acordo com os interesses afins ao desenvolvimento das forças produtivas daquele estágio socioeconômico. E o faz tanto através da sua sociedade política quanto da sociedade civil, e dos aparelhos privados de hegemonia ligados a determinada(s) fração(ões) do capital. Diz o pensador,

Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: *todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde as necessidades de desenvolvimento de forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes.* A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes. (GRAMSCI, 2011, p. 270, grifos nossos)

Nestes termos, o Estado integral tem como função a disseminação de ideologia (ou visão de mundo) afinado aos interesses daquelas frações da classe dominante que constituem o bloco no poder (um conceito de Poulantzas discutido adiante, cf. nota de rodapé 21). Em diálogo com a presente pesquisa, sem embargo, é possível afirmar que interessa-nos não somente a análise das políticas de conformação- dentre estas a educação profissional ou “qualificação”- da classe trabalhadora à letra fria da lei e sua aplicação pelos seus agentes (públicos ou privados), mas também dos aparelhos privados de hegemonia que se ocuparam da formulação destas políticas, bem como do possível benefício de sua aplicação.

Objetivamente, com essas preocupações, o pesquisador sabe que é necessário ir além da aparência das políticas públicas ou daquilo que Kosik (2011) denominou de *pseudoconcreticidade*, o ‘falseamento’ do objeto pela aparência que o pensamento dialético-científico tem como objetivo superar. A pesquisa rigorosa ultrapassa a aparência e atinge a

essência do fenômeno, reconhecendo uma dialética de ocultamento - revelação entre estas dimensões do objeto (KOFLER, 2010), posto que

O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é, ao mesmo tempo, um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência. (KOSIK, 2011, p. 20)

A análise da realidade investigada, empiria que expressa, ainda, a representação caótica do todo, requer sistematizar os elementos fenomênicos a partir dos problemas da pesquisa (problemática pressupõe teoria) e avançar na investigação das determinações cada vez mais simples. Marx afirma ser necessário fazer “a viagem de modo inverso” até chegar novamente no objeto (concreto) não mais como um todo caótico, mas como *totalidade*, pois identificada suas determinantes ou, segundo Kosik, separado o essencial do secundário e operada a síntese onde atingir-se-ia o “*método da reprodução espiritual e intelectual da realidade*” (KOSIK, op. Cit., p. 39, grifos do autor).

Nas palavras de Marx

O concreto é concreto, *porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso*. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. (MARX, 2008, p. 259, grifos nossos).

Além da necessidade da “viagem de modo inverso” (ou da síntese dialética após a análise), outra preocupação necessária à chegada ao concreto como concreto-pensado, presente neste fragmento, está na ideia de que este “é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Há neste excerto uma menção a outro importante conceito do materialismo histórico dialético - que nos será de grande valia em todo o processo investigativo – a saber: o conceito de totalidade. Nos marcos aqui estabelecido, o conceito de totalidade ganha um conteúdo determinado. Não é, sobremaneira, a totalidade dos fatos sociais, nem entendido como o todo que se reproduz imutável em partes menores quando decomposto. A “totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato

*qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2011, p. 44, grifos do autor). A totalidade teria, portanto, três dimensões: ser um todo estruturado, em desenvolvimento e auto criativo (idem, *ibid.*). Mais do que algo acabado e *ad eternum*, ou mesmo um conjunto de diretrizes pré-fixadas, o pensamento dialético, ao contrário, exige de si mesmo profunda e constante crítica, não só no seu próprio devir científico, mas pelas constantes mudanças processadas no concreto, na realidade.

Outra derivação importante acerca do conceito de totalidade é a relação que esta mantém com o particular. Assumindo a ideia de que o particular não é uma parte menor do todo, mas que há no particular uma *especificidade* (que o torna particular), assume-se também - contudo e dialeticamente - que o todo se demonstra no particular, por ser este um momento daquele. “Para a dialética objetiva, o absoluto está contido também no interior do relativo” (LÊNIN *apud* KOFLER, 2010, p. 58). Segundo Kosik,

[O] Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função *dupla*, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Essa recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando são inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio (KOSIK, 2011, p. 49).

Destas ponderações, extraímos, portanto, ser necessário iniciar a análise do objeto em questão traçando um panorama do capitalismo monopolista contemporâneo (diante à expansão do seu setor rentista) e sua dinâmica imperialista, mas, sobretudo, dimensionando o papel da nossa formação social capitalista brasileira neste contexto, para diante deste “pano de fundo” mais complexo, proceder a análise do objeto, correlacionando as iniciativas educacionais particulares à totalidade sociohistórica é possível se afastar da *pseudoconcreticidade* destas iniciativas educacionais ou, em outras palavras, do seu aspecto tão somenos fenomênico. Assim, a fim de entender estes determinantes utilizamos, fundamentalmente, as contribuições oriundas de Florestan Fernandes e da teoria do Capitalismo Dependente e de autores posteriores, que atentam para a associação das frações burguesas locais com frações burguesas

de caráter internacional - ou para a internacionalização destas frações locais (FONTES, 2010) - bem como o caráter do desenvolvimento desigual e combinado, buscando relacionar dialeticamente os aspectos da sociedade brasileira que eram denominados de “modernos” (a industrialização, a urbanização, a produção científica, o trabalho assalariado) com aqueles chamados de “arcaicos” (o latifúndio, a herança escravocrata nas relações de trabalho no campo e na cidade, na extrema desigualdade social, a concentração de riquezas, o clientelismo e patrimonialismo, etc.).

Nesta reflexão, Florestan Fernandes (2008) discordava em um aspecto fundamental das teorias em voga centradas nas importantes contribuições de Celso Furtado (1983) quando estas buscavam identificar os setores modernos do empresariado brasileiro que teriam visão estratégica e nacional e, com isso, fortalecer os aspectos modernos da nossa sociedade em detrimento dos aspectos “arcaicos” promovendo o desenvolvimento econômico e social nacional - num tratamento dualista, dicotômico e não-dialético - da nossa formação social. A seu modo, o denominado “novo desenvolvimentismo” – “adotado” como discurso para validação da política econômica dos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff (em especial, o seu primeiro) - reaviva este mesmo debate (MERCADANTE, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2016; BRITO, 2016; PORCHMAN, 2010).

As relações de classe no Brasil, o mundo do trabalho no nosso país e a nossa formação sócio política devem ser pensadas através das peculiaridades de nossa formação histórica colonial. Neste sentido, ressaltamos um aspecto fundante: a herança escravocrata sobre o atual mundo do trabalho. Neste debate, apoiamos-nos nas contribuições advindas da produção historiográfica brasileira, em especial Ciro Flamarion Cardoso (1990) e Jacob Gorender (1980) que analisam o passado colonial brasileiro através da categoria de *modo de produção colonial escravagista*, onde se destaca a predominância do escravismo (nunca é demais lembrar que o Brasil fora a colônia que mais recebera negros escravizados) num espectro mais amplo de distintas formas de *trabalho compulsório*. Este modelo teria peculiaridades com relação ao feudalismo lusitano e as sociedades ameríndias:

Se examinarmos o que ocorreu com a conquista portuguesa do território brasileiro, verificaremos que nenhuma das três possibilidades apontadas acima se efetivou. O modo de produção feudal, dominante no Portugal da época, não se transferiu ao país conquistado. Tampouco os portugueses deixaram subsistir o modo de produção das tribos indígenas nas áreas que, sucessivamente, submetiam ao seu domínio. Resta a hipótese da síntese. O modo de produção resultante da conquista — o escravismo colonial — não pode ser considerado uma síntese dos

modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil.  
(GORENDER, 1980, p. 54)

Um importante procedimento utilizado pelos autores acima foi o de evitar, diferentemente do que é muito comum nas ciências humanas e políticas do Brasil, transpor para a realidade brasileira uma série de categorias e conceitos produzidos a partir de outras realidades materiais. De forma quase autômata, parcela dos intelectuais brasileiros passam a trabalhar a análise da nossa realidade específica a partir de categoria oriundas de outras realidades, sem a devida criticidade ou contextualização. Além disto, esta formulação acima vai de encontro com as que estavam então em voga acerca do processo de formação da sociedade brasileira. Este passado colonial acostumou ser pensado, nestes debates, como dicotômico ao presente modernizador: os traços presentes em nossa sociedade oriundos do “arcaico” brasileiro deveriam ser superados em direção ao “moderno”, onde estas categorias passam a ser pensadas em relação ao capitalismo desenvolvido nos países centrais. Por outro lado, Florestan Fernandes (2008), atenta para a relação dialética entre o “arcaico” e o “moderno” no Brasil. Em sua caracterização do que seria o *capitalismo dependente* brasileiro, absorve uma contribuição do pensador marxista León Trotsky e ressalta como o processo de “desenvolvimento desigual e combinado”, ou de como determinadas relações sociais oriundas do “arcaico” são fundamentais para o acúmulo do setor “moderno”, e como determinadas regiões “atrasadas” mantêm relação orgânica com desenvolvimento de regiões “modernas” e como frações das classes dominantes dos países periféricos se beneficiam desta dependência (DEMIER, 2008). Em outras palavras, as relações sociais capitalistas podem conviver com formas e relações pré-capitalistas de produção sem que isto produza somente, necessariamente, tensões. Francisco de Oliveira (2003) chama a atenção para o papel que o trabalho análogo ao escravo no campo do Brasil tem no barateamento da comida vendida nos centros urbanos - como São Paulo, por exemplo - e como isto diminui o valor da reprodução da força de trabalho. Marini destaca que persiste nas relações socioeconômicas de classe no Brasil o caráter da superexploração (MARINI, 2005) auferindo uma maior margem de lucro – com diferenças, mas próximo ao que Francisco de Oliveira nominou de uma superacumulação (OLIVEIRA, 2003) - para distintas frações das classes dominantes locais que podem, inclusive, repassar uma parte destes lucros aos seus associados internacionais. Segundo Oliveira (2003), este é um processo intencional, ou seja: há consciência da classe dominante brasileira em ser sócia minoritário do capital internacional, e não fruto de uma casualidade. Fontes (2010) atenta para uma das grandes “vantagens” brasileira ante ao mercado internacional: o baixo custo de sua força de trabalho.

Neste aspecto, a educação brasileira tem mantido, historicamente, uma fundamental contribuição. Ora, a chamada “dualidade educacional” - existente na sociedade de classes faz-se presente na educação nacional e fora tão denunciada na literatura científica por diversos especialistas da área (CUNHA, 2009; FREITAG, 2007)- cumpre um papel central na reprodução desta formação capitalista, estruturando dois tipos de escola: uma ligada à formação das frações da classe dominante e ao trabalho intelectual e/ou complexo; e outra voltada às classes subalternas ligadas ao trabalho manual ou simples. Isto posto, é possível afirmar que a educação cumpre uma importante função na reprodução da força de trabalho à baixos custos, do desenvolvimento desigual e combinado e, com isso, do capitalismo dependente brasileiro (FRIGOTTO, 1984).

Reconhecendo que os direitos sociais no Brasil nunca foram universais como também a persistência da presença do setor privado em sua disputa e oferta, elementos que estarão presentes na concepção de nossa atual Constituição, a CF 1988 ensaiou uma tentativa de universalização de alguns destes direitos. Todavia, mesmo esta tentativa durará pouco, haja vista que logo quatro anos após a sua promulgação inicia-se um sistemático e renitente desmonte do escasso aparato forjado ao longo dos anos (e por meio de muitos conflitos sociais) que tinham a funcionalidade de garantir alguns destes direitos. Acompanhou este movimento medidas que buscaram diminuir os direitos sociais e trabalhistas dos assalariados brasileiros – a sistemática que se estende de meados de 1990 até aos dias atuais (início de 2019) - seguem uma mesma lógica: de tornar mais “barato” ao capital ali investido o custo e a reprodução de sua força de trabalho e, desta maneira, aumenta-se a exploração sobre o trabalho e o lucro, ou mais-valor. Estes ataques aos capítulos dos direitos sociais consagrados na Constituição de 1988 tiveram um processo de aprofundamento no governo Fernando Henrique Cardosos através da (contra) Reforma Gerencial do Estado. Segundo esta contrarreforma<sup>1</sup>, a educação pública (e outros “serviços” sociais) poderia ser ofertada através das parcerias-público-privadas onde o financiamento desta educação continuaria majoritariamente público, mas a gestão destes recursos e das escolas ficaria a cargo da iniciativa privada através das Organizações Sociais (Os), Organizações Não-Governamentais (ONGs) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) ou de outras organizações “sem fins lucrativos” mas,

---

<sup>1</sup> De acordo com Carlos Nelson Coutinho, a “Reforma Gerencial do Estado” pode ser melhor conceituada- em termos gramscianos- como uma contrarreforma, tendo em vista que busca retirar da alçada do Estado os direitos sociais consagrados no Estado de Bem-Estar Social (que, no Brasil, tomou a forma de Estado Nacional Desenvolvimentista); cuja reforma do “Estado mínimo” para este outro modelo buscava manter a adesão da classe trabalhadora ao capitalismo diante ao fortalecimento da URSS. Cf. COUTINHO, C.N. A hegemonia da pequena política. IN: Hegemonia às avessas. Francisco de Oliveira. Ed. Boitempo/SP. 2006.

majoritariamente, ligadas ao empresariado (MARE, 1995). Fontes (2010) demonstra o abissal crescimento deste tipo de organização no Brasil, desde meados de 1980 para cá, combinando desmonte do Estado e mercantilização (e mesmo financeirização) das políticas sociais. Já no campo da pesquisa educacional, existem distintas análises que apontam para estas novas formas de privatização da educação pública no Brasil (LAMOSA, 2016; MOTTA, 2012; LEHER, 2010) que além de introduzir elementos da “mercadologia” - como a meritocracia e a avaliação externa no ambiente escolar (LAMOSA e MACEDO, 2015) - redefine o trabalho docente e, fundamentalmente, faz com que os recursos públicos da educação tornem-se mecanismos de reprodução da economia financeirizada ligada ao setor rentista em geral, e aos grandes bancos e seus consorciados em particular (LEHER, 2010; BRETTAS, 2017). Estas contrarreformas são conduzidas, em grande parte pelo Estado, sob os auspícios destes setores empresariais organizados em frentes como o Movimento Todos Pela Educação (TPE) (EVANGELISTA e LEHER, 2012; MARTINS, 2009) que assume o papel de “partido político” (EVANGELISTA e LEHER, 2012) da educação, das frações rentistas locais, produzindo políticas públicas, influenciando nas indicações dos Ministérios e, mesmo, tomando assentos no Estado (no léxico gramsciano: na sociedade política), numa típica iniciativa que ilustra bem a pertinência da categoria de Estado ampliado ou integral. Esta iniciativa organizada de empresários disputando os rumos da educação se expandiu para distintos países da América Latina através da *Red Latinoamericana por la Educación* (REDUCA<sup>2</sup>).

Reforçando esta contrarreforma gerencial do Estado, as recentes políticas educacionais buscam revalidar determinados preceitos da Teoria do Capital Humano - rearranjados na “teoria do capital social” que se baliza numa perspectiva economicista da educação - em especial naquela que afirma a educação como importante instrumento de lucratividade ao qualificar a sua mão-de-obra e aumentar a sua produtividade ou “dotar o trabalhador de capital”: a mercadoria-educação (RODRIGUES, 2007). Segundo Motta (2012),

Em suma, à educação, de caráter economicista, não cabe somente produzir capital humano, mas também capital social; à sociedade civil não cabe somente atender às demandas sociais, mas transmiti-las e operar através de valores de solidariedade e cooperação, reunindo forças e capacitando as camadas mais pobres da população para o enfrentamento da realidade que se apresenta. Nesse sentido, como resultado dessas políticas supõe-se a intensificação do caráter sectário do sistema escolar, o reforço do “educacional” e fundamentalmente, a despolitização da sociedade civil (MOTTA, 2012, p. 22)

---

<sup>2</sup> Disponível em : <https://www.reduca-al.net/pt/> acessado em 11/02/2019 as 15:35h.

Assim, denominamos de empresariamento de novo tipo da educação (ou a agenda dos reformadores empresariais como nomeia Luiz Carlos Freitas<sup>3</sup>) o fenômeno no qual a educação pública passa a assumir como sua, concepções, técnicas e procedimentos oriundas do mercado (teoria do capital humano, *management*, avaliações externas por ‘produtividade’, prêmio por metas atingidas, hierarquização dos resultados, meritocracia, concorrência e competitividade, precarização do trabalho, etc.) ao mesmo tempo em que – através da “prestação de serviços”, consultorias, parcerias diversas, fornecimento de infraestrutura, de material de informática, de material didático, de provas padronizadas para toda a rede e outras nomeações; ou mesmo através da transferência direta de recursos públicos para a iniciativa privada - serve como território para a ação lucrativa de empresas, garantindo a elas, ainda, uma oferta de força de trabalho excedente e educando estes trabalhadores para o consenso e a conformação (DAHMER, 2007; RODRIGUES, 2007; MIRANDA, 2015). Seguindo nesta mesma linha de análise, Kátia Lima e André Martins afirmam sobre o Projeto educacional balizado pelo social-liberalismo

O que se define nessa estratégia de realização do projeto da Terceira Via<sup>4</sup> é a afirmação da escola e os demais meios de difusão e espaços educativos como instrumentos de formação e atualização do intelectual urbano, tendo na concepção de mundo burguesa o eixo central. A Terceira Via parece desejar que, por intermédio das reformas educacionais, não só seja realinhado todo o processo formativo a partir das novas exigências de perfil humano demandadas pelo estágio atual do capitalismo monopolista, mas também sejam diminuídas ao máximo as possibilidades de difusão da contra hegemonia no espaço escolar. (LIMA; MARTINS, 2005, p. 64- 5).

Outra dimensão deste empresariamento da educação é a redefinição do trabalho docente que gradativamente vai perdendo a sua autonomia pedagógica e passa a ser submetido a uma série de mecanismos de controles como: a seleção curricular externa, avaliação externa, meritocracia, sistema de apostilamento, vídeo-aulas, etc. Ainda mais, acresceu-se a este

---

<sup>3</sup> Cf. FREITAS, Luiz Carlos. *A Concepção de educação dos Reformadores empresariais*. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2012/12/28/a-concepcao-de-educacao-dos-reformadores-empresariais/>  
Acessado em : 11/02/2019 as 16:17 h.

<sup>4</sup> O termo *neoliberalismo de Terceira Via* ou *Terceira Via* será largamente utilizado pela robusta obra de Kátia Lima a quem nos serviu de referência na construção de parte desta pesquisa. Todavia, ao longo do presente texto, o termo “*social liberalismo*” será designado para nominar o conjunto de ideias erigidas a partir de crítica ao neoliberalismo por setores orgânicos ao capital financeiro. Esta escolha concorda com Antunes (2018), com Lamosa (2016) e mesmo é diferente da escolha feita por mim em pesquisa anterior onde fora utilizado largamente a denominação “*Terceira Via*” (LAMARÃO, 2013), inclusive no título, a qual continuo a considerar como válida. No entanto, concordei com a classificação de Castelo (2013) que entende a chamada *Terceira Via* como uma vertente de um campo mais amplo de ideias organizadas como sociais liberais e, por isto, fora escolhido este termo último para usar ao longo da presente pesquisa.

processo a defesa da possibilidade de, a partir de “índices técnicos”, aferir a “qualidade da educação”, corrigindo “distorções”, promovendo o desenvolvimento educacional e, como corolário disso, o desenvolvimento econômico. Sem embargo, este arcabouço técnico/teórico busca fazer da escola um espaço de reprodução de um novo consenso, na medida em que promove um controle e uma contínua precarização do trabalho docente, promovendo uma profunda resignificação deste profissional que passa a ser um “entregador de conhecimentos” já preparados anteriormente e afinados com aquilo que Lúcia Neves (2005) denominou de “nova pedagogia da hegemonia”, cujo principal objetivo é conformar os trabalhadores às novas determinações do capital frente à sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009). Ainda, naturalizam o caráter ideológico deste avanço da visão de mundo empresarial na educação ao, “pragmaticamente”, afirmarem que a escola deve se adequar aos “novos tempos” e a sua “nova técnica”. Assim, ideias como empreendedorismo, sustentabilidade, voluntarismo, equidade, corresponsabilização, empregabilidade, pedagogia das competências, dentre outras passam a ter, na escola pública, um espaço de propagação e reverberação (NEVES, 2005; LAMOSA, 2016) em uma reformulação da teoria do capital humano pelos teóricos do social-liberalismo (GIDDENS, 2007; BRESSER-PEREIRA, 1998; MERCADANTE, 2010; ABRUCIO E RAMOS, 2012). A escola e a educação passam a, cada vez mais, serem alvos dos empresários através do investimento social privado, com especial foco naquela camada da população que conforma o Exército Industrial de Reserva ou nas palavras da ideologia social liberal: os setores “marginalizados” ou “vulneráveis”.

Neste sentido, cumpre papel central nestas políticas àquelas denominadas políticas de qualificação ou educação profissional ou técnica. Assim, ainda ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, uma importante alteração se efetuará no Ensino Técnico e suas escolas da Rede Federal, através do Decreto Presidencial nº 2.208 de 1997, o então denominado “ensino articulado ou integral” (onde o ensino propedêutico, mais geral, é ministrado simultaneamente ao ensino profissionalizante) é desmembrado e as Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), escolas profissionalizantes das redes estaduais e iniciativa privada serão estimulados a ofertarem ensino tão somente profissionalizante e abandonarem o ensino propedêutico ou ofertá-lo de forma concomitante (com duas matrículas distintas). A alegação utilizada para a promulgação deste decreto era o tempo para a formação do profissional destas escolas, em geral 4 anos, considerado excessivo diante as demandas do mercado, que via na qualificação sazonal do jovem e/ou adulto trabalhador um bom escape para o fenômeno do desemprego estrutural. Todavia, a questão central desta contrarreforma será adequar esta modalidade de ensino ao ajuste fiscal e transferir a responsabilidade desta oferta,

cada vez mais, para entes privados, em especial o “Sistema S<sup>5</sup>”. Este estímulo a participação do “Sistema S” na oferta de qualificação profissional ficará consubstanciada na elaboração do Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Segundo Leher (2018)

Na área da educação, a desconexão educação-classe social provada pelo management pode ser encontrada em focos como “aprender a aprender”, como sublinhado por Newton Duarte, competências, gestão e empreendedorismo. Tais formulações foram difundidas também para o proletariado mais expropriado e explorado, por meio de uma miríade de programas educacionais. Desde meados dos anos 1990, o empresariado exerceu hegemonia, difundindo a ideologia de que o desemprego dos jovens resulta da falta de qualificação dos mesmos e que o melhor antídoto para o desemprego é a oferta de cursos “profissionalizantes” de curtíssima duração (LEHER, 2018, p. 23)

Embora embalado por um discurso oposicionista ao governo Fernando Henrique Cardoso, o governo de Lula da Silva não modificou, em essência, os paradigmas políticos que nortearam as políticas da contrarreforma das políticas sociais públicas. Ao contrário, em diversos aspectos, o governo de Lula da Silva (e também o de Dilma Rousseff) aprofundou aspectos desta contrarreforma (LEHER, 2010, 2018; FONTES, 2010; BRETTAS, 2017). Um conjunto de leis e medidas tratará de aprofundar a contrarreforma do ensino profissionalizante nos sentidos acima destacados, a saber: transferência de responsabilidades e recursos públicos para a iniciativa privada, com especial atenção ao sindicato patronal, o “Sistema S”. O PLANFOR será renomeado de Plano Nacional De Qualificação (PNQ), em 2003, reforçando o uso de recursos provindos do FAT para a oferta de qualificação profissional cuja a gestão será destinada a organizações de direito privado, o PNQ estabelece as entidades conveniadas e, portanto, aptas a receberem este dinheiro público. De acordo com o documento,

O PNQ prevê a realização de convênios nacionais, regionais e locais, com entidades da sociedade civil (centrais sindicais, confederações patronais,

---

<sup>5</sup> Segundo informação disponível no site do Senado Federal: “Sistema S- Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).” Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>, acessado em: 30/11/2017 em 00:20 h.

instituições educacionais, Sistema “S” e ONGs), para desenvolver projetos especiais de qualificação. (BRASIL, 2003, p. 41)

O Decreto Presidencial nº 5.154/2004 retoma o ensino profissionalizante em articulação com o ensino propedêutico, mantendo ambos em uma única instituição de ensino e sob uma mesma matrícula. Com especial atenção na educação em geral, os documentos legais dos governos petistas celebram a parceria e a presença nela da iniciativa privada, tanto na substituição, quanto no auxílio do ente público na sua oferta. É o caso do *Plano Nacional de Educação* (PNE), Lei 13.005/2014 que defende e aprofunda o empresariamento e o processo de privatização da educação pública no Brasil (COLEMARX, 2016). Este documento, embora elaborados em condições diferenciadas, dispõem relativo espaço para a importância do desenvolvimento da educação profissionalizante nos seus distintos níveis. O *Plano Nacional de Educação* elege como grande parceiro da União no aumento da oferta da educação, em especial a técnico-profissionalizante, a iniciativa privada (em larga escala, neste caso, através do sistema sindical patronal). Assim, o “sistema S”, sob controle da classe dominante brasileira, recebendo vultosos recursos do Governo Federal será o responsável por boa parte da ampliação das vagas nesta modalidade de ensino em suas distintas certificações de carga horária por todo o território nacional através de inúmeros programas, incluso o *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* (Pronatec), instituído pela lei nº 12.513 de 2011, articulando a oferta de qualificação profissional para além do MEC através de outros Ministérios, como o do Desenvolvimento Agrário (MDA), o de Trabalho e Emprego (MTE), Justiça (MJ), Saúde (MS) (RUMMERT et al., 2013) – e, como veremos nesta análise, com o Ministério de Minas e Energia (MME). Estes diferentes cursos, oferecidos de forma gratuita ou financiados a juros baixos são custeados pelo dinheiro público, mas são oferecidos e gerenciados por uma entidade de classe ligada ao grande capital local. Além disso, grande parte destes cursos é destinada em geral à população mais precarizada, ou “as populações vulneráveis” e são, em sua maioria, voltados à qualificação para o trabalho simples (LAMARÃO e MOTTA, 2015). Seria este o caso do CICOMPERJ?

Entre as medidas de educação focalizadas nos jovens da classe trabalhadora, cabe citar: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), entre outras (LEHER, 2018, p. 24)

De certo, a iniciativa que abordamos e analisamos é parte deste processo de empresariamento educacional. Na medida em que se utiliza do dinheiro público e é gerida e organizada por setores ligados ao grande capital local (Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível-IBP- e Sistema “S”, associações setoriais) com o objetivo de “qualificar” força de trabalho em abundância para a atuação nos distintos níveis e fases do COMPERJ, sob a forma de trabalho precarizado pela terceirização.

A investigação analisou, na primeira etapa da análise do objeto, o histórico deste empreendimento, sua composição acionária, os principais grupos econômicos, associações de classes, etc. atuantes em determinadas fases do COMPERJ, as principais estratégias que conformaram a ação das frações que formularam a proposta que originou o COMPERJ, o impacto da “operação lava jato” no COMPERJ e, por fim, a organização de uma pedagogia dirigida à formação dos trabalhadores.

É constitutivo da hipótese investigada na presente tese a proposição de que o empresariado do setor petrolífero está organizado especialmente no Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). Este Instituto de natureza jurídica privada, sem fins lucrativos, fundado em 11 de novembro de 1957- mantém parcerias com o “Sistema S”- no caso do CICOMPERJ - através de programas de capacitação do “capital humano”, operando nas agências do Estado estrito (ministérios federais, agências, conselhos, secretarias estaduais e municipais, etc.) – no sentido de viabilizar um conjunto de ações que estamos denominando como “Pedagogia do Capital”. Naquela região, a maior destas iniciativas se consubstanciou no Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ). Esta iniciativa é subordinada ao Programa Nacional de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás (PROMINP) com o seu custeamento efetuado, em grande parte, por recursos públicos, oriundo da Petrobras, Ministério de Minas e Energia do FAT e da Agência Nacional do Petróleo e Gás (ANP) em acordo com as palavras de um de seus gestores, numa dissertação em nível de mestrado na área de comunicação social

O Centro de Integração do COMPERJ segue as definições e diretrizes do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, do Ministério de Minas e Energia (Projeto ABAST-28) para melhoria dos níveis de empregabilidade no setor petróleo e gás. Os recursos para a disponibilização da estrutura de ensino dos cursos oferecidos pelo CICOMPERJ são custeados pelo Ministério de Minas e Energia, gerenciados e repassados pela PETROBRAS às entidades de ensino executoras. (FONSECA MOREIRA, 42)

Seguindo os delineamentos que – dentre outros – os intelectuais dos governos petistas chamavam de “novo desenvolvimentismo”, em que um “novo” modelo econômico seria

constituído como alternativo ao neoliberalismo, focado no mercado interno e no desenvolvimento local (ou nacional) e regional (ou territorial), a educação teria de ser calibrada aos objetivos estratégicos. Naquela localidade, os associados do empreendimento em questão visavam qualificar a força de trabalho necessária a esta cadeia produtiva (construção civil, petróleo e gás e petroquímica), ao mesmo tempo em que inserem elementos de produção do consenso (predominantemente passivo) dos trabalhadores e de gerenciamento dos possíveis conflitos de classe na região do empreendimento.

Ao longo da pesquisa, atentamos que - no período delimitado - duas conjunturas socioeconômicas bastante distintas se configuraram. Primeira: compreendendo o período 2006 a 2014, conformando o ciclo expansivo do país, propiciando aumento do nível de arrecadação das cidades ali localizadas, a exemplo de Itaboraí, sede do empreendimento (LAMARÃO, 2013), e assegurando elevados investimentos na infraestrutura inicial do ainda Complexo Petroquímico. Segunda: período em que o cenário de “prosperidade” arrecadatória (e de investimentos da PETROBRAS e de distintos entes federados e ou empresas públicas) se reverteu em um cenário de crise, compreendendo os dois anos subsequentes do nosso recorte temporal, 2015 e 2016). A conjunção de fatores globais, como a persistência da crise econômica mundial, os mecanismos de controle cambial das nações centrais (em especial os EUA) que atinge o preço das *commodities* (BRUNHOFF, 2010), a redução relativa do crescimento chinês, a substituição parcial do petróleo por outras fontes de energia, como o Xisto, e o controle crescente das corporações sobre as principais reservas petrolíferas fazendo despencar o preço internacional do petróleo, e, em âmbito nacional, questões estruturais do capitalismo dependente brasileiro, junto a Operação Lava Jato<sup>6</sup> e a recessão econômica que se agravou em 2013/2014 (e que se estende até a presente escrita deste texto em início de 2019), repercutiu de modo devastador nos investimentos e nas expectativas sobre o investimento (a ideia de um polo petroquímico cedeu lugar a uma refinaria e, finalmente, até mesmo a viabilidade desta estava sendo colocada em questão até final de 2018, quando foi assinado um acordo entre PETROBRAS e China National Petroleum Corporation (CPNC), com previsão de retomadas de obras para o segundo semestre de 2019<sup>7</sup>).

---

<sup>6</sup>Em março de 2014 foi deflagrada a operação “LAVA- JATO”, que investiga um esquema de desvio de dinheiro da PETROBRAS e teve como um dos principais alvos de investigação inicial as obras do COMPERJ (dentre outras obras) e as empreiteiras associadas à construção da refinaria. O nome original, contudo, se consagrou devido ao início das investigações se dar em torno de uma rede de postos de combustíveis e lava-jatos suspeitos de lavarem dinheiro. Cf. <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> acessado em: 23/05/2016 as 12:19 h.

<sup>7</sup>As últimas notícias de 2018 referentes às obras do Complexo dão conta de uma parceria da PETROBRAS com a China National Petroleum Corporation International (CNPCI), subsidiária da China National Petroleum Corporation (CNPC) a fim de realizar as obras para a conclusão da primeira refinaria. Para tanto, seria constituída uma nova empresa cuja composição acionária seria de 80% da PETROBRAS e 20% da CNPCI. Após processo

Nesse sentido, o recorte temporal da pesquisa abrange o período de dez anos - de 2006 a 2016 - pois que em 2006, com a sistematização do PAC surge a ideia da construção de um polo petroquímico que pudesse tornar o Brasil autossuficiente em derivados de segunda geração do petróleo não só através do refino do petróleo - a reserva brasileira comprovada será mais que dobrada em 2006 com a “descoberta” do pré-sal - como também pela transformação química desta matéria, lançando a PETROBRAS na área petroquímica. Em meados de 2016, a então presidente Dilma Rousseff sofrerá um afastamento extralegal de seu cargo executivo dando lugar a Michel Temer. Esta não era apenas uma mudança de governo, mas fundamentalmente uma reorganização do bloco no poder que retomará como pauta política a agenda (ultra)neoliberal mais ortodoxa. Com esta profunda mudança nos rumos políticos, o projeto do COMPERJ (já parando desde final de 2013) será remodelado, sendo que as iniciativas educacionais, já encerradas desde 2014, também não mais existirão. Tomamos, portanto, este episódio, como o recorte final da periodização da análise do nosso objeto.

De posse deste sumário arcabouço teórico, os procedimentos de investigação prioritários desta análise histórica serão, portanto, a análise documental e o levantamento bibliográfico. Acerca das fontes primárias da análise histórica do tempo presente, temos que o seu excesso é um ponto forte e também fraco deste tipo de análise. Forte: pois a abundância do material primário sempre permitirá ao cientista social em geral, e ao historiador em particular, um vasto universo de análise. Por outro lado, esta pode ser uma dificuldade a mais, haja vista que o recorte documental para a análise necessita de precisão e certa arbitrariedade que precisa ser justificada (REMÓND, 2003), o que somente é possível com uma consistente elaboração teórica da problemática da pesquisa (MENDONÇA, 1997). A história do tempo presente também apresenta a possibilidade de utilização de procedimentos de coleta de dados impossíveis em outros tempos históricos, como a observação (aqui utilizada) e o trabalho de campo, as entrevistas e a memória.

A base empírica que utilizamos compreende um conjunto de documentos produzido acerca do tema pelo próprio COMPERJ: como os boletins informativos, relatório de impacto ambiental (RIMA-COMPERJ, 2008); pela PETROBRAS: Plano de Gestão e Negócios (PGN) dentre os anos de 2006 a 2016, atas das assembleias gerais da PETROBRAS (entre os anos de

---

licitatório a previsão das retomadas das obras está para o segundo semestre de 2019. C.f.: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/16/petrobras-e-chinesa-cnpc-definem-modelo-de-negocio-para-concluir-comperj.ghtml> . Acessado em: 24/12/2018 às 16:26 pm. No entanto, ainda em 2019, ao longo da revisão desta tese, ambas empresas chegaram a conclusão de que a construção de uma refinaria naquela localidade seria inviável, desistindo assim do negócio. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/petrobras-e-cnpc-desistem-de-construcao-de-refinaria-no-comperj/> acessado em: 11/12/2019 as 17:22 H

2010 e 2016, pois os documentos anteriores a 2010 não estão disponíveis na grande rede), Relatórios de Atividade (RA) de 2006 a 2016; pelos documentos produzidos pelo e sobre o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP): projetos, normas, portarias e editais; e pela imprensa local e nacional. Complementarmente, a tese buscou estudos já realizados sobre diversos aspectos do empreendimento, por meio de levantamento bibliográfico dos temas, na área das ciências humanas, em geral, e no campo educacional, em particular, incluindo dissertações e teses. Para a compreensão dos conflitos sociais, a pesquisa examinou jornais, boletins, panfletos e outros documentos produzidos bem como os jornais locais. Também faremos a análise da expansão do mercado de trabalho na região do CONLESTE e cruzaremos estes dados com os editais disponibilizados pelo PROMINP e pelo CICOMPERJ realizando o cruzamento destas informações. Compõe a base empírica da pesquisa, também, a análise de documentos legais, como a CF, LDB, PNE, PLANFOR, PNQ, PAC, assim como o PRONATEC.

*Quadro 1- Fontes primárias utilizadas.*

<b>Documentos</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vinculação Institucional</b>	<b>Agentes políticos</b>	<b>Fontes de financiamento</b>
Plano de Gestão e Negócios da PETROBRAS	2006 A 2016	Documento anual formulado pela diretoria da PETROBRAS que sistematiza as principais diretrizes e metas da empresa nos quatro anos subsequentes	PETROBRAS	Diretoria da PETROBRAS	PETROBRAS
Atas da Assembleia Geral PETROBRAS	2010 A 2016	Documento sazonal. Atas das assembleias gerais da PETROBRAS que reúnem os seus principais acionistas	PETROBRAS	Acionistas e Diretoria da PETROBRAS	PETROBRAS
Relatório de Atividades PETROBRAS (2006-2016)	2006 a2010	Documento anual que sintetiza dados econômicos, sociais e resultados obtidos pela	PETROBRAS	Diretoria da PETROBRAS	PETROBRAS

		empresa ao longo do ano			
Relatório de Impacto Ambiental	2008	Documento que descreve o impacto sócio ambiental do empreendimento naquela região	PETROBRAS/ CONCREMAT	CONCREMAT	PETROBRAS
Editais PROMINP	2008 A 2013	Editais de oferta de vagas nos cursos do PROMINP	PROMINP	PROMINP	FAT/ MME
Documentos PROMINP	2003 A 2016	Portarias e análises do PROMINP relacionados a “qualificação profissional”	PROMINP	PROMINP	PROMINP
Documentos IBP	1957 A 2019	Documentos variados do IBP que descrevem a história e atuação política desta organização	IBP	IBP	IBP
Relatórios do Programa de Aceleração do Crescimento	2006 a 2016	Relatórios do PAC	Governo Federal	Governo Federal	Governo Federal
COMPERJ Informa	2008 a 2015	Boletim Informativo do COMPERJ que teve duração ao longo do período de 2008 a 2015	COMPERJ/ PETROBRAS	Gerência setorial de Comunicação e Inserção Regional do COMPERJ	COMPERJ/ PETROBRAS
Constituição Federal de 1988 (capítulo sobre educação)	1988	Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988	Congresso Nacional	Congresso Nacional	Congresso Nacional
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9394/1996)	1996	Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	MEC	MEC	MEC
Plano Nacional de Educação (lei nº 13.005/2014)	2014	Plano Nacional de Educação que estipula metas educacionais para as redes pública e privadas de educação nos seus distintos	MEC	MEC	MEC

		níveis e modalidades.			
Documento “Pátria Educadora”	2013	Documento produzido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos que buscava redefinir os parâmetros da educação.	SAE	Mangabeira Unger	SAE
Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)	1997	Plano lançado pelo CONDEFAT que buscava orientar as diretrizes para as políticas de qualificação profissional financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	CONDEFAT	CONDEFAT	FAT
Plano Nacional de Qualificação (PNQ)	2003	Plano lançado pelo CONDEFAT que atualiza as diretrizes do PLANFOR e o substituí.	CONDEFAT	CONDEFAT	FAT
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC- Lei nº 12.513/2011).	2011	Pronatec tem como finalidade ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.	MEC	MEC	MEC
Edital 01/2018 ANP	2018	Estabelece as diretrizes para a concessão de recursos	ANP	ANP Finep- IES Petrolíferas	Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural. CT Petro
Anuário Estatístico ANP	2010 e 2018	Documento Anual Apresenta dados do desempenho da Indústria do	ANP	ANP	ANP

		Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis e do sistema de abastecimento no período de dez anos até o ano da publicação			
Acórdãos TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	2014	Tomadas de Conta Especial. Requer documentos e contratos da PETROBRAS para transcorrência de investigação que apura indícios de fraudes na execução do COMPERJ.	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Acórdãos TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 2	2015	Relatório de Auditoria Fiscobras. Obras de Construção do Complexo Petroquímico.	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Protocolo de Intenções CONLESTE	2006	Estabelece as finalidades e objetivos, bem como organograma do CONLESTE	Municípios do Conleste	Municípios do Conleste	Municípios do Conleste
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CONLESTE	2018	Analisa indicadores socioeconômicos da região do CONLESTE e traça metas a serem atingidas em 2030	CONCREMAT/ CONLESTE	Municípios do Conleste	CONLESTE
Portarias Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	2011 a 2018	Documento sem regularidade periódica. Buscou-se rastrear as verbas PRONATEC autorizadas aos Serviços Nacionais de Aprendizagem.	SETEC/ MEC	MEC	MEC

Quadro elaborado pelo autor.

Além disso, inicialmente planejamos realizar observação científica: visitaríamos os locais onde estas operações se realizam (CICOMPERJ, COMPERJ) com objetivo de analisar e incorporar elementos, dados e informações que não estão disponíveis nas demais fontes. Todavia, o período da pesquisa coincidiu, em grande parte, com o declínio das atividades do COMPERJ até a sua quase completa interrupção (manteve-se somente as atividades de manutenção) o que, por sua vez, provocou a suspensão das atividades do Centro de Integração do COMPERJ, impossibilitando a realização desta análise de campo (mas não visitas pontuais) e dados daí advindos buscando cotejá-los com as outras fontes. Os registros foram organizados na forma de uma cronologia, indicando os investimentos, os projetos, suas alterações, os conflitos sociais, etc.

Esta análise faz parte de um conjunto maior de pesquisas agrupadas em torno do LIEAS (Laboratório de Investigação Educação, Ambiente e Sociedade) e do COLEMARX (Coletivo de Estudos em Educação e Marxismo), este originado - em grande parte - daquele primeiro grupo de pesquisa, ambos ligados ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFRJ. Dentre as análises ali produzidas destacamos as contribuições de Leher (2007, 2010, 2018) que esquadrinha os principais mecanismos que certas frações de classe burguesas locais lançam mão, em especial os setores ligados ao capital financeiro, na conformação de uma escola pública no capitalismo dependente brasileiro que atenda “duplamente” aos seus interesses, como produtora de uma força de trabalho simples e como espaço de financeirização do fundo público, neste processo nota-se a crescente presença destes setores nos postos dirigentes da educação brasileira, no MEC, nas secretarias estaduais e municipais e em organizações como o “Movimento Todos Pela Educação” que reivindica para si o monopólio da legitimidade do discurso educacional (EVANGELISTA; LEHER, 2012). Motta (2012), por sua vez, analisa a produção e a transformação do discurso e de iniciativas de responsabilidade social por parte das empresas e sua mutação para a ideia de *investimento social privado* com toda uma metrificacão dos seus resultados e busca por retorno, além da crescente centralidade que a educação vem assumindo neste processo. Lamosa (2016) investigou os mecanismos e estratégias pela qual a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), apontada como um “partido<sup>8</sup>” do agronegócio, buscou conformar docentes de dezenas de redes municipais do interior de São Paulo, com especial atenção ao seu “Programa Educacional Agronegócio na Escola”. Estas e outras pesquisas do grupo de pesquisa serviram para balizar nosso trabalho, ao observarmos aspectos

---

<sup>8</sup> Para o debate acerca da concepção de partido adotada, cf. supra pág. 9.

similares em distintos processos ou mesmo no uso e manejo do referencial teórico bem como dos procedimentos utilizados nas distintas pesquisas.

Além de a PETROBRAS ser a maior empresa do país e manter uma política em investimentos sociais, o processo de empresariamento da educação em curso no Brasil carece de análises empíricas. As análises de como as empresas monopolistas processam a formação de sua força de trabalho e seu apassivamento se utilizando da educação ou de recursos públicos para isto, nesta conjuntura política e econômica, ainda é pouco comum nas pesquisas em educação. Além destes fatores, a escassez de bibliografia e pesquisa que analisem a atuação educacional da PETROBRAS, ou mesmo do PROMINP, reforça a relevância desta pesquisa. Em nosso levantamento bibliográfico foi encontrada apenas uma dissertação (nenhuma tese) que analisa o Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ), todavia esta pesquisa foi empreendida na área da Comunicação Social.

A própria análise sobre o COMPERJ é de suma importância para a compreensão da atual conjuntura brasileira. Afinal, trata-se do empreendimento que caminhou de “maior da história da PETROBRAS” para um dos principais alvos da megaoperação denominada “Lava-Jato”. Todavia, seria apenas a “Lava-Jato” (conforme o senso comum tem afirmado através das grandes redes de comunicação brasileira) o motivo que levaria o COMPERJ a sua interrupção? A análise empírica do objeto nos trouxe sólidos indícios que não, debate realizado no segundo capítulo.

#### *Estrutura geral da tese: capítulos*

O texto estará dividido em cinco capítulos adicionados de uma conclusão. O primeiro capítulo buscará caracterizar o quadro das crises estruturais do capitalismo monopolista numa formação econômica dependente, como a brasileira, para assim localizarmos o COMPERJ nesta formação social. Para tanto, inicia com o debate sobre a crise estrutural do capitalismo e as novas diretrizes políticas e econômicas necessárias para a reprodução do capital. Enfatiza, com isso a produção e profusão, ao longo de boa parte do período da pesquisa, de uma sociabilidade e de uma ideologia social-liberal.

O capítulo dois se inicia perfazendo elementos da história política recente do Brasil que permitiu categorizar a condução de nossas elites dominantes como autocrática e, nesse sentido, o “Estado Democrático de Direito” pode ser ou não o meio pelo qual estas frações buscarão conduzir seu projeto de sociedade. Enfatiza uma destas novas determinações, que busca fazer do fundo público, das receitas públicas, através da financeirização, mais um dispositivo da reprodução do capital. Dispositivo este apregoado pelos sociais liberais também dos governos petistas. Terminamos este capítulo apontando como a queda dos preços das *commodities* irá

levar as economias periféricas a uma aguda recessão e sua reprimarização, aprofundando a especialização brasileira na divisão internacional do trabalho e aprofundando a sua subordinação o que a nosso ver, é um elemento fundamental para entendermos o malogro do COMPERJ.

Com isso, no terceiro capítulo, será analisamos as principais inspirações, bem como importantes limites para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciado no governo Lula da Silva e que terá no COMPERJ o seu “carro-chefe”. Este programa auxiliará na consolidação da indústria da construção civil local e sua transnacionalização, em especial na América do Sul. Adiante, debateremos o histórico do empreendimento do COMPERJ e, diante a heteronomia econômica do capitalismo dependente, como este megaempreendimento se torna uma obra inconclusa e, pela tendência que a presente pesquisa apontou, é extremamente provável que assim permaneça.

O quarto capítulo buscará analisar os principais aspectos formativos da educação brasileira e suas redefinições a partir das medidas mais relevantes empreendidas desde a LDB, com especial ênfase nas ações dos reformadores empresariais na educação profissionalizante e nas ações dos governos Cardoso, e, de modo mais sistemático, em função da periodização, no período 2006-2016, atentando para a persistência da chamada “duplicidade de redes” junto ao reforço, na escola pública, de uma pedagogia afinada à nova sociabilidade das classes dominantes. Ressalto, ao longo deste processo, os sujeitos da sociedade civil que operam estas transformações. No plano internacional, agências ligadas ao capitalismo como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). No plano nacional, organismos como “Todos Pela Educação”, “Sistema S” de forma mais abrangente, entre outros e, no nosso caso em particular, o IBP. Assim, nos deteremos nesta instituição, sua história, suas posições políticas e propostas, relações da entidade com o Estado *stricto sensu* a fim de configurá-la como um aparelho privado de hegemonia dos setores ligados a indústria petroquímica local.

O quinto capítulo focaliza as iniciativas do empresariado da cadeia P&G na formação de sua força de trabalho. Neste movimento emerge a análise do PROMINP, em geral, e do CICOMPERJ, em particular, na região do CONLESTE. Além disso, buscaremos cotejar as vagas e iniciativas implementadas pelo CICOMPERJ com as demandas do mercado de trabalho dispostas nos dados do Ministério do Trabalho, demandas estas produzidas por ocasião do COMPERJ a fim de relacionar as iniciativas de formação e qualificação profissional com o interesse na formação de uma força de trabalho excedente para a localidade. Pontua também a existência de outras políticas governamentais e não governamentais e, em especial, o Programa

de Recursos Humanos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) ou a previsão da construção de uma unidade do Instituto Federal Fluminense (IFF-Itaboraí), etc. para ampliar a formação para o trabalho naquela região e que, tal e qual o COMPERJ, permanece sem previsão de inauguração.

Encerramos este trabalho com as considerações finais que buscarão sistematizar as questões elaboradas acerca do objeto analisado e as informações coletadas trazidas através dos distintos procedimentos de pesquisa. É o momento da síntese, abordando os objetivos, hipótese e o que foi apreendido no processo de pesquisa.

## 1. O IMPERIALISMO DE NOVO TIPO: O CAPITALISMO MONOPOLISTA FINANCEIRIZADO E A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA.

Este capítulo objetiva pontuar características da organização capitalista monopolista de produção e suas formas imperialistas na contemporaneidade - final da segunda década do século XXI - atentando para a formação dos grandes monopólios capitalistas, as crises cíclicas daí advindas, as implicações deste processo nas relações sociais de produção e, com isso, seus impactos na reconfiguração dos Estados-nação na sociedade de classes. Ora, diante a esta nova configuração, ajustes no ideário *mainstream* far-se-ão necessários: da crise da social democracia ao neoliberalismo; da crise do neoliberalismo ao social-liberalismo; da crise do social-liberalismo ao recrudescimento neoliberal. De crise em crise, é possível apontar elementos que tornem mais claros a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e sua condição de capitalista dependente.

Neste ínterim, busca-se destacar a reconfiguração do capitalismo e a hipertrofia da sua esfera financeira ou rentista, atentando para a existência de um sistema de múltiplos Estados-nação a salvaguardá-la e que, mediante a uma nova crise do metabolismo do capital, este Estado-nação se modifica com o objetivo de permitir, continuamente, a livre circulação de capitais entre distintos territórios por todo o globo terrestre. Neste processo, ressaltamos o papel exercido pelas agências internacionais na imposição destas determinações para os países “em desenvolvimento” ou, conforme preferimos nominar, capitalistas dependentes, revelando o caráter estrutural da crise do capitalismo que se arrasta desde a década de 1970 até os dias atuais, encetando uma série de crises econômicas cíclicas cuja gravidade vem se tornando mais intensa a cada repetição. Diante a este cenário cíclico e de crises, percebeu-se naquela década o forte ressurgimento das premissas do liberalismo ortodoxo, renomeado de “neoliberalismo”, como a agenda que, segundo as frações burguesas hegemônicas da classe dominante, serviriam de antídoto para os elementos causadores desta crise. Todavia, nem mesmo a assunção deste ideário “neoliberal” por parte dos distintos países fora capaz de dar fim ao caráter cíclico de crises- que retornam como força na década de 1990 e, principalmente, no ano de 2007/2008.

Diante estas crises, ora mais agudas, ora mais localizadas, reajustes são operados na hegemonia burguesa. Das críticas parciais e pró-sistêmicas realizadas ao neoliberalismo têm-se origem o social-liberalismo que ganhará bastante força ao longo dos anos 1990/2000. Diante a ruptura que a crise de 2007/2008, ou seus efeitos mais tardios como no caso brasileiro (cf. capítulo 2), produzirá no pacto social-liberal, assistiremos o recrudescimento de pautas mais regressivas e conservadoras, afinadas ao neoliberalismo ortodoxo. Entrementes, ademais o

reajuste operado, um objetivo é continuamente perseguido: a subsunção do instrumento estatal e dos seus recursos a necessidade de reprodução ampliada (exponencial) do capital financeiro.

### 1.1. *O capitalismo monopolista e suas contradições.*

Não são novas as análises que afirmam as crises econômicas cíclicas como um traço fundamental do capitalismo. Desde Marx, como *O Capital* (2013), mas também em outras obras, já se destaca este determinante das relações sociais de produção sob hegemonia do capital. Marx, de quem tomaremos algumas contribuições centrais, afirmava que o capitalismo é um sistema social fundado em contradições. As crises seriam a expressão destas contradições fundamentais onde o novo toma lugar do que é velho e “tudo que é sólido desmancha no ar” (MARX, 1998). Sem buscar esgotar o tema e de forma extremamente sumária, pontuarei a seguir alguns aspectos fundamentais da análise marxiana que nos serviram de arcabouço teórico para a realização desta pesquisa.

Analisando a “célula” fundamental da sociedade capitalista industrial<sup>9</sup> - a mercadoria - Marx percebe que, nesta organização social, parcela majoritária daquilo que é produzido é destinado à troca, ao mercado, e que esta operação tem como objetivo final a obtenção do lucro, onde, pretende-se, o capital retorna as mãos do capitalista de forma aumentada. Ora, embora o lucro seja realizado na troca no mercado, não é exatamente no intercâmbio de mercadorias que ele se produz. O cerne da sua produção reside na relação social entre as classes fundamentais do capitalismo, onde o capitalista, detentor dos meios de produção - maquinários e matérias primas (estes, denominados capital constante) - estabelece um “contrato” com uma quantidade de força de trabalho que produz, ao longo de um determinado período de tempo, uma quantidade de mercadorias muito além do que aquilo que lhe retorna sob a forma de salários (o qual Marx denominou de capital variável). O trabalho não pago pelo capitalista ao(s) trabalhador(es) - o mais-valor - é justamente o lucro que o capitalista poderá obter se houver êxito de venda de suas mercadorias. Daí que a contradição capital/trabalho produz uma primeira e importante tensão nas relações sociais de produção sob a organização capitalista: antagoniza o interesse de suas duas classes fundamentais - a burguesia, detentora dos meios de produção e o trabalhador assalariado, pois que condiciona a exploração desta classe por aquela em nome

---

<sup>9</sup> Segundo Harvey (2011), a principal forma de capital que começou a “dominar a partir de meados do século XVIII é aquela do capital industrial ou de produção.” (HARVEY, 2011, pág. 41). Destaca, a seguir, que o setor de serviços, produz a mercadoria de forma um pouco distinta, na medida em que não carece de intervalo de tempo entre sua produção e venda, todavia, o processo de produção de mais-valor mantém-se válido para o “setor de serviços”.

do lucro. Segundo Wood (2014) a relação de exploração no capitalismo se torna menos apreensível do que em outras épocas históricas,

No capitalismo moderno a relação de classe entre o capital e o trabalho é muito mais difícil de decifrar. Nesse caso, não existe transferência direta de trabalho excedente. Os trabalhadores não pagam rendas, nem impostos ou tributos a seus empregadores. Não existe nenhum meio óbvio de distinguir entre o que os trabalhadores guardam para si e o que eles cedem para o capital. De fato, longe de extorquir renda dos trabalhadores, o empregador lhes paga sob a forma de salário, e esse pagamento parece cobrir todo trabalho executado pelo trabalhador: um salário referente a oito horas, por exemplo, pelo trabalho executado em oito horas. Não é tão fácil deslindar como os trabalhadores criam a riqueza do capital por meio do trabalho pelo qual eles não recebem nenhuma recompensa ou, dito de outra forma, como o capital mantém mais benefício, sob a forma de lucro, do trabalho dos trabalhadores do que estes recebem sob a forma de salário. (WOOD, 2014, p. 15-6)

Quando o capital aumentado retorna às mãos do capitalista, ele gastará uma parcela deste com o seu usufruto pessoal e outra parcela ele reterá, visando recapitalizar, reinvestindo na produção e expandindo-a, a fim de maximizar seus lucros, parcela maior deste capital reinvestido tende a deter-se no capital constante: investimento tecnológico, ampliação e manutenção do maquinário e novas matérias-primas. Neste novo ciclo capitalista que se inicia, haverá o aumento do capital constante. Nisto, o investimento em tecnologias que torna as forças produtivas mais eficientes assume um lugar axial na concorrência intercapitalista. Este processo tem originado um dos aspectos mais criativos do capitalismo: a permanente inovação nas tecnologias. Todavia, este também é um processo contraditório. Se por um lado, a tecnologia permite aos seres humanos realizações impensadas em outras idades históricas - cito a conquista do espaço, a manipulação genética, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a imensa produção de alimentos, para ficarmos apenas com alguns poucos exemplos -, por outro lado, estas, quando aplicadas à produção, passam a substituir parcela da força de trabalho empregada no ciclo anterior, dispensando-a e aumentando o Exército Industrial de Reserva<sup>10</sup> ou superpopulação relativa. Esta superpopulação relativa, ao ofertar força de trabalho para além do necessário demandado pela produção, permite aos donos do meio de produção pressionarem

---

<sup>10</sup> Marx (2013), n' O Capital, elabora a "Lei geral de acumulação" onde analisa a formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (EIR) que, muito mais que excluídos, ocupam papel central na acumulação capitalista por servir como fator de depressão do preço da força de trabalho (salário) e como fator de sobretrabalho dos trabalhadores empregados por causa do aumento da concorrência. Segundo Marx, é possível delinear três grandes segmentos do EIR: 1) os trabalhadores que são admitidos em ciclos expansivos e dispensados em ciclos recessivos, denominados de população flutuante; 2) os jovens e trabalhadores ainda não adicionados aos circuitos de expropriação tipicamente capitalistas urbanos (como os trabalhadores rurais), denominados de população latente; 3) os trabalhadores ativos com ocupações sazonais ou irregulares, eventuais, bicos, denominados de população estagnada.

os valores pagos sob a forma de salário (capital variável) para baixo. Nestes termos, identificamos outras duas tensões inerentes ao desenvolvimento capitalista: se o emprego da tecnologia na produção aumenta a eficácia e a produtividade por um lado, por outro, desemprega parcela dos assalariados e pressiona a média salarial dos empregados para baixo, diminuindo o “mercado consumidor” local ou a demanda efetiva por mercadorias. Além disso, promove uma concentração de renda nas mãos das classes detentoras dos meios de produção. O sistema de crédito- uma das formas criadas para “burlar” este limite entre aumento da oferta e sufocamento da demanda- busca, dentre outras coisas, garantir o consumo das classes assalariadas, “amenizando” esta contradição e dialeticamente, criando outras, como colocar sob a gestão do sistema bancário e/ou financeiro parcela do trabalho remunerado recebido pelo trabalhador (CHESNAIS, 2005; HARVEY, 2011).

Outro ponto importante deste processo de produção capitalista também atinente ao processo de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a produtividade é que o aumento da oferta de mercadorias tende a pressionar o preço desta para baixo. Assim, ao mesmo tempo em que aumenta a sua produtividade e a produção de mercadorias, as relações de produção no capitalismo tendem a produzir uma queda na taxa de lucro por mercadoria. Uma nefasta consequência desta queda da taxa de lucros será o necessário aumento do processo de exploração sobre o trabalho como forma de compensá-la, seja expandindo esta produção a regiões onde a força de trabalho apresenta um custo menor, seja precarizando as relações de trabalho e aumentando a extração do “mais-valor”, seja sob distintas formas de expropriação. Ora, este novo ciclo capitalista tenderá a reforçar cada vez mais intensamente todas as características contraditórias do processo de produção de mercadorias sob a égide do capital. Dentre elas, a contínua concentração e centralização de capitais que produzirá, em determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, processos monopolísticos (junto aos demais processos: queda tendencial da taxa de lucros, aumento da superpopulação relativa, aumento da produtividade, etc.). A necessidade de expansão requererá ainda mais capital a ser reinvestido. De um lado, um vultuoso montante de capital industrial necessitando de somas cada vez maiores de capitais a fim de manter sua imperiosa acumulação; por outro lado, outro montante de capitais disponível no sistema bancário. Uma possível saída para este impasse estará na abertura da empresa para o mercado de ações, permitindo-as capitalizarem rapidamente sem terem de recorrer, de imediato, ao intrincado processo de produção mercantil. Esta é uma das possibilidades de fusão entre o capital industrial e o capital bancário. Outra possibilidade, segundo Lênin (2011), é a tomada de empréstimo pela indústria do capital entesourado nos bancos. Esta fusão do capital bancário

ao capital industrial, onde o primeiro assume a primazia do processo de acumulação, produzirá o que ficou conhecido como capital financeiro. Uma terceira alternativa, para o surgimento do capital financeiro, seria o que Lênin (2011) denominou de “união pessoal”, a saber, o fato de que gestores do capital bancário tornar-se-ão, simultaneamente, gestores do capital industrial e/ou vice-versa. Este capital hiperaumentado e monopolizado, precisará reiniciar um novo ciclo de acumulação, aumentando exponencialmente as contradições que seu próprio desenvolvimento produz. A sociedade do mercado, pressionada a expandir a acumulação, alimenta estes processos contraditórios que se expressarão de forma mais aguda nas crises cíclicas do capital. As crises do século XIX, a crise de 1929, de 1973, 1982/1983, 1999/2000, 2007/2008 têm sua origem nestes processos contraditórios, óbvio que cada crise manifestar-se-á de forma particular e específica, mas é possível deter-lhes certo padrão (HARVEY, 2011). Elas se tornaram ainda mais mundializadas na medida em que o capitalismo avançou para territórios que estavam sob a hegemonia do socialismo realmente existente, ao final do século XX. (HARVEY, 2008). Corolário deste processo de expansão será a profunda mercantilização dos distintos aspectos da vida. Esferas antes entendidas como sagradas ou mesmo como direitos universais passam e passarão a serem continuamente mercantilizadas, transformadas em mercadorias, como forma de expandir as relações sociais de produção capitalista. A produção e o controle genético sobre a vida - antes reservada ao “sagrado”- a mercantilização das águas e dos solos, a mercantilização da sexualidade são alguns aspectos deste processo, que, sempre que possível, como forma de expandir-se e amenizar a crise que esta expansão provoca, buscará mercantilizar também os consagrados direitos sociais universais como a saúde, educação, segurança e previdência promovendo uma verdadeira capitalização/financeirização dos recursos públicos, como veremos mais adiante. Todavia, antes, ressaltaremos alguns aspectos do processo de expansão e de crise do capitalismo contemporâneo e a atual expansão do denominado capital financeiro, sua faceta monopolista e a peculiaridade de sua forma contemporânea de imperialismo.

### *1.2. A Crise estrutural do capitalismo monopolista: a expansão do “capital financeiro”.*

Distintos analistas do campo crítico, ao se debruçarem sobre o capitalismo, destacam a permanência de uma longa crise- por alguns, alçada à estrutural (MESZAROS, 2009) - que se arrasta desde a década de 1970 até os dias atuais (HARVEY, 2011; CHESNAIS, 2005; FONTES, 2010; CASTELO, 2013; NEVES, 2005, 2010). Como resposta a esta crise, os setores

hegemônicos do capitalismo, desejosos em manter a taxa de crescimento do capital, irão (re)apresentar uma série de premissas cujo diagnóstico da “disfunção” do capitalismo atribuiu-se ao Estado. A maciça presença do Estado na economia, seja regulamentando setores econômicos e, assim, impedindo o seu “livre funcionamento”, seja pelo alto gasto do Estado na manutenção de serviços sociais, impedindo a produção de um superávit e provocando intensos endividamentos públicos; estes argumentos apontavam sua crítica ao modelo de Estado consagrado no pós-segunda guerra mundial nos países capitalistas centrais: o Estado de Bem-Estar Social, que terá no Brasil importante influência na construção do Estado Desenvolvimentista, conforme veremos adiante. Daí o “ressurgimento” do liberalismo ortodoxo pelo neoliberalismo cuja defesa do Estado-mínimo se sustenta nesta ideia de que a crise tem no aumento dos gastos estatais a sua principal razão de existência. Ou seja, para estes analistas a origem da crise do capitalismo não estaria nas contradições engendradas pelo seu próprio desenvolvimento entre as relações sociais de produção e as forças produtivas e sim, no momento superestrutural da organização capitalista: no Estado. E, por isso, seria necessário conter os gastos públicos, promovendo o ajuste fiscal e penalizando, assim, as denominadas políticas sociais. Como um intelectual brasileiro então afinado a esta ideia, Bresser-Pereira (1998) afirma que

A grande crise econômica dos anos 80 reduziu as taxas de crescimento dos países centrais à metade do que foram nos vinte anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (...). Quando afirmo que esta grande crise teve como causa fundamental a crise do Estado - uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática de se administrar o Estado -, estou usando como pressuposto que o Estado, além de garantir a ordem interna, a estabilidade da moeda e o funcionamento dos mercados, tem um papel fundamental de coordenação econômica (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 34).

Não para Mézáros. Para este pensador húngaro, por se tratar de uma crise estrutural do capital, diferente das demais que poderiam ser resolvidas de maneira paliativa, esta faz o capital se conflitar com os seus próprios limites. A necessidade de perpetuar o lucro, precisando explorar ainda mais o trabalho, estimulando a condição de trabalhadores cada vez mais precarizados, aliado a um crescimento retumbante do Exército Industrial de Reserva e toda a sorte de desempregados; produzindo a diminuição da taxa de utilização sobre a mercadoria (a obsolescência programada é um destes aspectos) e, com isso, produzindo um lixo que não consegue ser absorvido pela natureza e estressando os recursos naturais na medida em que demanda mais matérias-primas para aumentar a produção de mercadorias; bem como o

contínuo armamento das principais potências bélicas, delimitam três importantes aspectos à perpetuação do capital: o contínuo crescimento do complexo bélico-militar, em especial dos países centrais; o limite da degradação humana devido a precarização do trabalho, o aumento da exploração e a retirada de direitos sociais e trabalhistas; e o da degradação ambiental (exaustão dos recursos naturais disponíveis e crescimento exponencial da massa de lixo e poluição no planeta, devido à forma agressiva de expropriação do trabalho e da natureza). A permanência desta crise econômica também é ressaltada por outro pensador. David Harvey (2011) afirma que

Houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde 1973, em comparação com as muito poucas entre 1945 e 1973, e várias destas foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano. A primeira crise em escala global do capitalismo no mundo pós-Segunda Guerra começou na primavera de 1973, seis meses antes de o embargo árabe sobre o petróleo elevar os preços do barril. Originou-se em um crash do mercado imobiliário global, que derrubou vários bancos e afetou drasticamente não só as finanças dos governos municipais (como o de Nova York, que foi à falência técnica em 1975, antes de ser finalmente socorrido), mas também as finanças do Estado de modo mais geral. (HARVEY, 2011, p.14)

De acordo com Mészáros (2009), o expediente utilizado pelo capitalismo para sanar as pressões causadoras das crises anteriores era o uso do dispositivo bélico-militar e a promoção de guerras. Isto tem levado a uma situação de hipermilitarização dos Estados com o crescente gasto em armamentos dos países capitalistas desenvolvidos (com destaque para os EUA, Israel e outros) e com a exportação da guerra (e do capitalismo) para as mais variadas regiões do planeta, o que tende a reforçar a importância deste instrumento de dominação de classes- o Estado-nação- e não diminuí-la, na contemporaneidade, como entende Negri e Hardt (2001) e outros pensadores “pós-modernos”<sup>11</sup>. Todavia, este também é outro limite colocado ao capitalismo, em especial, depois da desintegração do Bloco “socialista”<sup>12</sup>, no final do século passado. Para Harvey, o capitalismo chegou a um ponto onde territorialmente não há para onde se expandir: o capitalismo chegou a uma amplitude mundial. E suas crises também (HARVEY, 2011). Além do imenso poder destrutivo em massa colocado pelos investimentos na indústria armamentista, outro limite do capital, as guerras localizadas atuais já não surtem o efeito do período anterior, quando elas auxiliavam na reprodução do lucro. Estes limites ecológicos,

---

<sup>11</sup> Vide seção 1.3, infra.

<sup>12</sup> O termo socialismo está entre aspas pois designa aqui, na verdade, os países que passaram pela experiência do socialismo realmente existente e que, no bloco europeu foram decisivamente marcadas pelas práticas e formulações do estalinismo que, no nosso entendimento, se afasta de importantes reflexões do materialismo histórico dialético.

humanos e militares, apontados pelos autores, só tendem a se agravar mediante a tomada de medidas dentro da ordem sociometabólica do capital que busquem revitalizá-los. Não obstante, o próprio desenvolvimento do sistema capitalista tem gerado uma crescente monopolização tanto dos meios de produção, quanto da apropriação da riqueza. Esta crescente concentração de riquezas tem sido percebida, inclusive, por analistas de fora do materialismo dialético, como Thomas Piketty (2014) em recente e conhecida obra sobre o tema.

Estes conglomerados capitalistas, cada vez em menor número, trazem consigo um determinante desta formação imperialista que é a fusão entre o “capital produtivo” e o “capital bancário”, processo observado por Lênin (2011) no início do século XX que, desde então, não tem cessado e, a partir da década de 1970, tem acentuado suas crises (HARVEY, 2008). Fontes (2010) denomina esta nova fase de acumulação de capital de capital- imperialismo. Todavia, observa Ellen Wood, que o imperialismo tipicamente capitalista (como o praticado pelos EUA) difere dos imperialismos de períodos anteriores justamente por sobrepor, como instrumento de subordinação dos países periféricos, os dispositivos econômicos aos bélicos- militar (não que estes não existam, mas não são o *modus operandis* prioritário desta forma de imperialismo, como o era em formas imperialistas do colonialismo e do neocolonialismo) e que isto traz a esta nova forma de imperialismo um caráter menos claro, mais opaco. Ora, aquela separação que as relações sociais de produção capitalistas produziram entre o econômico e o político permitindo que os mecanismos de coerção e de extração de mais valor fossem, mormente, econômicos, também produzirá transformações nos mecanismos imperialistas de exploração. Afirma Wood (2014),

O que torna a dominação de classe, ou o imperialismo, especificamente capitalista é a predominância da coerção econômica que se distingue da coerção “extra econômica”- política, militar ou judicial- direta. Ainda assim, isso não quer dizer. De forma alguma, que o imperialismo capitalista possa abrir mão da força extra econômica.

(...)

A dificuldade, mais uma vez, é que o papel da força extra econômica no imperialismo capitalista, bem como na dominação de classe capitalista, é opaco, porque em geral, ela opera não pela intervenção direta na relação entre capital e trabalho, ou entre Estados imperiais e subordinados, mas de forma mais indireta pela sustentação do sistema de compulsões econômicas, do sistema de propriedade (e do de não-propriedade) e da operação dos mercados. Mesmo quando se aplica a força direta na luta entre as classes- como quando a polícia prende os grevistas-, a natureza da transação tende a ser obscurecida pela neutralidade clara do poder coercitivo. Especialmente nas democracias liberais, com o sufrágio universal e as liberdades civis moderadamente bem estabelecidos, a polícia não é empregada do capital, mas representa um Estado que, em princípio, pertence a todos os cidadãos. Hoje, quando governos poderosos lançam ações militares contra outros mais fracos, somos levados a

entender que, também nesse caso, a força não opera imperialmente, mas com neutralidade, no interesse da comunidade internacional (WOOD, 2014, pág.17).

Isto não significa que a autora concorde com as análises que, mesmo dialogando com a teoria crítica, apontavam para um inexorável declínio do papel do Estado-nação e de suas funções na reprodução ampliada do capital, como sintetizada em uma importante obra acerca do imperialismo contemporâneo: O Império, de Hardt e Negri (2001). Diante da dissolução do bloco “socialista” e ao inexorável processo de “globalização” do capital, a sua intensa concentração e centralização, ao desenvolvimento dos meios de comunicação ocorrido nos últimos anos, Antônio Negri e Michael Hardt apontam para o “Império” como uma nova forma de poder do capital que não se limita a fronteiras, pois não se reveste da nacionalidade, e que, por buscar controlar cada vez mais diretamente os aspectos biopolíticos de cada indivíduo- onde o poder não tem mais uma centralidade, ultrapassa as instituições basilares da denominada Sociedade Disciplinar e caminha em direção à Sociedade de Controle. Aqui, a positivação do poder seria cada vez mais individual, horizontal, menos vertical e independente do Estado- caracterizando o Estado e sua funcionalidade de importante instrumento de construção da hegemonia, também do consenso/coerção, síntese e condensação da correlação de forças entre as classes. Os referidos autores, cuja referência nesta formulação advém do filósofo francês Michel Foucault e de outros denominados “pós-modernos”, acabam diminuindo, minimizando ou negligenciando o papel que os Estados-nação tem nesta “arqueologia do poder” (HARDT; NEGRI, 2001).

Para Wood (2014), o “novo imperialismo” caracterizar-se-ia não somente pela suas compulsões de mercados gradualmente mais onipresentes tornando a sua coercitividade cada vez mais econômica mas que, para tanto, torna-se fundamental a manutenção de um sistema global de múltiplos Estados-nações, a fim de cumprir distintas funções que não perderam importância, ao contrário reforçaram-no, tornando-o “talvez o único instrumento extra econômico indispensável – do capital global” e para o “imperialismo tipicamente capitalista” (WOOD, 2014, pág. 30). Sintetiza a autora

Resumindo: a separação do econômico e do político tornou possível a extensão do alcance econômico do capital para muito além do seu controle político- de uma maneira que era impossível para as formas anteriores de exploração política diretamente dependentes do poder militar e da dominação política. Mesmo assim o capitalismo nunca foi capaz de abrir mão dos Estados territoriais, cujas fronteiras são muito mais estreitas que as do império do capital. A apropriação capitalista ainda exige o apoio da coerção extra econômica, e o controle da operação de um Estado ainda é necessário para

oferecer a ordem administrativa e a força coercitiva de que o capital necessita, mas não tem. Com uma classe dominante caracterizada pela falta de poder coercitivo direto, o capitalismo é, ainda assim, mais dependente que qualquer outra forma social de uma ordem política que garanta a regularidade e a previsibilidade de que o capital necessita nas suas transações diárias. O capitalismo também depende de práticas e instituições extra econômicas para compensar suas próprias tendências disruptivas, a devastação do mercado e a privação da propriedade da maioria da qual depende o poder capitalista.

Todavia, estas interpretações críticas que apontam para a origem estrutural da crise do capitalismo monopolista não são compartilhadas pelos teóricos pró sistêmicos. Os liberais ortodoxos, antes mesmo das crises em 1970, da chamada “Escola Austríaca” de pensamento econômico e, posteriormente, pensadores estadunidenses (organizados em torno o que ficou conhecido como Escola de Chicago) passam a criticar o modelo de Estado de Bem-estar social. Este permanecia vigente à época da formulação destas críticas em boa parte dos países capitalistas centrais, ainda quando este modelo vivia aquilo que ficou conhecido como sua época de ouro” (devido à alta taxa de crescimento do PIB apresentado pelos países centrais do capitalismo na década de 1950-1960). Os escritos de Milton Friedman (1988), como “Capitalismo e Liberdade”, publicado originalmente em 1962 a partir de palestras proferidas ainda em 1956, afirmam que o Estado só deve ter ingerência sobre aqueles assuntos elencados como estratégicos e que, a partir do mais próximo possível do consenso, a maioria assim o determinar. A salvo este caso, o mercado disporia de melhores instrumentos para coordenar a ação humana. Já Hayek afirma em “Caminhos da Servidão”- publicado ainda sob o viger da Segunda Guerra Mundial em março de 1944- que qualquer forma de planejamento coletivista é prejudicial para as sociedades democráticas e se aproximariam do ‘totalitarismo’ que caracterizaria as duas principais ameaças à sociedade liberal, naquele momento: o nazismo alemão e o socialismo soviético. Para Hayek (2010), inclusive, ambas as teorias sociais tinham uma mesma origem.

Tornou-se quase um lugar-comum afirmar que fascismo e comunismo são meras variantes do mesmo totalitarismo que o controle centralizado da atividade econômica tende a produzir – afirmação que a muitos se afigurava quase sacrílega há doze anos.

Quaisquer que sejam os méritos deste livro, não consistem em haver reiterado essa tese, mas em ter examinado, com paciência e minúcia, as razões por que o planejamento econômico produz tais resultados indesejados, e o processo pelo qual eles se verificam. (HAYEK, 2010, pág. 15.)

Ou, de forma mais direta:

Poucos estão prontos a admitir que a ascensão do nazismo e do fascismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado necessário dessas mesmas tendências. Esta é uma verdade que a maioria das pessoas reluta em aceitar, mesmo quando as semelhanças entre muitos aspectos detestáveis dos regimes internos da Rússia comunista e da Alemanha nacional-socialista são amplamente reconhecidas. (HAYEK, idem, pág. 31).

Não obstante, este pensador entendia, devido às características intervencionista e planejadora do Estado de Bem-Estar-Social que este também se enquadrava nos modelos de sociedades socialistas.

Quando o escrevi, socialismo significava, inequivocamente, a estatização dos meios de produção e o planejamento econômico central que ela tornava possível e necessário. Nesse sentido, por exemplo, a Suécia está hoje muito mais distante do socialismo em matéria da organização que a Grã-Bretanha e a Áustria, embora a Suécia seja tida em geral como bem mais socializada. Isto se deve ao fato de que socialismo passou a significar sobretudo a redistribuição extensiva da renda por meio da tributação e das instituições do estado previdenciário (welfare state) (HAYEK, 2010, pág. 27).

Aqui o pensamento do economista austríaco se difere do pensamento do professor da Universidade de Chicago. Friedman, ao contrário de Hayek, acredita que a organização econômica dos Estados fascistas europeus tinham características próximas da organização capitalista.

A Itália fascista e a Espanha fascista, a Alemanha em diversas ocasiões nos últimos setenta anos, o Japão antes da Primeira e da Segunda Guerra Mundial e a Rússia Czarista nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, constituem sociedades que não podem, de modo algum, ser consideradas politicamente livres. Entretanto, em cada uma delas, a empresa privada era a forma dominante da organização econômica. É, portanto, claramente possível haver uma organização econômica fundamentalmente capitalista e uma organização política que não seja livre (FRIEDMAN, 1988. Pág. 19).

Ademais pequenas diferenças, ambos pensadores têm ideias muito similares. Em comum, um pensamento que segue o mesmo sentido: para estes, o Estado deveria se reduzir ao mínimo, ampliando a esfera de ação do mercado, aqui entendido como o mantenedor das iniciativas individuais, possibilitando a oferta pelo mercado daquilo que então era garantido pelo Estado.

Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e conta nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. Além desta função principal, o

governo pode, algumas vezes, nos levar a fazer em conjunto o que seria mais difícil ou dispendioso fazer separadamente. Entretanto, qualquer ação do governo neste sentido representa um perigo. (FRIEDMAN, 1988, pág. 12)

A liberdade individual e o livre mercado, para estes pensadores, só poderiam ser garantidos em- e garantidores de- uma sociedade cujo Estado versasse tão somente naquilo que fosse estritamente necessário. Segundo Friedman (1988):

A organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si próprio. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política. (p. 17)

Uma formulação próxima, presente em Hayek é a que segue:

O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações. Para que o indivíduo possa empregar com eficácia seus conhecimentos na elaboração de planos, deve estar em condições de prever as ações do estado que podem afetar esses planos. Mas, para que tais ações sejam previsíveis, devem ser determinadas por normas estabelecidas independentemente de circunstâncias concretas que não podem ser previstas nem levadas em conta de antemão – e os efeitos específicos dessas ações serão imprevisíveis. Por outro lado, se o estado dirigisse as ações individuais visando a atingir objetivos específicos, teria de agir com base em todas as circunstâncias do momento, e, portanto, suas ações seriam imprevisíveis. Daí o conhecido fato de que, quanto mais o estado “planeja”, mais difícil se torna para o indivíduo traçar seus próprios planos. (HAYEK, 2010, p. 91-2)

Ora, para estes, o aumento dos gastos do Estado com políticas sociais, a sua inerente incompetência para a tratativa de assuntos melhor resolvido pelo mercado, o aumento da carga tributária para cobrir os crescentes gastos, dentre outros fatores estão no cerne da crise econômica vivenciada em 1970 e estas críticas passarão a compor o *mainstream* dos especialistas econômicos internacionais, ganhando mais eco a partir de então.

A América Latina servirá, ainda nos anos 1970, de laboratório de medidas contrarreformistas inspiradas no ideário neoliberal. Medidas de diminuição do Estado, ou a premissa do Estado-Mínimo passarão a ser implementadas- em maior e menor escala- em distintos países a partir do final daquela década (no Chile, com Pinochet, a quem mantinha Friedman como consultor), e na década de 1980 na Europa (cito como ilustração a Inglaterra, com Margareth Thatcher) ou nos EUA (com o governo Ronald Reagan). No Brasil, mesmo

antes de este discurso alçar o poder, ele já aparecerá sendo defendido por importantes setores da burguesia local e seus aparelhos privados de hegemonia. Era o caso da Confederação Nacional das Indústrias e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Estas ideias ganharão mais vulto na década de 1990 quando a articulação em torno do discurso do “Estado mínimo”, com forte impulso das burguesias associadas local e seus APHs, alçará ao poder Collor de Melo e influenciará a tônica das políticas públicas e econômicas implementadas aqui. Todavia a chegada destas ideias pelas nossas terras já se dará num contexto onde, internacionalmente, críticas substanciais a este modelo já ganhavam a adesão de importantes partidos políticos, intelectuais, fundações, universidades, dentre outros aparelhos privados de hegemonia das frações dominantes.

Ainda em 1989 distintos economistas ligados às principais agências do capitalismo internacional: Banco Mundial/BIRD (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), o Departamento de Tesouro Norte Americano, entre outros se reuniram em Washington, buscando avaliar o impacto destas contrarreformas na América Latina. Os debates ali promovidos e as “recomendações para os países em desenvolvimento” ali “sugeridas” passam a ser chamadas de “Consenso de Washington”. Dentre as recomendações formuladas, que passarão a compor a agenda do BM e FMI, encontram-se: a defesa do ajuste fiscal, uma política de privatizações de empresas estatais, uma reforma tributária, abertura comercial, derrubada das barreiras alfandegárias para o Investimento Estrangeiro Direto, e a desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas. O Brasil esteve representado neste encontro por três representantes: Pedro Malan, Marcílio Marques Moreira e Luiz Carlos Bresser-Pereira (LEHER, 2010). Segundo Rodrigo Castelo,

Neste período, temos a aplicação quase integral de tal receituário nos países latino americanos. Seguindo de perto as recomendações elaboradas por economistas neoclássicos dos principais centros universitários estadunidenses e por tecnocratas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), governos da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Venezuela e tantos outros colocaram em prática medidas preconizadas pelo Consenso de Washington, tais como a alta das taxas de juros, o equilíbrio fiscal, a privatização das empresas públicas, a redução dos gastos sociais a liberalização financeira e comercial e a garantia dos direitos de propriedade. Além disso, podemos constatar a desnacionalização e o desmonte dos parques produtivos nos países que haviam logrado algum grau mais avançado de industrialização, bem como uma espécie de inserção neocolonial na divisão internacional do trabalho, com o aumento do peso de produtos primários na pauta de exportações dos países latino-americanos. Por mais ou menos 20 anos, o neoliberalismo foi o modelo de integração subordinada da América Latina à nova fase imperialista do grande capital, reafirmando o caráter

espoliativo, dependente e iníquo do modo de produção capitalista da região. (Castelo, 2010, pág. 22)

Ao passo que as escolas liberais e suas agências de propagação fortaleciam a pauta do “Estado mínimo” e da livre iniciativa como as mais adequadas formas políticas de viabilizarem a democracia, pois ambas se calcavam na liberdade, diversas medidas foram tomadas para permitir um fluxo contínuo de capitais entre as distintas regiões, uma importante necessidade para o acúmulo de capitais produzidos, em especial, nos países centrais e, certas vezes, associados a capitais acumulados nos países periféricos. Ainda na década de 1970, o processo de expansão do chamado capital financeiro tem importantes avanços. A crise do dólar de 1968 resultará na adoção de uma política de câmbio variável a partir do dólar, pondo fim ao sistema de Bretton Woods. Esta proposta de câmbio variável tinha em Milton Friedman um dos seus mais entusiasmados defensores.

Ser a favor de taxas de câmbio flutuantes não significa ser a favor de taxas de câmbios instáveis. Quando apoiamos um sistema de preços livre, não significa que somos a favor de um sistema em que os preços flutuem violentamente para cima e para baixo. O que desejamos é um sistema em que os preços sejam livres para flutuar- mas no qual as forças que os determinam sejam suficientemente estáveis de modo que os preços mudem dentro de limites moderados. O mesmo se aplica num sistema de taxas de cambiais flutuantes. O objetivo último é um mundo em que as taxas cambiais, embora livres para variar, sejam de fato altamente estáveis porque políticas econômicas e condições básicas são estáveis. A instabilidade das taxas de câmbio é um sintoma da instabilidade da estrutura econômica subjacente. A eliminação de tais sintomas pelo congelamento administrativo das taxas cambiais não corrige nenhuma das dificuldades subjacentes e só torna o ajustamento a elas ainda mais penoso (FRIEDMAN, 1988, p. 67-68)

Além desta, ocorrerá uma série de desregulamentações relacionadas ao sistema financeiro, naquilo que Chesnais (2005) denominou de mundialização das finanças, caracterizado por três processos coetâneos.

A mundialização financeira remete tanto à “descompartimentalização” interna entre diferentes funções financeiras e diferentes tipos de mercado (de câmbio, de crédito, de ações, de obrigações) quanto a interpenetração externa dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração nos mercados mundializados. A descompartimentalização externa se apoia sucessivamente na liberalização dos mercados de câmbio, na abertura dos mercados de títulos públicos aos operadores estrangeiros e na abertura da Bolsa às empresas estrangeiras. A descompartimentalização interna abriu caminho para uma (des)especialização progressiva dos bancos em nome da concorrência e da liberdade de empreendimento. É o terceiro “D”, a desintermediação, que permite às instituições financeiras não bancárias ter acesso ao mercado como

emprestadoras. Foram elas que tiveram um crescimento particularmente espetacular desde o início da desregulamentação financeira. (CHESNAIS, 2005, pág. 46).

No atual estágio da reprodução, o capital apresenta uma configuração específica, onde o capital portador de juros- e nesta categoria se inclui a dívida pública dos Estados- se localiza no centro das relações econômicas e sociais. Nesta configuração se destaca as instituições financeiras bancárias e não bancárias. A grande característica desta esfera da reprodução é sua capacidade de

“fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. (CHESNAIS, 2005, pág.35)

Esta configuração teve como impulso a liberalização e desregulamentação dos países centrais do capitalismo dos seus sistemas financeiros. Inicialmente capitaneados pelos bancos (e posteriormente por fundos de pensão, investimento, seguradores, etc.) este capital se acumula na mesma medida que aumenta a função do mercado e o poder dos investidores.

É necessário lembrar as etapas do processo de acumulação financeira que levou a esse resultado. Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que tem por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros- divisas, obrigações e ações- mantendo-os fora da produção de bens e serviços (CHESNAIS, 2005, p. 37)

Ainda na década de 60, a “invenção” da conta-salário faz passar pelo sistema bancário toda a massa de capital variável destinada ao pagamento dos salários dos trabalhadores, disponibilizando aos bancos um volume de capitais que servirá para investidas no mercado financeiro. Em 1958, no Reino Unido, permitiu-se a criação de um mercado interbancário de capitais líquidos, denominados de *eurodólares*. No período seguinte, o capital oriundo da alta do petróleo foi disponibilizado como crédito para os países do Terceiro Mundo, eram os *petrodólares*.

As bases da dívida do Terceiro Mundo foram lançadas e, com elas, um mecanismo de transferência de recursos que possui a capacidade de se reproduzir no tempo. Lembremo-nos de suas origens e características. Independentemente de seu contexto histórico específico, a dívida pública sempre teve por origem as relações de classe e o poder político que permitem

aos ricos escapar amplamente, ou mesmo quase completamente, dos impostos. Uma vez que o montante ultrapassa certo teto, seu reembolso se assemelha ao tonel de Danaides<sup>13</sup>. (CHESNAIS, 2005, p.39)

Fortalece-se este setor da economia (atrelado ao capital financeiro) tornando-o o mais pujante no processo de acumulação de capitais e necessitando eliminar barreiras que prejudicassem a sua livre circulação,

Acima de tudo, uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável. A desregulamentação das finanças, que começou no fim dos anos 1970, acelerou-se depois de 1986 e tornou-se irrefreável na década de 1990. (HARVEY, 2011, p. 22)

Esta arquitetura influenciava diretamente a vida das populações dos países capitalistas. No mundo do trabalho, esta forma de acumulação, ao pressionar o capital industrial a aumentar a sua taxa de lucratividade, impõem novas normas de rentabilidade, que geram pressões sobre os salários. O já falado advento da conta-salário disponibilizará aos bancos um montante de capitais a serem utilizados para a acumulação. Ainda, a privatização da previdência, ocorrida em diversos países centrais, também disponibilizará a estes fundos, recursos possíveis de serem capitalizados e, por outro lado, cooptará setores da classe trabalhadora que dependerão do sucesso do banco/fundo de pensão para ter garantida a sua aposentadoria (CHESNAIS, 2005.)

Os assalariados aposentados deixam de ser “poupadores” e tornam-se, sem que tenham clara consciência disso, partes interessadas das instituições cujo financiamento repousa na centralização de rendimentos fundados na exploração dos assalariados ativos, tanto nos países onde se criaram os sistemas de pensão por capitalização quanto naqueles onde se realizam as aplicações e as especulações. Os planos de poupança salarial fazem de seus beneficiários indivíduos fragmentados, cuja personalidade social está cindida: de um lado, a de assalariados e, de outro, de membros auxiliares das camadas rentistas da burguesia. (CHESNAIS, 2005. p.51-2)

Uma série de agências internacionais será alçada ao patamar de condutores do processo de mundialização e elas terão como objetivo garantir este fluxo de capitais entre os distintos territórios.

Para que tudo isso aconteça de forma eficaz, em última análise, é preciso criar instituições internacionais com caráter de Estado, como as criadas no âmbito do Acordo de Bretton Woods para facilitar e regulamentar os fluxos internacionais de capital. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, juntamente com o Banco de Compensações Internacionais na

---

<sup>13</sup> Segundo a mitologia grega, as irmãs Danaides foram condenadas a encherem um tonel sem fundo.

Basileia, são centrais aqui, mas outras organizações, como a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o G-7 (mais tarde G-8), agora expandido para G-20, também desempenham um papel importante, na medida em que os bancos centrais do mundo e os departamentos de Tesouro procuram coordenar suas ações para constituir uma arquitetura financeira mundial em evolução para uma versão internacional do nexó Estado-finanças (HARVEY, 2011, p. 49-50).

Por distintas vezes, estas agências condicionavam a liberação de créditos para os “países em desenvolvimento” mediante a realização de itens desta agenda. Ora, a mundialização do capitalismo e sua financeirização, aprofundam a eficácia dos mecanismos do imperialismo tipicamente capitalista e, portanto, baseado na coerção econômica.

Quase sempre os Estado imperiais, agindo unilateralmente ou por meio de instituições supranacionais como o FMI, conseguem associar condições desse tipo a empréstimos criados para reestruturar as economias receptoras a fim de torna-las mais suscetíveis a pressões econômicas. (WOOD, 2014, p. 29)

Todavia, mesmo a adoção dos principais pontos desta agenda neoliberal não será suficiente para impedir o aparecimento de novas crises cíclicas do capitalismo. Justo ao contrário, estas medidas, ao não identificarem as contradições do capitalismo como produtoras destas crises, tenderão a torná-las cada vez mais graves e perversas com as classes subalternas. Ao final da década de 1990, os países denominados como “Tigres asiáticos” sofreram com a queda repentina das bolsas de valores em um processo que teve efeito dominó. Esta crise chegará a América Latina. No Brasil, a crise se fará presente nos últimos anos do governo de FHC que apresentará índices de crescimento econômico bem abaixo do que se estipulava junto a uma grave recessão. Com mais força, também na Argentina onde atingirá a esfera política. Frente a brutal desvalorização da moeda local (peso argentino) o país chegará a decretar moratória das contas públicas e a ter cinco presidentes diferentes em apenas duas semanas.

No final da década de 1990, o neoliberalismo demonstrou os seus primeiros sinais de esgotamento. As promessas não foram cumpridas, e a América Latina continuou imersa na dependência e no subdesenvolvimento. Todas as contrarreformas propostas pelo Consenso de Washington resultaram no aumento das desigualdades econômicas, sociais, culturais e regionais entre classes, povos e países da América Latina. Uma série de desequilíbrios macroeconômicos e sociais se manifestou, como o do balanço de pagamentos e a degradação do mundo do trabalho, expressa no desemprego estrutural, na precarização das relações trabalhistas, na redução dos direitos sociais e no aumento do pauperismo. Tais sinais de enfraquecimento do projeto neoliberal abriram novos espaços de luta e confrontos na América Latina, que viu surgir novos sujeitos históricos organizados em torno de movimentos sociais. (CASTELO, 2010, p. 22)

Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2010) reforça este quadro e elenca uma série de consequências nefastas que a aplicação da agenda neoliberal trouxe para as populações da América Latina e, em especial, à classe trabalhadora. Além das distintas medidas já pontuadas ao longo do presente texto, o autor enumera o retorno de formas de trabalho escravo, o avanço do agronegócio- e de sua forma fundiária análoga: o latifúndio- fagocitando as pequenas e médias propriedades agrícolas, a falta de moradia nos centros urbanos, a escalada da violência urbana e rural, o retorno de epidemias e endemias consideradas erradicadas (como o cólera, dengue e a febre amarela, acrescento), a degradação da população indígena em todo subcontinente, a corrupção que suga substanciais recursos públicos, a proliferação de Bases militares estadunidenses em distintos países latino americanos são algumas destas consequências que indicam não só o malogro da agenda neoliberal mas mais grave, para o autor, promovem uma “reversão neocolonial”.

A ampliação da dependência tecnológica e financeira do exterior teve como contrapartida uma brutal intensificação das transferências de renda ao exterior, acirrando o caráter tributário das economias latino americanas. A especialização na produção de bens primários intensificou a transferência de excedentes econômicos ao exterior por conta da conhecida tendência estrutural à deterioração dos termos de troca. O aumento exponencial do passivo externo implicou grandes transferências de recursos para pagamentos de despesas com juros, amortizações remessas de lucro e *royalties*. A lógica do ajuste fiscal permanente destinada a viabilizar a geração de megassuperávits fiscais levou a uma gigantesca sangria de recursos fiscais para as mãos dos credores do Estado. Por fim, num contexto de absoluta integração do mercado financeiro nacional ao internacional, a nova dependência deixou as economias nacionais ainda mais vulneráveis a processos especulativos de fugas de capitais. (SAMPAIO JÚNIOR, 2010, p. 46-7)

Não o bastante, em 2007/2008 a crise econômica estrutural do capital se manifesta de modo agudo nos EUA, conforme nos mostram os estudos de Harvey (2011), Wood (2014), Brunhoff (2010) e Iturbe (2009) crise que se propaga no tempo e que alcança de modo drástico o Brasil a partir de 2013/2014.

A crise engendra problemas profundos em distintos setores das economias centrais. Nos EUA, gigantes como a GM quase vão a falência, só se salvando graças à ajuda de suas coirmãs. A Islândia se encontrará praticamente falida. Segundo Márcio Lupatinni, a crise que se inicia em 2007/2008 coloca em xeque as interpretações que afirmam serem as políticas públicas sociais as causadoras da crise fiscal e com isso, da própria crise econômica, pois

... a crise atual, a qual se manifesta desde 2007/2008, na denominada “crise do subprime” nos Estados Unidos, é uma crise do capital. A dívida pública e seu aumento não se colocam em função da morosidade, ineficiência dos Estados ou benevolência destes com a classe trabalhadora, ou ainda em decorrência de problemas de gestão etc., tampouco pode ser considerada a causadora da crise. Houve um aumento significativo da dívida, pós- 2008, em decorrência das ações dos principais Estados com o intuito de evitar uma brutal desvalorização do capital fictício, para assegurar a reprodução ampliada do capital, neste sentido, Estados benevolentes, mas com o capital. A relação dívida pública (esfera federal) e PIB nos países da OCDE entre 2007 e 2009, saltou de 55,1% para 69,7% (LUPATINNI, 2012, pág. 71)

De acordo com Harvey, o padrão desta crise se assemelha em importantes aspectos a das crises anteriores, no entanto, esta é a crise que representa o auge deste padrão. Um detalhe importante, entretanto, se destaca nesta: a sua origem no mercado imobiliário.

Até o fim de 2007, quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejados. Os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel. Isso desencadeou uma espiral de execuções hipotecárias que diminuiu ainda mais os valores das casas. (HARVEY, 2011, p. 9)

Ora, destaca Harvey, se por um lado milhões de indivíduos perdiam os seus bens, do outro lado da balança, alguns investidores tinham ganhos extraordinariamente grandes. Entrementes, a permanência da crise do subprime<sup>14</sup>, como ficara conhecida, levará a falência, a fusões forçadas e a mudanças de estatutos dos maiores bancos de investimento que operavam em Wall Street, o coração do sistema financeiro mundial, e, em seguida, dá-se o chamado efeito cascata, levando a crise para as demais economias financeirizadas e mundializadas.

O resto do mundo, até então relativamente imune (à exceção do Reino Unido, onde problemas análogos no mercado da habitação já tinham vindo à tona, o que levou o governo a nacionalizar uma casa de empréstimos importantes, a Northern Rock), foi arrastado precipitadamente para a lama, gerada em particular pelo colapso financeiro dos EUA. No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca “tóxicos” detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre.

Até o outono de 2008, tremores quase fatais já haviam se espalhado para o exterior, dos bancos aos principais credores da dívida hipotecária. As instituições de crédito Fannie Mae e Freddie Mac, licenciadas pelo governo dos Estados Unidos, tiveram de ser nacionalizadas. Seus acionistas foram

---

<sup>14</sup> O *subprime* é uma forma de hipoteca de alto risco, oferecido a pessoas que não detinham boa avaliação do mercado para a contratação do financiamento da casa própria. Em geral, a taxa de juros é pós-fixada, a depender da oscilação do mercado, e mediante o aumento desses juros haverá uma alta taxa de inadimplência deste tipo de crédito, sendo este um gatilho importante na crise de 2007/2008.

destruídos, mas os portadores de títulos, incluindo o Banco Central chinês, mantiveram-se protegidos. (HARVEY, 2011, p. 9)

O autor destaca que para os países capitalistas dependentes como o Brasil o impacto da crise chegou sob a forma de queda dos preços das *commodities* (cf. **Tabela 7**- Série Histórica do preço do petróleo bruto Brent-U\$ no ANEXO 1 do presente trabalho), todavia, ela se estende até hoje e tem claro efeito em distintas propostas de contrarreformas que consolidaram a retirada de direitos, em especial de 2016 para cá. No que diz respeito a economia mundial, na primavera de 2009, o FMI estimava que mais de 50 trilhões de dólares de valores ativos haviam evaporados devido à crise, identificando a sua origem em 2008, justamente pelo aprofundamento das reformas neoliberais formuladas como respostas para a crise econômica da década de 1970. Estas medidas engendrarão uma brutal repressão salarial, a desarticulação das entidades representativas da classe trabalhadora, o brutal crescimento do exército industrial de reserva, a substituição de força de trabalho humana por maquinário, a feminização da exploração, dentre outros fatores que criarão um problema de demanda, pois que afetará a capacidade de consumo da classe trabalhadora.

Um obstáculo para a acumulação de capital – a questão do trabalho – é superado em detrimento da criação de outro – a falta de mercado. Então, como contornar essa segunda barreira?

A lacuna entre o que o trabalho estava ganhando e o que ele poderia gastar foi preenchida pelo crescimento da indústria de cartões de crédito e aumento do endividamento.

(...)

O problema da demanda foi temporariamente superado, no que diz respeito à habitação, pelo financiamento da dívida dos empreendedores, assim como dos compradores. As instituições financeiras controlavam coletivamente tanto a oferta quanto a demanda por habitação! (HARVEY, 2011, p. 22)

Outra forma de resolver o problema da demanda era a contínua exportação de capital para outros países, processo que se intensifica a partir de 1970. Parcela deste capital se destinava a empréstimos a países endividados, em especial os da América Latina, e o FMI/BIRD reforçou o seu papel de disciplinador global. Surge assim, novos nichos de mercados.

Novos mercados estranhos surgiram, liderados pelo que se tornou conhecido como “sistema de banco às escuras”, permitindo o investimento em trocas de crédito, derivativos de moeda e assim por diante. O mercado de futuros abarcou tudo desde o comércio de direitos de poluição até apostas sobre o tempo. De quase nada em 1990, esses mercados cresceram e passaram a circular aproximadamente 250 trilhões de dólares em 2005 (a produção total

mundial foi então de apenas 45 trilhões de dólares) e talvez algo como 600 trilhões de dólares em 2008. (HARVEY, 2011, p. 26)

A tendência a este tipo de investimento se tornou generalizada. “Muitas das grandes corporações não financeiras geravam mais dinheiro de suas operações financeiras do que fazendo coisas. Isso foi particularmente verdadeiro na indústria automobilística” (idem, p. 28). Assim, o reinvestimento de capitais na produção passa a ser decrescente, já que estes capitais serão mormente investidos naquelas operações que lhes garantam maior taxa de retorno e, sobremaneira, a esfera financeira tem demonstrado maior retorno do que a esfera produtiva. Todavia este capital será pressionado, em algum momento de sua circulação, a se recapitalizar na esfera produtiva, exigindo que novas saídas lucrativas sejam buscadas. Assim, o desmonte do Estado operado em distintos países sob o ideário neoliberal e suas agências se tornará uma fonte de riqueza, promovendo o que Fontes (2010) denominará de expropriação secundária,

Boa parte dos procedimentos de privatização de empresas públicas experimentados nas últimas décadas assemelha-se às expropriações primárias, pois incidiram sobre bens coletivos, similares às terras comunais; porém, ocorriam também em âmbitos *internos*, em sociedades nas quais já vigoravam plenamente relações capitalistas, diferindo das primeiras que até então avançavam sobre populações e sociedades não integralmente capitalistas. As expropriações sobre bens coletivos ocorreram como violência e como *extinção de direitos*, até então consolidados através de privatizações de instituições públicas, industriais ou destinadas a prover educação, saúde, previdência social, transporte, etc. As expropriações contemporâneas não pararam por aí e devoraram também bens naturais sobre os quais até então não incidia propriedade exclusiva de tipo capitalista, como as águas doces e salgadas, o patrimônio histórico e cultural (convertido em mercadoria através do turismo), o patenteamento de códigos genéticos, a qualidade do ar. Um dos elementos a considerar é a sistemática retirada do direito ao contrato de trabalho, ou a expropriação de direitos associados à atividade de produção de valor. (FONTES, 2010, p. 60, grifos da autora)

No que concorda Chesnais:

Nos grandes locais de acumulação financeira onde não foi possível compensar, a exemplo dos Estados Unidos, a queda da taxa de lucro retido pela importação de capital estrangeiro, a extensão das privatizações dos serviços públicos e dos sistemas de previdência representa o pilar das políticas de sustentação e de alimentação dos mercados financeiros. (CHESNAIS, 2005, pág.61)

Ora, diante a relação dialética entre capital trabalho na sociedade capitalista, esta crise também teve consequências nefastas para o mundo do trabalho. Uma contínua precarização das

relações trabalhistas, a retirada ou “flexibilização” dos direitos, o aumento da terceirização, da informalidade, tem como pano de fundo o objetivo de aumento da exploração do capital sobre o trabalho, sendo esta uma “saída” para determinadas conjunturas de “crise” do capitalismo.

Segundo Ricardo Antunes

no meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX- resultado de uma secular luta operária por direitos sociais- que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que oscilam entre a superexploração e a própria auto exploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. (ANTUNES, 2009, p. 13)

Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2010) ressalta como a modernização tecnológica levará ao enfraquecimento das organizações da classe trabalhadora (como os sindicatos) e seu poder de barganha, frente “à formação de um verdadeiro exército industrial de reserva de mão de obra em escala mundial” (SAMPAIO JÚNIOR, 2010, p.42)

Os ataques às organizações ligadas a classe trabalhadora não se encerram na coerção meramente econômica. Diante a estas drásticas mudanças, torna-se necessário pensar mecanismos de conformação da classe trabalhadora, no sentido de amenizar as tensões sociais originadas por estes processos onde, reafirmamos, a educação passará a cumprir primordial papel. Motta (2012a) atenta para a necessidade de perceber os mecanismos históricos que levarão a educação a se subordinar aos imperativos econômicos. Todavia, não apenas de hegemonia- ou a direção intelectual e moral de frações da(s) classe(s) dirigente(s) que conforma a vontade coletiva- será o caráter deste processo. Quando necessário ela virá sob a forma de coerção, em especial no que diz respeito ao trabalho organizado e suas associações. Estas passarão a ser alvos contínuos de ataques tanto da sociedade política quanto dos aparelhos privados de hegemonia das frações dirigentes com objetivo de deslegitimá-los e atacá-los.

Se tudo isso falhasse, havia pessoas como Ronald Reagan, Margaret Thatcher e o general Augusto Pinochet à espera, armados com a doutrina neoliberal, preparados para usar o poder do Estado para acabar com o trabalho organizado. Pinochet e os generais brasileiros e argentinos o fizeram com poderio militar, enquanto Reagan e Thatcher orquestraram confrontos com o grande trabalho, quer diretamente no caso do confronto de Reagan com os controladores de tráfego aéreo e a luta feroz de Thatcher com os mineiros e os sindicatos de impressão, quer indiretamente pela criação de desemprego. Alan Budd, conselheiro chefe econômico de Thatcher, mais tarde admitiu que “as políticas dos anos 1980 de ataque à inflação com o arrocho da economia e

gastos públicos foram um disfarce para esmagar os trabalhadores”, e assim criar um “exército industrial de reserva”, que minaria o poder do trabalho e permitiria aos capitalistas obter lucros fáceis para sempre. (HARVEY, 2011, pág. 21)

Não obstante, embora o aparato coercitivo estivesse sempre de prontidão para ser acionado, distintos aparelhos privados de hegemonia (intelectuais, partidos políticos, fundações, universidades, jornais, TVs, etc.) ligados à classe dominante, mediante as consequências adversas da aplicação ortodoxa do neoliberalismo, passam a reorientar o debate sobre o modelo societário a ser implementado nas economias capitalistas, tanto nos países centrais quanto, principalmente, nos países periféricos, a fim de reafirmarem a sua hegemonia. Neste sentido, criticam a ortodoxia do neoliberalismo, mas não fogem das premissas liberais e darão origens a distintas vertentes que podem ser agrupadas sob a insígnia de “sociais-liberais”, tema de nossa próxima seção.

### 1.3. *O social-liberalismo e suas vertentes.*

Face aos resultados adversos ao esperado pela aplicação da agenda neoliberal, setores e frações da própria burguesia junto a seus intelectuais orgânicos passam a produzir uma crítica por dentro do liberalismo à ortodoxia neoliberal, ainda no final do século XX. Assim, surgirão propostas que, embora critiquem e busquem se diferenciar do neoliberalismo terão, em diversos aspectos comuns, mais o caráter de identidade podendo serem considerados maneiras de revitalizar o neoliberalismo (MARTINS et al., 2010; CASTELO, 2013, passim).

Como em todo desenvolvimento teórico, qualquer datação de seu início implica em um recorte arbitrário, no entanto, é possível perceber que as ideias que moverão os sociais liberais do último quartel do século XX e início do XXI têm momentos de maior proliferação e adesão. Destarte, é verossímil relacioná-las às indagações trazidas pelas correntes conhecidas como “pós-modernas”. Estas, embora com participação expressiva de intelectuais identificados com a esquerda do espectro político, terão notável influência na constituição daquelas ideias sociais liberais (MARTINS et al., 2010; JAMENSON, 2007).

Não obstante presente formulações muito difusas e diversas entre os seus principais intelectuais, pois que influenciava todos os espectros políticos, o pós-modernismo apresenta certas características em comum. Recusa, em boa parte, as premissas que embalam a produção do conhecimento moderno: o “pós-modernismo” questiona a validade de discursos ideológicos universalistas e totalizantes, a racionalidade como instrumento epistemológico e a

ação política coletiva como viável para a resolução dos problemas sociais. Em seu lugar, rechaçavam qualquer ideia de verdade, sempre considerada com *deus ex machina*, e revalidavam os discursos parciais e fragmentários, apoiados em identidades de grupos sociais e não de classes. Invés da ação política coletiva, e seu caráter autoritário- haja vista imporem ao “todo social” a vontade de uma maioria, menosprezando as minorias- e universalizante, reafirmavam a ação política individual ou parcial ou mesmo a valorização da micropolítica. Mesmo os termos modernos de esquerda e direita política, consagrados na Revolução Francesa, não fariam mais qualquer sentido. Para esta corrente de pensamento, a sociedade pós-industrial como muitos a nominaram, assistirá à desintegração das classes sociais, tendo em conta o aumento do setor de serviços e o atrofiamento da importância econômica do setor industrial. O fim do trabalho como conhecíamos faz perder o sentido do chamado conflito de classe e, com isso, as teorias que as sustentam: tanto o liberalismo quanto o socialismo. (ANDERSON, 1999; HARVEY, 2008). Alguns pensadores, como Peter Drucker, iriam mais longe e anunciavam o alvorecer de uma sociedade pós-capitalista. (MARTINS et al., 2010). Em uma sociedade marcada pelas intensas e aceleradas mudanças, nenhuma ação política pode ter suas claras consequências previstas. A imprevisibilidade do resultado da ação política serve para deslegitimar qualquer projeto social mais amplo e ideologicamente organizado, que seria, meramente, uma teleologia. Foi, inclusive, proclamado o fim das ideologias. Um novo individualismo era celebrado, cujo cerne era a sua autonomia, a pró atividade diante ao Estado, já não era a mercadoria que ocupava o centro das relações sociais, agora o bem mais valioso da sociedade pós-industrial era a informação, neste sentido, a fim de permitir a plena formação deste novo indivíduo dotado de informação e proativo, seria fundamental “democratizar a democracia” e, simultaneamente, promover uma profunda reforma no Estado (GIDDENS, 2001).

Embora seja difícil datar o início do pós-modernismo, ele ganhará bastante força a partir da década de 1970 nos círculos do pensamento europeu, embalados pelas frustrações devido a não realização plena das demandas dos levantes de 1968<sup>15</sup> e forte impulso na década de 1990, onde o fim do bloco socialista terá importante contribuição para a sua difusão. Desde então, ora com mais peso, ora de forma mais suave, o pensamento “pós-moderno” vem influenciando distintos intelectuais- individuais ou coletivos- nas variadas nações.

---

<sup>15</sup> O ano de 1968 fora um ano de inquietações em distintas partes do mundo. Além do conhecido levante juvenil em Paris e suas barricadas, temos a invasão Russa A Tchecoslováquia, as greves e manifestações no Brasil; o Massacre dos estudantes no México; as greves outonais na Itália, o *Cordobazo* na Argentina para nos bastarmos em alguns exemplos (ANTUNES, 2018).

Para este conjunto de autores, nomear de modernas ou pós-modernas, capitalistas ou pós capitalistas as sociedades contemporâneas não constitui o cerne do debate. O que importa é a natureza mesma destas novas identidades que estão sendo construídas nessas sociedades. Sem dúvida, tais identidades na “sociedade pós-tradicional” ou, simplesmente, no “novo mundo” reforçam, atualizando, os valores clássicos do liberalismo; liberdade, igualdade e fraternidade. A liberdade agora é traduzida no novo individualismo; a fraternidade, por sua vez, materializa-se no processo de globalização e a igualdade é representada, simultaneamente, pela aceitação das diferenças culturais e pelo rechaço ao antagonismo de classe. Esses valores foram condensados no projeto político da Terceira Via como as três principais determinações da nova sociedade. (MARTINS et al., 2010, p.119)

Muitas destas ideias contribuirão decisivamente para as reflexões de vertentes do liberalismo críticos ao neoliberalismo ortodoxo, produzindo um tipo específico de socialismo burguês<sup>16</sup>, o social-liberalismo.

Passamos agora a analisar o pensamento de alguns importantes intelectuais do social-liberalismo que auxiliarão na organização das ideias deste campo ideológico e na sua difusão. Todavia, é sempre importante destacarmos que estes intelectuais e suas, embora cada um seja responsável pela sua própria obra, separados geográfica e temporalmente em muitos dos casos, não podem ser apenas consideradas fruto de suas genialidades individuais. Devem, ao contrário, ser pensadas em um contexto mais amplo, participam de um mesmo campo ideológico e de um mesmo período histórico e, com isso, de um mesmo pensamento (MARTINS et al., 2010) que, futuramente, tornar-se-á parcela do senso comum, aqui entendido no sentido gramsciano

Todo extrato social tem seu “senso comum” e seu “bom senso”, que são, no fundo, a concepção de vida e do homem mais difundida. Toda corrente

---

<sup>16</sup> De acordo com as palavras de Marx e Engels: “Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente. Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e a dissolvem. Querem a burguesia sem o proletariado. A burguesia, naturalmente, concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos. O socialismo burguês elabora em um sistema mais ou menos completo essa concepção consoladora. Quando convida o proletariado a realizar estes sistemas e entrar na nova Jerusalém, no fundo o que pretende é induzi-lo a manter-se na sociedade atual, desembaraçando-se, porém, do ódio que sente por essa sociedade.

Uma segunda forma desse socialismo, menos sistemática, porém mais prática, busca tirar a disposição da classe operária para qualquer movimento revolucionário, demonstrando que não é essa ou aquela transformação política que lhe poderá ser proveitosa, mas tão-somente uma transformação das relações materiais de vida, das relações econômicas. Mas por transformação das relações materiais de vida, esse socialismo não entende de maneira alguma a abolição das relações burguesas de produção, a qual só é possível pela via revolucionária, mas sim melhorias administrativas, que se processam no terreno dessas relações de produção, e, portanto, nada alteram na relação entre capital e trabalho assalariado, mas, no melhor dos casos, diminuem para a burguesia os custos do seu domínio e simplificam a sua gestão do Estado”.

Cf. MARX, Karl. *O manifesto Comunista*- São Paulo: Boitempo, 1998, p 65.

filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”; é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. O “senso comum” é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar. (GRAMSCI, 2010, p. 209)

O contexto histórico dos anos 1990 favoreceu o fortalecimento e a propagação das ideias sociais liberais. Por um lado, o bloco organizado sob o socialismo real tinha se desintegrado: primeiro o Muro de Berlim em 1989, acompanhado pelas Reformas da União Soviética, implementadas pelo governo Gorbachev e que levará a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em seu lugar surgirá a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) que implementará reformas naquelas sociedades em direção à uma sociedade organizada pelo mercado. Em efeito dominó, diversos países que integravam a “Cortina de Ferro” passam a seguir o mesmo caminho. Além disso, desde a década de 1970, as economias dos países capitalistas centrais obtêm índices de crescimento econômico muito aquém daquelas obtidos nas duas décadas anteriores a este ciclo. Para muitos analistas, dentre eles inclusive ilustres sociais-democratas, um dos motivos para este resultado seria exatamente o Estado de Bem-estar Social, seus altos gastos com políticas sociais ocasionando sucessivos déficits públicos, sua ineficiência na tratativa de assuntos que encontrariam melhor solução se deixados a cargo do mercado, pela sua insistência na intervenção na economia, pela sua benevolência que desenvolveria certa leniência individual, entre outros motivos. Todavia, como vimos, o receituário hegemônico aplicado nas décadas de 1970, 1980 e parte de 1990, inspirado na agenda neoliberal, não logrou os resultados obtidos, permitindo o aparecimento de outras crises econômicas e períodos de grande recessão. Diante a este contexto histórico, haverá uma renovação das premissas sociais-democratas, sem, contudo, fugir de importantes princípios do liberalismo, que terá terreno para conquistar fugaz aderência de setores ligados ao grande capital, seus aparelhos privados de hegemonia e seus intelectuais orgânicos. As próprias agências internacionais do capital (como FMI, BM/BIRD) passam, elas mesmas, a produzirem uma autocrítica àquele ideário ortodoxo, atentando para o custo humano, político e mesmo econômico ocasionado por seus ajustes. Com isso, mesmo essas agências passam a comungar do ideário social-liberal.

Antony Giddens (1999, 2001, 2007), um dos mais importantes teóricos de uma dessas vertentes (por ele e outros denominada de “Terceira Via”), cumprirá importantes papéis para a

difusão destas ideias, tanto por seus reconhecidos trabalhos intelectual<sup>17</sup>, quanto pela sua atividade política, já que este pensador fora um dos principais assessores do ex-primeiro ministro britânico Tony Blair, líder do Movimento denominado “Novo Trabalhismo”, que buscava refundar as bases ideológicas do *Labour Party*, um dos principais partidos políticos inglês (CASTELO, 2013). Tal como outras correntes de pensamento, Giddens acreditava que as mudanças ocorridas no último quartel do século XX significavam uma ruptura com as sociedades do período anterior. O Estado, a concepção de indivíduo, as organizações políticas, as relações sociais, entre outros fundamentos, passavam por intensa reestruturação e a sua forma tradicional já não mais correspondia às demandas lançadas por este novo tempo, em especial por conta da globalização e pela revolução midiática e das telecomunicações com sua capacidade de interligação instantânea de vastas áreas do globo, transformando radicalmente a relação do homem com o tempo e com o espaço e tendo determinante influência na produção de um novo individualismo. Giddens afirma:

O novo individualismo, em suma, está associado ao afastamento da tradição e do costume de nossas vidas, um fenômeno relacionado mais com o impacto da globalização num sentido amplo do que com a mera influência de mercados. O *welfare state* desempenhou o seu papel. Erigidas sob a égide do coletivismo, instituições do welfare ajudaram a libertar os indivíduos de algumas fixidades do passado. Em vez de ver nossa época como marcada pela decadência moral, portanto, faz sentido vê-la como uma época de transição moral. (GIDDENS, 1999, p. 46)

Segundo o pensador britânico as demandas e problemáticas suscitadas pela globalização tornam necessário a criação de instituições ou instâncias globais que possibilite o exercício de uma “democracia cosmopolita”. A democracia cosmopolita não será possível se, por sua vez, os Estados- Nação não se adaptarem a esta nova realidade. O estímulo a uma sociedade civil ativa, onde o Estado estimule a participação da sociedade civil, fortalecendo-a e fazendo dela um importante limite ao seu poder. De acordo com Rodrigo Castelo (2013, p. 285)

A Terceira Via prevê uma integração cada vez maior entre o Estado e a Sociedade civil. Ambas as esferas políticas deveriam buscar, a partir de parcerias público-privadas, as soluções para a “nova questão social” que o

---

<sup>17</sup> Nesta pesquisa, fizemos uso da seguinte literatura do autor: GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. - Rio de Janeiro: Record, 1999; GIDDENS, A. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: EDUNESP, 2007; e GIDDENS, A. *A Terceira Via e seus Críticos*. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

socialismo real, a socialdemocracia clássica e o neoliberalismo não teriam sido capazes de solucionar.

Para Giddens (1999, 2001, 2007), o Estado não deveria ser nem mínimo, nem máximo, mas forte, capaz de combater as desigualdades e regular as anomalias do mercado, como a questão ambiental. Deveria deixar para a “sociedade civil ativa”, no entanto, diversas atribuições que hoje são de sua exclusiva competência. À “sociedade civil ativa” caberia resgatar os laços de solidariedades dos indivíduos danificados pelos antagonismos classistas da sociedade tradicional, pelo fortalecimento dos laços entre os distintos grupos em uma direção comum, aumentando a dispersão do poder. Aprofundando a ideia de que as políticas públicas não deveriam manter o seu caráter universal, mas, ao mesmo tempo, admitindo o papel do Estado na correção de anomalias do mercado, ou mesmo suprindo a ausência deste em setores não tão atrativos ou em um amplo processo de privatização ou “concessão” de serviços públicos, mantinha-se a proposta da redução do Estado e do ajuste fiscal. Na compreensão dos teóricos do social-liberalismo dever-se-ia modificar o perfil do Estado de “Estado- Provedor” para o de “Estado Inteligente” ou um Novo Estado democrático a quem Giddens (1999) apelida de “Estado sem inimigos”. Este deveria, como já dito, buscar mecanismos de descentralização do seu poder; democratizar a democracia; renovar a esfera pública, promovendo sua transparência; produzir maior eficiência administrativa; promover mecanismos de democracia direta, como plebiscito e consultas. Ainda mais, para este teórico o interesse público não deve ser confundido necessariamente com o Estado, podendo haver formas de fornecimento de serviços públicos que não se sustentem apenas no modelo estatal, estimulando o aparecimento das parcerias público-privadas naquelas atribuições as quais denomina de “público não-estatal”, nas quais se inclui a educação.

O governo deveria estar pronto para contribuir para tais esforços, bem como encorajar outras formas de tomada de decisões de baixo para cima e de autonomia local. Esquemas de microcrédito, por exemplo, tem eficácia comprovada como meio de incentivar iniciativas econômicas locais. Algumas atividades podem ser desenvolvidas por comunidade locais, mas com frequência precisam ser licenciadas ou monitoradas pelo governo. Isto se aplica obviamente à educação, por exemplo, área em que escolas podem receber uma gama de novos poderes, mas o modo como estes são utilizados é regulado pelo Estado. (GIDDENS, 1999, p.94)

Nascido em 1925, Alain Touraine passa a lecionar na universidade de Paris-Nanterre a partir de 1966. Em seus debates, enfatiza que a sociedade contemporânea ultrapassa a dicotomia

empresário/trabalhador e que outros fatores incidem e influenciam estas relações: “a ideia central era que as classes sociais não poderiam ser tomadas como referência para análise da realidade, pois teriam perdido a capacidade de expressarem a dinâmica política e social no capitalismo pós-industrial” (MARTINS, et al., 2010, p.129) Esta condição levava a nova sociedade a ser classificada pelo pensador como “pós-industrial”, uma sociedade programada. Nesta nova sociedade, a informação passa a ocupar a centralidade que outrora era ocupada pela mercadoria, neste novo mundo as categorias culturais colocam-se no lugar das categorias sociais. Embora o próprio autor enuncie sua proximidade com parcela das ideias desenvolvidas por Anthony Giddens, o pensamento de ambos os pensadores também tem pontos de contrastes. É o caso da globalização, se o sociólogo inglês vê com entusiasmo a mundialização econômica, o pensador francês mantém certa ressalva diante deste processo. Para este, a globalização é principalmente um tipo extremado de capitalismo, limitando a ação política a um plano local e possibilitando o fluxo mundial de capitais sem que haja um mecanismo controlador sobre isto. Ele se coloca então a favor de uma perspectiva “altermundialista” da globalização, no qual o cerne desta alternativa de mundialização valorize os interesses locais, o meio ambiente, a inclusão de minorias historicamente excluídas, o protagonismo do que denomina de “novos movimentos sociais” (CASTELO, 2013). Estes “novos movimentos” estariam mais dispostos a lutarem pelo sentido da democracia no capitalismo do que se debaterem sobre a temática do conflito de classes ou a exploração capital/trabalho. A sociedade civil torna-se assim, o espaço para a afirmação de identidades, de manifestações culturais diversas e por um desejo de participação política. Todos estes processos derivariam de um novo individualismo onde vigora o sujeito pessoal, sujeito consciente do “eu”; afinal, para Touraine o mundo se transformava: passava do mundo da sociedade para o mundo do indivíduo. Embora o autor afirme a potencialidade do mercado como produtor de riqueza e bem-estar, ele acredita que este mercado deva ser regulado, a fim de impedir que ele, atuando sozinho, produza as imensas desigualdades costumeiras. Ele nominará este conjunto de ideias como “Segunda Via e meia”.

Cientista político e professor de Harvard, Robert Putnam será outro importante intelectual a auxiliar na organização do ideário social-liberal estadunidense ao ressignificar a categoria de capital social<sup>18</sup> e alçá-la como chave teórica para aferir o desenvolvimento de dada

---

<sup>18</sup> De acordo com BRASIL, Isabel et al. (2009, p.81’): “Segundo esta nova formulação, ainda em construção, o ‘capital social’ é o conjunto de elementos da organização social, encarnados em normas e redes de compromisso cívico, que constitui um pré-requisito para o desenvolvimento econômico assim como para um governo efetivo. São elementos básicos do ‘capital social’ a autoconfiança que gera a confiança social, as normas de reciprocidade (associativismo) e as redes de compromisso cívico (responsabilidade social). Especificamente na América Latina, o conceito de ‘capital social’ é dirigido às comunidades locais e às populações pobres. A noção de ‘capital social’ visa, portanto, a conservar as relações sociais capitalistas, construindo uma nova sociabilidade a partir da

sociedade (BRASIL, et al., 2009). Não obstante a sua pesquisa onde reelabora a categoria aborde aspectos da cultura política da Itália, ela acabou sendo generalizada para outros contextos, a fim de sinalizar uma mudança na cultura política das sociedades contemporâneas. Defende, com isso, o desenvolvimento de uma cultura cívica que busque amenizar as disputas sociais e o fortalecimento da democracia. Com uma cultura cívica fortalecida, melhorar-se-ia o funcionamento tanto do mercado quanto do Estado, na medida que indivíduos tomavam para si, isoladamente ou em grupo, a responsabilidade dos problemas engendrados pelas disfunções sociais. Assim, políticas de responsabilidade social, trabalho voluntário, filantropia são valorizadas como indicadores da produção do capital social entendendo a sociedade civil como espaço privilegiado de colaboração (MARTINS, et al. 2010). Nestes termos, além de retirar do horizonte das possibilidades de ação política o conflito social, marca da sociedade classista, o espírito colaboracionista da “cultura cívica” encobre outro sentido, a saber, a legitimação da adesão acrítica das classes subalternas ao projeto societário das classes dominantes, dificultando o vislumbre, por parte dos explorados, de um projeto emancipatório para além do capital. Ao contrário a única moral possível e viável, mesmo que deva ser aperfeiçoada, é a moral burguesa. Além disso, a ideia de um possível contrato social em novos termos, nada mais é do que o reforço da concepção de que seria possível “humanizar o capitalismo”, concepção esta, aliás, que subjaz todas as formulações do campo social-liberal.

Joseph Stiglitz, economista estadunidense, foi assessor econômico do presidente Bill Clinton, entre 1995- 1997, quando fora indicado para a vice-presidência do Banco Mundial, entre 1997-2000, sendo laureado com o Prêmio Nobel de economia em 2001, por seu estudo sobre as falhas do mercado e informações assimétricas. Formado com base na economia liberal clássica, este pensador auxiliará na construção do novo-keynesianismo. Essa escola desenvolve pesquisas indicando a existência de falhas do mercado- denominadas como “externalidades”- e assimetrias de informações. Tendo em conta estas variáveis, os governos teriam uma aproximação mais realista dos modelos teóricos e poderiam tomar decisões mais acertadas no gerenciamento de conflitos e crises, bem como propor melhores políticas de estímulo econômico, promovendo o desenvolvimento e pensando de forma mais razoável a nova ordem mundial. Para este autor, o debate sobre o desenvolvimento estaria pautado por duas escolas. De um lado, os que defendem o livre mercado (neoliberais); do outro os que defendem um equilíbrio entre governos e mercado (socialdemocracia clássica). Stiglitz defenderá uma via intermediária entre estas duas concepções, entendendo o mercado como um importante

---

redefinição da relação entre Estado e sociedade civil, apontando para uma ‘ação integrada’, baseada na colaboração, entre essas duas esferas”.

instrumento para produzir benefícios, mas que ao longo deste processo, acaba por deixar muitos para trás. Ele era um dos quadros intelectuais dos debates econômicos do governo Bill Clinton, que fora eleito sob uma plataforma de combate ao ideário neoliberal depois de um longo período de hegemonia do partido republicano e aplicação daquele conjunto de premissas ortodoxas. Mesmo que o governo de Clinton acabe por se ocupar de muitas das pautas ligadas a agenda neoliberal- como o ajuste fiscal- e abandonando parte substancial de sua plataforma de propostas alicerçadas no social-liberalismo, Stiglitz acaba fazendo um balanço positivo deste governo. Todavia, sua inspiração na ciência positivista o faz acreditar que exista uma oposição antitética entre ciência e ideologia, sendo esta entendida como um falseamento da realidade, uma distorção da análise a partir de critérios urdidos na paixão e na irracionalidade. Assim, o intelectual deve se despir das ideologias para produzir ciência e, para tanto, é melhor se manter independente e imparcial (CASTELO, 2013).

Ao longo de suas análises, Stiglitz traz algumas ponderações críticas à globalização afirmando que ela teria capacidade de ser benéfica para todos, em especial para os menos favorecidos. Entendendo a globalização como fenômeno neutro, mas mal administrado e conduzido sob a ideologia do “mercado livre”, ele propõe mecanismos de integração e ajuda dos países mais ricos aos países mais pobres, numa relação onde todos lucrariam. As nações ricas transfeririam, além de recursos, tecnologia e conhecimento, assessoria e planejamento para que as nações mais pobres implementassem as reformas necessárias para o estímulo ao desenvolvimento. Ele atentava para o perverso papel que as agências internacionais exerciam ante aos países em desenvolvimento. O economista criticava abertamente os condicionantes impostos pelo FMI para a liberação de crédito a estes países, justamente no momento em que eles mais necessitavam de auxílio. Ainda, criticava o uso ideológico do FMI pelos defensores ortodoxos do “mercado livre” e a forma de escolha de seus dirigentes, tanto quanto do Banco Mundial. Stiglitz assistiu, como dirigente do Banco Mundial, ao fortalecimento dos chamados movimento contra a globalização e, bem como boa parte do *mainstream* econômico da época, esforça-se por passar a limpo a agenda neoliberal. Defende, com isso, a ampliação do conceito de desenvolvimento para além de índices estritamente econômicos que busque incorporar elementos extra econômicos como saúde, educação, etc. Junto a economia, estas outras questões deveriam ser priorizadas numa nova agenda de desenvolvimento, onde Estado mantenha um equilíbrio com o mercado. O Estado deveria atuar nas externalidades produzidas pelas “falhas de mercado” sem perder de vista a centralidade do mercado, atentando para os limites da sua atuação. Esta articulação deveria ser preenchida com a participação política do

cidadão, tanto para conferir legitimidade a estas políticas quanto para fiscalizar eventuais falhas do governo (CASTELO, 2013).

Stiglitz apresenta uma arguta perspectiva ao identificar o “mercado livre” com uma ideologia, observação pouco comum no interior dos círculos liberais: mais acostumadas a tratar as contradições produzidas pelas relações sociais de produção como “falhas do mercado” ou “externalidades” ou, mais radicalmente, naturalizando estas contradições. Todavia, tal e qual aos demais pensadores, a heteronomia na relação dentre os países “globalizados” subalternamente, traço característico da mundialização do capital imperialismo, é simplesmente ignorado das análises. Mesmo associando o “mercado livre” a uma ideologia, o pensador parece acreditar na ideia do “livre mercado” e das benesses da concorrência empresarial, mesmo que a formação de monopólios cada vez maiores, seja um importante indício de como esta concorrência ou não existe ou, para dizer o mínimo, é extremamente desleal.

Outro importante teórico para as formulações teóricas do social-liberalismo, referência nos debates acadêmicos acerca dos “novos movimentos sociais”, é Pierre Rosanvallon. Para este pensador, a novidade destes movimentos reside, justamente, na incapacidade do antigo Estado de Bem-Estar-Social, o Estado-providência, de lidar com as demandas produzidas pela “nova questão social”. Esta “nova questão social” não poderia mais, tal e qual no passado recente, ser explicada para contradição capital/trabalho. A temática de classes não ocupa mais o centro destes “novos movimentos sociais”. A crise deste Estado-providência atingia três dimensões: 1) a crise financeira causada pelo aumento de gastos com políticas sociais num contexto de desemprego estrutural; 2) a crise ideológica que provocava a perda da legitimidade das políticas públicas de intervenção na “questão social”; e 3) a crise filosófica, que se representava na degradação do princípio de solidariedade e do fracasso da ideia tradicional de direitos sociais. Desta maneira, Rosanvallon propõe que a intervenção do Estado na questão social se modifique para garantir a eficácia da sua principal função que é, segundo o autor, a manutenção da coesão social. Para tanto, deve-se reconstruir o sentimento cívico nacional e reformar o Estado garantindo a ele novas fontes de financiamento e mantendo um meio termo entre um Estado-mínimo (cujas políticas sociais se limitam aos setores mais “fragilizados”) e o Estado-provedor de todos os bens públicos. Com relação a “exclusão social”, entendido por Rosanvallon como o maior problema das sociedades contemporâneas, as políticas públicas de Estado deveriam atuar em dois sentidos: de um lado tratando das anomalias com políticas focalizadas e, de outro lado, com políticas de renda mínima e de empregabilidade aos jovens, desqualificados, bem como a reciclagem dos desempregados para futura reinserção no mercado de trabalho. (CASTELO, 2013).

Ora, diante ao exposto, torna-se aparente que as ideias sociais-liberais reavivam parte das respostas que o liberalismo produziu acerca da “questão social”, ainda no século XIX, ao tempo em que toma para si, parcela do léxico utilizado e construído secularmente pelos movimentos sociais, alterando substancialmente os seus sentidos, ressignificando-os de forma que estas “bandeiras” percam todo o seu conteúdo de classes e possam ser utilizadas numa verborragia aparentemente técnica, a qual pretendeu-se mostrar, ao longo do presente texto, sendo fundamentalmente ideológicas: pois que afinadas a nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2018) e aos imperativos da financeirização da economia capitalista e, portanto, da manutenção dos mecanismos de acumulação ampliada do capital, sendo estes termos intimamente relacionados. Ideologia aqui entendida como forma particular de entendimento e apreensão do mundo, como visão de mundo, afastando este termo de qualquer juízo negativo, como comumente é feito (em especial, para afirmar a “neutralidade” da sua própria ideologia). Outrossim, para esta corrente de pensamento social-liberal, ao invés de se debater as relações sociais produtoras da desigualdade, da expropriação e da miséria, debate-se a “pobreza” que passa a ser tomada como um fato isolado, uma disfunção, anomalia ou falha, e não como um processo social e histórico, com implicações políticas, econômicas, sociais e culturais para as classes trabalhadoras. Afinal, o processo de produção da desigualdade não é nada mais do que um desajuste da esfera da apropriação da riqueza e não um produto das relações de exploração no âmbito da produção da mercadoria. Como o velho liberalismo, o social-liberalismo não acredita que a desigualdade social seja exatamente um problema social (referente à sociedade), mas- em boa parcela- fruto da heterogeneidade dos homens e mulheres, dos seus dotes e capacidades, tornando a pobreza, em última instância, culpa do indivíduo. A ideia de *equidade*, a igualdade de oportunidades, passa a ocupar o lugar de debate que antes era reservado à igualdade social, política, econômica e cultural. O importante para a sociedade não é garantir que todos usufruam igualmente das riquezas produzidas, mas garantir que haja “igualdade de oportunidades” entre “ricos e pobres” premiando aqueles resilientes e melhores dotados pelo seu esforço (*meritocracia*) e “punindo” os menos capazes, onde o “mercado”, ademais suas falhas, ainda é o melhor juiz, por mais que erre de quando em vez. Em poucas palavras, é a culpabilização do miserável pela sua própria miséria, tão-somente. Diante ao cenário de desemprego estrutural causado pela intensificação do uso da tecnologia na produção, a reestruturação produtiva toyotista, o desemprego passa a ser entendido não como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, mas das qualificações que o indivíduo é dotado para ser aproveitado pelas oportunidades que surgirem, ou a sua *empregabilidade*. À perda dos postos de trabalho, à precarização do emprego, à intensificação da exploração, à crise antepõe-

se a ideia de *empreendedorismo*. No lugar da solidariedade de classe, *colaboracionismo* entre indivíduos “simplesmente”, sem qualquer perspectiva de classe. Ao invés da resistência, *resiliência* ou a capacidade de se adaptar as mais adversas situações. Ao invés da militância política engajada, o *voluntarismo* movido por uma abstrata finalidade do “bem comum”, dentre outras ressignificações e apropriações.

Sem embargo, conforme afirma Fontes (2005, p. 265), “O fim apregoado do mundo do trabalho se limitava à redução drástica dos empregos com direitos e à enorme intensificação da exploração dos trabalhadores ... resultado das intensas expropriações secundárias em andamento”. Todavia, este novo padrão de sociabilidade e de intensa exploração da força de trabalho precisava amenizar as tensões sociais e isso deveria ser feito por um Estado gerencial, capaz de transferir e coordenar tarefas, sem prescindir de mecanismos mercadológicos e estimulando parcerias com a própria iniciativa privada (aqui em sentido ampliado, empresas suas fundações e ONGS) para a consecução de políticas públicas, capazes de administrar conflitos, eficazes porque direcionando recursos aos que mais necessitam, no que os direitos universais são substituídos por políticas focalizadas. Segundo Fontes (2010, p. 289), A noção de público seria reduzida ... a sinônimo de fonte pragmática de recursos a serem empregados conforme regras do mercado de captação de dinheiro, a um “público” configurado como consumidores de ações paliativas ou de novas ONGs. ” Em suma, estes aspectos contribuem para que a iniciativa privada tome para si tanto recurso, quanto atribuições que antes cabiam ao Estado, mercantilizando e/ou privatizando os direitos sociais. Além disso, omitem o papel que a dívida pública exerce na drenagem de recursos públicos, pois que o foco da “otimização” dos gastos públicos se limitam às políticas públicas sociais. Nestes termos, o social-liberalismo legitima a financeirização dos recursos públicos.

Em linhas gerais, procuramos pontuar aspectos da sistematização da teoria social liberal a partir do pensamento de alguns de seus intelectuais. Obviamente, sem objetivar o esgotamento do tema, acreditamos ter expostos as semelhanças entre esta corrente de pensamento político e sua matriz liberal. Por conta dessa proximidade e identificando aqui a sugestão de Castelo (2013) e Lamosa (2016) outros pesquisadores em denominar esta corrente de pensamento de “social liberal”, pois, diante ao exposto, fica clara a tentativa de revigorar preceitos caros ao liberalismo no bojo desta “nova roupagem”. Concordando com Neves, Ricardo Antunes (2018, p. afirma que “era preciso buscar, no interior da esquerda [britânica], as *condições de continuidade da política vigente da fase do neoliberalismo*. Era preciso acenar com mudanças superficiais para que o *essencial* da pragmática do neoliberalismo fosse preservado” (grifos do autor).

Embora os autores sociais-liberais apresentem formulações distintas entre si, no que diz respeito a análise das sociedades capitalistas contemporâneas, encontramos nas distintas formulações, alguns aspectos que cabem uma nota crítica. Primeiramente, a ideia da sociedade civil como espaço de consenso. A positivação do conceito da sociedade civil tem uma longa história no pensamento político científico, desde Bobbio em sua análise liberal dos escritos de Gramsci (COUTINHO, 2007) e mesmo no Brasil. De fato, e nisto a análise de Bobbio tem razão, a teoria gramsciana do Estado opera uma alteração na teoria crítica do Estado clássica, oriunda de Marx. Para o filósofo alemão, a sociedade civil se inscreve na base material da sociedade, ou na sua infraestrutura, já para Gramsci a sociedade civil está inscrita na esfera da superestrutura. Todavia, esta alteração não autoriza o passo seguinte defendido por Bobbio: a de que Gramsci, portanto, retira da infraestrutura a sua centralidade na análise social e o atribui a um momento da superestrutura. Com isto, “Gramsci seria assim um idealista em teoria social, na medida em que passaria a colocar na superestrutura política, e não na base econômica, o elemento determinante do processo histórico” (COUTINHO, 2007, p. 122) Segundo Coutinho, o pensamento de Gramsci não deixa dúvidas: a sociedade civil é o espaço privilegiado para o desenvolvimento da luta de classes, embora busque o consenso e a direção política e intelectual por intermédio dos seus aparelhos privados de hegemonia, é na sociedade civil que se desenrola os principais aspectos da luta de classes nas sociedades capitalistas, cuja sociedade civil tenha se adensado (o que Gramsci denomina de sociedades ocidentais<sup>19</sup>).

Além dessa positivação da categoria de sociedade civil estes autores pensam ser possível a “humanização do capitalismo” ou o controle racional do seu desenvolvimento por intermédio de um Estado imparcial e justo. Duas ponderações: primeiro é a caracterização idealista do “Estado” como um instrumento impessoal, meramente de regulação social, pairando sobre os interesses das classes sociais, sem abordar o seu caráter de classe ou a percepção de que o Estado- como superestrutura das relações sociais capitalistas- é um instrumento de dominação da burguesia sobre os demais setores da sociedade. E embora o Estado-nação possa garantir direitos sociais para a sua população, somente o faz mediante a organização dos setores conflitantes e suas lutas na absorção, pela sociedade política, destas

---

<sup>19</sup> O filósofo italiano diferencia duas formações sociais distintas com relação ao robustecimento da sociedade civil, esta diferenciação se torna axial no pensamento do italiano haja vista determinar a tática revolucionária a ser adotada no processo revolucionário de tomada do Estado. Fiquemos com a palavra do próprio Gramsci (2007, p. 262): “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva ou gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a Sociedade Civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional”.

demandas. As políticas públicas sociais não são obra de um “Estado-benfeitor” (ou provedor) ou de líderes sensíveis e carismáticos às demandas populares, ele é fruto da luta política, em poucas palavras: da luta de classes. Além disso, creditar ao capitalismo qualquer vislumbre de racionalidade, ao nosso entendimento, não guarda relação sequer com uma análise acurada das relações sociais tipicamente capitalista. Ora, uma das principais características da reprodução ampliada do capital é justamente a sua irracionalidade na produção do lucro. Irracionalidade esta que força sempre os limites ambientais, humanos e bélicos, colocando, inclusive a própria existência da humanidade em risco (MÉSZÁROS, 2009).

Como já foi dito anteriormente, muitos dos pensadores sociais-liberais (não em sua totalidade, é certo) pensam os fenômenos da mundialização do capital, (descrito por estes autores, via de regra, como globalização) sem ter em conta as relações imperialistas entre Estados-nação e suas inserções diferenciadas na divisão internacional do trabalho. Além disso, a tônica da inevitabilidade do capitalismo está presente em todos os pensadores citados. À democracia caberia, nos novos tempos - onde as relações de classe não ocupam mais o centro das análises, pois o grande problema social é a “exclusão social<sup>20</sup>” e não mais a exploração classista - o papel de gerenciador de conflitos, onde se retira das pautas de debates, àqueles ligados aos possíveis modelos societários. À política cabe, apenas, o debate das minúcias e do ordinário, o que, segundo Coutinho (2010), conformaria a “hegemonia da pequena política”. Fontes, com outras palavras, mas descrevendo o mesmo processo (no Brasil), afirma (2010, p. 263)

Tratava-se de limitar estritamente o sentido do termo *democracia*, apagando os componentes socializantes de que se revestia e convertendo-a para um significado único: *capacidade gerencial de conflitos*. Toda e qualquer formulação antissistêmica ou tentativa de organização dos trabalhadores enquanto classe social deveria ser desmembrada e abordada de maneira segmentada: admitia-se o conflito, mas este deveria limitar-se ao razoável e ao gerenciável, *devendo seus protagonistas admitir a fragmentação de suas pautas em parcelas administráveis*. Para os renitentes, a repressão seria feroz (como foi o caso da extrema violência contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra -MST ao longo das duas gestões FHC, apoiada e estimulada pela mídia).

Por último e também já pontuado, para nos atermos às críticas mais importantes, subjaz nestes pensamentos a crença na existência de um “mercado livre”, concorrencial. O que

---

<sup>20</sup> Para um debate crítico acerca do termo “exclusão social” cf. FONTES, Virgínia. *Reflexões Impertinentes: História e Capitalismo Contemporâneo*/Virgínia Fontes. – Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. Em especial o seu capítulo 3.

observamos, em especial a partir do último quartel do século XIX até os dias contemporâneos, é a contínua concentração e centralização de capitais nas mãos de círculos cada vez mais adensados e restrito de capitalistas, produzindo um mercado altamente monopolizado e descaracterizando qualquer simulacro de “mercado livre” (HARVEY, 2011, FONTES, 2010, WOOD, 2014).

Em síntese, este capítulo procurou pontuar como o processo de reprodução ampliada de capitais, mecanismo fundamental do capitalismo, gera uma série de contradições que, de tempos em tempos, desembocará em crises econômicas, sociais e políticas. Nestas crises, a burguesia, reorganizando a sua base material de exploração também precisará promover ajustes em sua ideologia, com o objetivo de obter a hegemonia e amenizar as tensões sociais daí advindas. Com especial foco, analisamos os ajustes operados a partir da crise estrutural do capitalismo, iniciado nos anos 1970, que intensificará a financeirização, casado ao modelo toyotista de produção e a agenda da ideologia neoliberal. Diante ao malogro desta tentativa, críticas parciais são absorvidas e ganha força o social-liberalismo.

Com efeito, estas ideias sociais liberais encontrarão no Brasil, diante às críticas que na década de 1990 eram produzidas ao ideário neoliberal, eco em importantes aparelhos privados de hegemonia, grupos econômicos e intelectuais. É justamente este processo que passamos a analisar no tópico seguinte: o impacto das ideias políticas sociais liberais no Brasil. Para isto pontuaremos a reorganização da sociedade civil brasileira diante a chegada deste ideário social liberal, bem como o seu impacto na chamada sociedade política, ou o Estado *stricto sensu*.

## **2. ASPECTOS DA AUTOCRACIA BRASILEIRA E A CHEGADA DO SOCIAL-LIBERALISMO NO BRASIL.**

Este capítulo analisa aspectos históricos que subjazem a forma autocrática como as classes dominantes brasileiras manejam a condução política, característica original do processo de formação do capitalismo no Brasil, desde os idos coloniais, ainda pré-capitalista, até o presente tempo por meio de um longo processo de revolução burguesa *sui generis*. Indissociável do passado escravocrata, a superexploração da força de trabalho é um dos pilares do capitalismo dependente e de sua condição heteronômica.

Com efeito, via de regra, no Brasil republicano, a correlação de forças tenderá sempre favoravelmente aos grupos e representantes políticos da classe dominante. Entretanto, em distintos momentos e fruto da auto-organização da classe trabalhadora, esta correlação de forças se modificou ou, pelo menos, anunciou possibilidades de mudanças, gerando, contrarrevoluções preventivas, utilizando a consagrada conceituação de Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*. Em contextos de crise efetiva ou potencial, os setores dominantes não hesitaram em efetivar ataques ao mundo do trabalho e as representações da classe trabalhadora. Para viabilizar as condições para plena realização do capitalismo monopolista, os setores dominantes associados ao imperialismo protagonizaram uma longa e violenta ditadura empresarial-militar. Em 1968 ocorreram as primeiras manifestações que ganharam força no final dos anos 1970, já no período de crise da ditadura. Em determinadas condições históricas a classe trabalhadora reconstrói os seus espaços de fazimento- de acordo com Thompson, de superação na práxis do estado de classe em si, para o entendimento de classe para si (MATTOS, 2012). No contexto da crise de 2013, em virtude da emergência de protestos massivos, desvinculados das organizações tradicionais dos trabalhadores, como os sindicatos, movimentos sociais e partidos, o bloco no poder passou a considerar seriamente a mudança extralegal do governo Dilma Rousseff. A saída teria de ser autocrática, pois envolveria brutal ofensiva contra os direitos dos trabalhadores da cidade e do campo. E, nesse processo de desconstrução do governo, valendo-se da narrativa da corrupção, novos caminhos foram abertos para grupos de direita que, embora sem doutrina própria, forjaram um considerável poder de convocação, processo que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Os efeitos da crise estrutural, que se manifestou de modo violento nos EUA em 2008 e 2009, e se difundiu para diversas regiões do planeta, serão sentidos no Brasil de modo mais devastador a partir de 2013/2014 demonstrando que a adoção da agenda social liberal não fora suficiente para o enfrentamento desta crise estrutural. Ao contrário, muitas de suas medidas, na perspectiva crítica aqui adotada, contribuíram- e ainda contribuem- para o seu agravamento.

Nestes termos, as próprias frações hegemônicas passam a reavaliar criticamente a agenda “neoliberal ortodoxa” praticada entre o final dos anos 1980 até a crise de 2001 e reforçam o discurso de outras vertentes que já vinham apregoando o social-liberalismo que, a partir de Blair e Clinton passa a pautar boa parte do discurso hegemônico. Esta pauta social liberal terá grande impacto no Brasil durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e, sobretudo, também dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, cada qual com suas peculiaridades, naquilo que aqui denominamos de reconfiguração do capitalismo brasileiro. Agenda esta lastreada pela economia das *commodities* que, justamente, entra em crise, no Brasil, a partir de 2013, no rastro do aprofundamento da crise geral, fraturando o pacto social formado em torno do projeto social liberal oportunamente rebatizado por alguns de seus ideólogos de “novo-desenvolvimentistas”. Esta crise econômica levará as classes dominantes brasileiras para a ofensiva, encetando uma série de ataques ao direito dos trabalhadores e os direitos sociais, numa clara ação autocrática que buscará aprofundar os mecanismos de superexploração, típicos das economias capitalistas dependentes. O capítulo se encerra, exatamente, problematizando esta conceituação: será que a orientação econômica assumida pelos governos petistas representa uma ruptura com o modelo anterior (anos 1980/1990)? Em outras palavras, diante a análise aqui exposta é possível aproximar o eixo da política econômica dos governos Lula e Dilma Rousseff a uma forma nova de desenvolvimentismo?

Para responder esta questão, procederemos uma análise primeira sobre a formação socioeconômica brasileira com o objetivo de caracterizá-la como capitalista dependente, conforme conceituação do sociólogo paulista Florestan Fernandes. Neste sentido, cabe ancorar a obra deste referido pensador brasileiro num painel mais amplo de interlocução acerca do pensamento social brasileiro, em especial aqueles que formarão o nacional desenvolvimentismo, cujo intenso diálogo mantido por Florestan com estes outros pensadores ajuda-nos a perceber a inovadora trajetória do seu pensamento.

Esta primeira incursão na teoria social brasileira haverá de nos auxiliar no debate seguinte, que é justo a formulação de alguns intelectuais orgânicos dos governos petistas ligados ao que eles próprios denominam “novo desenvolvimentismo”, importa ressaltar aqui e buscaremos mostrar ao longo do texto, que o discurso novo desenvolvimentista não se coaduna com o cerne das iniciativas econômicas fundamentais tomadas naqueles governos. Ou seja, a análise nos consolidou a percepção de que o “novo desenvolvimentismo” é muito mais elemento retórico, do que realidade da política econômica daquele governo, marcada pelo social-liberalismo. Aluizio Mercadante, que dentre suas inúmeras ocupações políticas exerceu o papel de Ministro de Estado tanto da Educação, quanto da Ciência e Tecnologia e Casa Civil

e, com menor influência na área econômica dos governos do PT, Márcio Porchman<sup>21</sup> que exerceu o cargo de Presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), importante aparelho construtor de hegemonia situado no interior da sociedade política foram referências dessa perspectiva que, a rigor, como discutido no presente capítulo, não logrou organicidade, coesão e coerência com o núcleo duro da área econômica. Este tópico, como dito, buscará dar resposta a uma importante questão: a que propósitos econômicos, políticos e sociais responderam o ideário “novo desenvolvimentista” capitaneado pelo PT, apresentado, no discurso político das principais lideranças do PT, como uma ruptura ao modelo social liberal do período anterior? Concomitantemente, ao longo dos governos do PT, ocorreu forte financeirização das políticas públicas para a educação superior, por meio do complexo FIES-PROUNI. E os efeitos da aliança com o capital comércio de dinheiro expresso na manutenção da engrenagem do pagamento de juros e serviços da dívida pública, alcançaram toda a área social, visto que a transferência do fundo público para o rentismo encolheu o alcance das políticas sociais, especialmente a partir de 2014.

Aspectos da autocracia brasileira: a produção da democracia restrita.

Se considerarmos que o critério do senso comum que estabelece a existência de uma democracia são as eleições periódicas, o que é de todo questionável, mesmo nestes termos, perceberemos a incipiência do regime democrático brasileiro. Afinal, as restrições ao voto se arrastam desde o período imperial que, à frente de um Estado patrimonial (cujo patrimônio pertence ao monarca) quando ainda expressiva parcela da população era composta de escravos, impunha um censo rendatário e de gênero- cada vez mais rigoroso, a medida em que se avançava a pretensão da participação política- que limitava o universo de eleitores. Na denominada República Velha, mulheres e analfabetos não tinham direito ao voto, em um país em que nunca houve a universalização daquilo que, hodiernamente chamamos de educação básica, isto significava uma grave interseção da participação política (óbvio está, que este impedimento recaía, em maior peso, na classe trabalhadora, urbana e rural), conforme apontamos no capítulo 3.

Não obstante o código eleitoral de 1932 que permite o direito das mulheres ao voto e a Constituição de 1946 que mantém a proibição ao voto do analfabeto, a história política da incipiente democracia brasileira foi sempre marcada por interrupções ou limitação da

---

<sup>21</sup> Os referidos autores escolhidos, embora não figurem dentre os principais intelectuais orgânicos dos governos petistas buscarão produzir boas sínteses daquilo que autodenominarão de “novo desenvolvimentismo”, haja vista terem ocupado cargos correlatos e não tão centrais nos debates aqui propostos. Neste sentido, entendendo os seus papéis coadjuvantes, reconhece-se que ambas produções concatenam uma série de informações, dados e análises que nos ajudarão no presente debate.

participação. Esta é a tônica que vigora estruturalmente em nossa sociedade. Todavia, é possível dizer, que ademais os seus graves processos intercessivos, o Brasil passará, nos termos gramscianos, por uma ocidentalização (cf. nota 18).

O Brasil passará por profundas transformações nos últimos quarenta anos do século XX. A começar pela mudança do perfil populacional brasileiro de uma maioria agrária para uma maioria urbana, ainda no governo do então presidente Juscelino Kubitschek. Do fortalecimento do movimento sindical brasileiro tanto dos trabalhadores quanto patronal: o “Sistema S” e a CNI já atuavam deliberadamente como aparelhos privados de hegemonia (MARTINS, 2005, cf. capítulo 3). Além desses aparelhos “sindicais”, outros APHs de frações da burguesia local já estavam a pleno vapor ou mesmo iniciando a sua organização, casos, respectivamente, da Sociedade Nacional Agrícola (SNA) fundada em 1897 (MENDONÇA, 1997) e do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), fundado em 1957 analisado, de modo sistemático, no terceiro capítulo.

O IBP fora criado no bojo da criação da PETROBRAS (dezembro de 1953) e dos debates acerca da exploração do Petróleo brasileiro, debate este marcado por duas posições muito distintas. De um lado, nacionais desenvolvimentistas, comunistas, nacionalistas de toda sorte, trabalhistas entre outros defendendo o Monopólio estatal da exploração do Petróleo figuraram uma importante campanha à época cuja conhecida bandeira era “O Petróleo é nosso” em reação ao Estatuto do Petróleo enviado ao congresso pelo então presidente Gaspar Dutra que permitia a participação privada na exploração do petróleo, postura esta defendida pelo outro grupo, pejorativamente chamados de “entreguistas”. Não obstante, setores nacionalistas observaram que sem o controle estatal a insuficiência de “capitais nacionais” provocaria, na prática, a entrega deste estratégico setor para as mãos do capital estrangeiro, em especial as maiores companhias petrolíferas do mundo, “as sete irmãs”, dentre as quais cinco eram estadunidenses. Importa notar que o governo Dutra fora um governo de alinhamento aos Estados Unidos na guerra-fria. Em 3 de outubro de 1953 por intermédio da Lei 2004/1953, o então presidente Getúlio Vargas instituiu a exploração do petróleo via monopólio estatal e a criação da PETROBRAS. Esta medida, o aumento do salário mínimo em 100%, a limitação de remessas de lucros ao exterior serão os principais fatores pelos quais os setores, então derrotados, não abrandaarão. A crescente oposição ao seu governo e as sucessivas tentativas de derrubá-lo, potencializados após o atentado na Rua Toneleros cuja culminância será uma carta

assinada por Generais exigindo a sua renúncia, levarão Getúlio Vargas ao suicídio no dia 24 de agosto de 1954<sup>22</sup>.

Outra importante medida do governo Vargas foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – posteriormente renominado BNDES devido a adição do Social- Banco de financiamento de grandes empreendimentos e que terá papel fundamental no PAC, bem como na expansão da própria PETROBRAS, sendo uma de suas principais acionárias,

Por outro lado, no contexto da guerra fria e do alinhamento brasileiro aos EUA, a classe trabalhadora não podia contar com importantes instrumentos de luta: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) será posto na ilegalidade em maio de 1947, junto a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, central sindical que havia sido fundada a pouco tempo, em setembro de 1946. Não obstante estas limitações, o que se observa é o crescimento do movimento sindical entre meados de 50 até o golpe de 1964 (MATTOS, 2009).

Nota-se também o crescimento do movimento agrário no Brasil e das ligas camponesas, influenciados pela revolução chinesa (que teve como principais protagonistas os camponeses). No governo seguinte, Jânio Quadros renuncia à presidência, pouco mais de sete meses (21/01/1961 a 25/08/1961) após ser conduzido ao poder numa meteórica ascensão eleitoral, já que em pouco tempo de política deixara o mandato de prefeito (1953-54) de São Paulo pela metade (em sua primeira eleição a um cargo majoritário) para vencer o pleito ao governo de São Paulo (1955-1959) e, em seguida, concorrer e ganhar as eleições presidenciais em 1960. Àquela época, sempre bom recordar, não havia voto vinculado para presidente e vice: os votos eram separados e podiam ser atribuídos a chapas distintas. Fora exatamente isto que acontecera, para vice-presidente a população brasileira elegeu o candidato de chapa distinta, João Goulart: formou-se a que ficou conhecido como “jan-jan”. No dia da renúncia de Jânio Quadros, João Goulart estava em viagem diplomática a China comunista. Ele era um político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reivindicador da herança Varguista, simpático as ideias nacionais desenvolvimentistas que, a esta altura, desagradavam os interesses econômicos de parcela da burguesia local, em especial àquelas que mantinha vinculação subordinada ao capital internacional, estes defendiam um desenvolvimentismo baseado no investimento estrangeiro, bem como desagradavam os interesses políticos dos EUA, haja vista que qualquer guinada “nacionalista” ou “à esquerda”, por mais moderada e dentro dos marcos legais da

---

<sup>22</sup> Cf: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/dia-24-de-agosto-de-1954-getulio-vargas-se-mata-com-um-tiro-no-palacio-do-catete-9680853> Acessado em: 14/02/2019 as 18:05 h

institucionalidade que fosse, não era bem quista pela Casa Branca, em especial, após uma década cujo poente havia assistido à Revolução Cubana (01/01/1959).

Não foram poucas as tentativas de tirar ou limitar o poder nas mãos de João Goulart, foi o caso do acordo que instituiu o parlamentarismo, para permitir que ele assumisse, logo no início do seu mandato. Não obstante o insucesso desta primeira tentativa, haja vista em plebiscito os eleitores brasileiros terem optado pelo retorno ao Regime Presidencialista, os golpistas não cessaram suas tentativas de tomarem o poder. Assim, num cenário de crescente radicalização política, precarização da vida nas cidades, problemas de abastecimento, achatamento salarial, etc., potencializava a força dos movimentos sociais. Neste contexto, João Goulart busca a aprovação das chamadas Reformas de Base. Sob essa ampla denominação estava reunido um conjunto de propostas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Ainda, se defendia a extensão do direito de voto aos analfabetos e às baixas patentes das forças armadas e defendia medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, diante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Frente a rejeição dos setores mais conservadores da sociedade brasileira ao conjunto destas propostas, João Goulart passa a se apoiar, cada vez mais, no movimento sindical e agrário brasileiro como forma de produzir uma pressão social ao Congresso que o motivasse a aprovação desta proposta. Todavia este processo político democrático é encerrado abruptamente com o golpe empresarial- militar, iniciado no dia primeiro de abril de 1964. Diante a este episódio, Florestan Fernandes destacará o caráter autocrático da burguesia local. Importa notar que a interrupção da democracia no Brasil não será um fato isolado: uma sucessão de golpes militares eclodirá nesta região do Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia são alguns exemplos) e, posteriormente, uma aliança entre estes regimes militares e a CIA ganhará o nome de “Operação Condor” com vistas a reprimir os opositores destes regimes (QUADRAT, 2002).

Para nossos interesses - o desenvolvimento da sociedade civil brasileira e sua reconformação - este período produzirá duas consequências importantes. O primeiro é de demarcar a ativa movimentação de aparelhos privados de hegemonia no Brasil, ligados a burguesia local, participando ativamente tanto da tomada do Estado *stricto sensu*- como a própria CNI, FIESP, além de APHs recém criados como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)- bem como buscando produzir um consenso passivo/ativo ao golpe nas disputas da sociedade civil, brilhantemente demonstrado em clássico estudo de Dreifuss (1981). Além do trânsito livre que os intelectuais (individuais e coletivos) ligados ao pensamento liberal-conservador brasileiro manterão com os

gabinetes palacianos ao longo de todo o período do regime autoritário, na outra ponta, os intelectuais e militantes ligados ao pensamento crítico- bem como suas organizações políticas, de imprensa, de classe – serão brutalmente perseguidos, torturados e assassinados. Houve, portanto, uma intensa desarticulação dos principais organismos ligados à classe trabalhadora (FONTES, 2010), reforçando no âmbito da sociedade civil e com reflexo na sociedade política a subalternidade das classes ligadas ao trabalho, desde tempos coloniais.

No que diz respeito a economia, Florestan Fernandes (2005) analisa que o período da Ditadura empresarial-militar no Brasil corresponde “A Revolução Burguesa no Brasil”, ainda que capitalista e dependente, pois que aprofunda as relações sociais de produção engendradas pelo modelo societário capitalista, permitindo a passagem de formas pré-capitalistas de entesouramento para modo capitalista de acumulação, operando pelo mecanismo privilegiado da burguesia local: a autocracia.

Aprofundando o modelo de industrialização brasileira, baseado na substituição de importações, expandindo mercado de bens de consumo, impondo ferrenho controle sobre os reajustes salariais da classe trabalhadora, a economia brasileira vê assistir, no período, o chamado “Milagre Econômico”, quando o crescimento econômico brasileiro atinge, por quatro anos seguidos, a casa dos dois dígitos. Todavia, este ciclo de crescimento econômico chegará ao fim. Internamente, dá-se o esgotamento deste modelo de acumulação e o crescimento exorbitante da dívida externa brasileira; já externamente diante da crise internacional do dólar e, posteriormente, a alta do preço do petróleo. Enquanto isso, a sociedade brasileira, na segunda metade da década de 70, presencia tímidos passos de distensão do regime. Em 1978, uma onda grevista com forte penetração nos metalúrgicos do ABC<sup>23</sup> paulista, dará visibilidade aos sindicatos mais combativos que combinavam a luta econômica, agravada pelo acúmulo de anos de arrocho salarial, com demandas políticas, visando promover a restauração democrática no Brasil (MARTINS, 2005). Chamado de “novo sindicalismo”, embora pesquisas historiográficas recentes façam questão de reafirmar que estes movimentos são resultado de um longo processo de reorganização da classe trabalhadora (MATTOS, 2009). Em 1979, teremos a promulgação da Lei da Anistia Geral e Irrestrita, que anistiava tanto presos políticos como militares torturadores. No início da década de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) é fundado fruto do ascenso do movimento sindical do ABC paulista, de setores progressistas da Igreja Católica (em especial, a Teologia da Libertação) e do retorno ao país de intelectuais progressistas que se

---

<sup>23</sup> Compreendendo as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, atualmente acrescido de um “D” referente à Diadema.

exilaram por ocasião da instauração do regime autoritário. Ainda em 1982, os estados brasileiros vivenciarão o retorno das eleições estaduais, podendo os eleitores escolherem seus governadores e deputados estaduais. Os setores ligados à oposição ao Regime empresarial-militar conquistarão a vitória em estados importantes da federação.

Em agosto de 1983, nasce outra importante organização ligada as lutas da classe trabalhadora no Brasil: a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em pouco tempo, ela se tornará a maior central sindical do país, status que mantém até os dias atuais. O Brasil chegou a figurar, na década de 1980 no topo dos países capitalistas com mais altas taxas de greve do mundo. Formada por setores ligados à Teologia da Libertação que mantinha uma militância sindical, por militantes sindicais autônomos e por organizações socialistas variadas (ANTUNES, 2018)<sup>24</sup>. Esta central nascia na luta dos trabalhadores brasileiros por outro modelo societário

Esta articulação entre várias forças conferiu à CUT um nítido e predominante sentido contrário ao “sindicalismo de Estado”, que se encontrava ainda mais subordinado, atrelado e verticalizado pelas medidas ditatoriais e repressivas do imediato pós-1964, que, como vimos, desestruturaram a organização sindical dos comunistas e trabalhistas que disputavam a hegemonia do movimento sindical. Em seu manifesto de fundação, a CUT defendia uma organização sindical construída pela base, classista, autônoma, independente do Estado, além de assumir a defesa de uma sociedade sem exploração entre capital e trabalho, ou seja, mirava a possibilidade efetiva de ajudar na construção de uma sociedade socialista. (ANTUNES, 2018, n.p.)

Ainda em 1984, outro importante movimento social se organizará, desta vez ligadas as demandas camponesas. Fruto da junção de distintas ligas, associações, acampamentos camponeses que, diante ao uso do Estado como mantenedor do latifúndio, passam a ocupar as chamadas terras improdutivas como forma de promover o acesso à terra a trabalhadores e trabalhadoras que, de outra forma, teria de se submeter ao trabalho semiescravo do latifúndio brasileiro, nascerá o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST.

Assim, a década de 1980, depois de anos de regime autoritário, vê eclodir importantes organizações dos movimentos sociais ligados às demandas das classes subalternas cujos programas apontam- com suas diferenças, é certo- para a superação da sociedade capitalista.

---

<sup>24</sup> Importante lembrar que a estrutura sindical brasileira foi moldada no governo de Vargas que, à época, atrelou-a ao Estado *stricto sensu*. Segundo Antunes (2018): “A estrutura sindical brasileira foi urdida, em seus lineamentos fundamentais, durante os governos Vargas, com a criação da legislação sindical que garantia o controle estatal dos sindicatos, em termos financeiros, organizativos, políticos e ideológicos. Foi uma engenharia poderosa, pois, ao mesmo tempo que a legislação trabalhista foi criada, sua aplicação e sua efetividade estavam vinculadas à vida do sindicato oficial, o que representou um duro golpe no pequeno, mas ativo sindicalismo autônomo existente no pré-1930...”

Não à toa, esta década foi apelidada de “ a década de ouro”, afinal “a criação do PT em 1980, da CUT em 1983, do MST em 1984, a luta pelas eleições diretas em 1985, a eclosão de quatro greves gerais, a campanha da Constituinte, a promulgação da Constituição em 1988 e, finalmente, as eleições de 1989 são exemplos vivos da força das lutas daquela década” (ANTUNES, 2011).

Na sociedade política, o esgotamento do modelo desenvolvimentista baseado na abertura ao capital estrangeiro produzirá fissuras entre as principais frações da classe dominante brasileira que formavam o bloco no poder<sup>25</sup> e o processo de reabertura política no Brasil será acompanhado por uma reorganização da burguesia local e de seus aparelhos privados de hegemonia. Em 1983 é fundado o Instituto Liberal que terá como missão a divulgação do pensamento neoliberal, com particular atenção aos preceitos da Escola Austríaca de Economia (LAMOSA, 2016). Ainda, Fontes (2010, passim) percebe a profusão de ONGs ao longo da década de 1980 que passam a ser propagadoras de uma nova sociabilidade ao promoverem uma profissionalização de parcela da militância, deslocarem a exploração capital/trabalho do centro do seu debate e, cada vez mais, dependerem financeiramente- ou da iniciativa privada ou de recursos públicos- para promoverem sua participação política. A autora sinaliza que esta movimentação do empresariamento do movimento social já denota uma nova frente de atuação burguesa que irá ser de suma importância no período seguinte: para além de reorganizar as suas próprias entidades de classe, o empresariado brasileiro passará a disputar a condução dos movimentos ligados à classe trabalhadora. Neste processo, o empresariado irá buscar: 1) negligenciar a existência do pensamento de classes, tratando-o como antiquado, obsoleto, ideológico ou qualquer adjetivo que retire do pensamento crítico o seu status de filosofia; 2) ressignificar as demandas produzidas pela classe trabalhadora em seus movimentos, em especial aquelas que não entram em conflito com a exploração de classes, daí que parte dessas demandas, em especial as ligadas as minorias, passarão a compor a pauta política destes setores; 3) operar o transformismo, a saber a capacidade de produzir uma “absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos” (GRAMSCI, 2002, p. 63)

---

<sup>25</sup> Para Poulantzas (1980) “bloco no poder” designa a unidade contraditória mantida por classes ou frações de classe que ocupam o Estado em determinado momento histórico. Esta unidade é contraditória pois ao mesmo tempo em que eles se mantêm organizados por conta de interesses mais amplos e gerais, não elimina as diferenças e disputas destas classes ou frações no interior deste bloco.

A adesão de setores mais amplos da sociedade civil brasileira ao neoliberalismo é obtida ainda ao final da década de 1980. Organizações como a FIESP, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e o seu braço sindical a Federação Nacional de Bancos (FENABRAN), bem como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) já sinalizavam, em seus documentos públicos, simpatia aos princípios neoliberais, em especial àquele que defendia a redução do tamanho do Estado (LAMOSA, 2016)<sup>26</sup>. Em 1988 será criado um importante instrumento para a consolidação do social-liberalismo no Brasil, bem como pela reconformação da nossa sociedade política, na década de 1990: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Analisando a origem de classes das 50 lideranças mais atuantes no interior deste partido, André Guiot (2015) revela que 14 delas (28%) possuem vinculação orgânica com as entidades patronais mais proeminentes no país. O crescente protagonismo dos sociais democratas brasileiros com social-liberalismo ocorrerá ainda no governo Collor de Mello quando os “tucanos” ocuparão cargos no primeiro escalão do governo.

Diante a ampliação dos seus aparelhos privados de hegemonia, agora dotados de um caráter mais moderno, preocupados com a adaptação da sociedade brasileira à consolidação do modelo financeiro-neoliberal-taylorista, a burguesia local consegue organicidade suficiente entre suas frações e costura a candidatura à presidência de Collor de Mello pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

O discurso contra o tamanho do Estado fora a tônica da campanha eleitoral que levou a vitória Collor de Melo, no segundo turno das eleições de 1989 no Brasil. Algumas medidas foram tomadas no sentido de liberalizar a econômica brasileira: privatizações de empresas estatais, a abertura do mercado ao capital estrangeiro, distintos planos econômicos a fim de estabilizar a economia e retirada de direitos sociais, estas medidas se fortalecerão ao longo dos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (ANTUNES, 2004).

Um escândalo de corrupção ocorrido ainda durante a campanha presidencial vem à tona. Conhecido como “Esquema PC” em alusão às iniciais do tesoureiro Paulo César Farias foi reverberado pela imprensa e logo ganhando tons de pressão popular (em especial o Movimento Estudantil e o seu movimento de “caras pintadas”). Levará a abertura- pelo legislativo- do processo de impeachment do presidente no dia 28 de setembro de 1992. Collor

---

<sup>26</sup> Para um vasto e rico debate sobre o assunto recomendamos, também, o texto de MARTINS, André. *Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de terceira via*. IN: NEVES, Lúcia (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. – São Paulo: Xamã, 2005 e FONTES, Virgínia. *Brasil e o capital imperialismo*./ Virgínia Fontes. Rio de Janeiro: ESPSPJV, UFRJ, 2010, em especial o seu capítulo 5.

de Melo será afastado da presidência da República no dia 02 de outubro de 1992 e assumirá o seu lugar o então vice-presidente: Itamar Franco. O curto governo de Itamar Franco se notabilizou por dar origem ao chamado “Plano Real”, plano de estabilização financeira que buscava combater os estratosféricos índices inflacionários da época. Nomeando o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para o Ministério da Fazenda, o Plano Real consegue “combater a inflação” e o seu fulguroso sucesso levará a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da república com vitória ainda no primeiro turno (ANTUNES, 2004, 2018). Embora este plano tenha conseguido estabilizar o processo hiperinflacionário, resolvendo uma das dimensões da estagflação daquele período, este processo resultou também no reforço da subordinação da economia brasileira aos países centrais. Segundo Paulo Nakatani,

... após a estabilização monetária obtida com o Plano Real, do governo de Fernando Henrique Cardoso, o principal componente do crescimento da dívida pública interna deve-se à política de juros decorrente da política monetária do Plano Real. Isso representa a subordinação da política macroeconômica aos interesses da aliança entre as frações de classes dominantes no Brasil sob a hegemonia da fração financeira, mais precisamente do capital especulativo e parasitário (NAKATANI, 2006, p. 10-11)

A década de 1990 significará, portanto, o início da supremacia burguesa na era neoliberal, conforme pontua Rodrigo Castelo (2013). Ademais, continuará em andamento, por parte da burguesia local, as estratégias de fortalecimento de suas próprias organizações, mediante a proliferação de fundações empresariais destinadas a ações sociais, a remodelação da “filantropia desinteressada” para a responsabilidade social e, posteriormente, investimento social, atendendo ao chamado do social-liberalismo por uma sociedade civil (aqui, entenda-se, empresariado) mais ativa (MOTTA, 2012).

Como dito, uma outra estratégia político-pedagógica fora posta em prática pelas classes dominantes brasileiras com o fim de reestabelecer a sua hegemonia, agora em outros marcos e afinadas com a reorganização produtiva e a expansão do capital portador de juros. Tratava-se, justamente, de disputar e repolitizar as organizações da classe trabalhadora. Um primeiro e importante passo fora dado neste sentido quando da criação da Força Sindical (FS), em 1991 (FONTES, 2010; NEVES, 2005). Esta central, representante do chamado sindicalismo de resultados, buscava difundir nos meios sindicais o ideário neoliberal. Na década de 1990 e início dos anos 2000 era a “central sindical que mais crescia no Brasil”, esta era, inclusive, a ideia do seu slogan. Liderados por Luís Antônio de Medeiros, o rápido crescimento da Força Sindical

garantiu-lhe influência no governo Collor. Rogério Magri, nomeado Ministro do Trabalho daquele governo, é grande amigo de Medeiros (FONTES, idem).

A relação estreita ente FS e neoliberalismo pode ser aferido pelo conteúdo e pela forma de elaboração da proposta desta central sindical e pelo montante de recursos financeiros destinados pelos governos neoliberais à sua estruturação (NEVES, idem, p.117)

Não obstante, a criação da Força Sindical fora acompanhada por uma busca de promover a adesão das principais lideranças cutistas (que também detinham o controle do Partido dos Trabalhadores) ao ideário do social-liberalismo. Durante o IV Congresso Nacional da CUT, ainda em 1991, duas axiais mudanças são operadas no interior desta central neste sentido. Primeiro a defesa e aprovação da filiação da CUT à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), cujo caráter é notoriamente social democrata (id, ibid.). Além disso, a direção majoritária<sup>27</sup> da entidade proporá uma mudança de perspectiva da central sindical que deixava de ser reativo-reivindicativa e passava a adotar a perspectiva afirmativo- propositiva. (ANTUNES, 2011, 2018; NEVES, 2005; FONTES, 2010, CASTELO, 2013; LAMOSA, 2016). Em 1995, uma importante greve dos trabalhadores petroleiros eclodirá no Brasil sendo brutalmente e de todas as formas reprimidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, um dos motes da greve era a oposição à quebra do monopólio da exploração do petróleo no Brasil pela PETROBRAS, em meio a sucessivas movimentações do governo, havia o temor- nada infundado- de privatização desta empresa. Esta greve provocou críticas a direção majoritária da CUT pela falta de coesão e maior apoio aos petroleiros (ANTUNES, 2018)

Com a derrota dessa importante greve, deslanchou ainda mais o processo de reestruturação produtiva, sob a condução neoliberal. A nova realidade arrefeceu e tornou mais moderado e defensivo o novo sindicalismo, que assumia um perfil mais propenso à negociação, num cenário sindical marcado pela existência de várias centrais sindicais e pela emergência de um sindicalismo mais sintonizado com a onda neoliberal, como a Força Sindical, criada em 1991 e que viria a polarizar com a CUT os espaços de representação dos trabalhadores. (id. Ibid., n.p.)

Com relação as privatizações das empresas estatais, Fontes (2010) revela um duplo comportamento por parte das direções cutistas, enquanto parcela dos seus militantes e dirigentes

---

<sup>27</sup> A Articulação Sindical é o nome do grupamento que, desde então, detém o controle da CUT até os dias atuais. Fora fundada em 1986, no II CONCUR e fazia alusão a corrente interna ao PT 'Articulação', posteriormente denominada 'Articulação Unidade na Luta' e atualmente se diluindo no campo 'Construindo um Novo Brasil', desde 2007. No entanto, a salvo raro momento na década de 1990, este campo sempre fora hegemônico nos debates internos do Partido dos Trabalhadores.

a combatiam, outra parte participava da compra de ações. O que reforça a hipótese apresentada por Ricardo Antunes (2018): a de que parcela dos dirigentes sindicais passam a se tornar novos gestores

O desdobramento dessa mutação vem consolidando uma prática sindical que, além de fetichizar a negociação, transforma os dirigentes em *novos gestores* que encontram na estrutura sindical mecanismos e espaços de realização, tais como operar com fundos de pensão, planos de pensão e de saúde, além das inúmeras vantagens intrínsecas ao aparato burocrático típico do *sindicalismo de Estado* vigente no Brasil desde a década de 1930. Isso mudou o perfil das lideranças sindicais adotadas até então. Tais mudanças alteraram também o destinatário do discurso sindical, cujo ideário vai paulatinamente se deslocando de um sindicalismo de classe para um sindicalismo cidadão. (ANTUNES, idem, n.p., grifos do autor)

Processo similar ao da CUT passará o PT. Inicialmente o PT se qualificará como uma das experiências políticas de massas mais inovadoras da história do Brasil. Pretendia ser um partido aberto, possibilitando a participação das massas, de classes e descentralizado, buscando superar a negação da política e promover a sua requalificação, entendendo a importância das pautas reformistas-institucionais para a classe trabalhadora sem perder a perspectiva da fundamental organização popular. Daí que se importava com a via eleitoral e com as potenciais mudanças que se poderia produzir por este meio, mas reafirmava como sua tarefa mais primordial a organização da classe trabalhadora. Todavia, tal e qual se operava no interior de sua principal base social, o sindicalismo, os setores hegemônicos do PT passaram a abandonar um projeto societário alternativo e a vislumbrar um capitalismo mais humano dentro dos marcos institucionais, precisando, desta forma, reajustar a sua tática política de outrora: agora o privilégio se dava à via eleitoral em detrimento à organização da classe trabalhadora. Afinal,

Foram-se fortalecendo no seu interior durante a década de 1990 tendências políticas mais sintonizadas com a nova socialdemocracia ou nova esquerda, culminando com a incorporação desses postulados à resolução política aprovada no Congresso do PT realizado em Belo Horizonte em novembro de 1999. Esse profundo processo de correção de rumos, sob a direção da corrente política Articulação, iniciou-se a partir do momento em que o PT não se contrapôs à nova agenda política da classe dominante em nível internacional e nacional, que incorporava subalternizando, os setores populares um uma agenda de cunho democrático-filantrópico a qual substituiu o tema da igualdade pelo tema da pobreza como foco a partir dos anos 1990. (NEVES, 2005, p. 114)

Diante a estes processos coetâneos, a saber: a reorganização das frações burguesas num novo bloco do poder, aglutinado ao PSDB; diante ao avanço da precarização do trabalho devido a “modernização” toyotista de parcela das empresas brasileiras, a financeirização do

capitalismo; frente ao crescimento de organizações da sociedade civil, em especial as ONGs que propugnavam o ideário neoliberal; diante ao transformismo operado no PT e na CUT – esta que, agora, disputava a hegemonia sindical com a Força Sindical, outro aparelho privado de hegemonia propagador da sociabilidade social liberal-; estavam assentadas as condições para a implantação de contrarreformas no Estado *stricto sensu*, ou sociedade política. Estas contrarreformas serão em grande parte potencializadas pela eleição de Fernando Henrique Cardoso. Além de compor seu Ministério com figuras notáveis da escola de economia da PUC- destaque para Pedro Malan (Ministro da Economia), Armínio Fraga (Presidente do Banco Central) e Edmar Bacha (ocupará o cargo de Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)- iminentemente liberais; o então presidente chama para compor o seu governo o chamado núcleo paulista do PSDB, cuja figuras de maior destaque serão o senador eleito com votação histórica pelo estado de São Paulo, José Serra (que ocupará o Ministério do Planejamento e, posteriormente o da Saúde) e o empresário e político por São Paulo: Sérgio Motta (LAMOSA, 2016.). Ainda, ocupará um lugar estratégico no novo governo o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira que ocupará o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), cuja principal função será formular e implementar os marcos daquilo que foi denominada por seus partícipes de Reforma Gerencial do Estado Brasileiro.

Esta contrarreforma procurará, segundo palavras de seus próprios formuladores, implementar no Brasil um Estado social-liberal (BRASIL, 1995). Fernando Henrique Cardoso também “alerta” para o mal-entendido que confunde “qualquer processo de Reforma do Estado e a chamada “receita neoliberal” (CARDOSO, 1998, p. 7) do “Estado mínimo”. Segundo Bresser-Pereira (1998, p. 18), esta (contra)reforma se situa entre a social –democracia e o social-liberalismo.

É social democrática porque afirma o papel do Estado de garantir os direitos sociais e lhe fornece os instrumentos gerenciais para fazê-lo, de forma não apenas mais democrática, mas, também, mais eficiente do que faria o setor privado. É social-liberal porque acredita no mercado como um ótimo, embora imperfeito, alocador de recursos; porque utiliza a estratégia da competição administrada em quase-mercados, para controlar as atividades sociais financiadas pelo Estado, por intermédio de entidades descentralizadas; as organizações públicas não-estatais; e, porque, embora reafirmando o dever do Estado de proteger os mais fracos- as crianças pobres, as mães solteiras e os velhos-, não é paternalista, não subestimando a capacidade de cada indivíduo de defender os seus próprios direitos de cidadania, nem sua capacidade de trabalhar, desde que se lhe ofereçam os devidos incentivos e oportunidades.

Pontuando que a crise econômica tem sua origem na crise do Estado, haja vista que ele teria perdido a sua capacidade de coordenador e regulador do mercado, havia a necessidade de reformá-lo. Parte substancial desta crise é fiscal, ou seja, diretamente relacionada com os gastos que o Estado passa a ter com a difusão dos direitos sociais. Nestes termos, é fundamental afirmar, que a contrarreforma da sociedade política propugnada se enquadra na defesa do ajuste fiscal, onde esta deve passar a ter sobra de recursos, o superávit, para melhorar a sua governança e também poder cobrir a insaciabilidade da dívida pública ascendente, este que é o principal mecanismo de financeirização dos recursos públicos (BRETTAS, 2017).

A crise do Estado a qual estou me referindo tem um sentido bem específico. O Estado entra em crise fiscal, perder em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo que vê sua capacidade de gerar poupança forçada a diminuir, senão desaparecer, à medida que a poupança pública, que era positiva, vai se tornando negativa. Em consequência, a capacidade de intervenção do Estado diminui dramaticamente. O Estado se imobiliza (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 35)

O MARE, na figura de seu ministro, ficará responsável pela elaboração de um documento cuja principal tarefa seria definir as Diretrizes da Reforma do Aparelho de Estado a ser implementado no Brasil, era o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Este plano busca demonstrar, em uma longa sessão, que o Estado brasileiro precisa urgentemente gastar menos, em especial, com os servidores civis, ativos e inativos (daí que é fundamental implementar a reforma da previdência, transferindo-a, se possível, para a iniciativa privada). Esta crise do Estado se manifestava em três dimensões distintas: 1) como crise fiscal, haja vista a diminuição da poupança pública e, com isso, sua incapacidade de oferecer políticas públicas; 2) como esgotamento da estratégia estatizante de intervenção; e 3) a superação da forma burocrática de administração do Estado. Bresser Pereira reafirma o papel do Estado como implementador dos direitos sociais, mas para que eles fossem efetivamente expandidos, o Estado deveria ser “reconstruído”, ideia que está também presente no pensador britânico Anthony Giddens que, em seu livro *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia*, afirma:

Os neoliberais querem encolher o Estado; o socialdemocrata, historicamente, tem sido ávidos em expandi-lo. A terceira via afirma que o que é necessário é reconstruí-lo- ir além daqueles da direita “que dizem que o governo é o inimigo”, e daqueles da esquerda “que dizem que o governo é a resposta”. (Giddens, 1999, p. 80)

De acordo com estas premissas, a sociedade política deveria ser reorganizada para se adequar aos novos tempos da globalização, da tecnologia dos processos e da informação, impacto este que incidiria tanto na reforma do aparelho de Estado quanto na relação deste com a sociedade civil, aqui compreendida em seu sentido liberal, ou seja, em oposição a sociedade política ou Estado *stricto sensu*. Ora, não se tratava apenas de ajustar aos novos tempos um novo arquétipo de Estado, baseado nas premissas do Estado Burocrático erigido no século XIX nas sociedades liberais dos países centrais e, ao longo do século XX, ampliado para o Estado de Bem-Estar Social. Processo este que não ocorrera no Brasil, como ocorrera nos países Europeus ou nos EUA. No Brasil, tratava-se de reformar o Estado Desenvolvimentista cujo modelo protecionista e estimulador da substituição de importações teria se esgotado. Na medida em que a Constituição Federal de 1988 ampliava as atribuições do Estado Burocrático, ela seria considerada uma “volta no tempo” ou “retrocesso” neste processo (BRESSER-PEREIRA, 1998; BRASIL, 1995). Trata-se, em suma, de repensar o papel do Estado nesse novo tempo, um Estado-inteligente ou Estado Gerencial. Em seu livro de 1998, *Reforma do Estado para a Cidadania*, Luiz Carlos Bresser-Pereira, acertadamente, enquadra a (contra)reforma operada na sociedade política brasileira, nos marcos internacionais, posicionando-a no interior da doutrina social-liberal.

Para que esta (contra)reforma ocorra, o MARE- bem como Bresser- Pereira- irá pensar a sociedade política decompondo-a em quatro setores distintos. O primeiro deles seria o setor de *atividades estratégicas*, onde as decisões estratégicas são tomadas, a definição de políticas e prioridades, a forma de executá-la, a alocação de recursos, etc. De forma sumarizada, corresponderia à cúpula dos Três Poderes, bem como o Ministério Público. Em seguida, se define do setor de *atividades exclusivas* que são aquelas que só podem ser realizadas pelo Estado, onde “se exercer o poder extroverso do Estado” (BRASIL, 1995, p. 41) cobrança e fiscalização de impostos, fiscalização de normas sanitárias e ambientais, o serviço de trânsito, a emissão de passaportes, etc. Além destes, haveria o setor de *serviços não exclusivos* que são aquelas cuja oferta do Estado acompanha a oferta de organizações públicas não-estatais e também do setor privado, neste intervalo estariam as Universidades e escolas, centro de pesquisas, os museus, os hospitais, etc. Por último, estaria o setor de *produção de bens e serviços para o mercado* que compreenderia as atividades econômicas estatais voltadas para o lucro, como o de infraestrutura, energia, etc.. Para cada um desses setores uma forma de administração da sociedade política seria mais adequada. Para o setor estratégico, a administração burocrática, para os demais setores, a administração gerencial. Avançando neste

raciocínio, a contrarreforma da sociedade política deveria adequar também a estes setores uma forma de propriedade. Para o setor estratégico e o setor de atividades exclusivas, a forma adequada seria a *propriedade estatal*. Já para os setores voltados a produção de bens e serviços cujo objetivo é o lucro, a forma mais adequada seria a *propriedade privada*. Não obstante o direito clássico afirme haver apenas duas formas de propriedade (pública ou privada) o desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea promoverá, segundo o documento, o surgimento de outras formas de propriedade classificadas em quatro tipos distintos. As duas clássicas, pública e privada, a propriedade corporativa (sindicatos, associações de classes e clubes) e propriedade pública não-estatal. Esta última seria a forma de propriedade mais adequada para a oferta das classificadas “atividades não monopolistas do Estado, onde estão inseridas inúmeras políticas sociais (em especial a saúde e a educação). (BRASIL, 1995, p.41-43; BRESSER-PEREIRA, 1998; BRESSER-PEREIRA; CUNIL GRAU, 1999)

O público não-estatal parte do reconhecimento de que as atividades sociais não detêm um caráter monopolista e devem ser oferecidas pela iniciativa privada e pela sociedade civil (ou “terceiro setor”) onde seriam financiadas com os recursos públicos (não obstante os recursos privados serem bem-vindos, quando possível e se necessário) que promoveriam uma “concorrência administrada”, daí se otimizando a busca por excelência da oferta destes serviços ao “cidadão-cliente”. De acordo com Bresser-Pereira, não era apenas uma forma de propriedade, o público não-estatal guarda em si a dimensão de “controle social” e, portanto, seria um aprofundador da “democracia direta”, pois que permite diretamente a “sociedade civil” tomar parte na gestão e implementação destas políticas, bem como no seu controle, através de mecanismos de “controle social”. Todavia, a formulação destas políticas, seu caráter, a quantidade de recursos, abrangência e distintos outros aspectos axiais na implementação de políticas públicas continuariam a cargo do “núcleo estratégico”. Este processo, segundo os seus formuladores, resultaria numa publicização do Estado, afinal reforçaria um dos cernes mais importantes da *Res pública*, o interesse público (nova semântica para escamotear o ataque aos direitos sociais universais e estatais), promovendo uma sociedade civil ativa e garantindo maior eficiência e qualidade. (BRASIL, 1995; BRESSER-PEREIRA, 1998).

Ora, de acordo com Falleiros e Melo (2005. p.182)

Explicitava-se, assim que o aparelho de Estado não mais executaria as políticas sociais nas diversas frentes. Passaria a delegar sua execução às denominadas organizações públicas não-estatais. Embora haja essa disputa semântica, sendo tal processo apresentado como publicização, pode-se afirmar estarmos diante de um verdadeiro mecanismo de privatização com diversas faces. Contudo, uma dimensão que não pode deixar de ser ressaltada

é a da tentativa de atribuir à sociedade a auto responsabilização pelo financiamento das políticas sociais. Não por acaso, no *Plano Diretor...* verifica-se, com um dos objetivos precípuos deste novo modelo, a promoção de uma maior aproximação entre o Estado e a sociedade civil, por meio das múltiplas organizações sociais.

Desde já, notam-se mecanismos potentes de transferência de recursos e patrimônios públicos para a iniciativa privada através da contrarreforma gerencial do Estado. Sobremaneira, a privatização de parcela substancial do patrimônio público fora operada nos anos desta contrarreforma. Empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce (atualmente denominada tão somente como Vale S.A.), a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) são alguns poucos exemplos de uma ampla política que reverberou também nos patrimônios estaduais e municipais (por ex. Bancos estaduais ou distribuidoras de energia elétrica que também foram privatizadas nos diversos estados). Algumas destas privatizações, inclusive, foram operadas lançando estas empresas no mercado de ações com valor abaixo do valor de mercado, como fora o caso da Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo e que fora vendida por apenas R\$ 3,3 bilhões. Além da explícita privatização, o processo de publicização pode ser considerado uma “privatização velada” na medida que transfere recursos públicos e a responsabilidade sobre as políticas sociais para as chamadas Organizações Sociais e suas congêneres, superficialmente denominadas organizações do “terceiro setor”. Todavia, para além destes explícitos mecanismos de fragmentação, focalização e privatização das políticas sociais estas não se constituem como a grande novidade deste processo, haja vista estas características (embora tenham se aprofundado ao longo das contrarreformas sociais liberais) permearem a constituição histórica das políticas públicas no Brasil, a novidade está noutra característica deste processo (BRETTAS, 2017).

Ao que tudo indica um dos debates que contribui para a reflexão sobre as políticas sociais no contexto neoliberal passa pela financeirização e pela forma que se dá a apropriação do fundo público, a qual mantém relação com a criação de mecanismos para transferir valores arrecadados pelo Estado para as mãos do grande capital nacional e estrangeiro (BRETTAS, 2017, p. 62-3).

A autora chama atenção para o papel que a dívida pública exerce como mecanismo de transferência do Estado no capitalismo dependente para o setor capitalista portador de juros em nível nacional e internacional. Ao longo da contrarreforma inicialmente implementada nos anos do governo Cardoso, distintos mecanismos foram criados a fim de dar garantia aos credores da dívida pública do seu pagamento, mesmo que o país estivesse passando por uma turbulência

financeira. O Fundo Social de Emergência (FSE), criado em 1994 e depois renomeado para Desvinculação das Receitas da União (DRU) em 2000, previa a desvinculação de até 20% das receitas vinculadas (aquelas que tem destinação obrigatória para determinadas políticas sociais, em especial, saúde e educação, segundo a CF-1988). As metas de superávit primário bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal são dois outros destes mecanismos de garantia de pagamento da dívida pública e, conseqüentemente, de financeirização dos recursos públicos.

Brettas percebe que mesmo diante a estes mecanismos garantidores, o estoque da dívida mais do que duplicou entre 2006 e 2016: “passando de R\$ 1,23 trilhão em 2006 para 3,11 trilhões no final de 2016” (BRETTAS, 2017, p. 64). Além disso, “as despesas com a dívida também se avolumaram; em 2012, 2013, 2014 e 2015 somaram, em números oficiais, R\$207 bilhões, R\$218 bilhões, R\$243 bilhões e 367 bilhões, respectivamente (idem, *ibid.*). Ainda mais, se tomarmos em conta o caráter regressivo dos nossos impostos e o fato de boa parte dele incidir sobre o consumo (penalizando sobremaneira a parcela da classe trabalhadora com menores remunerações) é possível afirmar que os impostos brasileiros são financiados, principalmente, pela classe trabalhadora (BRETTAS, *idem*).

Ao passo que ao invés de promover um processo de publicização, esta contrarreforma promove, na correção da semântica, mecanismos de transferência de recursos públicos para a esfera privada. Também não nos parece justa a ressignificação feita por seus intelectuais brasileiros acerca do “aprofundamento da democracia direta”. Afinal, o que pudemos perceber ao longo da análise empírica e também por intermédio do levantamento bibliográfico produzido é que o processo ali iniciado poderia ser melhor chamado de ampliação de uma “democracia restrita” (FONTES, 2010). Conforme pudemos aferir em estudo anterior, a promoção de mecanismos de controle social tem muito mais o objetivo de conformar e promover a adesão de parcela das classes subordinadas ao social-liberalismo do que efetivamente encaminhar para uma participação ativa. Afinal, de acordo com este modelo, a sociedade não participa, a não ser por intermédio de um frágil processo eleitoral, dos rumos dos debates centrais acerca da elaboração das políticas públicas, atribuição esta destinada ao *núcleo estratégico* da sociedade política. Muito menos estes espaços de participação social são providos de instrumentos capazes de promover profundas mudanças na nossa realidade social, ao contrário, são eivados por traços característicos da formação social brasileira como o patrimonialismo e o clientelismo, fazendo destes espaços, em grande parte das vezes, um *ad referendum* das políticas sociais conformadas pelo social-liberalismo (LAMARÃO, 2013). Ao retirar da pauta de debates aquilo que é central e permitir que se debata somente as miudezas da política,

promove-se aquilo que Carlos Nelson Coutinho (2010) pontuou, a partir de Antônio Gramsci, de *hegemonia da pequena política*.

...existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada com arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples aceitação do existente. A “apatia” torna-se assim não só um fenômeno de massa, mas é também teorizada como um fator positivo para a conservação da “democracia” pelos teóricos que condenam o “excesso de demandas” como gerador de desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, de instabilidade social. Mas, como também vimos, é expressão da grande política reduzir tudo à pequena política. Em outras palavras, é por meio desse tipo de redução, que desvaloriza a política enquanto tal, que se afirma hoje a quase incontestada hegemonia das classes dominantes. Em situações “normais”, a direita já não precisa da coerção para dominar: impõe-se através desse consenso passivo, expresso entre outras coisas em eleições (com taxa de abstenção cada vez maior), nas quais nada de substantivo está posto em questão (COUTINHO, 2010, p. 32).

### 2.1 *A Hegemonia da pequena política e os governos petistas.*

De fato, as eleições ocorridas em 2001, onde Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, obtém a vitória, não porá em debate os alicerces do modelo social liberal, ao contrário, sob diversos aspectos é possível afirmar que este modelo se aprofundará ao longo dos próximos quatorze anos (oito sob a presidência de Lula as Silva e mais seis sob o comando de sua sucessora, Dilma Rousseff). Ainda na campanha eleitoral, Lula assinará a *Carta aos Brasileiros* onde acena às frações da burguesia que ainda temiam por uma mudança radical, mediante a sua eleição, era o Lula “paz e amor”. Nesta carta, Lula se comprometia na manutenção dos pilares macroeconômicos estabelecidos no governo anterior, em especial no que diz respeito, ao superávit fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Desvinculação das Receitas da União, a não reversão das lesivas privatizações e, em especial, a subordinação das políticas sociais à financeirização expressa pelo terrível processo de manejo da dívida. Com efeito a composição ministerial do governo Lula fora coerente com os compromissos assumidos na *Carta*.

Os postos-chave da área econômica foram confiados ao núcleo duro dos setores dominantes. Para o Banco Central foi escolhido Henrique Meirelles (Banco de Boston); para a Agricultura, Roberto Rodrigues (liderança destacada do agronegócio); para o Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan (da Sadia, e representante do setor de *commodities*) e para a Fazenda, Antônio Palocci, que, embora filiado ao PT, representava a ortodoxia neoliberal no governo, delegando toda a direção superior do ministério aos representantes da alta finança (LEHER, 2010, p. 53).

No plano ideológico-político, os dirigentes partidários e os agentes políticos daqueles governos não reivindicaram agenda neoliberal se auto denominando, de modo mais enfático a partir de 2006, de “novo desenvolvimentistas”. Todavia não era essa a tônica da linha mestra do governo. A fim de distanciar a prática econômica do discurso ideológico, bem como apontar elementos que permitiram esta “reconstrução ideológica” cabe remontar algumas premissas do desenvolvimentismo, estas que, à época, gerou profícuos debates acerca dos caminhos possíveis para a superação da condição de subdesenvolvimento do Brasil. Todavia, dado a condição periférica ou subdesenvolvida também não ser produto- apenas- do nosso passado recente sendo melhor compreendido se considerado- mesmo de modo extremamente sumário, como aqui- diante a um pano de fundo mais amplo cuja relação com o passado brasileiro ajuda-nos, sobremaneira, a compreender determinados aspectos do nosso presente. Cabe, portanto, debater a origem das ideias desenvolvimentistas no Brasil a fim de responder a uma pergunta central: o novo desenvolvimentismo é um conceito que denota um conjunto de proposições econômico-sociais que conformam uma determinada realidade política-estratégica para a nação? O que aproximaria os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff desse novo desenvolvimentismo?

### *1.5.1 A produção das ideias desenvolvimentistas no Brasil e sua crítica: o capitalismo dependente.*

Ao longo de muito tempo, inúmeras formulações acerca da formação social brasileira tiveram (e ainda tem) importante peso no pensamento social nacional. No que diz respeito aos debates acerca da caracterização socioeconômica do Brasil, destacamos a formulação de Caio Prado Júnior, em seu *História Econômica do Brasil*, que fora lançado em 1945, momento que se consolidava o populismo<sup>28</sup> como fenômeno político no Brasil, cuja maior expressão é Getúlio Dornelles Vargas. Neste texto, Prado Jr chega à conclusão de que a estruturação da economia

---

<sup>28</sup> Neste sentido, reivindicamos aqui parte no longo debate historiográfico acerca do termo. Discordando de Ângela de Castro Gomes (2002) (e outros, como Jorge Ferreira), importante historiadora brasileira e especialista no estudo do período de 1945-1964, onde dará preferência ao uso da categoria “trabalhismo” para caracterizar a conjuntura política daquela época. Esta preferência busca ressaltar o protagonismo mantido por organizações que reivindicavam a classe trabalhadora naquele período como o PTB e importantes sindicatos no período. Já Marcelo Badaró Mattos (2003/2004), atento a contribuição que a autora faz da capacidade da classe trabalhadora de tomar opções acerca de um leque determinado de possibilidades e que, portanto, não era meramente uma classe apassivada, acredita que o uso do termo “trabalhismo” acaba recaindo justo no polo oposto, assumindo como verdadeiro o discurso das lideranças políticas ligadas ao Estado daquela época de que elas, eram, de fato lideranças legítimas, sensíveis e afinadas as demandas populares, o autor sugere, portanto, o uso do termo populismo a partir da produção de uma síntese explicativa dentre estes dois extremos. Sem apassivar a classe trabalhadora, mas também sem perder de vista a relação heteronômica dentre Estado ampliado e classe trabalhadora.

brasileira em bases mais modernas tem como grande obstáculo para a sua consolidação as características herdadas do período colonial e, para o autor, esta tensa contradição é a principal origem das dificuldades encontradas para a propulsão do desenvolvimento econômico brasileiro. Para Prado Jr, a condição de dependência do Brasil tem suas origens no “sentido da colonização” voltada para o abastecimento da metrópole e pela transferência das riquezas coloniais para os centros europeus metropolitanos, esta condição marcaria a formação sócio econômica brasileira e seria determinante para a subordinação brasileira na sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Concordando com este aspecto levantado por Prado Jr., outro brilhante economista brasileiro, Celso Furtado, junto a outros intelectuais, irá buscar elaborar uma teoria desenvolvimentista, ou seja, uma política econômica e social que permitisse ao Brasil superar sua condição subdesenvolvida. Para isto, chamou atenção para o processo de industrialização brasileira, marcado pela substituição de importações em contraste com as economias centrais que passaram, cada qual a sua forma, pela costumeiramente denominada Revolução Industrial. Para Furtado, os países que passaram por um período econômico de especialização em algumas matérias primas (caso do Brasil e boa parte dos países latino americanos) observam, em um primeiro momento, uma diversificação da demanda do mercado consumidor interno-incipiente- na maior parte das vezes sendo atendido por importações, tendo em conta que aquela economia se desenvolveu no seu setor primário, mas não no setor secundário. É essa diversificação da procura que dá origem a um núcleo de mercado interno de produtos manufaturados. Se aquela economia especializadamente primária reunir uma série de condições favoráveis, é possível que ocorra uma incipiente industrialização. Ora, é bem verdade que, no primeiro momento, a diversificação da demanda será suprida de forma mais eficaz pela variação das importações. Todavia, num segundo momento, esta incipiente industrialização começa a produzir mercadorias antes supridas pelo mercado externo.

Dois tipos de atividades industriais surgem, prioritariamente, neste momento. O primeiro núcleo inclui indústrias diretamente ligadas à produção primária para a exportação (refinarias de açúcar, café industrializado, fábrica de óleos vegetais, etc.); já o segundo núcleo se apoia no processo de urbanização e no crescimento da procura global (FURTADO, 1983). Segundo o pensador, políticas protecionistas poderiam, neste momento, alavancar a incipiente industrialização e promover um surto industrial. Este segundo núcleo industrial seria o principal deste processo, todavia, existe um limite intrínseco: estas indústrias são de escasso poder germinativo, ou seja, elas não engendram necessariamente o desenvolvimento de indústrias correlatas ou afins. Para Furtado, neste momento, não há tensão entre o setor primário brasileiro

e o setor secundário, ao contrário. “O setor industrial se comportava como um multiplicador de emprego do setor exportador” (FURTADO, 1968, p. 133-4). Essa dependência do setor secundário ao setor primário poderia ser rompida mediante um crescimento do setor secundário em direção a indústrias de base e infraestrutura. Todavia, isto não acontecera pois que era mais fácil absorver e importar as máquinas e as tecnologias estrangeiras do que assimilar e produzir esta tecnologia e maquinário. Isto poria uma importante limitação na continuidade do processo de industrialização. Para este pensador, este processo já demonstraria o seu esgotamento, no caso brasileiro, antes da Crise econômica mundial de 1929. Todavia, esta crise auxiliará na modificação do padrão de industrialização brasileira.

Com a recessão econômica mundial e a queda das exportações primárias, reduz-se também a renda tanto estatal (haja vista que boa parte dos impostos recolhidos nestas economias advirem do processo exportador) quanto da sociedade em geral. Todavia, alerta Furtado que a queda da capacidade de importação assume a tendência a ser maior que a redução direta do valor das exportações. Diante a esta incapacidade de importações, é comum haver desvalorização cambial. Assoma-se a este problema o fato de que, muitas das vezes, os governos assumem uma política de emissão monetária para financiar parcela dos seus débitos. Pressionando ainda mais para a desvalorização cambial e “deteriorando os termos de troca”. Sem embargo, este processo produzirá o aumento relativo do preço dos bens importados, favorecendo a "posição competitiva da produção industrial interna” (FURTADO, 1983, 251). Utilizando-se inicialmente daquela capacidade fabril já instalada e se valendo da elasticidade da oferta de mão-de-obra, que pode ser utilizada em três turnos, a indústria, em rápido crescimento, passa a liderar o processo de desenvolvimento. Ao iniciar este processo de substituição, têm-se o aumento da demanda por bens intermediários, de máquinas e equipamentos, todavia, diferente do primeiro momento da industrialização, a importação destas tecnologias já não é tão favorável tendo em conta a desvalorização cambial, e novas oportunidades de industrialização surgem, com especial atenção as indústrias de base na qual a participação estatal será de suma importância.

No entanto, este modelo de substituição de importações (MSI) também irá se saturar, segundo Furtado (2003, 252-3)

Alcançado certo grau de redução relativa das importações, a possibilidade de aumentar a rentabilidade de determinados investimentos industriais mediante elevação dos preços relativos dos produtos importados torna-se muito pequena ou desaparece.  
[...]

Ter-se-á, então, esgotado o processo de substituição de importações, e a industrialização somente poderá prosseguir se a estrutura da economia, e do setor industrial em particular, houver alcançado certo grau de diversificação.

Diante a este quadro, Furtado ressalta a importância da atuação do Estado para o desenvolvimento econômico posterior. O capital estatal concentrava investimento em setores básicos da economia, buscava-se recuperar o setor exportador, a fim de fortalecer o capital nacional e estimulava-se a entrada de capital e tecnologia estrangeira. Este “tripé econômico” seria, doravante, o motor industrializante dessas sociedades, com especial atenção para a importação dos hábitos de consumo das minorias mais ricas da sociedade subdesenvolvida.

Sem embargo, Furtado alerta para que estas três distintas fases da industrialização são ainda mecanismos de reforços das relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, marcado pela dominação-dependência. A superação destes marcos só seria possível mediante uma ação estatal mais incisiva. Furtado aponta algumas medidas que este Estado Desenvolvimentista deve tomar no que concerne as suas políticas industrializantes, como: apropriação pelo Estado de parte substancial do lucro de empresas internacionais, em certos casos chegando a defender a estatização de suas filiais aqui instaladas; subordinação das grandes empresas a objetivos socioeconômicos precisos bem como a integração na economia nacional das inovações tecnológicas; controle social sobre as consequências destas absorções tecnológicas submetendo estes a diretrizes sociais explícitas; controle da comercialização internacional dos produtos primários, entre tantas coisas.

Estavam presentes no pensamento de Furtado, portanto, importantes aspectos que conformarão o chamado pensamento desenvolvimentista. Primeiro, a ideia de que o subdesenvolvimento corresponderia a um insuficiente desenvolvimento capitalista e que poderia, doravante, ser superado na medida em que se aplicasse corretamente políticas econômicas que estimulassem a industrialização- cujo padrão estaria marcado pelo MSI- em suas distintas fases: desde a econômica exportadora, passando pelo MSI clássico, bem como a fase de indução estatal. Esta industrialização levaria, significativamente, ao processo de modernização social, econômica e política e, com isso, auxiliaria na superação dos traços herdados da colonização brasileira, entendidos como anacrônicos ou arcaicos. Outrossim, Furtado entendia o Estado dotado de uma racionalidade afinada ao bem comum, e que seria um importante artífice na condução das políticas industriais, seja estimulando o surgimento de indústrias, seja inibindo a absorção de tecnologias que poderiam contribuir para uma maior concentração de renda; a lógica do “bem comum” se imporia diante à lógica do mercado. Trata-

se, com efeito, de um Estado fetichizado, pois que não entendido sob a ótica da correlação de forças dentre as frações de classe e as classes fundamentais. Todavia, uma importante crítica é desenhada por este pensamento à teoria clássica do comércio internacional e a categoria das “vantagens comparativas”. Esta teoria afirmava que os países deveriam se especializar economicamente naquelas mercadorias que eles pudessem obter maior produtividade a depender da disponibilidade de matérias-primas, fertilidade do solo, entre outros fatores. Ao identificar a deterioração dos termos de troca entre produtos industrializados e produtos primários, identificava um importante mecanismo de transferência de renda dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos. (MARINI, 2010; CARCANHOLO, 2010)

Importa dizer que este pensamento fora produzido de acordo com uma conjuntura internacional muito específica, onde se combinavam dois fatores fundamentais. Primeiramente, a reconstrução da Europa no pós-guerra e o índice de crescimento econômico obtido pelos países centrais nos anos 1950/1960 disponibilizariam uma quantidade extraordinária de capitais necessitados de oportunidades de investimento. Por outro lado, o crescimento do movimento socialista em distintas regiões do planeta, com especial agravante nos países que passavam pelo processo de descolonização, impelia as grandes potências a organizarem uma teoria econômica que permitisse o desenvolvimento capitalista nos países periféricos, era a Teoria do Desenvolvimento. Segundo esta concepção o desenvolvimento capitalista é um *continuum* onde se passa por distintas etapas. Os países periféricos poderiam, na medida em que se esclarecessem neste sentido, queimar algumas etapas pois que contavam com a experiência e tecnologia pregressa das economias avançadas. Rostow (1974), um importante pensador desta doutrina, afirmava que era necessário arregimentar as condições para o *take off*, ou decolagem, mesmo que este processo fosse conduzido por um regime autoritário, os fins convalidariam os meios. Não é preciso muito para perceber que este pensamento esteve presente no *corpus* de ideias propugnadas pela ditadura empresarial militar instaurada no Brasil a partir de 1964 (LEHER, 2018).

A fim de produzir esta doutrina para os países periféricos, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançará mão de uma série de agências voltadas para as regiões periféricas do capitalismo, denominadas de comissão econômicas, dentre elas, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)<sup>29</sup> cujo pensamento econômico tornar-se-á hegemônico ao longo da década de 1950 em distintos países da América Latina, incluso Brasil. Celso Furtado fora um

---

<sup>29</sup> Posteriormente apensada pela região do Caribe.

dos seus mais proeminentes participantes e intelectuais, junto ao argentino Raul Prebisch e ao chileno Aníbal Pinto (MARINI, 2010).

Essas ideias cepalinas baseadas nas políticas industrialistas conduzidas pelo Estado, mobilizador de uma burguesia nacional comprometida com a modernização da sociedade brasileira formaria um importante campo de pensamento brasileiro conhecido como nacional-desenvolvimentista. Tiveram também bastante influencia em políticas implementadas na região. Importa notar que estes intelectuais mantinham uma atividade política ativa em seus países (MARINI, idem). Furtado tivera importante participação nos debates de formulação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, ocupou o cargo recém-criado de Ministro de Planejamento do governo João Goulart, além de ter criado a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e sido diretor do BNDES. Os próprios comunistas organizados no PCB foram influenciados, em parte, por estas ideias. Diante do diagnóstico que o capitalismo era ainda insuficiente no Brasil, e que, com isso, seriam insuficientes as condições para uma revolução socialista, a partir do documento conhecido com *Declaração de Março de 1958*, os comunistas do PCB passam a defender a ideia de revolução por etapas: primeiramente realizar-se-ia uma revolução nacional democrática burguesa para, posteriormente, construir-se a revolução socialista. Esta tática legitimaria a aliança dos comunistas com setores da burguesia local. Além destas duas correntes de pensamento, outro grupo que se destacava era o denominado desenvolvimentista entreguista. Também adeptos ao pensamento desenvolvimentista, discordavam da indução estatal e defendiam uma maior participação do capital estrangeiro (entenda-se, estadunidense) no processo industrialista brasileiro, representados pelo pensamento de Eugênio Gudin, Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos (LEHER, 2018).

É sobre este pano de fundo que Florestan Fernandes, sociólogo e professor da USP, irá desenvolver suas principais ideias acerca da formação social brasileira e produzir um conjunto de reflexões originais. Se, num primeiro momento da sua vida, seu contato com o marxismo se dera pela militância política numa pequena organização, o início da sua vida acadêmica é marcado pela sua incursão teórica num universo vasto de autores o que lhe propicia, além de uma grande erudição, uma precisão categorial, conceitual e teórica para produzir suas análises. Ainda ao longo do governo João Goulart, Florestan se debruçará em uma árdua tarefa que consistia na aprovação de um conjunto de reformas liberais e democrática na educação, consubstanciada na LDB em debate naquela ocasião. (LEHER, 2018).

Além das inquietações sobre a ética do cientista e da relação da ciência com a sociedade, a Campanha [de Defesa da Escola Pública, que se organizou em favor da aprovação da LDB] expôs o verdadeiro rosto dos setores dominantes mais relevantes. O processo de luta pela LDB contribuiu para quebrar a ‘mistificação das elites’ ... Conclui, então, que ‘no Brasil, a revolução nacional e a revolução democrática de corte especificamente capitalista’ estavam bloqueadas pela correlação de forças na sociedade civil ... A partir do início dos anos 1960, em particular, após o golpe de 1964, Florestan conclui que, para compreender de modo profundo a correlação de forças era preciso superar a análise centrada no país. As classes dominantes nacionais não se movem de modo autônomo, por isso, é imprescindível compreender os nexos e as determinações que as vinculam ao imperialismo (LEHER, 2018, p.83).

Ora, já tinha ficado claro para Florestan Fernandes o caráter autocrático das classes dominantes brasileiras, reativas a toda e qualquer mudança que provocasse (e provoque) alteração das suas relações de dominação, haja vista que mesmo uma LDB cujas principais ideias se apoiavam no liberalismo e que já haviam sido consagradas como direito em distintos países e burguesias, foram ardorosamente rechaçadas no Brasil; em seu lugar fora aprovado, com algumas modificações pleiteadas pela Campanha, um substitutivo proposto por Carlos Lacerda ligado aos interesses privatistas da educação.

As inovações desse projeto ... e legislação educacional vigente consistem em reduzir ao máximo o controle da sociedade política sobre a escola, restituindo-a, como instituição privada, à sociedade civil. Essa preocupação se traduz nos seguintes tópicos propostos: recorrendo ao direito e dever dos pais de educarem seus filhos, o projeto propõe que a educação seja predominantemente ministrada em instituições particulares e somente de forma complementar pelo Estado (sociedade política). Assim, os pais teriam a possibilidade de optar livremente pelo tipo de ensino que seus filhos receberiam [...] essa proposta, que, aliás, omitia o parágrafo da gratuidade do ensino no Brasil, era obviamente excludente. Nem por isso o projeto abdicava da subvenção do Estado, propondo que este financiasse a rede particular, a fim de assegurar a educação adequada de seus futuros cidadãos (FREITAG, 2007, p. 100-1)

Embora a LDB aprovada não seja privatista a tal ponto quanto o projeto propunha, diversas concessões serão feitas ao interesse dos setores privados, em detrimento a escola pública, o que Florestan considerava uma importante derrota. Será, no entanto, sobretudo a partir do golpe empresarial-militar de 1964 que Florestan Fernandes irá se debruçar sobre uma fundamental questão em sua formulação, problemática que denominará de capitalismo dependente (LEHER, 2018).

Buscando compreender os limites e os motivos que levaram o campo progressista e a estratégia nacional-desenvolvimentista a derrotas, tanto no campo educacional como na disputa

pelo Estado, bem como o porquê de as classes dominantes brasileiras apoiarem incondicionalmente o golpe empresarial-militar, Florestan buscará no referencial teórico marxista elementos para a construção desta análise. Uma das categorias utilizadas por Florestan Fernandes será a de *desenvolvimento desigual e combinado*, presente nas análises leninistas sobre a situação da Rússia pré-revolucionária, cuja autoria original do conceito se atribuí a Trotsky. Esta categoria buscava dar conta do desenvolvimento capitalista de países como a Rússia, onde o avanço de relações sociais de produção se dava em uma sociedade marcada ainda por fortes elementos feudais: a servidão ainda marcante no campesinato, o Czarismo, o poder da Igreja Ortodoxa, etc. Ora, estes elementos poderiam sugerir, como pensavam os mencheviques, que ainda não havia o desenvolvimento do capitalismo maduro na Rússia, que dotasse o país de uma classe trabalhadora assalariada potencialmente revolucionária capaz de conduzir o processo de derrubada do Czarismo em direção ao socialismo. Lênin, discordando desta perspectiva, demonstrou como o processo de desenvolvimento capitalista na Rússia acabava por conter em si- combinando-os- com elementos correspondentes a distintas etapas do desenvolvimento de outras formações sociais. Esta combinação só é possível pois o desenvolvimento histórico se mostra diferenciado entre distintos países e mesmo entre regiões de um país, tornando estas realidades mais híbridas e contraditórias. Essa combinação dialética entre o novo e o velho, o moderno e o arcaico é parte fundamental da formação da sociedade de países “atrasados”.

Diante disto, Florestan percebeu ser fundamental que a análise acerca dos dilemas nacionais brasileiros não se bastasse tão somente em sua dinâmica interna, mas que incorporasse a esta análise as determinações oriundas do imperialismo, ou em outras palavras, a inserção/associação subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho e sua especialização econômica. Para Florestan, todavia, um “imperialismo abstrato” não era responsável por todas as mazelas sociais e culpado único pela condição de “atraso” bem como pela permanência (e, por vezes, reforço) dos traços arcaicos, era fundamental compreender o papel ativo que mantinha as classes dominantes brasileiras neste processo:

Esse processo [a integração do capitalismo comercial e financeiro como processo histórico no Brasil] suscitou uma ilusão de autonomia econômica e política que não encontrava razão de ser. Como a integração do capitalismo comercial e financeiro se desenrolava num plano de interesses econômicos, sociais e políticos altamente abstratos, ignorou-se que ele podia resultar de uma conjunção de ações econômicas externas e internas, nas quais o poder de determinação efetiva continuava preso aos dinamismos desencadeados na e pela economia mundial, através do padrão de acumulação imperialista. (FERNANDES, 2008, p. 153)

Decerto, se não podemos deprender a questão nacional da sua inserção no imperialismo, é fundamental perceber o papel que cumprem as elites dominantes locais, sem embargo

... as elites das sociedades subdesenvolvidas cumprem suas funções históricas invertendo os seus papéis. Em vez de pugnar pela autonomia crescente de suas sociedades nacionais, agindo como inventores de cultura e de técnicas sociais novas, operam como agentes e principais responsáveis de uma especialização que converte aquelas sociedades em consumidoras retardatárias e frustradas do progresso sociocultural alheio (FERNANDES, 2008, p. 150)

Ora, esta heteronomia cultural, como bem ressaltou Roberto Leher (2018), a importação de técnicas e cultura dos países centrais, se combinava com outros fatores para a produção de uma Revolução burguesa peculiar no Brasil. Esta heteronomia se combinava com a autocracia, onde as classes dominantes ora apostavam na débil democracia, ora apontavam para a tomada autoritária do Estado sob a forma de golpes e ditadura, a depender da correlação de forças. Estas características permitirão aprofundar as relações capitalistas de produção por aqui. Todavia, o avanço destas relações não suplantou os aspectos ditos arcaizantes da sociedade como previam as ideias cepalinas. Pelo contrário, o processo de superexploração a que era submetida as classes destituídas dos meios de produção no Brasil, combinava-se bem com o avanço capitalista nas urbes, com a contínua concentração de riquezas e com a permanência de distintos aspectos pré-capitalistas na nossa formação social. Esta superexploração era fundamental para o capitalismo dependente, pois permitia que parte deste mais valor produzido permanecesse no processo de acumulação do capital local e parte fosse remetido aos “sócios majoritários” do capital imperialismo (OLIVEIRA, 2003; MARINI, 2005).

Ruy Mauro Marini chama a atenção para o processo de superexploração da classe trabalhadora brasileira (bem como de outros países dependentes da América Latina) como importante elemento de acumulação nos países centrais.

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países

centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2005, p. 5)

Deste modo, ressaltamos que o capitalismo dependente tem como característica a heteronomia cultural e econômica, onde internamente é marcada pela autocracia das elites locais- sócios minoritários do capitalismo- que buscarão sempre preservar as condições que lhes permitem exercer mecanismos de superexploração do trabalhador, diante ao objetivo de promover uma superacumulação de capitais cujos destinatários serão a burguesia local e seus associados internacionais; ou, as relações sociais de produção capitalista se alimentam/reforçam os traços oriundos de outras formações sociais, em especial no mundo do trabalho, marcado pela herança escravocrata ou, nos dizeres de Gorender (1980) e Cardoso (1990) *trabalho compulsório*. Estes objetivos só serão possíveis com o uso do Estado ampliado- agora visto na perspectiva classista- dosando mecanismo de convencimento ideológico e, quando estes se tornam insuficientes, instrumentos de coerção, a depender da correlação de forças entre as classes e frações de classes fundamentais, ou mesmo, como pareceu ser o caso do governo petista, tornar o aparato coercitivo mais contundente enquanto detém uma hegemonia. Muitas dessas características se farão presentes após a crise econômica mundial de 2007/2008.no Brasil. Frente ao que segue, a aproximação do governo petista a uma forma qualquer de “novo desenvolvimentismo” somente é válida como constructo ideológico, todavia, o que aparentava novo na verdade significava o aprofundamento dos mecanismos de financeirização das políticas sociais, conforme analisamos a seguir.

#### *1.5.2 Novo desenvolvimentismo ou aprofundamento do social-liberalismo?*

Diante das pontuações acima impostas, cabe resposta à pergunta que encabeça esta subseção. Para parte dos intelectuais ligados ao governo petista, não havia dúvidas: a eleição do PT significava uma mudança de orientações macroeconômicas. O argumento central enfatizava que os referidos governos conseguiram, ao longo do tempo, combinar o crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social (MERCADANTE, 2010). Se o Brasil tinha, ao longo do seu passado distante e recente, se destacado por ser um país extremamente desigual (em 2002, Mercadante destaca sermos o quinto pior país em distribuição de renda), isso se devia a um modelo econômico que combinava baixo crescimento, insuficiente capacidade de formação de capital, lenta expansão do emprego, estrutura tributária regressiva, degradação dos serviços sociais, limitação de acesso ao crédito, entre outros fatores. Todavia,

O governo Lula rompeu essa lógica. A retomada dos investimentos públicos, a reconstrução do sistema de crédito interno, as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico, os estímulos ao setor privado dirigidos à expansão dos investimentos, da produção e das exportações, e as políticas de renda e de inclusão social conseguiram, especialmente a partir de 2004, romper a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais. O país passou a viver, assim, um processo que combina crescimento econômico e distribuição de renda. (MERCADANTE, 2010, p. 156)

Outros autores, como Paul Singer- que ainda se reivindicava socialista até o fim de sua vida e que fora orientando de Florestan Fernandes - afirma

Tornava-se comum caracterizar os países subdesenvolvidos como *dependentes* dos produtos e dos créditos dos países industrializados. Mas tratava-se de dependência de bens que os países não industrializados não tinham capacidade de fabricar. Essa dependência não correspondia em nada à conceituação de Florestan Fernandes como “perda constante (e por vezes crescente) de parte substancial do próprio excedente econômico[...] uma economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente.

A dependência das economias subdesenvolvidas não decorre de um intento para o qual elas foram constituídas, mas do seu atraso histórico, que elas podem superar ao crescer. O Brasil é uma ilustração clássica deste processo. Ele se industrializou utilizando sua própria dependência dos produtos industriais importados para substituí-los por produtos fabricados no território nacional (SINGER, 2008, p. 15)

A reorientação da política comercial internacional, priorizando o fortalecimento de blocos econômicos regionais (como o MERCOSUL) e buscando outros parceiros comerciais (como os BRICS) certamente tiveram efeito sobre a produção de superávits na balança comercial brasileira. Todavia, um componente importante deste resultado é o exponencial crescimento do preço das *commodities* no mercado externo, base da pauta exportadora brasileira bem como do crescimento do comércio internacional. Mercadante (2010) ressalta que no período de 2004 a 2008 a taxa média de crescimento do PIB estivera na casa de 4,71% que indicava que boa parte desta capital acumulado com a exportação tenha se reinvestido na capacidade produtiva brasileira. Comemora também, a diminuição da dependência do Brasil em relação ao mercado dos EUA, embora o aumento do comércio com a China o alerte para a possibilidade de uma maior especialização primária da economia brasileira, sendo necessária uma política que oriente este (re) investimento no setor produtivo.

Embora, em primeiro momento, o que tenha sustentado os superávits e a taxa de crescimento do PIB tenha sido a exportação, Márcio Porchman (2010) sustenta, no que concorda Aluizio Mercadante (2010), que a expansão do mercado interno será a força dinâmica que impulsionará o crescimento econômico nos anos seguintes. Este crescimento do mercado interno, e as altas taxas de crescimento econômico, teria sido obtido segundo a conjunção de distintos fatores.

O primeiro deles será o investimento do Estado e também de suas empresas estatais em políticas e iniciativas socioeconômicas, com destaque para esta função de empresas como a PETROBRAS e a ELETROBRAS.

Com tal expansão dos investimentos feitos pelas estatais, pode-se concluir o grande impacto relativo que ocorrerá na economia nacional por meio do multiplicador de gastos autônomos do governo, o qual tem o potencial de beneficiar todos os demais setores privados produtivos dado o caráter de complementaridade destes investimentos. O grande valor dos investimentos diretamente efetuados pelas empresas estatais federais também pode ser compreendido por meio da análise do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), plano estratégico destinado a enfrentar os estrangulamentos verificados na infraestrutura nacional, gerar empregos, melhorar o ambiente de negócios, reduzir desigualdades regionais e levar serviços públicos essenciais, como água tratada, esgotos sanitários e energia elétrica, às populações menos favorecidas. As estatais foram responsáveis por mais de 31% dos investimentos já realizados no âmbito do PAC. (PORCHMAN, 2010, p. 46)

Outro fator ressaltado por estes analistas seria o estímulo e o barateamento do crédito, puxado, substancialmente, pelos bancos públicos, o Banco do Brasil para a pequena e média empresa, bem como para o crédito rural, a Caixa Econômica Federal como maior financiadora do crédito imobiliário e, para o setor industrial e de construção civil, o BNDES. Destaca-se ainda, a postura agressiva destes bancos no ano de 2008 quando, diante da retração do mercado externo devido à crise financeira, estes bancos facilitam o acesso ao crédito e estimulam a demanda do mercado interno.

O BNDES persiste como o principal banco de fomento brasileiro, figurando entre os maiores do mundo entre os seus congêneres. Além deste banco há o Banco do Brasil (BB) – a maior instituição de crédito rural – e a Caixa Econômica Federal (CEF) – maior no financiamento habitacional. Estas instituições também fornecem capital de giro para indústria, comércio, serviços, modalidade fundamental para sustentar as decisões de produção dos empresários, bem como o crédito para o consumo das famílias. (PORCHMAN, 2010, p. 41)

Além dessas duas importantes linhas de atuação, estes bancos também atuavam no financiamento do crédito e do microcrédito regional, através de bancos regionais como o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia. Por último, a bancarização- ou o acesso ao sistema bancário- das classes menos favorecidas também é outra importante iniciativa destes bancos na sustentação da demanda e estímulo ao consumo.

Cabe, por fim, mencionar a contribuição dos bancos públicos na concessão de crédito aos excluídos do sistema bancário privado brasileiro que são as pessoas físicas de renda baixa, os microempreendedores e pequenos produtores urbanos e rurais, pertencentes, em geral, ao mercado informal. Esse processo é conhecido como bancarização. O Banco do Brasil criou uma subsidiária, o Banco Popular do Brasil – Lei nº10.738/2003 – com o fim de conceder créditos de R\$50 a R\$500 ao setor informal da economia, sem acesso ao crédito consignado. Este banco também atua na concessão de microcrédito e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do governo federal. O BNDES, o Banco da Amazônia e, sobretudo, o BNB também são financiadores do microcrédito, sendo o BNB a maior instituição a atuar nesse segmento, com 51,2% de participação no total de recursos desse segmento. (PORCHMAN, 2010, p. 44)

Ademais, destaca Porchman (2010), estas instituições financeiras têm acesso a fundos fiscais e para-fiscais (como o Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT-, por exemplo) o que lhes auxiliam na consecução destes objetivos.

O papel do BNDES merece destaque entre as instituições fundamentais para a retomada recente do crescimento dentro do novo padrão de acumulação. Este banco passou por uma mudança estratégica, sobretudo a partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, quando concentrou esforços na sustentação dos investimentos em infraestrutura articulados por esse programa. Suas operações, ao contarem com recursos do FAT, permitem o financiamento de longo prazo para aumento da capacidade produtiva e para infraestrutura em setores estratégicos, ao passo que os bancos privados tendem a ficar restritos às operações de capital de giro – de curto prazo – associadas às decisões de produção. Para se ter uma ideia do desempenho do BNDES no processo de crescimento recente, o total de desembolsos deste banco passou de R\$ 35,1 bilhões em 2003 para R\$137,4 bilhões em 2009. (PORCHMAN, 2010, p. 43)

Além das ações já destacadas, um outro indutor deste crescimento econômico aliado a “inclusão social” estaria na capacidade do governo para retomar planejamentos a longo prazo. Destaca Márcio Porchman que um desses pilares está justamente na capacidade das estatais de aumentarem o capital investido e com isso conseguir benefícios em distintos setores privados da produção, neste papel se destaca exatamente a PETROBRAS. Além deste o outro pilar que

sustentaria o planejamento a longo prazo seria, exatamente, o Programa de Aceleração do Crescimento que produziria um efeito de arranque (take off) no desenvolvimento brasileiro.

Ele introduziu uma agenda de projetos destinada a apressar o crescimento. Com o PAC, o Estado deixa de ser um mero definidor de regras para o setor privado e reassume seu papel fundamental de indutor dos investimentos. A sua primeira versão estimou investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões, até 2010, em infraestrutura nas áreas de saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Para ajudar a minimizar os efeitos da crise externa de 2008 sobre a economia brasileira e, como parte das políticas anticíclicas, o valor foi elevado posteriormente para R\$ 656,6 bilhões. Até maio de 2010, R\$ 463,9 bilhões, o equivalente a 70,7% do montante total, haviam sido investidos. Em relação às ações já concluídas, os resultados correspondem a 46,1% do volume previsto. A execução orçamentária do PAC – comparativo empenhado – cresceu 225% entre janeiro e maio de 2010 em comparação ao mesmo período de 2007. (Idem, *ibid.*, p. 47)

Na ótica governamental, graças ao PAC o Brasil assiste ao renascimento da indústria naval, como também o desenvolvimento social, por intermédio de programas como “luz para todos” ou “Minha Casa, Minha Vida”. A avaliação do Programa de Aceleração fora tão positiva que o governo, logo em seguida, planejou o lançamento do PAC 2.

Todavia, segundo Porchman (2010) e Mercadante (2010), nenhuma iniciativa fora tão importante para o “novo desenvolvimentismo” como as políticas de transferência de rendas, combate à miséria e redução da pobreza. Dentre estas políticas os autores destacam, por óbvio, o Programa Bolsa Família (PBF), a política de valorização do salário-mínimo e o aumento do emprego formal. Combinado a estes, Mercadante ressalta que é fundamental ampliar o acesso de parcelas da população mais vulnerável aos direitos sociais.

As ações e políticas de distribuição de renda e inclusão social implementadas pelo governo Lula se inserem no contexto do que Celso Furtado, comentando a abordagem de Amartya Sen ao problema da pobreza, denominou “desbloqueio do processo de habilitação”. Furtado parte da premissa de que para participar da distribuição da renda “é necessário estar habilitado por títulos de propriedade e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo”. E conclui: “O que está bloqueado em certas sociedades é o processo de habilitação”.

Então, desbloquear o processo de habilitação supõe democratizar o acesso à propriedade, como forma de redistribuição da capacidade potencial de geração de renda e do direito de se apropriar dela. Supõe, também, universalizar o acesso à educação pública de qualidade, como mecanismo de capacitação tecnológica e científica dos trabalhadores, de desenvolvimento do seu potencial humano e de ampliação das oportunidades de inserção no sistema produtivo. (MERCADANTE, 2010, p. 159)

Neste ponto, chegamos a uma questão axial. Pois que o acesso e a ampliação aos direitos sociais, nos referidos governos, se deu sob os auspícios do setor rentista e financeirizado, ou seja, a “ampliação dos direitos sociais” conjugou a oferta de serviços consoante a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, em geral, e o setor bancário e financeiro, em particular. Em síntese: aprofundou-se o processo de financeirização das políticas públicas. Segundo Tatiana Brettas (2017) o grande “carro-chefe” da financeirização das políticas sociais é a previdência social, sendo esta política alvo de contrarreformas em 1998, 2003 e 2013 (além de outras alterações fragmentadas), ataques estes que não cessaram, pois, a contrarreforma da previdência ainda vem sendo propalada como fundamental para a saúde fiscal da previdência pública, tida como deficitária, embora estudos demonstrem o contrário (Behring, 2012). Estas contrarreformas

[abrem] uma nova frente de rentabilidade financeira, transformando recursos dos salários em um agente impulsionador da financeirização por meio do estímulo a adesão de trabalhadores à Previdência Complementar. Em outras palavras, o trabalho necessário é utilizado para viabilizar uma extração ainda maior do trabalho excedente, o que significa dizer que recursos da classe trabalhadora estão servindo para aumentar a superexploração da própria classe. (BRETTAS, 2017, p.67)

As políticas de assistência social implementadas pelos governos Lula da Silva (e Dilma Rousseff) também contribuem para este processo de transferência de recursos públicos a esfera do capital portador de juros, onde o “Bolsa-Família” é, sobremaneira, o melhor exemplo. Surgido da unificação e ampliação de políticas de transferência de rendas implementadas no governo de Cardoso (como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás), este programa de renda mínima inseriu milhões de brasileiros no sistema bancário, remunerando os bancos que operam estas transferências. Embora a “renda-mínima” seja um valor relativamente baixo se visto individualmente, o montante de recursos reservados a todos os destinatários desta política não é pouco expressivo. Em 2015, por exemplo, o governo federal destinou o total de 26,9 bilhões somente ao Bolsa Família, recursos estes que ficam disponibilizados ao banco sendo, portanto, passíveis de capitalização, enquanto os beneficiários não os retiravam de suas contas (BRETTAS, 2017). No Ensino Superior também temos exemplo de políticas sociais que possibilitam a financeirização de recursos públicos, seguindo a mesma tônica: a política de austeridade fiscal leva o governo federal a buscar um parceiro privado na oferta dos serviços públicos. Para os estudantes dos cursos superiores de instituições privadas dois programas cumprirão este papel. O Programa de Financiamento Estudantil (FIES), estabelece uma linha

de crédito para estudantes do ensino superior privado e o Programa Universidade Para Todos, ademais ter propiciado a inserção de grandes contingentes de trabalhadores no Ensino Superior mesmo que de forma bastante precarizada, concede isenção fiscal as instituições privadas de ensino para que estas ofertem Bolsas de Estudo mediante determinadas condições serem cumpridas (BRETTAS, 2017, LEHER, 2018). Também o conhecido programa habitacional lançado pelos governos petistas de nome “Minha Casa, Minha Vida” cumpre este papel, o crédito habitacional, impulsionado pelo programa, passou de 1,55% do PIB em 2006 para 6,73% em 2013 (BRETTAS, 2017)

A base da reconfiguração das políticas sociais está, portanto, na formulação de programas e projetos em consonância com as mudanças no padrão de reprodução do capital pautado na hegemonia das finanças. Este aspecto merece especial atenção porque significa que parte expressiva da rentabilidade do capital portador de juros está assegurada por meio de salários e rendimentos de trabalhadores.

[...]

A financeirização das políticas sociais articula, de forma contraditória, políticas voltadas para a garantia de direitos à mecanismos de expropriação financeira, à medida que tem como um de seus alicerces o estímulo à bancarização e ao aumento do crédito. Esta dinâmica, quando combinada à política de ajuste fiscal, reformas como a trabalhista e as estratégias de enxugamento de custos das grandes empresas se desdobra em um aumento da superexploração da classe trabalhadora com fortes impactos sobre as expressões da questão social. Estes são alguns aspectos da particularidade do momento em que vivemos: a capacidade de impulsionar a rentabilidade do grande capital por meio de sofisticados mecanismos de apropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora. (BRETTAS, 2017, p.71-2)

Embora os autores ligados a defesa do “novo desenvolvimentismo” utilizem-se de toda uma econometria para validar o uso do termo, a fim de demarcar uma ruptura com o governo anterior, diante do extenso debate realizado ao longo deste capítulo, podemos claramente demarca-los como mais uma corrente do social-liberalismo que, embora apresente uma ou outra política diferenciada do governo Cardoso, nas orientações centrais da política econômica, estes governos foram, a bem da verdade, uma continuidade.

O primeiro governo Lula foi caracterizado mais pela continuidade do neoliberalismo do que pela ruptura com ele. Desenvolveu-se no Brasil uma variante com certas similitudes em relação ao que se denominava, à época, social-liberalismo, ...em seu primeiro governo, a política econômica preservou a hegemonia dos capitais financeiros, determinada pelo FMI, mantendo inalterados os traços estruturais constitutivos da excludente e perversa formação social burguesa no Brasil. (ANTUNES, 2018, s.n.)

Ainda neste primeiro governo foi enviada ao Congresso Nacional uma proposta de Reforma da Previdência que retirava direitos da classe trabalhadora e atendia aos interesses do sistema financeiro, em especial aqueles que comercializavam previdência complementar ou privada. Diante deste episódio, setores do próprio PT, descontentes com a absorção da pauta do grande capital pelo núcleo duro do PT e do governo, irão promover uma cisão partidária e fundarão o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL). Todavia, boa parte dos movimentos sociais, inclusive a CUT, mantiveram-se na base de apoio do governo que se demonstrará muito habilidoso na promoção de um “pacto” policlassista. Outro episódio que irá macular este governo foi o chamado escândalo do “mensalão”, onde deputados da base governista (e também alguns oposicionistas) ganhariam uma espécie de “mesada” do governo para permanecerem favoráveis aos projetos apresentados pelo Executivo, ou setores ligados ao executivo no Legislativo, no Congresso Nacional.

Este escândalo pautará as eleições em 2006 que se encerrarão numa disputa muito acirrada, mas que levará Lula da Silva à reeleição presidencial. Diante da necessidade de reforçar o Pacto Social, este governo lançará mão de importantes medidas de políticas redistributivas, mas que, por outro lado, serviria para o apassivamento das tensões sociais, como a política de valorização do salário mínimo e o Programa Bolsa Família. Contribui para esta concertação social o carisma atribuído ao “líder” na figura do presidente Lula da Silva. Todavia este governo continuou beneficiando distintos setores do grande capital brasileiro: industrial, financeiro, agronegócio, construção civil dentre outros (ANTUNES, 2018). A política de “Campeões Nacionais” promoveu a transnacionalização de indústrias ligadas aos *commodities*, com importante atuação do BNDES neste processo, intensificando a monopolização dos capitais nesta área e associando ainda mais as frações locais ao capital imperialismo internacional, promovendo uma ‘fusão pornográfica’ (FONTES, 2010, p. 206) dos capitais mais variados sob a égide do capital monetário, reforçando o papel capital-imperialista do Brasil<sup>30</sup>,

---

<sup>30</sup> Um claro exemplo do capital-imperialismo brasileiro é o papel que o governo brasileiro, em 2019, exerce na Crise Venezuelana. *Pari passu* esta tese é escrita, um crescente tensionamento se avizinha a Venezuela pois, países afinados aos interesses estadunidenses, com Brasil e Colômbia à frente, trabalham com a política de desestabilização do governo ali sediado, de inspiração chavista e que impõem um ferrenho controle sobre a produção do Petróleo- matéria prima da qual dispõe em abundância- através da sua estatal PDVSA. Cf. BBC. Crise na Venezuela: Maduro anuncia fechamento de três pontes na fronteira com a Colômbia” In: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47343884>; BBC. Crise na Venezuela: O que se sabe sobre a decisão de Maduro de fechar fronteira com o Brasil. In: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47325681>; REUTERS. Secretaria-adjunta de Estado dos EUA visita Brasil para discutir situação da Venezuela In: <https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKCN1QC0RI-OBRWD> e; FOLHA DE SÃO PAULO. Bolsonaro convoca reunião de emergência para discutir crise na Venezuela. In: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/bolsonaro-convoca-reuniao-de-emergencia-para-discutir-crise-na-venezuela.shtml>. Acessados em: 23/02/19 as 15:50 h.

bem como a sua especialização reprimarizada na Divisão Internacional do Trabalho (FONTES, 2010). Importa notar que o setor monopolista da Construção Civil, hiperdependente das iniciativas estatais, será extremamente beneficiado pela política de transnacionalização (no qual o COMPERJ possui destaque). Este setor de atividade econômica se notabilizou, ganhando as manchetes de jornal há pouco tempo, por ser useiro na prática da corrupção - que sem nenhuma tergiversação moral, nada mais é do que expressão radical da essência do capitalismo: a imposição dos interesses econômicos sobre o privado e que, no Brasil, é um importante instrumento da autocracia burguesa. Visando atrair para cá, o processo de realocação industrial que ocorre nos países centrais, denominando isso de “processo de industrialização”, ou “estímulo ao setor produtivo” o governo concedeu inúmeras concessões fiscais, com destaque para a indústria automobilística e também de eletrodomésticos. No setor petrolífero, o governo Lula reforçou a política de Conteúdo local, que determinava a preferência por empresas e insumos brasileiros na produção de bens ou serviços prestados na indústria petrolífera (com destaque para a PETROBRAS). O slogan dos oito anos deste governo expressava bem a ideia da concertação social: “Brasil um país de Todos”.

As eleições de 2010 demonstrarão a força daquilo que se convencionou chamar de *lulismo*, pois em clara movimentação política do então presidente Lula, o PT escolhe como candidata à sucessão presidencial Dilma Rousseff. A expectativa era que ela herdasse os votos ligados ao Lula e ao mesmo tempo reafirmasse a hegemonia daquele grupo político no interior do PT. Esta escolha, todavia, se demonstrará um erro nos anos seguintes, pois

Esse grave erro do líder incontestado - escolher a dedo uma substituta sem a experiência necessária para ser a sua candidata à presidência da república - acabou por se constituir num ingrediente central da crise profunda do governo do PT, dada a sua incapacidade de enfrentar crises políticas como a que presenciamos em fins de 2015. Vale acrescentar ainda; pela recusa de Dilma em ser uma mera executora das decisões políticas de Lula. (ANTUNES, 2018, s/n.)

Não obstante, o governo Dilma Rousseff também manteve os alicerces dos governos anteriores buscando promover o crescimento econômico através da expansão do mercado interno; do incentivo aos *commodities* para a exportação (com especial atenção para o agronegócio); da manutenção dos juros altos, atendendo aos interesses do sistema financeiro, etc. Também Boschetti (2012), debatendo o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos petistas e questionando a novidade destes modelos, se atenta para as consequências que a longa crise estrutural do capitalismo inflige no mundo do trabalho. Analisando o

Investimento Estrangeiro Direto (IED) nos países da América Latina e Caribe, diante a diminuição de aproximadamente 42% de 2008 (76.681 milhões de dólares) para 2009 (54.454 milhões de dólares) – dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) - a autora afirma

Sabemos que o IED possui estreita relação com a deslocalização da produção, sendo estas uma das características da mundialização do capital responsável pelo crescimento dos países que compõem o chamado BRIC<sup>[31]</sup> (Brasil, Rússia, Índia e China). O reduzido custo da produção nesses países, devido aos baixos salários e ausência ou frágil proteção trabalhista, somada aos estímulos fiscais, atrai o investimento estrangeiro e a realocação de indústrias que fecharam suas portas no “velho continente”. O cenário que vem se revelando com a crise é de profunda mudança na estrutura do emprego e da organização do trabalho, o que não ocorreu na crise de 1929 e nem na crise de 1969-1973. Hoje a tendência mundial é de aumento da terceirização, informalidade, prestação de serviços precarizados, com frágil regulação econômica e social do Estado, destruição dos postos de trabalho, menos empregos na indústria e agricultura e manutenção ou leve crescimento no setor de serviços. (BOSCHETTI, 2012, pág. 43-4)

Com isso, o agravamento da crise econômica internacional e o esgotamento do modelo que se gestou ainda na década de 1990, a brutal queda do preço dos *commodities*, a deflagração da Operação Lava Jato, as Jornadas de Junho de 2013, a contínua precarização do trabalho, irão marcar as eleições presidenciais de 2014, que levará Dilma a reeleição numa vitória apertadíssima. Neste cenário, as distintas frações da classe dominante passarão a uma disputa intraburguesa para- além de penalizar a classe trabalhadora- disputar a hegemonia do processo político e, com isso, definir, em época de redução dos lucros, quem arcaria menos com o ônus da crise (ANTUNES, 2018). Com efeito, as bases sociais que conformavam a política de “pacto social” do social-liberalismo estavam profundamente abaladas.

As primeiras medidas tomadas pela candidata reeleita foram o inverso do que ela propugnou em sua campanha eleitoral: reduziu conquistas trabalhistas, como seguro-desemprego; aumentou os juros bancários; indicou um ministério de perfil conservador e começou a urdir um programa de “ajuste fiscal” profundamente recessivo. Desse modo o segundo governo Dilma, ao implementar o que sua campanha dizia que a oposição faria começou a ampliar ainda mais o desmoroamento de sua base social e política, que acabou jogando o seu governo em uma crise que não se via no Brasil desde a era Collor. (ANTUNES, 2018, s/n)

---

<sup>31</sup> Depois renomeada para BRICS, devido a inclusão da África do Sul.

No início de 2016 o quadro da crise se aprofunda. Diante ao pedido de demissão de Joaquim Levy<sup>32</sup>, o governo Dilma nomeia para Ministro da fazenda Nelson Barbosa, que assume declarando ser urgente as (contra) reformas da previdência e trabalhista, agudizando os ataques a classe trabalhadora.

As movimentações desses aparelhos privados de hegemonia foram guiadas pela constatação de que o governo Dilma Rousseff não reunia meios políticos para conduzir as (contra) reformas por eles exigida- a despeito de ela ter incorporado no núcleo duro de seu governo um ministro da fazenda indicado pelos bancos, Joaquim Levy. A ação dos referidos aparelhos hegemônicos busca adaptar as relações de produção às profundas mudanças na economia global acentuando a superexploração do trabalho, promovendo novas expropriações, extinguindo estruturantes direitos estabelecidos na Constituição de 1988 e hiperdimensionando a canalização do fundo público para atender aos interesses econômicos do bloco de poder. (LEHER, 2018, p. 16)

Com a alta do desemprego em marcha, inflação crescente, carestia, o modelo “novo desenvolvimentista” desmoronou. As medidas propugnadas pelo novo governo não surtiram o efeito desejado (e nem conseguiriam, haja vista parte de suas determinações serem estruturantes). Com isso, as elites brasileiras recorrem ao que historicamente é o seu *modus operandis* de exercício político: a autocracia. Manejaram, com o apoio do parlamento, do judiciário, da grande mídia e de setores empresariais e de classe média, um golpe extralegal com vistas a afastar a então presidente Dilma do Executivo. Sem embargo, não se trata de ser condescendente com os governos petistas a denúncia desta movimentação extralegal – contumaz e corriqueira - de parcela da sociedade brasileira, mas de perceber neste movimento o seu caráter autocrático, heteronômico, dependente, que reforça o desenvolvimento desigual e combinado, bem como a característica de nossas elites de assumir o papel conveniente de sócio minoritário do capital imperialismo. Mais simbólico ainda é o fato de que, tal e qual os golpes no Cone Sul no século XX, novamente, este não fora um golpe parlamentar isolado. Em

---

<sup>32</sup> Além de ser um nome indicado pelo sistema financeiro, com longo histórico de atuação no maior banco privado brasileiro – O BRADESCO S.A.- Joaquim Levy, cujo doutorado se deu na Universidade de Chicago, será novamente convocado para participar da sociedade política, agora, como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do governo do Presidente Bolsonaro, após aceitar convite do Novo Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, banqueiro e gestor de private equity atuante na educação privada brasileira, cujo Mestrado e Doutorado também forma realizados na Universidade de Chicago. Cf.: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/12/joaquim-levy-aceita-convite-para-presidir-bndes-informacao-assessoria-de-paulo-guedes.ghtml> acessado em : 14/02/2019 as 18:26 h. <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7760752/quem-e-joaquim-levy-o-ex-ministro-de-dilma-que-pode-ser-o-nome-forte-do-bndes-com-bolsonaro> acessado em: 14/02/2018 as 18:26 h. <https://veja.abril.com.br/economia/saiba-quem-e-paulo-guedes-o-nome-de-bolsonaro-para-a-fazenda/> acessado em: 14/02/2019 as 18:28 h.

Honduras, na Venezuela e no Paraguai processos semelhantes (ou tentativas de) ocorrerão, justamente após um período de ascenso de reivindicações populares e governos com matizes progressistas se espalharem pela América Latina (ANTUNES,2018). Este período histórico demonstra o quão atual estão as reflexões acerca do capitalismo dependente sistematizadas, primeiramente, por Florestan Fernandes.

Apesar do governo Dilma ter feito essencialmente tudo o que as distintas frações das classes exigiram, a amplitude e a abrangência da crise as levaram a decidir pelo descarte de um governo que sempre lhes serviu. Diante deste quadro, optaram por reintroduzir um governo “puro”, para garantir que todas as ações necessárias voltadas à retomada da expansão burguesa fossem feitas. Vale recordar que a dominação burguesa no Brasil sempre se revezou entre a conciliação pelo alto e o golpe, seja ele militar, civil ou parlamentar. (ANTUNES, 2018, s/n.)

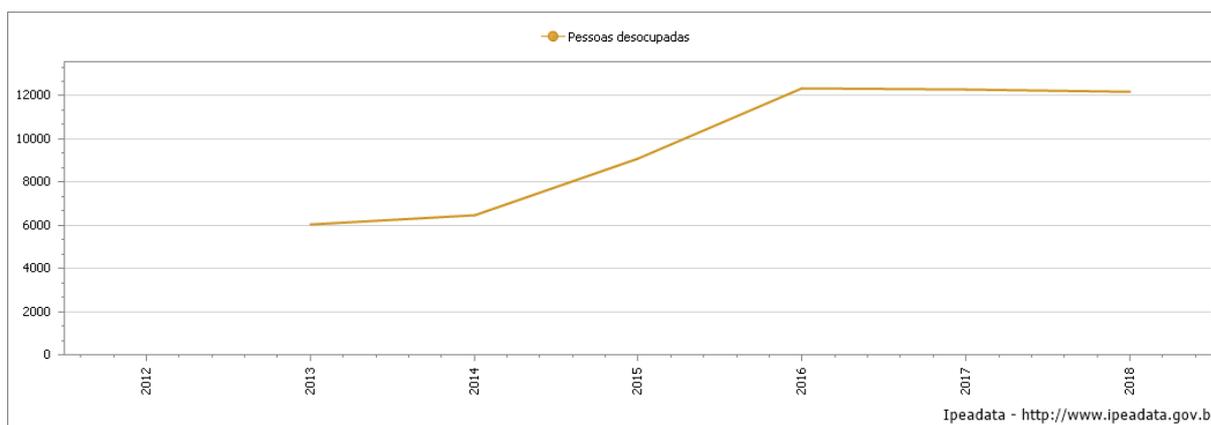
Iniciado o processo de *impeachment* com a aceitação de uma denúncia por crime de responsabilidade fiscal, por parte da Câmara e de seu então presidente Eduardo Cunha, este processo será encerrado em 31 de agosto de 2016 quando o Senado votará pela cassação do mandato da presidente. Assumirá o seu lugar o vice-presidente, Michel Temer, filiado ao Partido da Mobilização Democrática Brasileira: O PMDB. Antes mesmo de assumir este papel, o PMDB lançará um Documento intitulado “Ponte para o Futuro” onde deixa clara as diretrizes ultraliberais de um potencial governo pemedebista. A seletividade do Congresso Nacional fica, mais uma vez, evidente: frente da enxurrada de denúncias feitas, com indícios substantivos de malfeitos, contra Michel Temer, a Câmara decide por arquivar a proposta de um novo processo de *impeachment*. Diante do quadro ainda de instabilidade política, coube ao “governo terceirizado”, nas palavras de Ricardo Antunes (2018) pôr em marcha a agenda ultraliberal, cujo objetivo maior seria baratear o custo do trabalho, seja através de expropriações diretas no mundo do trabalho, seja pela destruição do anti-valor (OLIVEIRA, 2003) ou dos direitos sociais (FONTES, 2010).

Neste quadro, o governo Temer irá propor um congelamento (a rigor, decréscimo paulatino) de gastos sociais por 20 anos, pela Emenda Constitucional nº 95 (EC). Os gastos sociais só podem, a partir de então, serem reajustados pelo índice inflacionário do ano anterior. Esta política prima pelo ajuste fiscal, todavia ataca apenas as políticas sociais (já as mais penalizadas e nem as mais onerosas do Estado). Nada se falou acerca da tributação das grandes fortunas ou da especulação financeira, nem da sonegação de impostos praticadas, via de regra, pelos setores mais abastados da sociedade brasileira. Nenhum ataque a isenção fiscal de indústria e empresas ligadas ao grande capital (medidas estas que, em montante, ultrapassaria

com sobras as metas estabelecidas pela EC-95), muito menos uma auditoria da dívida pública - prevista na Constituição Federal de 1988-, esta sim maior fonte de gastos do Estado brasileiro.

Ainda mais, a Reforma Trabalhista e Sindical busca atingir dois objetivos: primeiramente o aumento da superpopulação relativa, bem como a retirada de encargos e direitos sociais que incidirão diretamente no barateamento da força de trabalho e, com isso, o aumento da superexploração; a retirada deste direitos mínimos permite que a burguesia imponha a sua vontade na relação capital trabalho, haja vista que, com a Reforma Sindical, o negociado prevalece sobre o legislado, numa situação conjuntural extremamente desfavorável ao trabalhador, o estoque de desocupados, segundo IBGE/IPEADData explodiu da casa dos 6.052 mil trabalhadoras e trabalhadores para a casa dos 12.195 mil, segundo podemos observar na tabela 1 e gráfico 1 abaixo; secundamente, a Reforma Sindical busca atacar as organizações da classe trabalhadora, suas formas de luta e solidariedade, dificultando em muito a resistência organizada dos ataques do capital, processo este que é potencializado com a contrarreforma trabalhista, com a precarização intensa do trabalho e a contínua fragmentação da classe trabalhadora.

**Gráfico I- Total de Pessoas desocupadas no Brasil- IBGE/PNAD – (2013-18)**



Fonte: Ipeadata. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) acessado em 25/05/2019 as 15:35 h

**Tabela I- Pessoas desocupadas no Brasil de 2013 a 2018 (mil)**

Data	Pessoas desocupadas - Pessoa (mil) (IBGE/PNAD Contínua)
2013	6.052
2014	6.452
2015	9.073
2016	12.342
2017	12.311
2018	12.195

Fonte: Ipeadata. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) acessado em 25/05/2019 as 15:35 h

Diante a este ataque do capital sobre o mundo do trabalho e mediante o enfraquecimento e desarticulação da classe trabalhadora, uma agenda regressiva/privatista ainda mais agressiva será imposta, aprofundando a submissão do fundo público e de seu patrimônio aos ditames dos interesses financeiros. Os impostos pagos pelos trabalhadores<sup>33</sup> através do seu trabalho vivo, servirão para aprimorar os mecanismos de extração de mais-valor (BEHRING, 2012). O governo Temer buscará, inclusive, abrandar as restrições que proíbem o trabalho escravo no Brasil, movimento no qual, diante à negativa e grande repercussão, fora obrigado a recuar. O recuo, todavia, não elimina a intencionalidade.

A lei das terceirizações (Lei 13429/2017), que autoriza a terceirização não somente na atividade-meio, mas também na atividade-fim busca impor a flexibilização total das relações de trabalho e eximir por completo a burguesia local dos custos de reprodução da força de trabalho vivo, em especial do trabalho feminino, maior contingente de trabalhadoras terceirizadas no país. Cabe dizer que, no Brasil, o trabalho terceirizado é eivado de fraudes, burlas, assédios, lesões e mortes por acidente de trabalho (ANTUNES, 2018) (vide o recente caso da tragédia de Brumadinho- ou mesmo de Mariana- onde parcela substancial dos trabalhadores mortos eram terceirizados, acrescento ou, no caso do sistema Petrobrás vide gráfico 7, infra)<sup>34</sup>. Buscando avançar nestes ataques e desregularizar por completo o trabalho no Brasil, as frações burguesas nas eleições de 2018- inicialmente fragmentadas em uma miríade de candidaturas ligadas aos seus interesses- migraram em massa para o apoio da chapa Bolsonaro/ Mourão que, de antemão, anunciava o ultraliberal Paulo Guedes como Ministro da Fazenda. A prioridade do novo governo é a aprovação da contrarreforma da previdência que busca entregar aos setores rentistas (ainda) mais (d)este direito. Os ataques à classe trabalhadora

---

<sup>33</sup> Duas ponderações: como já dito, a classe trabalhadora é responsável pela sustentação financeira do Estado brasileiro haja vista além da alta carga tributária, alta taxa de sonegação de impostos por grandes empresas, a não taxação das grandes fortunas, a não taxação de operações financeiras para o exterior, etc. conferindo ao nosso sistema tributário um caráter regressivo, também devido à grande incidência dos impostos se dar sob forma indireta, pelo consumo. Com isso, na mercadoria em que incidem encargos tributários de R\$ 2,00, pagará os mesmos R\$2,00, porém com percentual maior de sua renda, aquele que ganha R\$ 1.000 invés de R\$ 10.000. Disto decorre, incluso, que mesmo a superpopulação relativa, seus trabalhos intermitentes, seus auxílios, em suma, ao consumir, também dar vazão ao mesmo processo.

<sup>34</sup> C.f. matéria jornalística “Vale não ofereceu lista identificando terceirizados de Brumadinho até hoje”, diz sindicalista do sítio “A Pública” em entrevista com Eduardo Armond diretor de um dos nove sindicatos que representam os trabalhadores atingidos em Brumadinho, em certo ponto da entrevista, afirma o Diretor Sindical ““Nós fizemos um levantamento e identificamos que, dos trabalhadores que estavam na planta industrial na hora do rompimento, 700 eram próprios da Vale e pelo menos 500 eram terceirizados. Existem mais de 130 trabalhadores desaparecidos que não estão identificados, podem ser terceirizados, MEI, menor aprendiz, estagiários ou pessoas jurídicas. A Vale alega que os servidores com esses dados foram perdidos, mas sabemos que uma empresa desse tamanho tem esses dados armazenados dados na nuvem”, denunciou. Disponível em <https://apublica.org/2019/02/vale-nao-ofereceu-lista-identificando-terceirizados-de-brumadinho-ate-hoje/> acessado em 25/02/2019 as 16:50h

tendem a se agravar e o instrumento coercitivo que ora se apresenta no estado restrito fora reforçado nos governos “petistas”.

Buscando sistematizar o que foi debatido, após pontuarmos a produção intelectual de alguns pensadores afinados a ideologia social-liberal, bem como elencarmos aspectos desta nova sociabilidade, vimos como este processo ocorrerá no Brasil, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso em diante. Ora, como foi possível inferir, os governos petistas não alterarão substancialmente o modelo gerencialista social-liberal de administração do Estado. Ali, conforme afirmou Francisco de Oliveira (2010) ocorre um processo *sui generis*, o qual denominou de “hegemonia às avessas”, onde um representante das classes subalternas passa a ser o principal condutor do projeto das frações hegemônicas da classe dominante. O “novo desenvolvimentismo” propugnado pelos governos petistas não passa de uma versão do social-liberalismo com nuances de estímulo a criação de empregos e transferência de renda as parcelas que viviam abaixo da linha da pobreza, beneficiados pela alta dos *commodities*, principal item na nossa pauta de exportação. Todavia, diante ao esgotamento deste modelo político econômico, da crise econômica, política e institucional que eclode, as frações burguesas locais veem nesta ocasião uma oportunidade para o recrudescimento de suas propostas neoliberais. E assim o farão. O governo de Michel Temer, em toda a sua debilidade, haja vista não ser um governo eleito, sem grande base de apoio social e, portanto, pouco legítimo, cumprirá a tarefa de propor contrarreformas liberais que tendem a ser agravadas diante ao novo governo e parlamento eleito a partir de 2018.

Com efeito, pela nossa perspectiva, fica clara a preferência das classes dominantes brasileira pelo seu modo autocrático de ação política, e heteronômica- pois, ativamente dependente das frações internacionais do capital. Estas características, mais do que tangenciais, são limites fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo clássico no Brasil. O nosso capitalismo dependente possui características onde o moderno alimenta o arcaico e não o supera. Para tornarmos mais concretos estes limites é que passamos, no próximo capítulo, ao debate sobre o Programa de Aceleração do Crescimento e do COMPERJ, exemplos notáveis das contradições e limites do capitalismo dependente brasileiro.

### 3. A ENCRUZILHADA “NOVODESENVOLVIMENTISTA” DO BRASIL- O CASO DO COMPERJ.

Este capítulo tem como escopo principal analisar o papel que o PAC/Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) mantinha na conformação ideológica do “novo desenvolvimentismo”. De toda estratégia material e ideológica novo desenvolvimentista (tanto Lula da Silva como Dilma Rousseff) a sua expressão mais sintética é o denominado “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC). Neste momento, acreditava-se que o COMPERJ seria uma das molas mestras para a impulsão do Brasil na superação do seu “subdesenvolvimento”, haja vista que este complexo tinha como objetivo criar a autonomia da indústria petrolífera brasileira (em especial a PETROBRAS) em toda a cadeia petrolífera, desde a sua extração, passando pelo seu refino e chegando a transformação do petróleo - adentrando a indústria petroquímica - em insumos (ainda) não produzidos no Brasil.

Destarte procederemos uma análise sobre como foi instituído o PAC, tendo como ênfase a sua inserção em pano de fundo mais amplo, em especial a Iniciativa de Integração Regional Sul-americana (IIRSA) analisando o papel desempenhado por ambos na reconfiguração do capitalismo brasileiro na economia-mundo.

Após a análise do PAC, procederemos um debate acerca da PETROBRAS que, desde sua fundação em 1953, até meados da década de 1990, manteve o monopólio da exploração petrolífera no Brasil. A sua abertura para o capital privado também se deu nesta época, no auge da supremacia neoliberal (CASTELO, 2013). A partir de então, a Agência Nacional do Petróleo, recém-criada, passa a regulamentar os marcos do denominado conteúdo local. Em seguida procederemos a análise do empreendimento COMPERJ. Destacaremos, em especial, as metamorfoses que o complexo sofrerá em suas concepções que passará de maior empreendimento da PETROBRAS para uma obra inconclusa, com previsões de término rotineiramente adiadas. O papel do empreendimento, de acordo com a lógica “novo desenvolvimentista, estaria em quebrar a dependência do Brasil na indústria petroquímica. Esta era prova material da possibilidade de se superar a condição de país subdesenvolvido, ou segundo terminologia mais recente, “em desenvolvimento”. No entanto, a crise do preço das *commodities*, a corrupção como parte da prática autocrática e, fundamentalmente, a necessidade do imperialismo em reassentar suas formas de (super)exploração (e, com isso, a heteronomia socioeconômica brasileira ante ao capital-imperialismo, etc.) transformará aquele empreendimento em obra parada, necessitado do capital internacional para ter alguma

viabilidade. E este é fio condutor da presente análise neste capítulo: buscar ancorar a história deste empreendimento num pano de fundo mais amplo, a saber o capitalismo dependente brasileiro, alinhando os limites encontrados pelo COMPERJ com as próprias inflexões da reprodução ampliada do capital-imperialismo no capitalismo dependente no Brasil.

### *3.1 O IIRSA e o Programa de Aceleração do Crescimento*

O PAC não será um programa isolado no cenário da América do Sul. É preciso posicioná-lo de acordo com os movimentos do capital-imperialismo da região, com o avanço da presença bélica estadunidense na América Latina, a alteração da correlação de forças na região—mediante eleição de governos não alinhados aos EUA— durante a primeira década do século XXI, os interesses que os recursos naturais (desde água doce, petróleo e outras fontes de energia, biodiversidade, minérios estratégicos, etc.) aqui sediados despertam nos países desenvolvidos, entre outros aspectos. Neste emaranhado de fatores, o Brasil cumprirá papel axial, tendo em conta que o governo Lula o credencia a estar alinhado ao eixo progressista delineado na América do Sul enquanto, efetivamente, o Brasil mantém “vínculos muito estreitos com as políticas imperialistas estadunidenses” (LEHER, 2007, p. 12).

Em setembro de 2000 o então presidente Cardoso, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) participou do lançamento do Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura da América do Sul que prevê a cooperação técnico financeira de doze países da região, apoiados por bancos multilaterais para a concretização de dez eixos de Integração e Desenvolvimento. Com a assinatura do Plano de Ação dentre os países concretizar-se-á a Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) que propõe ações prioritárias nas áreas de transportes (multimodal), energia e telecomunicações visando “melhorar a logística de produção e do comércio”, “elevando a competitividade”. Todavia, conforme ressalta Leher (2007) na verdade o IIRSA é a expressão material dos interesses estadunidenses na região, a derrota da implantação da ALCA na América não significou a retirada dos intentos imperialistas.

É importante registrar que os dez eixos ou corredores que o compõem estão basicamente relacionados ao agronegócio (escoamento, abertura de novas áreas de plantio...), à geração de energia (álcool, biodiesel, hidrelétricas, petróleo), à prospecção mineral, à exploração da biodiversidade, bem como à abertura de novas fronteiras para instalação de maquilas. Os custos ambientais e sociais serão muito elevados, pois todo esse redesenho territorial implica na remoção dos “obstáculos” físicos, normativos e sociais. Tal como o ALCA, será preciso “harmonizar” a legislação nacional (trabalhista, ambiental,

educacional etc.), nos termos dos marcos gerais exigidos pelo Plano, leia-se, pelo imperialismo. (LEHER, 2007, p. 15)

Esta integração, terá, no que tange às iniciativas brasileiras, o BNDES como importante fonte de financiamento e, no âmbito da iniciativa privada as empresas da construção civil pesada brasileira encabeçarão os empreendimentos na região, contribuindo para o seu processo de internacionalização, que se iniciara desde a ditadura empresarial-militar (CAMPOS, 2012), naquilo que Virgínia Fontes (2011) denominou de manifestações do capital-imperialismo brasileiro: numa “fuga para frente” das burguesias locais que buscarão se apropriar das fontes de matérias-primas nos outros países sul-americanos como também explorar a força de trabalho destes outros países. Todavia, enquanto o Brasil reforça a sua posição nas relações imperialistas na região isto não significa, sobremaneira, contrariedade ou diminuição do ímpeto imperialista estadunidense por aqui e sim o seu contrário, o seu reforço, que terá no PAC a sua forma “brasileira” de expressão destes interesses heteronômicos.

A adoção de uma política estruturada de reprimarização - e de organização do território em função das necessidades do imperialismo - adquiriu um renovado impulso com o anúncio do PAC e da concordância do governo brasileiro, em converter o país em um grande polo de produção de etanol para suprir demandas de energia requeridas pelo opulento estilo de vida estadunidense. (LEHER, 2007, p. 17)

O ano era 2007 e a economia brasileira apresentava índices altos de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB), de 2004 a 2008 a variação percentual anual do volume do PIB, segundo IBGE foi de, respectivamente: 5,2; 6,1; 4,0; 3,2 e 5,7. Em meio a este otimismo, o governo federal lança mão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma iniciativa que pretendia acelerar este crescimento econômico, muito próxima a ideia do *take off*, ou decolagem, expressão utilizada pelo economista americano W.W. Rostow (1974) para designar o momento em que a economia, acelera e decola, “pulando etapas”, assim como o desenvolvimento, ideias estas sistematizadas em seu livro, “As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista”, pilar do pensamento desenvolvimentista, bastante presente no pensamento econômico brasileiro, em geral, e influenciador do discurso acerca das políticas econômicas adotadas pelo então governo Lula da Silva que se auto intitulava “*novo desenvolvimentista*” (MERCADANTE, 2010).

O PAC consistia em um conjunto de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, que mobilizava capital público e privado e, segundo os seus idealizadores, teria tido papel fundamental para amenizar os efeitos da crise econômica mundial de 2008 no Brasil, mantendo o patamar de investimentos, emprego e, com isso, consumo no país<sup>35</sup>. A primeira fase estipulava um planejamento de investimento em 4 anos compreendendo o período de 2007 a 2010 (o equivalente aquele mandato), e estimava-se investimentos da ordem de R\$503 bilhões, segundo o seu primeiro balanço, tendo sido reajustado, no seu último balanço, para R\$ 657,4 bilhões, num aumento aproximado de 30% da estimativa inicial. Em 2018/2019, anos de escrita desta tese, o PAC se encontra na final do seu terceiro quadriênio (2015-2018) ou sua “terceira fase” e, diferentemente dos balanços das duas “fases” anteriores, onde o andamento das obras do COMPERJ aparecia como adequada (ademais todo o atraso existente) o COMPERJ já nem mais aparece como uma das obras que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento. Os motivos deste desaparecimento serão analisados mais à frente, na seção 3.3 do presente capítulo.

Dentre as inúmeras medidas iniciais anunciadas pelo governo através do PAC, como cada Ministério ter de apresentar para sua pasta um conjunto de medidas afinadas ao programa, o que, na educação, levou ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, havia uma iniciativa que era considerada o “carro-chefe” de todo o programa de aceleração e que deveria, pela sua envergadura e importância, bem como montante de investimento, assumir o lugar de maior empreendimento da história da indústria petroquímica brasileira e da PETROBRAS em particular, este empreendimento fora chamado, depois de algumas indefinições quanto ao lugar da sua construção, de Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ). A promessa era de que a realização do empreendimento elevaria a condição do Brasil na indústria petroquímica: deixaríamos de ser dependente de importantes componentes desta indústria e passaríamos a ser autossuficientes, gerando uma econômica de até 2 bilhões de dólares anuais na agregação de valor ao petróleo exportado e pela substituição de importações.<sup>36</sup>

Segundo o governo, o objetivo da criação do PAC seria retomar o planejamento a longo prazo e executar grandes obras de infraestrutura (social, urbana, logística e energética) em todo

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> , acessado em: 12/04/2018 as 17:45h.

<sup>36</sup> Disponível em : <http://economia.estadao.com.br/noticias/mercados/comperj-pode-possibilitar-economia-de-us-2-bi-ao-pais.20070108p9714> acessado em 03/07/2017 as 22:17 h .

território nacional, a fim de estimular o “desenvolvimento acelerado e sustentável”. Ademais, as obras do programa contribuiriam para a elevação de empregos formais e na geração de renda, segundo discurso oficial, bem como elevaria o investimento público e privado nestas obras.

Segundo documento do BNDES

Em março de 2010, Lula lançou o PAC 2, com investimento previsto de 1,59 trilhão de reais, para o período 2011-2014. O foco do programa visava às áreas de alta sensibilidade social, como empreendimentos ligados à moradia e saúde. As medidas adotadas pelo Governo Federal se refletiram em aumento do PIB à taxa de 7,5% em 2010. O mercado interno foi o principal motor da retomada, compensando a queda da demanda externa. O investimento teve uma recuperação ainda mais expressiva, com um aumento de 21,8% em relação ao ano de 2009, voltando para os patamares de antes da crise. No período entre 2007 e 2010, o país conquistou significativos avanços: o PIB cresceu em média 4,6% e foram criados cerca de oito milhões de empregos com carteira assinada. O emprego apresentou um maior crescimento nos setores de rodovias e ferrovias, quase cinco vezes acima da média nacional. Os setores de construção civil e de saneamento também tiveram um bom desempenho, ficando três vezes maior, e o setor de geração e distribuição de energia teve o terceiro melhor índice. (BNDES, 2012, p. 178)

Ora, a escolha das prioridades do PAC significaria um robustecimento de determinadas áreas econômicas que passariam a ser financiadas com vultuosos recursos públicos. Assim e em consonância com o que já havia ocorrido em outros setores, o PAC estimulará o aparecimento dos denominados “Campeões Nacionais”, devido a este impulso monopolizante e como bem lembrou Fontes, por intermédio de fusões de capitais de todos os tipos, inclusive capital estrangeiro. Conforme Tautz (Tautz, 2010: p. 249-251 *apud* Cavalcante, 163)

A atuação do BNDES no período Lula deve ser situada em uma perspectiva mais longa de tempo, pelo menos nos últimos vinte anos [...] a atuação do BNDES no governo Lula aprofundou um certo padrão de acumulação do capitalismo brasileiro, inaugurado com as privatizações e a liberalização comercial dos anos 90, baseado na formação e no fortalecimento de conglomerados privados (nacionais e estrangeiros), fomentados pelo fundos públicos, via capital estatal e paraestatal (empresas estatais e fundos de pensão)

[...]

A diferença do governo Lula em relação ao período anterior estaria, essencialmente, no resgate do papel do Estado por meio de uma suposta

defesa de grupos nacionais, bem como da “escolha de vencedores” ou dos “eleitos”. Neste caso, chama atenção os setores de mineração e siderurgia, etanol, papel e celulose, petróleo e gás, hidroelétrico e da agropecuária, que receberam juntos quase a totalidade do meio trilhão de reais desembolsado pelo BNDES no período Lula. [...] em que pese a carência de estudos mais aprofundados sobre tais redes ou conglomerados, algumas análises demonstram que empresas tradicionais como Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht, Votorantim, Bradesco/Vale, Gerdau valeram-se do ambiente de liberalização e privatização e assumiram posições nos referidos setores, bem como na telefonia (no caso da Andrade Gutierrez).

De acordo com Cavalcante, este ambiente de liberalização teve, na denominada Lei Geral da Copa, um importante elemento de sua expressão mais bem-acabada, haja vista que, grosso modo, significava atribuir todos os bônus do evento esportivo a uma entidade privada (FIFA) enquanto todos os ônus recaíam sobre a União e os recursos públicos. Enquanto se privatizava os recursos públicos, buscava-se legitimar este movimento mediante a promessa de melhorias futuras, do “desenvolvimento social”, neste caso, do “legado da copa”, expresso pelos estádios construídos e as obras de infraestrutura e mobilidade urbana. Esta parece ter sido a forma operante da ideologia novo desenvolvimentista que se afirmava como aparência do fenômeno social enquanto, efetivamente, o Estado se subordinava aos círculos do capital portado de juros. Para além disso, a ideologia, com o passar do tempo se esvaiu como fumaça. Pois que, além do “legado da copa” ser extremamente questionável, como a construção de estádios esportivos sem nenhuma viabilidade econômica, verdadeiros “elefantes brancos”, os quais foram todos entregues a iniciativa privada e seus “consórcios” ao final do evento, o rol de obras de mobilidade urbana e de infraestrutura inacabadas ou acabadas de forma muito aligeiradas é imenso. Não obstante, para aproximadamente 170 mil pessoas, o “legado da copa” significou, concretamente, a negação do direito à moradia, mediante as desapropriações; enquanto a legislação ambiental era sistematicamente desrespeitada e os direitos trabalhistas ignorados nos canteiros de obra, haja vista as inúmeras greves devido as condições insalubres de trabalho nestes megaemprendimentos, etc. (CAVALCANTE, 2014).

Todavia, se o “legado da Copa” ou, ampliando o “legado do PAC” é extremamente questionável para substancial parte da população brasileira, ela significou, na outra balança, a oportunidade de lucros estratosféricos para os chamados setores da Construção Civil pesada (infraestrutura e setor energético) que já vinham se beneficiando do “novo desenvolvimentismo” desde o primeiro governo Lula por uma série de medidas que foram adotadas a fim de aquecer o setor da construção civil, em geral, tanto leve quanto pesada. Segundo Cavalcante (2014)

O crescimento do setor reflete, por um lado, a decisiva participação que o Estado brasileiro vem assumindo, através dos empréstimos, incentivos fiscais e parcerias com este segmento do capital e, por outro, a fusão de empresas com uma dinâmica à oligopolização do setor. Com relação ao segundo aspecto, a Revista Exame noticiou que as brasileiras construtoras e incorporadoras de imóveis residenciais respondem por mais de 70% do lucro das maiores empresas do ramo das Américas, sendo que das 10 companhias citadas pela Economática na matéria jornalística, 7 são do Brasil (CAVALCANTE, 2014, p. 109)

Em 2012, em cerimônia onde entregava cerca de 1000 unidades habitacionais do “Minha Casa, Minha Vida”, Guido Mantega anuncia um pacote de desoneração do setor. O setor pagava 20% de contribuição sobre a folha de pagamento e passará a pagar 2% o que, segundo cálculos, representaria uma economia anual de quase R\$ 3 bilhões; ainda, a redução do Regime Especial de Tributação de 6% para 4% o que traria um alívio de aproximadamente R\$ 400 milhões, entre outras medidas. Segundo reportagem da época disponível no site do Ministério da Fazenda<sup>37</sup>.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou nesta terça-feira (04/12) quatro novas medidas de estímulo ao setor da construção civil. O objetivo do governo é fomentar o financiamento habitacional e reduzir o custo da construção de novas moradias.

Nas ações de fomento ao setor estão a desoneração da folha de pagamentos; a redução do Regime Especial de Tributação (RET) de 6% para 4% sobre o faturamento; o aumento do limite do “RET Social” de R\$ 85 mil para R\$ 100 mil; e a criação de nova linha de capital de giro para as micro e pequenas empresas, na Caixa Econômica Federal.

De acordo com o ministro, a indústria da construção civil tem grande importância para a economia brasileira, pois gera emprego e mais formalização e ainda realiza o sonho dos brasileiros de adquirir a casa própria. “Além disso, o setor é responsável por quase metade do investimento que nós fazemos no país. Assim, estimular esse setor significa estimular o investimento no país”, ressaltou.

O anúncio das medidas aconteceu durante cerimônia alusiva a 1 milhão de moradias entregues e 2 milhões contratadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Segundo o ministro, esse programa habitacional é um dos mais ousados já lançado no Brasil.

Durante o seu pronunciamento, a presidenta Dilma Rousseff destacou a importância das medidas apresentadas, ressaltando que elas são corretas e pertinentes. “O setor da construção civil vem reivindicando essas medidas, então nada melhor que numa comemoração, atender a essas reivindicações. É um reconhecimento da importância do setor para geração de empregos e estímulo a várias cadeias produtivas”.

---

<sup>37</sup> Disponível em : <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2012/dezembro/fomentar-a-construcao-civil-e-estimular-investimento-no-pais-afirma-ministro>  
Acessado em: 13/03/2019 as 01:44h.

Não obstante toda a euforia que o empresariado da construção civil há de ter frente a agenda de grandes obras implementadas a partir do PAC e como isso potencializará o caráter monopolista daquele setor, todo este empreendimento, como é de se esperar no capitalismo dependente, é feito tendo como base material a superexploração do trabalho. Ainda mais por se tratar de um setor que- ademais toda a reestruturação produtiva ocasionada, também, pelo incremento tecnológico- depende ainda do uso massivo de força de trabalho.

Regra geral as construtoras optam por terminar mais rapidamente as obras, principalmente aquelas relacionadas à construção civil pesada. Nesta hipótese, as jornadas de trabalho no setor são elevadíssimas. Um operário pode chegar a trabalhar 16 horas extras por semana, sem contar com os domingos e feriados. Neste caso, a jornada semanal pode alcançar 56 a 60 horas de trabalho e para o trabalhador, a solução de realizar mais trabalho é a mais imediata que ele encontra como resposta individual para superar os baixos salários homologados nos acordos coletivos de trabalho intermediados pelos sindicatos oficiais, nos remetendo à categoria de superexploração, que no caso da construção civil se manifesta de forma bárbara na forma de mais intensidade do trabalho. (CAVALCANTE, 2014, p. 185)

E, conforme nos alerta Antônio Gramsci, quando o consenso não é o suficiente, a hegemonia pode contar com a coerção.

Por motivos relacionados à anatomia do processo produtivo e da agenda política do bloco de poder dominante, a relação entre capital-trabalho vem assumindo um caráter despótico, ou seja, o clima nos canteiros das obras é extremamente coercitivo e repressivo. O Estado, que inicialmente já vem participando de forma indireta, a partir das Parcerias Público Privadas, com a garantia dos incentivos, do crédito e da gestão compartilhada, após o término da obra, também atua diretamente nos conflitos que surgem entre capital e trabalho por melhores condições de trabalho e salário. Primeiramente, disponibilizando efetivos especiais e permanentes da Polícia Militar e da Tropa de Choque e para sua conclusão, no caso da Arena Pernambuco, da participação direta da Secretaria de Articulação Social, na finalização dos conflitos.

[...]

No canteiro da Arena Pernambuco, a Odebrecht construiu um posto permanente da Polícia Militar, em convênio com a Secretaria de Defesa Social, no interior do espaço geográfico delimitado pela empresa e conveniou com o governo do Estado a presença permanente de viaturas e policiais militares. (CAVALCANTE, 2014, p. 175- 6)

Afinal, como bem apontou Roberto Leher (2007), para além do debate acerca da coerência do PAC e seus impactos na economia local, é preciso ter em vista que

A principal preocupação é apontar que, para além das críticas a respeito da inconsistência econômica do programa — como a incompatibilidade entre a macroeconomia neoliberal e o crescimento qualitativo socialmente orientado (JURUÁ, 2007) —, a manutenção de taxas reais de juros elevadíssimas, em benefício dos portadores de títulos da dívida, ou a redução gradual dos gastos correntes da União, objetivando o propalado “déficit nominal zero” e encolhendo, tendencialmente, o Estado Social, ou, ainda, a sistemática manutenção da política de contingenciamento dos gastos federais (em benefício do capital rentista), o PAC confirma e consolida o padrão de acumulação dependente no país. Como lembrou Leda Paulani (2007), o desenvolvimento é o mais político dos temas econômicos e, com efeito, o PAC consolida o modelo econômico neoliberal em curso como política estratégica para a inserção do país, na economia-mundo. (LEHER, 2007, p. 18)

Este padrão de reprodução ampliada no capitalismo dependente onde se conjuga forte financeirização do Estado com taxas, cada vez mais desumanas, de superexploração do trabalho, mediante a autocracia burguesa local e o reforço da heteronomia, também será percebido nas obras de construção civil pesada ligadas ao COMPERJ, onde não raros serão os momentos de conflito entre a classe trabalhadora e os gestores das obras do complexo, conforme analisado no item 3.4, infra. Todavia, antes de adentrarmos na análise do COMPERJ cabe, sumariamente, tratar das políticas de Conteúdo local que impactam a cadeia de petróleo e gás e do qual emerge o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP), parte importante do nosso objeto de estudo.

### *3.2. Do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) ao PROMINP.*

A exploração do petróleo no Brasil inicia-se ainda no final do século XIX, quando fora aberto o primeiro poço de exploração na região de Bofete, interior de São Paulo. Antes ainda da criação da PETROBRAS em 1953, o governo Getúlio Vargas determina, por intermédio da Constituição de 1937 no seu artigo 143, que as riquezas do subsolo constituem propriedade distinta da propriedade do solo para as finalidades de exploração e ou aproveitamento industrial, demandando de autorização federal para serem realizadas, mesmo no caso de propriedades

privadas. Importa notar que, na inexistência do Ministério de Minas e Energia, os temas relacionados a este setor econômico eram tratados no âmbito do Ministério da Agricultura. Tendo em conta a importância estratégica-militar- de cunho nacionalista- que esta matéria-prima assumia nos distintos países capitalistas desenvolvidos (às portas da Segunda Guerra Mundial), Vargas designará o exército para a formulação de políticas para o setor, formando-se o embrião do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) que será formado logo em seguida, no ano de 1938. Estas movimentações sinalizavam a importância estratégica depositada no petróleo pelo então governo. Instituído pelo Decreto-lei 395 de 1938, o CNP será complementado logo em seguida por outro decreto, o 3236 de sete de maio de 1941 que será conhecido como Código do Petróleo. Este novo decreto instituirá o domínio imprescritível da União sobre as jazidas de Petróleo (SANTOS; AVELLAR, 2015).

Todavia, até a criação da PETROBRAS haverá uma série de esforços para a abertura do setor do petróleo para o investimento estrangeiro. A tentativa mais sistemática neste sentido será o Estatuto do Petróleo, conforme pontuado no capítulo 2. Com o teor de suas propostas bastante combatido pelos setores nacionalistas, o governo Dutra lançará mão do Programa SALTE, em 1948, que, dentre outras iniciativas, reafirma a importância da participação do Estado no setor petrolífero e solicitava recursos ao congresso para a construção das refinarias estatais de Mataripe (BA) e Cubatão (SP), para a aquisição de uma frota de petroleiros e para a construção do oleoduto Santos-São Paulo (MOREIRA; LAMARÃO, 2017).

Fora este o contexto encontrado por Getúlio Vargas quando retorna ao poder em 1951 e, em dezembro deste mesmo ano, submete ao congresso um projeto de lei que previa a criação de uma empresa de petróleo sob o controle do Estado. Após quase dois anos de debates no legislativo, o presidente sancionará a lei 2004, de 03 de outubro de 1953, que, embora aprovasse o monopólio estatal do petróleo, previa duas concessões: a que confirmava as autorizações de funcionamento das refinarias privadas já existentes e a que permitia a participação da iniciativa privada, inclusive a internacional, na distribuição de derivados de petróleo (id, *ibid.*)

Assim, ao iniciar suas atividades a PETROBRAS sofria da forte dependência tecnológica e técnica estrangeira, tendo que importar materiais, equipamentos, serviços e recursos humanos. A fim de diminuir tamanha dependência, a empresa passou a desenvolver um plano de nacionalização tanto do seu corpo técnico como de cadeia de fornecedores de bens e serviços. Assim, é possível afirmar, que os objetivos que nortearão o Programa de

Mobilização Nacional da Indústria de Petróleo e Gás (PROMINP)<sup>38</sup>, não são exatamente novos. No que diz respeito a formação da sua força de trabalho foram efetivados intercâmbios de seus trabalhadores em centros acadêmicos estrangeiros e estabelecido “um programa de formação, capacitação e treinamento de recursos humanos no Brasil, em parceria com universidades, escolas técnicas e SENAI” (SANTOS; AVELLAR, 2015, p. 7).

O Ministério das Minas e Energia será criado por intermédio da lei 3782 de julho de 1960, ainda no governo JK, mas só será efetivamente instalado em fevereiro de 1961 já no governo Jânio Quadros

A estrutura básica do MME foi definida pelo Decreto n.º 50.390, de março de 1961, e incorporava órgãos existentes da presidência da República, como o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, o Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, o Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura e a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, antes vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Foram reunidas sob a jurisdição do MME, também, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional, a Chesf, a Companhia Vale do Rio Doce e a PETROBRAS. (CORRÊA, 2009, p. 1-2)

Com o golpe empresarial-militar e a Constituição de 1967, e diante a crise internacional do petróleo de 1973, é criada a BRASPETRO iniciando pesquisa de exploração, refino, transporte e comercialização no exterior. Já o CENPES deveria estimular a produção técnica e científica para a exploração do petróleo no Brasil como outra medida para diminuir o impacto da crise do petróleo, por último, o Programa Proálcool (1975) buscava fontes alternativas ao petróleo para o fornecimento de energia. Atendendo as demandas do capital estrangeiro, o governo empresarial militar, no período Geisel, flexibilizou o monopólio nacional e estatal do petróleo ao celebrar cerca de 240 contratos de risco com mais de 30 empresas estrangeiras. O segundo choque do petróleo reforçará a condição dependente do Brasil ao mercado externo e, no início da década de 1980 o índice de compras locais cairia para menos de 50%. (SANTOS; AVELLAR, 2015).

No cenário internacional a década de 1980, com a força do neoliberalismo, fora marcada também pela privatização de importantes empresas estatais ligadas ao petróleo na Europa. Foram os casos tanto *da British Petroleum e Britoil* (Inglaterra), Repsol (Espanha),

---

<sup>38</sup> Vide capítulo 5, seção 5.1.3

Total (França). Todavia, no Brasil, a Constituição de 1988 incorporará diversos dispositivos estatizantes na cadeia petróleo e gás.

No final da década de 1980, em uma tendência contrária à lógica neoliberal crescente, a Constituição de 1988 incorporou ao monopólio da União a pesquisa e a lavra de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, questão já regulamentada pela Lei n. 2.004, de 1953. Além disso, a nova Constituição garantiu aos estados da Federação o monopólio da exploração dos serviços locais de gás canalizado. Também estava amparada na Constituição a importação e a exportação dos produtos e dos derivados básicos resultantes das atividades de refino, pesquisa e lavra de petróleo e gás natural. Por fim, foram elevados à condição de monopólio constitucional as atividades de transporte marítimo de petróleo bruto de origem nacional e seus derivados básicos, além do transporte, por meio de dutos, de petróleo bruto, derivados e gás de qualquer origem.

A Constituição de 1988 proibiu os contratos de risco e reafirmou a importância do monopólio estatal em um setor considerado estratégico para o desenvolvimento do país. (SANTOS; AVELLAR, 2015, p. 14)

Esta onda privatista inspirará, ao longo de toda a década de 1990, distintas tentativas de privatização da cadeia petróleo e gás no Brasil, todavia a mais significativa destas tentativas se expressou na EC 9/1995 que efetivamente, quebrava o monopólio da PETROBRAS, alterando o artigo 177 da CF 1988. Em junho de 1996 serão criados, por intermédio do projeto de lei do executivo aprovado no Congresso, a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Decreto 2455/1988, e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Estas medidas- argumentavam- buscavam o aumento da produção do petróleo e gás por intermédio da atração do capital privado para o setor. A fim de regulamentar a participação do capital privado na lavra do petróleo são criados dois regimes de participação: o regime de partilha e o regime de concessão, este último dependendo das rodadas de leilão da ANP. Esta agência terá papel primordial na conformação da sua força de trabalho voltado ao trabalho complexo se utilizando largamente das Universidades Públicas para tanto (SILVA, 2018). Em 1999, visando atrair maior capital estrangeiro, é criado um regime aduaneiro especial para a cadeia petróleo e gás: a REPETRO suspendendo todos os tributos federais incidentes na importação de bens destinadas a pesquisa e produção do petróleo. Essa medida trará vantagens para as empresas estrangeiras em detrimento das empresas aqui instaladas. Como forma de amenizar o equilíbrio, “a ANP irá criar como critério de julgamento uma pontuação proporcional ao nível de compromisso com o conteúdo local (CL)” (SANTOS; AVELLAR 2015, p. 19). Nos quatro primeiros leilões o CL é facultativo. Com a mudança de governo, em

2003, o CL passará a ser obrigatório e ganhará importância, ao longo dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff conforme é possível observar no quadro abaixo.

*Quadro 2- Conteúdo local Médio por rodada de licitação – Regime de Concessão e Regime de Partilha.*

<b>Ano</b>	<b>Conteúdo local Médio</b>	
<b>Rodadas de licitação de Concessão</b>		
	Etapa de Exploração	Etapa de Desenvolvimento
<b>R1- 1999</b>	25,0%	27,0%
<b>R2- 2000</b>	42,0%	48,0%
<b>R3- 2001</b>	28,0%	40,0%
<b>R4- 2002</b>	39,0%	54,0%
<b>R5- 2003</b>	78,8%	85,6%
<b>R6- 2004</b>	85,7%	88,8%
<b>R7 - 2005</b>	74,0%	81,0%
<b>R9- 2007</b>	68,9%	76,5%
<b>R10-2008</b>	79,0%	84,0%
<b>R11- 2013</b>	61,5%	75,6%
<b>R12- 2013</b>	72,6%	84,5%
<b>R13-2015</b>	73,1%	79,5%
<b>R14- 2017</b>	38,8%	43,0%
<b>Pré-Sal</b>		
<b>P1- 2013</b>	37,0%	57,0%
<b>P2-2017</b>	41,0%	46,0%
<b>P3 -2017</b>	18,0%	30,0%

Fonte: ANP, 2018. Quadro organizado pelo autor.

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), vide seção 5.1.3, nascerá exatamente com o propósito de estimular a indústria nacional no fornecimento de bens e serviços para a cadeia petróleo gás aumentando a capacitação de fornecedores nacionais, atraindo a instalação de fornecedores estrangeiros em território nacional bem como promovendo associação destes fornecedores estrangeiros às empresas nacionais. Incorporando em sua constituição que um dos gargalos do desenvolvimento brasileiro seria a baixíssima qualificação da força de trabalho, o PROMINP buscou atuar tanto na qualificação desta força de trabalho quanto na absorção dela pelo mercado. De acordo com Leão

... busca-se com o PROMINP criar um novo modelo de política de compras dentro da PETROBRAS, diferente do modelo paternalista que vigorou na fase substitutiva de importações. Para alcançar este objetivo, a estrutura de governança criada para gerir o Programa abarcou não apenas membros do governo e da PETROBRAS, como também entidades da classe empresarial. Pretendeu-se com a incorporação de entidades da classe empresarial na estrutura de governança do PROMINP, aproximar o governo e a PETROBRAS da indústria para-petroleira local, tornando possível que tal indústria exponha suas debilidades e demandas. (LEÃO, 2017, s.n.)

Todavia, o PROMINP também sofrerá com o impacto da crise do preço do petróleo sendo abandonado em final de 2014 (id, ibid.). Em 2017, após, portanto o afastamento extralegal de Dilma Rousseff, fora organizada a 14ª Rodada de Leilão de Blocos de Exploração. Esta rodada seria a primeira desde o início do programa de desinvestimento da PETROBRAS, iniciada com a gestão de Pedro Parente no comando da estatal, no governo Michel Temer. Ainda, esta rodada contava com regras distintas com relação ao Conteúdo local e ao pagamento de *royalties* o que produziu uma queda abrupta da participação do Conteúdo local nas etapas de exploração e desenvolvimento. Também se modificou a forma de pagamento de *royalties* que passa a depender do potencial de cada bloco de exploração. Segundo Pinto e Vilain

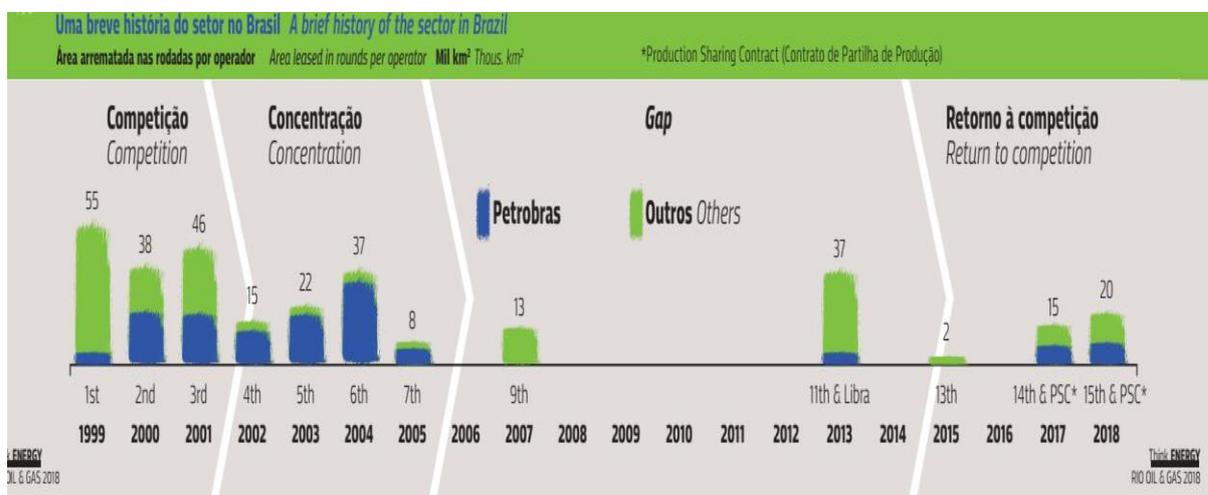
Em relação ao Conteúdo local, a 14ª Rodada reduziu os índices exigidos e estabeleceu parâmetros diferentes para os blocos licitados a depender da localização em terra ou em mar e da etapa produtiva (exploração e produção). No caso dos blocos em terra, independente da fase produtiva, a exigência mínima é de 50%. Para os blocos no mar o índice requerido, na fase de exploração, é de 18%. Na etapa de desenvolvimento da produção, os índices solicitados são: 25% na construção de poço, 40% no sistema de coleta e escoamento e 25% na unidade estacionária de produção. Para exemplificar a significativa redução, na 11ª primeira rodada em 2013, os percentuais de conteúdo foram, em média, de 62% na etapa de exploração e de 76% nas etapas seguintes.

Assim como no CL, o edital dessa nova rodada estabeleceu alíquotas de royalties diferenciadas e menores do que verificado em licitações anteriores. Essa rodada apresentou as seguintes alíquotas: I) 5% para os blocos das bacias de novas fronteiras do Paraná e de Pelotas; II) 7,5% para os blocos em bacias maduras; e III) 10% para os blocos de elevado potencial e de novas fronteiras do Parnaíba. Com isso, apenas 40% das áreas licitadas estão sujeitas ao pagamento do percentual máximo de 10%. (PINTO, VILAIN, 2017, s.n.)

Os autores ainda apontam que, diferente do que fora defendido pela petrolíferas - que a flexibilização do CL traria maior interesse e concorrência a Rodada de Licitação- isto não fora o observado na prática, haja vista o número de 36 empresas interessadas na 14ª rodada ter

sido semelhante à 13ª rodada, quando não havia flexibilização de CL e 37 empresas participaram do leilão. O que determina esta procura, segundo Pinto e Vilain (idem), é o preço internacional do petróleo. Concluindo, afirmam os autores que, se as novas regras podem trazer um “certo benefício” imediato ao setor, a longo e médio prazo custos serão percebidos na medida em que haverá uma maior renúncia fiscal no setor (tendo em vista a extensão da Repetro até 2040) em tempos de crise fiscal e, mais uma vez, de financeirização dos recursos públicos; do crescimento setorial empobrecedor “haja vista as renúncias fiscais ... e os impactos negativos da política de conteúdo local sobre os fornecedores nacionais do setor, ampliando a desindustrialização e seus efeitos negativos sobre emprego e renda” (PINTO; VILAIN, 2017, s.n.); e a desnacionalização do setor pois que sucessivos leilões com regras mais flexíveis em tempos de ajuste fiscal e política de desinvestimento da PETROBRAS desenham um prognóstico de maior participação das petrolíferas internacionais na lavra do petróleo situado em solo brasileiro. Ainda mais grave diante a descoberta do Pré-Sal que coloca o Brasil entre os maiores produtores de petróleo no mundo. O capital- imperialismo e suas frações autocráticas locais, em sua ânsia pelo petróleo, revela, em outra faceta, o caráter heteronômico da nossa inserção econômica mundial. Segundo Infográfico da revista *Think Energy*, organizada pelo IBP (IBP, 2018), esta participação já tem aumentado, em se considerando que a rubrica “outros” é composto majoritariamente de multinacionais estrangeiras (cf. **Tabela 8**, constante no ANEXO 2).

**Figura 1- Infográfico- Áreas Arrematadas por operador Petrobras vs. Outros (1999-2018)**



Fonte: IBP, 2018

Ora, conforme apontado acima, o contexto de surgimento do COMPERJ é extremamente favorável para o empreendimento. Destaque para a alta do preço do petróleo; a

descoberta do pré-sal; para os investimentos massivos da PETROBRAS em CL; pelos investimentos da PETROBRAS e da ANP em desenvolvimento de Pesquisa & Inovação para o setor (inclusive qualificação para o trabalho complexo); em resumo, a proposta do COMPERJ, naquele momento, na lógica novo desenvolvimentista era provida de plausibilidade.

### *3.3 O COMPERJ, a ideologia novo- desenvolvimentista e a heteronomia do capitalismo dependente.*

Este megaempreendimento da PETROBRAS, peça-chave do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), chega ao estado depois de uma vasta campanha empreendida pelo então governo do Rio de Janeiro cujo lema era “a Refinaria é nossa”. Lançada em 2003, em princípio, esta campanha pleiteava a instalação de uma refinaria de petróleo da PETROBRAS no norte fluminense, principal reduto político da então governadora do estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho que pleiteava a refinaria para aquela região. Contudo, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, através do Ministro de Minas e Energia (Silas Rondeau C. Silva) e da PETROBRAS (na época dirigida por Sérgio Gabrielli), quando do lançamento do PAC, em 2007, anunciam o local da sua construção em Itaboraí, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, situada no leste fluminense. O PAC terá na região metropolitana do Rio de Janeiro importante palco de intervenções de megaempreendimentos. Obras para os Jogos Pan americanos de 2007, para a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e para as Olimpíadas de 2016, tornaram toda a região metropolitana do Rio de Janeiro em uma urbe com inúmeras intervenções da construção civil pesada. Estas obras aconteciam, via de regra, pelo modelo de parceria-público-privada, com o uso do recurso público para o financiamento de empresas oligopolistas que atuavam sob a forma de consórcios. O próprio COMPERJ virá acompanhado de uma série de intervenções a fim de aprimorar a chegada do gás/petróleo da Bacia de Campos, seu escoamento líquido de resíduos para Baía de Guanabara e o Arco Rodoviário Metropolitano teria como um dos seus propósitos, senão o principal, o escoamento da produção do COMPERJ (cf. Figura 2). Além do impacto ambiental na própria Baía de Guanabara, já saturada pelos rejeitos da indústria como a REDUC e a própria Ilha do Fundão, O COMPERJ se situa na proximidade da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e utilizaria o Rio Guaxindiba, para transporte de embarcações e materiais pesados, rio este que cruza a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim. Após muita resistência dos movimentos ambientalistas, associação de

moradores e pescadores, Ministério Público Federal, entre outros, em 2013, PETROBRAS desiste da proposta de utilizar o rio para fazer o transporte de parte de seus equipamentos<sup>39</sup>.

*Figura 2- Localização do COMPERJ e do CONLESTE*



A escolha da região de Itaboraí fora justificada no Relatório de Impactos Ambientais justamente por apresentar os menores impactos negativos em comparação as duas outras possibilidades: Itaguaí e Campos. Em Itaguaí, a existência de uma Refinaria em municípios próprios bem como de outras indústrias pesadas naquela região inviabilizariam o projeto; quanto a Campos a dificuldade na implantação de um Porto e o impacto nos melhores canais da região pesavam contra a localidade. Com isso, Itaboraí fora a escolhida. Com efeito, Rita Rocha et al. (2011) ponderam outros importantes fatores.

Neste contexto, cidades médias se tornam candidatas potenciais a abrigar projetos de escala regional. A maioria delas possui ocupação dispersa com áreas vazias consideráveis para abrigar a expansão urbana, bem como malhas mais flexíveis não consolidadas que permitem a inserção dos arranjos espaciais necessários para garantir a mobilidade eficiente e a consequente viabilidade econômica do empreendimento a ser instalado. Soma-se a isto o fato de que, em cidades intermediárias, os atores que participam da produção e discussão de questões políticas, econômicas e sociais são menos

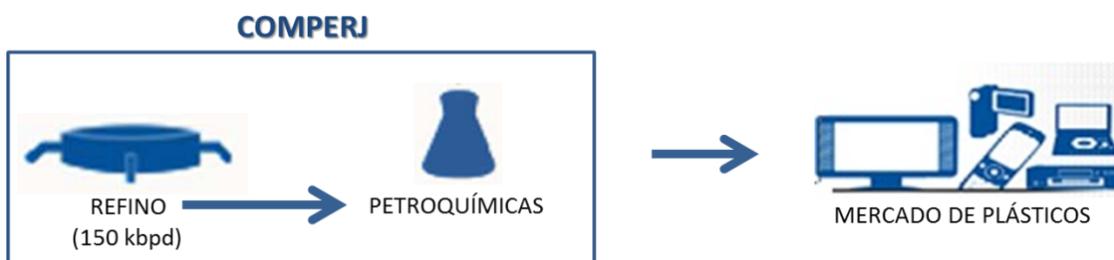
<sup>39</sup> De acordo com o Jornal o Globo do dia 16 de janeiro de 2013, por decisão da própria empresa após efetiva resistência dos movimentos sociais da localidade, como alternativa a empresa utilizaria um porto de São Gonçalo na Baía de Guanabara e uma Via terrestre até Itaboraí. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/maquinas-do-comperj-nao-passarao-por-rio-de-apa-7317787> acessado em 09/03/2019 as 16:17 h

estruturados, quando comparados a um cenário urbano complexo como o da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. (ROCHA, et al., 2011, p.6)

O COMPERJ passará a integrar a carteira de projetos de investimentos da PETROBRAS ainda em 2004. Naquele momento se projetava a implantação de um complexo petroquímico integrado: composto por uma central de matérias primas, denominada Unidade de Produção de Petroquímicos Básicos - UPB, de um parque de 2ª geração (Unidade de Petroquímicas Associadas - UPA), de uma Central de Utilidades (para geração de energia elétrica, tratamento de água, geração de hidrogênio, e tratamento de efluentes). Os custos estimados até então para o empreendimento estavam na ordem de U\$ 6,1 bilhões. A Figura 3, a seguir, ilustra a cadeia prevista inicialmente para o complexo. Segundo o relatório de atividades da PETROBRAS de 2007, o

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) – Projeto inicialmente desenvolvido em parceria com o Grupo Ultra e com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até a conclusão da etapa de Projeto Conceitual, finalizada em setembro de 2006, processará 150 mil barris por dia (bpd) de petróleo para produção de matérias-primas petroquímicas e derivados a partir de 2012. Além da unidade petroquímica básica (UPB), da central de utilidades e das unidades de segunda geração, terá um centro de capacitação de empresas e trabalhadores e uma central de escoamento de produtos líquidos para terminais de carregamento na Baía de Guanabara. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) já foi entregue à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e o Complexo encontra-se em fase de Projeto Básico. O início das obras de terraplenagem do COMPERJ está prevista para o final de março de 2008 (PETROBRAS, 2007, p. 35.)

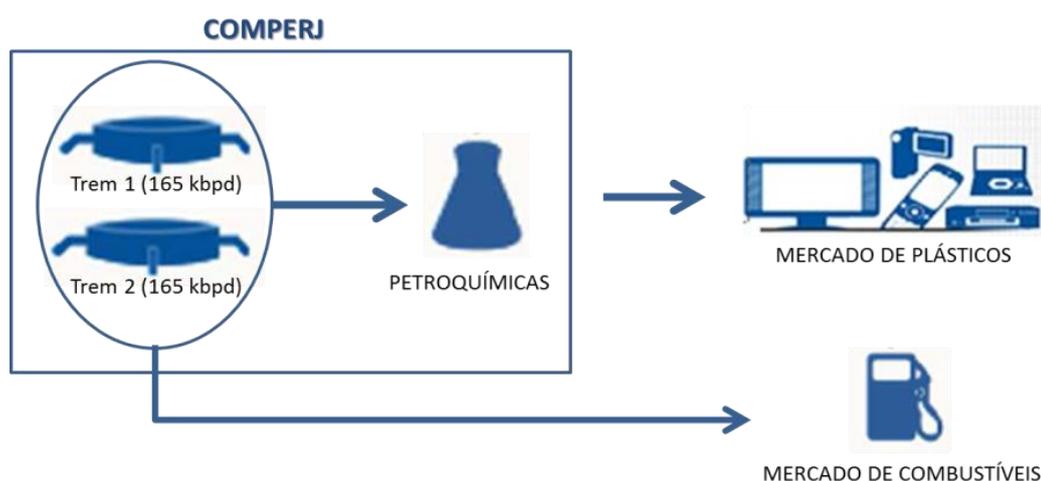
**Figura 3-** Cadeia de transformação do COMPERJ- 2006- 2010



FONTE: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2014

Ainda antes de iniciar o planejamento, uma importante mudança no desenho é operada no planejamento do COMPERJ. Sob justificativa de uma mudança de conjuntura no mercado internacional, a PETROBRAS desenvolve um novo modelo do complexo onde este passa a fornecer combustível para o mercado interno e nafta para o setor petroquímico. Adicionalmente, a capacidade de refino mais que dobraria, devido a inclusão de um segundo Trem de Refino (TREM 2), melhor ilustrado de acordo com a Figura 4 a seguir.

**Figura 4-** cadeia de transformação do COMPERJ 2010- 2012



FONTE: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2014

Era, até então, tratado como o maior investimento individual da história da PETROBRAS, com participação do BNDES e da iniciativa privada através do Consórcio ULTRA, controladora de diversas empresas na área de Distribuição, dentre elas os Postos de Combustível IPIRANGA, importante participante do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Com a elevação da previsão dos gastos iniciais, em 2009 orçados em U\$ 8,3 bilhões, o consórcio ULTRA<sup>40</sup> desistiu de sua participação no empreendimento<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> Em março de 2019, a ULTRAPAR S.A. controladora das ações do grupo ULTRA mantinha a seguinte composição acionária: Ultra S.A. Participações 22%; Parth Investments Company 8%; BlackRock Inc. 5%. ações em tesouraria 2%; outros 63%, segundo dados disponíveis em: <http://ri.ultra.com.br/show.aspx?idMateria=gTcu64srMwvLhF5bFEbTug> acessado em: 14/03/2019 as 00:09.

<sup>41</sup> Segundo reportagem do jornal o Globo, do dia 29 de maio de 2009, cujo título era “Ultra desiste de Refinaria do COMPERJ, os gastos estimados subiram de U\$3,5 bilhões para U\$ 8,5 bilhões. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/ultra-desiste-de-refinaria-do-comperj-3116210> acessado em 09/03/2019 as 16:15h.

A partir daí a PETROBRAS adotará o modelo de sociedade anônima (S.A.). A fim de angariar recursos da iniciativa privada com sócios minoritários, foi aberta a COMPERJ Participações S.A, com Conselho Próprio, e que deteria o controle sobre as ações da PETROBRAS nas outras cinco subsidiárias: COMPERJ Petroquímicos Básicos S.A., COMPERJ Estirênicos S.A., COMPERJ MEG S.A., COMPERJ PET S. A. e a COMPERJ Poliolefinas S.A (PETROBRAS, 2009). O relatório de atividades da PETROBRAS de 2009 afirma

...foram firmados, em janeiro de 2010, três acordos – de Investimento, de Acionistas e de Associação – entre a PETROBRAS, sua subsidiária PETROBRAS Química S.A. (Petroquisa), Braskem S.A., Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A. Por esses acordos, a PETROBRAS amplia a sua participação societária na Braskem, com um aporte de R\$ 2,5 bilhões (destinados a aumentar o capital desta última) e a incorporação de suas participações direta e indireta na Quattor Participações, ampliando também os seus direitos políticos na Braskem.

Nos termos do Acordo de Acionistas, Odebrecht e PETROBRAS compartilharão as decisões da Braskem. A Odebrecht deterá 50,1% do capital votante da Braskem. A diferença entre as participações direta e indireta da Odebrecht e da PETROBRAS no capital total será de 2,33%.

Os acordos estipulam também que a Braskem assumirá, sob determinadas condições, as empresas que desenvolvem a primeira e a segunda gerações petroquímicas do COMPERJ e adquirirá, gradualmente, participação nas sociedades que desenvolvem os negócios do Complexo Petroquímico de Suape. (PETROBRAS, 2009, p. 45)

A Braskem é o braço petroquímico da Odebrecht com expressiva participação da PETROBRAS. Segundo dados disponíveis em seu site<sup>42</sup>, com base em março de 2018, a Braskem tem como principais portadores da capital votante: a Odebrecht com 50,1%; a PETROBRAS com 47,0% e; outros com 2,9%. No entanto, em meados de 2013, alegando otimização na gestão de custos, estas subsidiárias foram extintas e incorporadas a

---

<sup>42</sup> Disponível em: <http://www.braskem-ri.com.br/estrutura-societaria> acessado em :14/03/2019 as 18:58h.

PETROBRAS<sup>43</sup>. Em fevereiro de 2015, a Braskem anunciou que desistiu no COMPERJ priorizando a adição de capacidade produtiva a sua unidade em Duque de Caxias/ RJ<sup>44</sup>.

O COMPERJ está sendo construído sobre uma área de 45 Km<sup>2</sup> na região de Sambaetiba<sup>45</sup>, distrito de Itaboraí, onde

para ser iniciado o projeto de construção da refinaria foi necessária a desapropriação de diversas fazendas e sítios, sendo ‘que a área correspondente ao COMPERJ era considerada área de preservação e proteção permanente, por ser constituída por bacias hidrográficas de Mananciais como a do Rio Macabu’ ... É significativo observar que neste local não era permitido qualquer tipo de ocupação do solo, mas as justificativas para que Itaboraí sediasse o COMPERJ, garantiam ‘que esta área poderia abrigar o empreendimento sem maiores complicações com relação ao licenciamento ambiental’ (CARVALHO, 2014).

Destarte, a implementação do projeto teve impactos imediatos tanto nas populações ali residentes, com suas associações de moradores, quanto com os pescadores e ribeirinhos que viviam e sobreviviam diante a extração dos recursos naturais daquela região, bem como da Baía de Guanabara, como nos casos dos assassinatos de quatro lideranças da AHOMAR<sup>46</sup>

---

<sup>43</sup> Destaco o seguinte trecho da nota oficial da PETROBRAS sobre a incorporação: “A incorporação da Comperj Participações S.A., Comperj Estirênicos S.A., Comperj MEG S.A. e a Comperj Poliolefinas S.A pela Companhia tem como objetivo principal dar continuidade ao processo de simplificação da estrutura societária da Companhia e reorganização do seu portfólio de participações petroquímicas (...)resultando em redução de custos de gestão, maior agilidade e alinhamento nas decisões do negócio, racionalização das atividades da Companhia e da simplificação de procedimentos na realocação de seus recursos de investimento”. Disponível em: <http://fatosedados.blogspot.com.br/2013/06/14/reorganizacao-do-nosso-portfolio-de-participacoes-petroquimicas/> Acessado em 02/02/2016 as 17:58 h.

<sup>44</sup> Cf.: <https://exame.abril.com.br/negocios/braskem-desiste-de-projeto-no-comperj/> acessado em: 14/03/2019 as 17:53h.

<sup>45</sup> Embora seja uma região afastada dos centros urbanos, com vasto área de proteção ambiental no entorno e baixa densidade populacional, é prevista uma série de intervenções de infraestrutura naquela região, em especial para facilitação do escoamento da produção do Complexo. O acesso ao complexo será possível pelas rodovias BR-116, BR 116- Norte, BR-101 Norte e BR-040 Rio-Petrópolis, bem como pelo Arco Metropolitano, até o porto de Itaguaí. Além do Porto de Itaguaí, outra possibilidade de escoamento da produção do COMPERJ é o próprio porto da Cidade do Rio de Janeiro. Um terceiro porto poderá facilitar ainda mais o escoamento da produção, haja vista que uma das cidades do CONLESTE, Maricá/RJ, tem planos de construir um Porto na Região de divisa do município com Saquarema/RJ, na região próxima à lagoa de Jaconé, todavia, estes planos esbarram na aguerrida resistência de substancial parcela da população local contrária ao empreendimento, haja vista os reveses socioambientais e econômicos que este empreendimento poderá trazer para as populações locais, o que vem atrasando o licenciamento ambiental e o início das obras, cf.: <https://www.jb.com.br/rio/2018/09/942576-um-porto-em-xeque-na-praia-de-jacone.html> acessado em: 14/03/2019 as 18:38h.

<sup>46</sup> No dia 22 de maio de 2009 o tesoureiro da entidade, Paulo César Santos de Souza, fora assassinado. No ano seguinte, Márcio Amaro, um dos fundadores da associação fora morto a tiros em sua casa. Já em 2012 dois pescadores, Almir Nogueira de Amorim e João Luiz Telles Penetra, foram encontrados, amarrados e afogados, na Bahia de Guanabara. O presidente da associação, Alexandre Anderson, afirma ter sido vítima de 6 atentados, entre 2009 e 2012 tendo sido incluído, ele e sua esposa, no Programa Federal de Proteção a Defensores de Direitos

(Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara), dentre 2009 e 2012, que sistematicamente produzia denúncias sobre os consequências ambientais do empreendimento (KAPLAN, 2017). Segundo Guerrieiro (2013, p. 319)

... os impactos socioambientais sobre a região são consideráveis. Destacam-se a utilização dos rios Macacu e Caceribu para escoamento da produção e a vazão total prevista para o empreendimento de 1,5 mil litros de água por segundo; construção de emissário submarino para destinação dos resíduos; emissões aéreas altamente poluidoras; realização de arbitrários processos de desapropriações da população local; crescimento urbano desordenado; promoção de déficit no abastecimento de água não apenas para o município, mas também para os do entorno. Esses são alguns dos elementos que delineiam o conflito em torno de um empreendimento construído em parte de um território constituído por 22 áreas naturais protegidas no Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense. A Área de Preservação Ambiental – APA de Guapimirim será diretamente atingida.

Segundo Sanchez (2009) o discurso que envolve o complexo é de prosperidade, abundancia de emprego, riqueza, capacitação profissional e, com isso, diante a análise presente, obscurece as contradições inerentes a expansão do padrão de acumulação do capital no capitalismo dependente. Essas “representações do futuro vêm garantindo a adesão ao projeto por parte de diversos atores” (SANCHEZ, 2009, p. 4). Ora, a própria PETROBRAS estimava que a região seria impactada com 212 mil empregos dentre diretos, indiretos e efeito renda, durante o período de construção da UPB o que, efetivamente, não se concretizou (PETROBRAS, 2006). Mesmo os mecanismos sociais liberais de conformação para o consenso, de ampliação da democracia restrita foram solenemente desprezados pelos atores do empreendimento (CARVALHO, 2014). O início do empreendimento fora realizado à revelia dos debates que ocorriam nas reuniões da *Agenda 21* de cada município do CONLESTE, sugestivamente renomeados de *Agenda 21 COMPERJ*, devido a absorção desse fórum pelo COMPERJ (GUERRIEIRO, 2013), os trabalhos da *Agenda 21* local foram encerrados somente em 2011 (PETROBRAS, 2011).

Entendemos que, na área socioambiental, o modo de inserção do Brasil na economia globalizada foi traduzido pela Agenda 21. entanto, as mudanças postas em discussão por esse instrumento não comportam questionamentos de suas premissas. Qual modo de produção queremos? Que tipo de desenvolvimento? Mas evidenciam uma perspectiva reformista e de adaptação ao capitalismo globalizado, sob

um modelo de desenvolvimento sustentável, sem, entretanto, viabilizar processos de mudanças estruturais que possam reverter o caráter predatório e insustentável do atual modo de produção e consumo. Essa premissa não está na pauta de discussão. A preocupação está em executar metas supostamente consensuais, mas agindo a partir de premissas previamente estabelecidas. (Id. Ibid., p. 330)

O empreendimento, quando efetivamente se iniciam as obras, em 2010, tinha uma previsão orçamentária inicial (revista) de US\$ 8,3 bilhões<sup>47</sup> e contaria com duas Refinarias, uma Central Petroquímica, uma Unidade de tratamento de águas e afluentes, Unidades produtoras de resinas Termoplásticas além de uma Unidade para Geração de Energia elétrica e a Vapor. Isto somente seria possível devido ao desenvolvimento de tecnologia própria de PETROBRAS que permitia o “craqueamento” do petróleo pesado em derivados de primeira geração, o que antes não era feito no Brasil e importado do mercado internacional. Com isso, seriam produzidos anualmente 1,3 milhões de toneladas de eteno, 880 mil toneladas de propeno, 600 mil toneladas de benzeno e 700 mil toneladas de p-xileno - e outros derivados de petróleo de primeira geração, principalmente coque. Além da unidade petroquímica básica (UPB), da central de utilidades e das unidades de segunda geração, previa-se para o COMPERJ um centro de capacitação de empresas e trabalhadores (o que viria a ser o CICOMPERJ) e uma central de escoamento de produtos líquidos para terminais de carregamento na Baía de Guanabara. As unidades de segunda geração utilizariam como matéria prima os petroquímicos básicos produzidos na UPB e fabricariam por ano 880 mil toneladas de polietilenos, 850 mil toneladas de polipropileno, 500 mil toneladas de estireno, 600 mil toneladas de etilenoglicol e 600 mil toneladas de ácido tereftálico purificado (PTA) (PETROBRAS, 2011) e, com isso, estimava-se uma economia de divisas de cerca de dois bilhões de dólares anualmente<sup>48</sup>.

Após a pedra fundamental ter sido lançada em 2006, o começo efetivo das operações se deu em 2008, quando se inicia a terraplanagem da área de construção. A previsão era de entrada de funcionamento do Trem 1 em 2012. O início das obras, efetivamente, dar-se-á apenas em 2010. Mediante a alta do petróleo que voltará a subir depois da queda de 2008 (e tornará a cair, e se manter em baixa, de 2014 até 2016), a PETROBRAS ensejará uma série de modificações no projeto e passa a considerar o empreendimento como três projetos distintos; Trem 1, Trem

---

<sup>47</sup> Em junho de 2006, quando do anúncio do COMPERJ, o dólar comercial estava cotado em R\$ 2,247. Desta forma, o valor da obra em Reais poderia ser estimado em R\$19.099.500.000,00. Atualmente o empreendimento está orçado em US\$ 42,7 bilhões de acordo com estimativa do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2014)

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5wxjUYestHo> acessado em 02/02/2016 as 16:12 h.

2 e unidades petroquímicas). Entendendo que o projeto do Trem 1 estava suficientemente maduro, a Diretoria Executiva da PETROBRAS passará a fase de FEL 3, as unidades petroquímicas retornarão a fase FEL 2 e o Trem 2, irá para a fase de iniciação do projeto a FEL 1<sup>49</sup>. Diante a esta reelaboração o cronograma de implantação fora revisto. A partir de então, o empreendimento contará com 3 datas distintas de inauguração. Naquele momento (até 2011), o novo cronograma previa a partida do Trem 1 em setembro de 2013, enquanto as duas ultteriores fases se encerrariam até 2017, segundo relatório de atividades de 2011. Com isso, os valores orçamentários do empreendimento foram, também revistos. Somente a conclusão do Trem 1 estava agora orçada em U\$ 7,97 bilhões, enquanto o custo total do empreendimento estava estimado em U\$ 26,87 bilhões (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2014). Com isso, o Trem 1 avança da fase FEL 3 para a fase de execução. Os consórcios responsáveis pela construção da cada unidade, até 2012 estão dispostos no Quadro 5, constante no ANEXO 3.

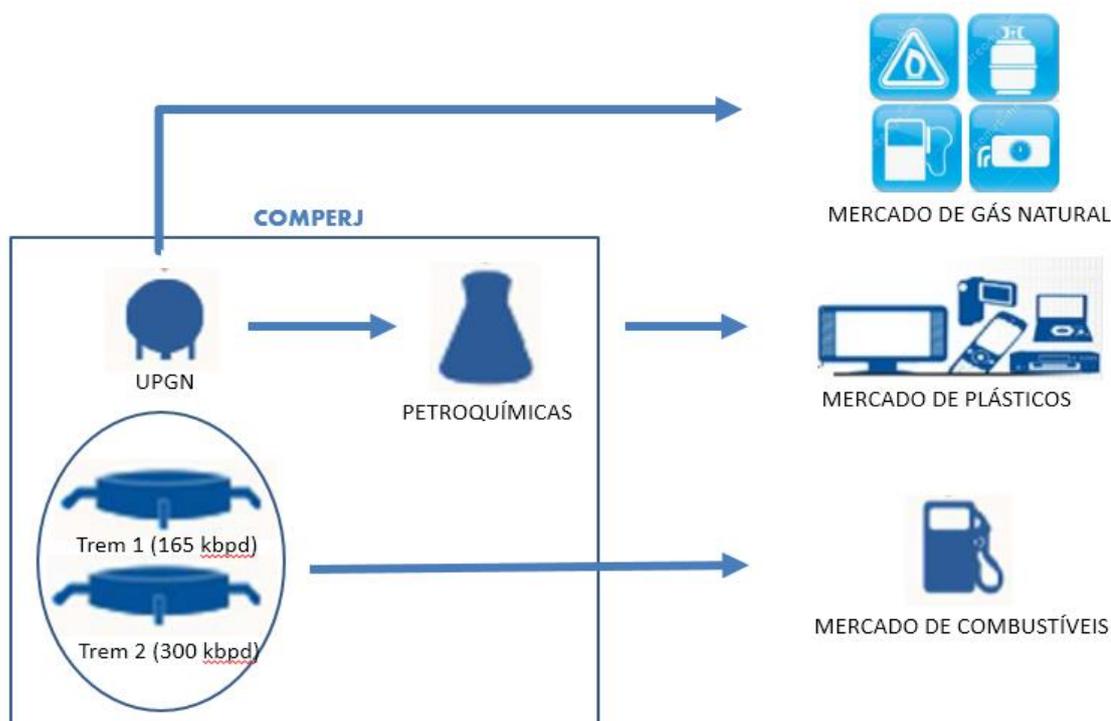
No entanto, um primeiro “problema técnico” se colocará para o cumprimento deste prazo. A Agência Nacional do Petróleo resolveu, através da Resolução ANP 31/2009 que seria obrigatório o uso de óleo Diesel S10 para consumo automotivo rodoviário a partir de 01/01/2013. Esta Resolução seria revogada e substituída em 2011, por intermédio da Resolução 05/2011 que, com efeito, traz recomendações similares, mantendo este mesmo prazo. O processo de retirada de enxofre deste tipo de Diesel se dá pela inserção da molécula de hidrogênio na cadeia aromática do combustível, processo denominado hidro tratamento. Assim, o óleo diesel, que corresponderia a aproximadamente 50% do combustível produzido pelo Trem 1 só estaria de acordo com as normas da ANP e poderia ser comercializado mediante o término da construção da Unidade de Geração de Hidrogênio. Todavia, o prazo de conclusão da UGH era posterior ao início do lançamento do Trem 1 o que, com efeito, impediria parte substancial da sua operação (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2017).

---

<sup>49</sup>A Petrobras utilizou para a execução do projeto a metodologia FEL – “*Front End Loading*” que prevê três fases de planejamento do projeto até a sua execução, FEL 1 relacionado a avaliação de negócios e o plano de negócios; FEL 2 quando se elabora o planejamento de instalações e também o desenvolvimento e seleção de escopo e; o FEL3 fase correspondente ao planejamento do projeto e Definição de Detalhes. Cada uma dessas fases demandará uma aprovação de superiores que poderão aprova-lo para a fase seguinte, abortar o projeto ou reavaliá-lo. Ela fora desenvolvida para projetos com o perfil do Comperj: megaprojetos, alta complexidade e orçamento elevado por, teoricamente, ter uma pequena margem de erro entre o orçamento final com relação ao custo real do projeto. Em contrapartida, quanto mais adiantada a obra estiver e houver necessidade de reajuste, maior o prejuízo envolvido. (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2014). Para maior detalhamento c.f. : GALVÃO JÚNIOR, Pedro Rocha. Estudo de Ferramentas de avaliação de maturidade de projetos de capital. Dissertação de Mestrado. UFMG, Departamento de Engenharia, 2013.

Ademais, o avanço da tecnologia estadunidense para a exploração do gás Xisto, faz com que novas tecnologias de utilização do gás natural (metano e etano) fossem desenvolvidas como insumos para a indústria petroquímica. Diante disso, a PETROBRAS passa a prever o gás natural como insumo básico para o Complexo. Frente ao vertiginoso aumento da exploração do pré-sal na bacia de Campos, a estatal incluirá no projeto a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e, com esta unidade, inclui em seu escopo a construção de um dos três gasodutos submarinos que compõem o escoamento do gás do alto mar até a costa (Rota 3), com isso, a unidade passou a ser chamada de UPGN Rota 3. Desta forma, as refinarias passaram a ser completamente independentes do parque petroquímico. As plantas petroquímicas receberiam da UPGN o insumo para sua produção, enquanto os produtos do refino de petróleo bruto seriam destinados ao mercado interno de combustíveis, conforme ilustra a Figura 5 abaixo. Como o volume do gás processado superaria as demandas do complexo, previa-se que parte deste gás fosse vendido no mercado interno.

*Figura 5- cadeia de transformação do COMPERJ 2012-2015*



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2014.

Ora a capacidade de Refino do Trem 2 fora posta em reavaliação no PGN 2012-2016 da PETROBRAS (PETROBRAS, 2012a) tendo sua capacidade aumentada para 300.000 bpd (barris por dia) de petróleo. Entretanto, a despeito de que se pudesse prever o atraso no

lançamento do TREM 1 desde 2009, e com sucessivas mudanças no cronograma, a PETROBRAS celebrará uma contratação sem licitação com o consórcio TUC<sup>50</sup> sob a alegação para dispensa de licitação do risco de atraso do início da operação do complexo. Este consórcio seria responsável pelo o fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à construção das plantas da Central de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades (CDPU) o valor do contrato celebrado fora de R\$3,8 bilhões ao final de 2011.

No entanto, dificuldade na busca de parceiros, no transporte de determinados maquinários (haja vista a região não dispor de rodovias que fizessem o transporte de cargas ultra pesadas), mudanças na conjuntura mundial e nacional e, conseqüentemente, nas estratégias de condução da obra, acabaram por, reiteradamente, atrasar a sua conclusão, alegava a PETROBRAS. Se no RA de 2011 a previsão de funcionamento do Trem 1 era para 2013, este cronograma será ano a ano modificado. No RA de 2012, a entrada do Trem 1 em atividade se altera para 2015, o Trem 2 mantém-se em 2017. No RA de 2013, o Trem 1 altera-se para 2016, e a segunda etapa retorna para avaliação. Por fim, no RA de 2014 o projeto encontra-se postergado. Com efeito, o próprio relatório de 2014 elenca três fatores para esta decisão: a queda do preço do petróleo, a desvalorização do Real frente ao dólar, obrigando a empresa a contenção de gastos para o pagamento de obrigações na moeda americana e a operação Lava-Jato deflagrada em março de 2014, tratada a seguir. Já no Relatório de Atividade (RA) de 2015, a empresa informa que estão sendo buscados parceiros para a conclusão das obras do Trem 1. Ainda, afirma que as obras da Central de Utilidades continuam em andamento para dar suporte a partida da unidade de processamento de gás natural (UPGN). De acordo com o Plano de Negócios e Gestão 2015- 2019 mantiveram-se no COMPERJ: o Trem 1 de Refino, a Unidades de Tratamento de Água e Geração de Energia, além da Unidade de Processamento de Gás Natural e o mesmo estava orçado em U\$ 13,5 bilhões (equivalente a R\$ 48.748.500.000,00 reais). Na coletiva de imprensa da apresentação do Plano de Gestão e Negócio 2015-2019, o seu presidente de então, Sr. Aldemir Bendine, afirmou que o COMPERJ é visto hoje pela empresa como uma refinaria, agregando valor ao petróleo pesado brasileiro, e não mais como complexo petroquímico.

No Relatório de Atividades de 2016 a PETROBRAS confirma o cancelamento do Trem 2 e também da Unidade de Lubrificantes, o documento confirma a continuidade da construção do gasoduto bem como da UPGN com previsão de início de operação em 2020, a previsão para

---

<sup>50</sup> O consórcio TUC fora formado pelas seguintes empresas: Construtora Norberto Odebrecht, a UTC Engenharia e a Projeto e Plantas Industriais que pertence a empresa estrangeira Toyo Engineering Corporation.

o Trem 1 também é de 2020, mas a empresa envida seus esforços na busca de um parceiro para “dar continuidade aos investimentos” (PETROBRAS, 2016). Desde os relatórios de 2014 tem sido identificado deterioração de valores do COMPERJ: os *impairments*. Já No Relatório de Atividades de 2017, a continuação das obras da UPGN é mantida junto a sua previsão de conclusão. Gradativamente, as demais obras foram sendo interrompidas até se paralisaram quase por completo, nelas somente ações preventivas estão sendo executadas para a manutenção do já realizado<sup>51</sup>. De acordo com o Relatório de Atividades de 2018, a China National Petroleum Corporation (CNPC) assinou “Carta de Intenções e Acordo Integrado para Modelo de Negócios, para investimentos na refinaria do COMPERJ e no cluster de Marlim”. Com isso, iniciou-se estudo de viabilidade técnica do Trem 1 com parceria da PETROBRAS e CNPC, ainda em fase de não vinculação. A proposta é a criação de uma nova subsidiária onde a PETROBRAS deteria 80% das ações e a CNPC os demais 20%. Embora ainda esteja na Carta de Intenções, ao que tudo indica, o COMPERJ, empresa que sintetizaria parte do *take off* desejado pelos intelectuais ligados à ideologia novo desenvolvimentista e com isso a superação da dependência, só finalizará a construção da Refinaria 1 (já descartado o parque petroquímico) mediante capital estrangeiro.

Um fator importante a prejudicar o andamento das obras do COMPERJ é, como assinalado, o declínio histórico do preço internacional do barril do petróleo. A cotação estadunidense do Barril do Petróleo Bruto despencou de US\$ 112,36 em junho de 2014 para US\$ 34,74 em janeiro de 2016<sup>52</sup> (cf. ANEXO 1). A queda do preço tem sido um argumento recorrente para o atraso das obras, bem como para o relativo desinteresse dos investidores privados. A alta das *commodities* que sustentou a economia brasileira na década de 2010 reverteu-se e hoje se encontra em patamares baixos. Além disto, a descoberta em abundância do gás de xisto nos EUA, com preços bastante menores, também desvalorizou o empreendimento itaboraense.

**Gráfico 2 - Série História preço do Barril do Petróleo Brent (em US\$) - (1999-2019)**

<sup>51</sup> Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4098198/forca-tarefa-da-lava-jato-vai-investigar-irregularidades-no-comperj> acessado em: 16/02/16 as 17:50. Cf. também: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1687981-consorcio-com-investigadas-na-lava-jato-suspende-obra-do-comperj.shtml> acessado em 16/02/16 as 17:52.

<sup>52</sup> Dados disponíveis em: <http://www.indexmundi.com/pt/pre%E7os-de-mercado/?mercadoria=petr%C3%B3leo-bruto&meses=300> acessado em 26/02/2019 as 18:25 h referentes ao petróleo bruto Brent no mercado americano.



Gráfico organizado pelo autor com dados disponíveis em: <http://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data> acessado em: 26/02/16 às 7:30 h.

A partir de 2014, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal iniciarão uma das maiores investigações de corrupção da nossa história. Ganhará seu nome em decorrência de uma investigação que teve seu início na suspeita de lavagem de dinheiro por intermédio de um “lava-jato” de carros em Brasília. A “Operação Lava-Jato” trará o COMPERJ para o centro das investigações, tendo sido Paulo Roberto da Costa<sup>53</sup> um dos principais investigados, diretor de Abastecimento da PETROBRAS e responsável pelas obras do complexo, preso e condenado e, posteriormente, solto devido a seu acordo para ser delator (por intermédio da delação premiada, onde o condenado obtém redução e/ou alívio da pena por informações que possam “contribuir com a investigação”). Embora nada impeça que tenha havido indícios preliminares de

<sup>53</sup> Paulo Roberto Costa era Diretor de Abastecimento da Petrobrás e o funcionário responsável, na empresa, pelas obras do COMPERJ. Alvo de primeira hora da investigação, Paulo Roberto da Costa fora alvo de condução coercitiva no dia 17 de março de 2014, sendo obrigado a prestar depoimento na sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Ao passo em que a PF realizava buscas em sua casa, Paulo Roberto teria instruído suas filhas e genro a irem a sede do seu escritório a fim de ocultar provas. Contudo, foram flagrados pelas câmeras de segurança e, com isso, no dia 20 de março, Paulo Roberto Costa fora preso pela PF. Dois meses depois da sua prisão, o STF decide por sua soltura sendo preso novamente no dia 11 de junho, quando houve a descoberta de que recebera propina na Suíça da Odebrecht. Diante a esta segunda prisão e a iminência de acusação a parte de sua família, o então ex-diretor se decide pela delação premiada. A partir daí, passou a ser conhecido como “delator-bomba” e suas “delações” foram decisivas para o desenrolar da operação de investigação. Como era filiado ao Partido Progressista, e mantinha contato com núcleos políticos, a investigação passa a focar os partidos políticos. No dia 27 de agosto de 2018, o então Juiz Sergio Moro responsável pelas investigações da lava jato, decide pela suspensão da ação contra Paulo Roberto Costa em virtude da delação premiada. C. f.: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2018/08/27/moro-suspende-acao-contra-paulo-roberto-costa-mas-condena-filhas-do-ex-diretor-a-servicos-comunitarios.ghtml> acessado em: 13/03/2019 as 20:20h e, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml> acessado em : 13/03/19 as 20:23h.

corrupção, a “força-tarefa” da Lava-jato abrirá o inquérito policial de investigação das obras do COMPERJ no dia 02 de setembro de 2016<sup>54</sup>, mais de dois anos após o início da LAVA-JATO e quando parte substancial da obra já se encontrava paralisada. Neste sentido, a pesquisa levada aqui a cabo, rebate a concepção de que a Lava-Jato fora a principal responsável pela paralisação das obras do COMPERJ. Certamente que contribuiu para a sua estagnação, mas não lhe pode ser atribuída a responsabilidade preponderante de paralisação das obras no COMPERJ<sup>55</sup>. Diante da investigação empírica, o que ressaltou, fora o fato de que a Crise econômica mundial reforçará a nossa condição heteronômica e o COMPERJ, por óbvio, sofrerá os reflexos deste reajuste e a Lava Jato contribuirá em certa medida para isto, e não o contrário.

#### *4.2 O COMPERJ: corrupção e superexploração do trabalho.*

Não é intuito nosso fazer qualquer tipo de análise mais sistemática acerca da Lava-Jato. Este propósito, quando existir, deverá por si só ser objeto de estudo próprio, haja vista o emaranhado de elementos que se superpõe na realidade dando ao fenômeno uma aparência que não condiz exatamente com a sua essência. Todavia, para os propósitos aqui estabelecidos, é importante entender quatro de suas múltiplas dimensões.

A primeira tem a ver com as consequências que o andamento destas investigações terá na implosão da chamada “base governista” tendo em conta que um dos principais partidos aliados da então presidente Dilma Rousseff, o PMDB, modificará sua atuação política com vistas a minimizar os efeitos desta operação dentre suas fileiras e aliados de primeira hora. Esta “mudança de rumo” contribuiu para a deflagração do processo de afastamento extralegal. A seletividade do processo de investigação também ficou patente afinal, embora a corrupção seja um problema endêmico da sociedade brasileira, aqui entendido, como um elemento componente do método autocrático burguês, os alvos desta investigação se bastaram, majoritariamente, nas figuras ligadas ao governo do PT e seus aliados. Mesmo a investigação

---

<sup>54</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lava-jato-abre-inquerito-para-corrupcao-no-comperj/> acessado em 13/03/19 as 20:24h.

<sup>55</sup> Em matéria do jornal o Estado de São Paulo, cujo título é “Lula diz ser inaceitável complexo petroquímico investigado estar parado”. O ex-presidente Lula da Silva, então em pré-campanha eleitoral, faz esta associação. Diz um trecho da reportagem: “Lula voltou a criticar a Lava Jato, dizendo que a operação contribuiu para a crise no Brasil e no Rio. ‘O País só fala em corte de gastos e corrupção’, afirmou. ‘Quem roubou tem que estar preso, mas as empresas não podem fechar.’” Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-diz-ser-inaceitavel-complexo-petroquimico-investigado-estar-parado,70002111620> acessado em: 13/03/2019 as 17:58h.

tendo desvelado que o esquema de propina dentro da PETROBRAS ocorria, pelo menos, desde os anos 1990. Segundo Antunes:

A operação Lava Jato teve papel decisivo na descoberta de polos de corrupção dentro da PETROBRAS e atingiu em cheio os governos do PT. Essa operação certamente merecerá um conjunto de estudos e reflexões críticas, que estão fora dos objetivos de nossa análise neste capítulo. Mas é imperioso assinalar que se evidenciou, desde o início, sua volúpia em atingir o PT e os partidos aliados a ele, enquanto o PSDB passava muito distante das investigações do núcleo de juízes de Curitiba (ANTUNES, 2018, s.n.)

Ora, esta seletividade ficou ainda mais clara quando, afastada Dilma Rousseff, Michel Temer se salva de um processo de *impeachment* a despeito de indícios comprometedores de participação em ilícitudes.

Em segundo lugar, esta seletividade permitirá uma fundamental mudança no quadro eleitoral de 2018, devido aos desdobramentos da investigação surgirá o caso conhecido como “o Tríplice do Guarujá” e, com isso, o ex-presidente (e pré-candidato à presidência) Lula da Silva é condenado, em segunda instância, no dia 24 de janeiro de 2018 e impedido de concorrer às eleições presidenciais no pleito que se aproximava em outubro daquele ano. A defesa de Lula da Silva recorre ao Superior Tribunal Federal (STF), que nega pedido de Habeas Corpus ao ex presidente no dia 04 de abril 2018. No dia seguinte, 05 de abril, o Juiz Sérgio Moro expede mandado de prisão ao ex-presidente que viria a ser preso no dia 07 de abril de 2018<sup>56</sup>. Importa notar que o então segundo colocado nas pesquisas eleitorais, Jair Bolsonaro, se consolidou, a partir de então, como favorito as eleições, vindo a vencer o pleito, em segundo turno, no dia 28 de outubro de 2018. Uma das primeiras medidas do então eleito presidente fora confirmar o nome do Juiz Sérgio Moro para titular da pasta do Ministério da Justiça.

Em terceiro lugar, no que diz respeito ao COMPERJ, mais especificamente, a “lava jato” servirá como forte justificativa para a paralisia das obras do complexo bem como por sua mudança de finalidade (que se relaciona ao aspecto seguinte).

---

<sup>56</sup> A operação lava-jato condenou a prisão inúmeros políticos brasileiros: Antônio Palocci, ex Ministro de Lula e Dilma; José Dirceu, ex Ministro de Lula; Gim Argello ex Senador pelo DF; André Vargas ex deputado federal pelo PT, Candido Vacarezza pelo PT, Delcídio do Amaral ex- senador pelo PT; Eduardo Cunha ex deputado pelo PMDB e ex Presidente da Câmara dos Deputados; Geddel Viera Lima ex- Ministro de Lula e Temer; Régis Fichtner ex chefe da Casa Civil do Rio de Janeiro; Sérgio Cabral ex governador do estado do Rio de Janeiro e Luis Fernando “Pezão” que, quando fora preso, era ainda governador do estado do Rio de Janeiro, dentre outros.

Por último, outro efeito da Lava-Jato será o de reforçar o discurso antiestatal por meio de a uma inversão de papéis: o corruptor passa a ser a vítima do corrompido, e não o contrário. Busca-se, ao mesmo tempo, aliviar e atingir o setor da construção pesada no Brasil, parceira da PETROBRAS em distintos empreendimentos, punindo alguns de seus empresários pontual e temporariamente, numa disputa interna dentre frações do capital, mas ao mesmo tempo, principalmente, focar o centro dos ataques à estatal. Diante a conjuntura política atual, marcada pelo conservadorismo moral e de mercado, este não é um problema pequeno. Ao reforçar o discurso privatista desde então percebemos o avanço da privatização dos ativos da PETROBRAS; o projeto de redução da atuação da PETROBRAS tanto no mercado externo, quanto aumento da participação de operadoras estrangeiras em território nacional; o aprofundamento da política de “desinvestimentos” e, com isso, a “privatização por dentro”; operar a desestruturação da sua cadeia produtiva, do conteúdo local; reforçar o aumento das remessas de divisas aqui geradas pela operação do capital estrangeiro para os países sedes; e fundamentalmente, operar a entrega da inestimável reserva do petróleo do pré-sal a operadores estrangeiros; entre outros reajustes. Este é o teor do Projeto de Lei 78/2018, apresentado pelo ex-Deputado José Carlos Aleluia (DEM- BA), que autoriza a PETROBRAS a transferir até 70% dos direitos de exploração do petróleo do pré-sal na área de cessão onerosa para outras petroleiras. Segundo artigo no site da Associação de Engenheiros da Petrobras (AEPET), caso o PLC seja aprovado e a PETROBRAS decida alienar os 70%, a sua participação relativa, na cessão onerosa, cairia de 41% para apenas 28%, enquanto a participação relativa das companhias estrangeiras aumentaria de 59% para 72%<sup>57</sup>. O redimensionamento estratégico da PETROBRAS torna-se um elemento central no reajuste da inserção heteronômica brasileira nesta fase da mundialização capitalista.

Atualmente na sua 57ª fase, a lava-jato tem sob investigação, no que diz respeito ao COMPERJ, dois contratos firmados entre a PETROBRAS e dois consórcios: o Pipe Rack, encabeçado pela Odebrecht; e o TUC, encabeçado pela UTC. Todavia, as maiores empresas da construção civil foram acusadas de operaram um cartel- conhecido como “Clube das Empreiteiras<sup>58</sup>”- a fim de dividirem entre si as obras da estatal e suas subsidiárias. Em uma das apreensões na sede da empresa *Engevix*- uma das fornecedoras da PETROBRAS- fora encontrada uma planilha intitulada “Proposta de Fechamento do Bingo Fluminense”, onde

---

<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2449-velocidade-da-producao-do-pre-sal-e-capacidade-de-investimento-da-petrobras> acessado em: 14/03/2019 as 18:14h.

<sup>58</sup> Cf.: <https://www.valor.com.br/politica/4012896/presidente-da-camargo-correa-diz-que-odebrecht-capitaneava-o-cartel> acessado em: 13/03/2019 as 22:56h.

constava as obras do COMPERJ como “prêmio” e cada “prêmio” se ligava a uma empreiteira<sup>59</sup>. O total dos dois contratos investigados somam mais de R\$ 5 bilhões e o Ministério Público estima que 56 milhões tenham sido pagos em propina<sup>60</sup>. Em 2015, o consórcio construtor da UPGN- de nome *QGIT* encabeçado por *Queiróz Galvão*- alegou que a crise do mercado financeiro e efeitos do câmbio impactaram os contratos, os tornando insustentáveis e, com isso, inviabilizaria a continuidade das obras. Foi necessária a realização de nova licitação, realizada ao final de setembro de 2017, de onde saiu vencedora a empresa chinesa *Shandong Kerui* associada a brasileira Método Potencial<sup>61</sup>. Ademais os Relatórios de Atividade e os Planos de Gestão e Negócios da PETROBRAS afirmarem a continuidade das obras da UPGN, segundo cronograma do novo Consórcio, a fase de montagem se iniciaria em março de 2019 e se estenderia até fevereiro de 2020<sup>62</sup>.

É importante, todavia, destacar que a prática da corrupção no Brasil é parte do modus operandi político e da relação entre Estado e elite desde idos tempos Coloniais e foi um dos elementos que a Reforma Pombalina (séc. XVIII) identificou e buscou (sem grande sucesso) superar. Com o avanço das relações sociais de produção típicas do capitalismo, a corrupção no Brasil passará a operar um lugar central no exercício do poder das elites brasileiras. No caso específico das empreiteiras da construção civil pesada, conforme demonstrou o belo trabalho de Pedro Campos (2012), o histórico de promiscuidade entre elas e o Estado tem na Ditadura empresarial-militar um importante momento de sua estruturação, mas o início de relações corruptas entre Estado e construção pesada é anterior. Todavia, a corrupção não é exclusiva ao Brasil, nem tampouco típica de um setor específico da economia. Na presente perspectiva, a corrupção é parte sistêmica do capitalismo e no caso do capitalismo dependente, toma tonalidades mais densas na medida em que é um reforço da autocracia das elites locais, que, em última instância, se resguardam na seletividade<sup>63</sup> do judiciário brasileiro. No caso da classe

---

<sup>59</sup> Manchete da reportagem do portal G1, de 09 de dezembro de 2014. “PF apreende tabela de 'bingo' em empresa investigada na Lava Jato” disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2014/12/pf-apreende-tabela-de-bingo-em-empresa-investigada-na-lava-jato.html> ; cf.: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/12/empreiteiras-registravam-bacertos-na-petrobras-em-atas-de-reuniao.html>

<sup>60</sup> Cf. <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2019/01/08/lava-jato-entenda-a-denuncia-sobre-a-comperj.ghtml> acessado em 13/03/19 as 23:07h.

<sup>61</sup> Cf.: <https://www.valor.com.br/empresas/5134762/chinesa-oferece-menor-preco-para-fazer-unidade-de-gas-do-comperj> acessado em: 13/03/2019 as 23:30.

<sup>62</sup> Cf. : <https://www.firjan.com.br/noticias/kerui-e-metodo-apresentam-demandas-de-fornecimento-da-upgn-do-comperj.htm> acessado em 13/03/19 as 23:34 acessado em : 14/03/2019 as 02:49 h

<sup>63</sup> Também no que diz respeito à aplicações das penas pelo judiciário brasileiro, cf. Matéria da Folha de São Paulo, do dia 17 de março de 2019 cujo título é Poder econômico ajudou delatores da Lava Jato a obter penas

trabalhadora, em especial aquela ligada ao trabalho simples, mais precarizada, a faceta mais visível do capitalismo dependente, autocrático e heteronômico é a superexploração a qual o seu trabalho é submetido, como nas inúmeras obras do PAC, ou mesmo do IIRSA. Intensa terceirização, a truculência sobre o trabalho, a superexploração, as horas-extras não pagas, o desrespeito aos direitos do trabalho, a quebra de acordos trabalhistas, as péssimas condições de trabalho, etc. serão uma constante na dia-a-dia do trabalhador mais precarizado destes empreendimentos.

No entanto, no COMPERJ, a superexploração do trabalho não passou sem resistência. Muitas das vezes à revelia dos sindicatos legais. A superexploração sobre o trabalho, as péssimas condições de trabalho, a política de arrocho salarial, etc. fizeram eclodir cerca de 6 greves nos canteiros de obra do COMPERJ, entre 2008 e 2013<sup>64</sup>, totalizando mais de 100 dias parados. Em 2014, ocorrerá uma greve que teve duração de quase 40 dias<sup>65</sup>, sendo duramente reprimida não só pelo judiciário e polícia (em diversas vezes presentes no canteiro de obra), mas também, supostamente, por capangas armados, em atividades de manifestação dos grevistas<sup>66</sup>. Em 2015, mais uma greve dos trabalhadores do COMPERJ esta durará 11 dias. Ainda, funcionários da empresa prestadora de Serviços *Alumini* irão bloquear a entrada de trabalhadores no complexo em janeiro daquele ano, cobrando o pagamento de salários atrasados desde novembro. Em fevereiro, sem ainda receberem, estes trabalhadores chegaram a interditar a Ponte Rio-Niterói por duas horas, numa passeata que se estendeu até a sede da PETROBRAS no Rio de Janeiro. Se por um lado, parcela do empresariado da construção pesada corrompia o Estado e suas estatais a fim de manter suas regalias, na outra ponta, trabalhadores eram superexplorados nos canteiros de obra do COMPERJ.

Tendo como escopo principal o papel que cumpre o COMPERJ na construção da ideologia novo desenvolvimentista, este capítulo procurou situar este empreendimento em um movimento mais amplo de setores da elite brasileira que, coordenado com os interesses imperialistas estadunidense, se beneficiam da inserção subordinada da economia local na

---

mais brandas. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/poder-economico-ajudou-delatores-da-lava-jato-a-obter-penas-mais-brandas.shtml?fbclid=IwAR0z95JloocvHGS7xYDWpiKLnYgO4EMq2s3Sqn6sTQuLdhsr9LOq3nf1GuM> acessado em: 17/03/2019 as 03:45h.

<sup>64</sup> Cf. :<https://petronoticias.com.br/archives/23154>. acessado em : 14/03/2019 as 02:49 h.

<sup>65</sup> Cf.:<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,funcionarios-do-comperj-encerram-greve-de-40-dias,179791e>. acessado em : 14/03/2019 as 02:49 h

<sup>66</sup> Cf.: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/suspeitos-perguntaram-operarios-do-comperj-sobre-greve-antes-de-tiros.html> acessado em : 14/03/2019 as 02:49 h

economia mundial. Neste sentido, mais do que ser o motor de arranque da economia e do desenvolvimento brasileiro, o PAC mediante a manutenção das premissas socioeconômicas afinadas ao neoliberalismo serve para o reforço da inserção subordinada do Brasil no capital-imperialismo. Esta mesma contradição se expressa no COMPERJ, tido como importante instrumento deste arranque. Entretanto, o empreendimento fora mitigado pelos limites do capitalismo dependente, não só pelos fatores externos (como a crise econômica mundial, o redimensionamento da PETROBRAS –diminuindo a sua atuação- e a expansão do capital estrangeiro na operação da cadeia do petróleo brasileiro, bem como pela necessidade de reforçar a exploração sobre o trabalho no capitalismo dependente) como também pelas características “arcaizantes” das classes dominantes locais, em especial sua corrupção autocrática. Assim, o empreendimento que, no auge da supervalorização dos *commodities*, representava a possibilidade de superação da dependência brasileira ao mercado externo na indústria petroquímica, só poderá vir a ser concluída mediante participação substancial do capital estrangeiro atualmente - em especial, capital chinês, com expressiva parcela deste capital com íntima relação com os EUA (LEHER, 2007). Neste sentido, o COMPERJ se torna um expressivo exemplo de como operam as classes dominantes no capitalismo dependente: reforçando a heteronomia, agindo autocraticamente e reproduzindo formas de trabalho calcadas na superexploração.

No escopo dessa grande iniciativa sobressaem, ainda que com limites, as ações educativas. Desde a formação para o trabalho simples, em diversas modalidades, abrangendo, inclusive, a formação necessária para a expansão do EIR (que, em virtude das greves mencionadas demonstraram, será considerado prioridade para o capital), até o trabalho complexo por meio dos projetos auspiciados pela ANP, como será discutido adiante.

#### **4. A CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, A DUPLA REDE E A (CON)FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TRABALHO SIMPLES.**

Este capítulo, a luz do que discutimos preteritamente, analisará aspectos da contrarreforma do Estado e suas incidências na educação, em especial na modalidade profissionalizante. Importante notar que, embora o *locus* da contrarreforma gerencial da educação se dê majoritariamente no Ministério da Educação e Cultura- no que tange a educação básica, associado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, no caso do Ensino Superior e pós-graduação-, o seu empresariamento e financeirização também ocorre ao largo de outros Ministérios. Políticas de qualificação profissional podem ser encontradas nos Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde e, no nosso caso, no Ministério de Minas e Energia (RUMMERT et al., 2013)

Destarte, iniciamos com um sumarizado apontamento acerca de características da formação da escola pública brasileira que, aspecto comum à educação no sistema capitalista, produzirá uma dualidade: de um lado, aquelas escolas voltadas para a formação da classe dirigente, onde o ensino erudito e propedêutico permitirá a progressão deste indivíduo aos mais altos níveis de formulação técnica, científica, filosófica e política, garantindo-lhe a formação para a assunção de postos dirigentes na sociedade civil e sociedade política; do outro lado uma rede escolar voltada para o trabalho simples, profissionalizante, desarticulada, fragmentada destinada a formação dos filhos, jovens e adultos na classe trabalhadora (CUNHA, 2009; FREITAG, 2007).

Esta dupla rede promove o seu necessário papel, como parte da produção do consenso e dos imperativos econômicos de acordo com o Estado-ético, ou educador- segundo Gramsci - cuja principal função, na atualidade, é de conformar as massas para as necessidades sociometabólica do capital-império, onde, no caso da divisão internacional do trabalho dos países capitalistas dependentes, como o Brasil, significa uma economia ligada aos *commodities* e, portanto, a formação de um trabalhador atinente a estas necessidades. Portanto, também as ofertas educacionais brasileiras serão determinadas pelo capitalismo dependente e sua sociabilidade fundada na autocracia, na heteronomia e na superexploração (MARINI, 2005) ou sobretrabalho (FONTES, 2010). Assim, importa pensar, a conformação da educação pública brasileira como parte de um processo histórico, muito mais amplo do que o ambiente escolar e, onde, existem determinações que o ultrapassam. Buscaremos demonstrar, portanto, que, ademais exista uma literatura séria e engajada acerca da escola pública e suas limitações tanto

conjunturais quanto históricas, parte da sua conceituação é inspirada por uma visão romântica da educação. A educação assumiria o caráter de um processo necessariamente positivo. É o caso, por exemplo, das conceituações que propugnam a ideia do “fracasso escolar”, em especial, da escola pública. Discurso este, inclusive, apropriado por parcelas da classe dominante a fim de aprofundar a privatização desta mesma escola pública, como muitos aparelhos privados de hegemonia ligados ao capital, defendem. A nosso ver, o fracasso escolar é um termo frágil, ou, no mínimo, relativo: por duas razões. A primeira é a constatação de que a escola pública brasileira auxilia na reprodução de uma força de trabalho formada para o trabalho simples – e que quando forma para o trabalho complexo não foge a caracterização primarizada- a qual é necessária à sua superexploração, imperativo para uma economia dependente, (LEHER, 2010) no capital imperialismo (FONTES, 2010). Ora, de acordo com Pinto e Gonçalves, “ o setor primário-exportador exerce força centrípeta já que paga salários mais elevados para a mão de obra de maior qualificação. Em consequência, o setor primário tem “efeito absorção” da mão de obra qualificada”. (PINTO; GONÇALVES, 2017, p.20)

A segunda é que a educação tem servido de palco, em diversos aspectos, para a naturalização da sociabilidade necessária para o capitalismo financeiro que, relembramos, admite a participação brasileira, como parceiro imperialista, mas reforçando o seu papel de fornecedor de mercadorias de baixo valor agregado. Esta naturalização da sociabilidade neoliberal faz parte da nova pedagogia da hegemonia que tem tido na escola pública espaço privilegiado de reverberação e nas ofertas educacionais financiadas por dinheiro público e/ou estatal também.

Sob a ótica da sociedade de classe, a partir da perspectiva das classes dominantes- o que buscaremos demonstrar- apenas ajustes técnicos são permitidos: afinal, o que interessa é propagar o capital humano, ou a ideia de que a educação é uma alavanca para o desenvolvimento econômico na medida em que confere a cada indivíduo um instrumental capaz de promover o empreendedorismo, a empregabilidade do indivíduo, sua proatividade, sua resiliência, etc. (MOTTA, 2012). Tudo isto escamoteia a subsunção da educação à economia, à contínua precarização do trabalho dos profissionais da educação, à escola como “currículo mínimo”, etc. Se a escola, à classe trabalhadora, não tem servido como mediação em que predomina a emancipação, prevalecendo a conformação e a reprodução, diante do debatido, não cremos ser pertinente atribuí-la a ideia de “fracasso”. Para nós- trabalhadores- certamente a escola pública é necessária; mas uma “outra” escola em que o sentido do público possa ser radicalizado. Todavia (e, para tanto) o que encetamos aqui são as estratégias das burguesias

para educar- a seus moldes, sempre que a correlação de forças permitir- a classe trabalhadora.  
Segundo Eveline Algebaile

A “ineficiência” da escola, e não sua eficiência, é duplamente funcional para a reprodução das relações capitalistas de produção, por permitir justificar a situação de exploração dessas classes (sua não qualificação para as formas mais rentáveis de trabalho aparece como o motivo do seu insucesso econômico) e por limitar, por meio da negação do acesso ao saber elaborado, sua luta contra o capital. (ALGEBAILLE, 2009, p. 47)

Essas premissas de escola defendidas por estes APHs não são exclusividade do Brasil e, portanto, seguimos a análise com as formulações advindas das agências internacionais do capital e sua busca por instrumentalizar a educação para que ela sirva de espaço propagador da “nova pedagogia da hegemonia” e, para isto, se utilizará da teoria do capital humano e toda uma “métrica” de indicadores de aferição da qualidade da educação e seus resultados. Afirmar que “a questão é técnica” é a forma de reduzir todo um vasto debate educacional à *hegemonia da pequena política* (COUTINHO, 2010). Ora, com isso, a educação (ou sua insuficiência) passa a ser, de acordo com esta teoria, vetor importante do “(sub)desenvolvimento” econômico do país, precisando superar o estado de “fracasso escolar” existente nas escolas públicas brasileiras, fracasso este, em grande medida, atribuído a insuficiência de qualificação dos profissionais da educação. A relação entre educação e desenvolvimento será tão íntima no social liberalismo que estará inscrita dentre as prioridades do PAC e formular-se-á um documento denominado Plano de Desenvolvimento da Educação- Compromisso Todos pela Educação com vistas a iniciar a “resolução do problema”. Não apenas neste documento, mas em distintos outros, como o Planfor, o PNQ, o PRONATEC delega a burguesia local a tarefa primordial de educar (ou qualificar) a classe trabalhadora brasileira. Nestes termos, a educação se coaduna com as políticas de combate à pobreza: tema central da chamada “questão social” sob a ótica do social-liberalismo sendo, a educação, mecanismo central na elaboração destes discursos.

Entrementes, este discurso- e conjunto de leis daí advindas - tem servido para legitimar a presença da iniciativa privada em distintos aspectos da educação escolar brasileira ora tomando para si recursos públicos na prestação de serviços distintos, ora disputando a concepção de escola pública e, até mesmo, o planejamento pedagógico da sala de cada professor através da propagação da oferta de apostilamento e livros didáticos bem como de avaliações externas. Ainda, a escola pública, diante de uma contínua terceirização das suas atividades- meio também se torna *locus* privilegiado do trabalho precarizado, contribuindo, em sua parcela

subjetiva, para que o jovem e/ou adulto trabalhador naturalize esta forma de trabalho destituída de direitos e, portanto, afinada com a necessária superexploração do capitalismo dependente. A este processo denominaremos *empresariamento da educação* (RODRIGUES, 2007; DAHMER, 2007) *de novo tipo*, pois que marcado pela forte concentração capital imperialista e necessitado da adesão das massas a fim de apassiva-las ao passo que fomenta a extração de sobretrabalho, renovando formas tradicionais de exploração (FONTES, 2010).

Para empreender esta disputa, as classes dirigentes brasileiras lançarão mão de uma sorte variada de aparelhos privados de hegemonia e também de empresas de serviços educacionais. Dentre estes aparelhos, destaca-se o *Movimento Todos pela Educação*, que terá contundente atuação na produção do PDE e passará a ocupar postos dirigentes centrais da educação pública brasileira se legitimando como o “verdadeiro porta-voz” das demandas educacionais brasileiras. O TPE, síntese mais bem-acabada das demandas empresariais para a educação, faz as vezes de um verdadeiro partido (na acepção gramsciana) empresarial da educação (LEHER; EVANGELISTA, 2012).

No nosso caso particular, destacamos a existência de um aparelho privado de hegemonia do setor petrolífero aqui instalado que, é um interessado por políticas de qualificação e educação profissionalizante, habilitado à disputa de recursos públicos para a consecução de seus objetivos: trata-se do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível (IBP). Apoiados pelo Sistema S e por vultuosos recursos estatais e públicos dispendidos pelo PETROBRAS e Estado sob o argumento de qualificar trabalhadores para maior eficiência no setor petrolífero (embora, veremos que diante aos impeditivos que se sobrepueram a conclusão do COMPERJ, boa parcela destes recursos naquela região se concentraram, tão-somente na construção civil pesada). Explicitaremos, por fim, os motivos que nos levaram a pensar o IBP como um aparelho privado de hegemonia e não como um partido político, no sentido gramsciano.

Chegado a este debate, analisaremos as principais estratégias de tomada de recursos públicos desta organização do setor petrolífero para a formação de trabalhadores, bem como identificar as principais iniciativas deste empresariado petrolífero na região do COMPERJ, na região do CONLESTE, todavia este debate reservaremos para o quarto capítulo.

#### *4.1 História e educação: A constituição da dupla rede no Brasil.*

Apenas com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, é que surgirão as primeiras faculdades em território nacional, com ênfase nas áreas do Direito, Medicina e Engenharia. Anteriormente, a elite nacional era obrigada a cursar o ensino superior fora do país, em geral na metrópole, onde a Universidade de Coimbra era o principal destino. A independência do Brasil fora uma descontinuidade sem ruptura, haja vista se ter obtido a autonomia política do Estado-nação brasileiro sem, contudo, alterar os aspectos fundamentais da sociedade vigente até então. Caso *sui generis* nos processos de independências coloniais americanas, o Brasil emergirá sob a forma monárquica de governo e, mais evidente indício da permanência, a transferência de poder é feita de pai para filho permanecendo o poder brasileiro nas mãos da mesma família nobiliárquica que detinha o trono português. Esta conjuntura, por óbvio, não mudará o quadro escolar de então, ademais dada a manutenção das características que conformava a *plantation*<sup>67</sup> ou a colônia de exploração. Segundo Ferreira Jr,

... embora o Brasil tenha proclamado sua independência política em 1822, os traços estruturais da nossa sociedade permaneceram os mesmos (escravidão, latifúndio, monocultura) e, por essa razão, poucos avanços ocorreram na educação, uma vez que esses três aspectos fundamentais mantinham o Brasil como uma sociedade agrária na qual a escola praticamente inexistia. (FERREIRA JR., p. 19)

Ao longo de todo século XIX se constitui, de forma ainda mais clara no Brasil, uma dupla rede educacional onde haveria uma escola erudita, propedêutica e universalista destinada aos poucos filhos das classes dominantes- via de regra, aristocráticas ligadas a posse da terra – e outra escola- ou mais notadamente a ausência dela- voltada para a (não) formação das classes subalternas: escravos, trabalhadores pobres rurais e urbanos. Escola- quando existente- formativa para o trabalho simples, braçal, manual, no mais, estes conhecimentos eram adquiridos- na ausência da escola- em geral, no próprio local de trabalho.

O advento da república não modificará este quadro. Este processo político fora caracterizado pela parca participação popular e capitaneado pelos militares e os cafeicultores de São Paulo com adesão posterior dos cafeicultores do Rio de Janeiro, setores médios urbanos, entre outros. A abolição da escravidão no Brasil não significará a plena incorporação dos negros na sociedade brasileira. Ao contrário, o que se destaca neste período é exatamente a ausência

---

<sup>67</sup> As principais características da *plantation* são: monocultura, latifúndio, mão de obra escrava, produção para o mercado externo e o exclusivo (ou “pacto”) comercial. Embora o exclusivo comercial tenha sido abolido, formalmente, em 1808 com a abertura dos portos, de fato, a dependência econômica externa permanecerá, até os dias atuais. Alguns historiadores adendam uma sexta característica a *plantation* que seria a produção extensiva.

de políticas que denotassem esta preocupação e, dentre estas (ausências) políticas, se localiza a educação. Florestan Fernandes (apud FONSECA JR., p. 52) afirma que “a exigência da instrução primária obrigatória, universal e gratuita ficou no papel e os problemas da educação popular não foram resolvidos (nem mesmo enfrentados) através da escola primária”. Todavia, esta inexistência de uma rede nacional de escolas públicas não impedirá que as classes dirigentes se utilizem das escolas existentes a fim de atender seus interesses socioeconômicos e políticos (CUNHA, 2009; FREITAG, 2007; RIBEIRO, 2010). Dentre estas medidas, encontra-se a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, nas capitais dos Estados, implementada pelo Governo de Nilo Peçanha, esta escola se destinava ao ensino profissional primário e gratuito, voltado para os órfãos e desvalidos de sorte, o que atendia às incipientes indústrias. (SOUZA, 2017).

Dois destaques importantes da Constituição de 1891 que mantinham relação com a educação eram: 1) a afirmação da laicidade do Estado e da escola pública, fruto, em parte, do pensamento positivista que inspirou o movimento republicano brasileiro e que significava momentaneamente uma derrota para a Igreja católica, importante protagonista nas disputas em torno da educação ainda em todo o período republicano; 2) e a interdição ao direito do voto aos analfabetos (e, também, mulheres, embora a origem desta interdição não fosse educacional). Em uma sociedade carente de escolas públicas, com imensa parcela de analfabetos, população majoritariamente camponesa, a educação serviria como elemento central da exclusão política de um vasto segmento da sociedade daquela época, em especial a classe trabalhadora, os camponeses e seus filhos. Segundo Boris Fausto (2001) o percentual de votantes neste período variou de 1,4% da população na eleição de Afonso Pena em 1906 ao “pico” de 5,4 % na eleição de Júlio Prestes<sup>68</sup>. Destaca-se neste período, a criação das chamadas “Escolas Normais” que buscavam formar professores (as).

Ainda na década de 1920, fora criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) que reunia distintos interessados no debate educacional brasileiro, com destaque para intelectuais da área como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira entre outros. Esta associação buscará

---

<sup>68</sup> Distintos outros problemas se interpunham na chamada República Oligárquica ou Primeira República, em particular, na questão eleitoral. Além da interdição do voto aos analfabetos e mulheres; o voto era aberto; havia a influência direta- o voto de cabresto- dos “coronéis” nos “currais eleitorais”; as incomensuráveis fraudes nas listas eleitorais; a “política dos governadores” que instituía o “toma lá, dá cá” como *modus operandis* entre os grupos econômicos e políticos dos distintos estados com o objetivo que estes mantivessem o seu apoio na manutenção da aliança Minas Gerais e São Paulo no Poder Executivo, naquilo que ficou conhecido como “Política do Café-com-Leite”. Além de todos estes dispositivos, as oligarquias ainda contavam com a Comissão de Verificação de Poderes que poderia “degolar”- impedir a posse- de um candidato que não fosse do interesse das oligarquias que sustentavam o *status quo*. (MENDONÇA, 1997; FAUSTO, 2001).

influenciar nos rumos das políticas educacionais e, para tanto, em 1932 redigirá um importante documento da história educacional brasileira, o “Manifesto dos Pioneiros”. Este manifesto defende, dentre outras medidas, a adoção de uma escola única a todas as crianças e jovens, obrigatoriedade e gratuidade de 9 anos de educação, a laicidade da escola pública; propostas— de modo geral— de cunho democrático-liberal. Saviani (2008), importante crítico da Escola Nova, reconhece o

Caráter progressista do movimento Escola Nova, em especial na formulação contida no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” que, sob alguns aspectos, chegou mesmo a ultrapassar a concepção liberal burguesa de educação, incorporando propostas que se inserem na tradição pedagógica socialista (SAVIANI, 2008, p. 81).

Com a crise da hegemonia no interior do bloco oligárquico que comandava a Primeira República, adensada pela crise econômica mundial de 1929 e a queda brutal do preço do café no mercado internacional, esta república chegará ao fim. Embora o candidato do Partido Republicano Paulista tenha ganhado as eleições de 1929, não assumirá. Distintas oligarquias, setores industrialistas, e setores das Forças Armadas, em especial os Tenentes, organizadas na *Aliança Liberal* capitaneada por Getúlio Dornelles Vargas, irão tomar o poder num golpe de Estado que os partícipes autodenominaram de “Revolução Gloriosa de 1930”. A permanência de Vargas no poder durará, neste momento, quinze anos, sendo a maior parte sobre a forma de uma Ditadura, denominada de “Estado Novo”: a autocracia como *modus operandis*. A sua política industrialista terá na educação uma importante ferramenta. Ainda no governo provisório, logo no primeiro ano— por intermédio do Decreto Presidencial 19.402 do dia 14 de novembro de 1930— é criado o Ministério da Educação (e Saúde Pública), e em 1934 uma nova Constituição é promulgada em substituição a de 1891. Os trechos que tratam da educação, simbolizam as disputas entre estes dois importantes grupos: a Igreja Católica e o “Escola Nova”. Ela estabelece a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE), as formas de financiamento e atuação dos distintos entes federados, ainda se implanta a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e põe fim a laicidade da escola pública ao tornar o ensino religioso facultativo.

Durante o governo provisório de Vargas (1930-1934) uma série de Decretos deram origem ao que ficou conhecido como “Reforma Francisco Campos”. Pela primeira vez, há uma tentativa de tratar as políticas educacionais em âmbito nacional: criou-se o Conselho Nacional

de Educação (Decreto 19850/1931); dispôs sobre o ensino secundário bem como determinadas modalidades do ensino profissionalizante (Decretos 19890/1931, 20158/1931, 21241/1932).

Parte substancial desta legislação será incorporada a Constituição de 1937 que dará sustentação ao Estado Novo. Todavia, o ensino profissionalizante é inserido no artigo 129 e destina esta modalidade, em especial, “as classes menos favorecidas” (FREITAG, 2007) a fim de potencializar a oferta de mão de obra qualificada para o processo de industrialização capitaneado por um Estado autocrático.

De fato, um ano após a promulgação da lei, são implantadas, por ordem do governo central, escolas técnicas profissionalizantes (liceus) em Manaus, São Luís, Vitória, Pelotas, Goiânia, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, destinadas a criar, nas palavras do próprio Ministro Capanema, na moderna juventude brasileira, um ‘exército de trabalho’, para o ‘bem da nação’. (FREITAG, 2007, p. 91-2)

De acordo com Freitag (2007), esta abertura da escola profissionalizante às classes menos privilegiadas intentava apurar os mecanismos de controle ideológico das classes subalternas ao mesmo tempo em que o Estado assumia o papel de oferecer uma qualificação, mesmo que ligada ao trabalho simples, para a força de trabalho necessária à incipiente industrialização brasileira. Essas escolas profissionalizantes, por serem de nível médio, não habilitava os seus formandos ao ingresso no ensino superior, eram escolas terminais. Diferentemente das escolas propedêuticas, destinadas aos filhos das classes mais abastadas que permitiam a continuidade dos estudos nos níveis superiores. Ora, estava institucionalizada a “dupla rede” educacional no Brasil.

A criação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1938 significará um marco na organização das frações industriais da burguesia brasileira e suas distintas tentativas de se organizar em uma associação de classe que sistematizasse seus interesses no campo teórico, mas, sobretudo, na ação política. A CNI se configurará como a tentativa mais sistemática de abranger os industrialistas em âmbito nacional. Ela nascerá organizando o empresariado industrial de quatro federações: a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (à época, Município do Rio de Janeiro), a Federação das Indústrias Paulistas, a Federação das Indústrias de Minas Gerais e a Federação de Indústrias do Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 1997, 2007), gradativamente se expandindo para as demais unidades federativas. Conforme a legislação de então (e ainda hoje), será reconhecido como sindical patronal. Seus primeiros

dirigentes foram Euvaldo Lodi (presidente) e Roberto Simonsen (Vice-presidente). *Pari passu* o seu crescimento político e corporativo, esta entidade buscará tomar a vanguarda do pensamento industrial brasileiro em distintos aspectos, dentre eles, com especial ênfase, encontram-se as políticas de qualificação e profissionalização da força de trabalho.

Ao longo do Estado Novo, e após o seu fim, afinado as demandas industrialistas ou o que José Rodrigues denominou de télos *Nação Industrializada* (RODRIGUES, 1997), o Ministério da Educação, cujo titular era Gustavo Capanema, lançará uma série de Decretos-lei que ficarão conhecidas como *Leis Orgânicas de Ensino* onde buscará afinar as políticas educacionais ao industrialismo então vigente, bem como concederá ao empresariado industrial papel protagonista na condução desta profissionalização. Assim, em 22 de janeiro de 1942, criará - por intermédio do Decreto 4048/1942- O Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI) a primeira das entidades da *tríade pedagógica* da CNI (id., ibid.). Logo em seguida, 1946, por intermédio do Decreto-Lei 9403 de 25 de junho de 1946, é criado o Serviço Social Da Indústria (SESI). A partir das reformas Varguistas da educação, segundo Miranda e Rodrigues, é possível afirmar que

A história da educação brasileira, desde, pelo menos, a Era Vargas, 1930-45, pode ser analisada através da compreensão da necessidade intrínseca do modo de produção capitalista, na especificidade da formação social brasileira e de expansão da escolarização, tendo em vista a reprodução ampliada e a contínua reestruturação do capitalismo. (MIRANDA, RODRIGUES, 2017, p. 100)

Com o fim do Estado Novo inicia-se um período democrático e toda uma luta em torno da construção de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), este debate durará treze anos e se encerrará com a promulgação de uma Lei a feição dos interesses privatistas<sup>69</sup>. Com destaque para a atuação da Igreja Católica como importante defensor destes interesses. Ao longo de todo século XX a Igreja Católica será uma importante interlocutora interessada na elaboração das políticas públicas educacionais, seja por reafirmar o papel da família na educação das crianças e jovens, seja pela “onipresença” no decorrer de toda a história da educação brasileira, da oferta de ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, seja mesmo disputando recursos públicos para as suas escolas (CUNHA, 2009). Diante a profusão de denominações religiosas, o poderio da Igreja Católica foi adensado pelo ativismo das Igrejas

---

<sup>69</sup> Este debate está contemplado na página 92, supra.

protestantes que, atualmente, tem importante influência no debate acerca das políticas públicas educacionais (LEHER, 2018).

Com efeito, é inegável que ocorrerá uma expansão da escola pública no Brasil, embora ela nunca tenha se universalizado plenamente, sempre apresentando pontos de estrangulamento, em especial no campo e nas áreas de fronteira de expansão do capital. Miranda e Rodrigues (2017) afirmam que o número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio saltou de aproximadamente 3,3 milhões de alunos, em 1940, para aproximadamente 48,6 milhões, em 2017. Esta expansão, no entanto, também não fora um movimento linear, sendo acompanhada de inúmeras tentativas de retração (por vezes exitosas) quando do interesse do empresariado da educação. Todavia, esta quase universalização da educação não se acompanhou de uma educação emancipatória, de qualidade e socialmente referenciada.

Sem embargo, o que ocorrerá na educação pública brasileira a partir de então, será uma ampliação de seu acesso, uma expansão das vagas e, inclusive uma ampliação da sua área de atuação, servindo de espaço para campanha de saúde pública e mesmo ponto de cadastramento de serviços sociais como o Bolsa Família. A esta ampliação, *pari passu*, acompanhou-se um processo de esvaziamento e precarização pedagógica, desvalorização do profissional docente, sua proletarização e, mediante estas inflexões, a escola pública que educará a classe trabalhadora não lhe garantirá os mecanismos necessários de interpretação e transformação social. Mesmo nos marcos da pedagogia liberal, nem mesmo as “competências mínimas” lhes são asseguradas. Como bem pontuou Eveline Algebaile (2009), trata-se de uma “ampliação para menos”. Ainda mais, destaca Gaudêncio Frigotto (1984), que a “improdutividade” desta escola é um importante mecanismo de reprodução do padrão de acumulação de países capitalistas dependentes. Pois, como percebe Freitag, a LDB de 1961:

Ao mesmo tempo que dissolve formalmente a dualidade anterior do ensino (cursos propedêuticos para as classes dominantes e cursos profissionalizantes para as classes dominadas) pela equivalência e flexibilidade dos cursos de nível médio, cria nesse mesmo nível uma barreira quase que intransponível, assegurando ao setor privado a continuidade do controle do mesmo. Assim, a criança pobre, incapaz de pagar as taxas cobradas pela rede, não pode seguir estudando. (FREITAG, 2007)

Nestes termos, a “ampliação para menos” da escola pública brasileira será o modo privilegiado de constituição da dualidade de redes, obstando uma série de fatores para o acesso

e apreensão da classe trabalhadora ao conhecimento socialmente acumulado e da sua própria historicidade. Todavia, a cada conquista da classe trabalhadora em ter acesso a um nível de escolaridade, outro gargalo era criado. Via de regra, a superação deste gargalo somente ocorria, ademais muita mobilização da classe trabalhadora, quando as classes dominantes já detinham mecanismos muito eficazes de conformar aquele novo nível de ensino acessado a seus propósitos educacionais. Este processo de empresariamento da educação ocorre desde a muito tempo mas, além da sua intensificação, em especial, a partir da década de 1990 ele tem apresentado características novas e não seria apressado apontar para um novo empresariamento da educação que combina os modelos clássicos de privatização, com intensa e múltiplas formas de financeirização das receitas públicas e voltado para a aderência das massas a um modelo societário capitalista dependente e produtor de um indivíduo de novo tipo que tem no profissional da educação, em especial o “docente”, um importante ponto de inflexão. Estes mecanismos vêm sendo gestados em distintas temporalidades, mas terão nas agências internacionais do capital importantes intelectuais orgânicos e difusores.

#### *4.2 As agências internacionais do capital e a educação brasileira.*

O objetivo desta subseção é relacionar a atuação das agências multilaterais internacionais ligadas ao capital- em especial, o Banco Mundial/ BIRD, a Unesco e o Fundo Monetário Internacional: o FMI- na construção de uma agenda educacional afinada a construção de um novo homem coletivo, do tipo *americanizado*, cujo cerne ideológico se pauta na Teoria do Capital Humano (TCH) e na sua reformulação em Teoria do Capital Social (TCS). Esta agenda será adotada, com especial atenção destes organismos, prioritariamente, nos países capitalistas dependentes (ou, “em desenvolvimento”, conforme léxico próprio destas agências).

Ainda na Ditadura empresarial militar, duas reformas educacionais serão empreendidas no Brasil estimuladas pelas agências estadunidenses mediante a celebração do acordo MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura - United States Agency for International Development) e reformaram a educação tanto básica quanto superior. Em 1968, ocorrerá a Reforma Universitária, por intermédio da lei 5540/1968. Mais do que modificar a organização departamental, extinguindo a cátedra e implementando o sistema de créditos, difundirá uma visão de universidade pragmática, aproximando a universidade brasileira (erigida sob forte inspiração do modelo europeu) ao modelo universitário estadunidense. Se a pesquisa faria parte

da sua função social, quem definiria as pautas gerais de pesquisa não era a própria universidade, mas sim o Ministério do Planejamento, através das políticas de editais. O ensino básico não restará fora da reforma e, em 1971, é instituída a famosa lei 5692/1971 que profissionalizará todo o Ensino secundário. Além do ensino propedêutico o aluno sairia com um diploma que lhe permitiria ocupar certa vaga no mercado de trabalho. Essa medida, grosso modo, pretendia a formação de uma superpopulação relativa, qualificada no trabalho simples, afinada não só as demandas econômicas mais estruturais da nossa sociedade como potencializada pela conjuntura de então, marcada pelo “milagre econômico” (LEHER, 2010). Esta lei 5692/1971, diante ao seu fragoroso fracasso, terá duração de onze anos. Já a lei que reformou o Ensino Superior tem implicações na organização universitária ainda na atualidade, ao menos estes três pilares permaneceram: a organização departamental, o sistema de créditos e a política de editais. Esta última, que submete a pesquisa aos ditames do mercado, fora aprofundada (SILVA, 2018).

Embora Frigotto (1984) atente para a presença deste termo mesmo antes dos anos 1950, fora por intermédio da criação da Disciplina “Economia da Educação” ministrada na Universidade de Chicago, por Theodore Schultz, que a Teoria do Capital Humano passou a ser melhor sistematizada. Como um desdobramento da Teoria Neoclássica buscava explicar os ganhos de produtividade gerados pelo fator humano identificando que o trabalho humano, quando qualificado (papel da educação) se tornava um dos mais eficazes mecanismos para o aumento da produtividade econômica e, com isso, pelo desenvolvimento econômico. Para tanto deslocava para o âmbito individual toda uma série de problemas sociais (como boa parte das formulações sociais inspiradas no liberalismo opera), a educação se torna um “ativo econômico” e, nestes termos, se equipara o capital ao trabalho, como se ambos fossem meros fatores produtivos, e não relações sociais. Neste sentido, a educação teria uma finalidade maior, a saber: promover o desenvolvimento econômico e, assim, nada mais natural do que a formação para o trabalho a fim de que isso ocorra. Em 1968, em decorrência desta teoria, Theodore Schultz ganhará o Prêmio Nobel de Economia. Segundo Miranda e Rodrigues (2017),

Na chamada Teoria do Capital Humano, perspectiva que mais diretamente concebe a relação entre educação e desenvolvimento econômico, o trabalho, precisamente o trabalho assalariado, deve ser o fim da educação. Essa última, por sua vez, é reduzida ao treinamento para o trabalho e à adequação do trabalhador às regras de produção capitalista, com o objetivo pressuposto de potencializar a produtividade do trabalho através do desenvolvimento do “fator humano”. O investimento nessa variável, o fator humano, através da educação formal, guardaria resultados diretos com o crescimento micro e macroeconômico da economia. (MIRANDA; RODRIGUES, 2017, p.89)

Neste sentido, de acordo com Frigotto (1984, p. 136), “o problema da desigualdade tende a reduzir-se a um problema de não qualificação”. Ora, a valorização de atitudes e a conformação de uma consciência que coloca a todos os indivíduos no mesmo plano, atomizados, a depender só de si para a obtenção do sucesso, faz parte de uma consciência empresarial. Esta ideologia terá a partir de então, na escola e na educação, espaços passíveis de disputa as quais as classes dominantes gradativamente se organizarão para tanto, por intermédio, principalmente, dos seus APHs (internacional e nacionalmente). A partir dos anos 1970, as agências multilaterais do capital passam a propagar esta perspectiva educacional como agenda, refinando a sua elaboração teórica, propagando as suas principais ideias e estimulando/financiando contrarreformas que apontassem neste sentido. As classes dominantes passam a variegar as maneiras pelas quais intervém naquilo que denominam de “questão social”, abandonando o modelo de *filantropia desinteressada*, até se aproximar ao modelo do *investimento social privado*, onde a iniciativa social passa a ter metas, a ser avaliada de acordo com o seu retorno, bem de acordo com a ideia de investimento. Nesta reformulação, a educação (e a “educação para o trabalho”) também assumirá lugar axial.

Também o TCH sofrerá alguns reajustes. Tendo já sofrido um “rejuvenescimento” quando o paradigma econômico desenvolvimentista cede lugar ao da competitividade na globalização, o TCH sofrerá nova metamorfose diante a promessas (sempre) não cumpridas de inserção competitiva no mercado mundial (MOTTA, 2012, 2016).

Mantendo-se a mesma base da ideologia do capital humano, outra função foi atribuída à educação: aumentar a produtividade das camadas mais pobres da população através da ampliação do acesso aos bens sociais, isto é, gerando capital social.

[...]

A relação que se estabelece entre a teoria do capital humano e a teoria do capital social encontra-se na ideia de que investir em pessoas, na capacidade de uma força de trabalho mais competitiva, resulta na melhoria das condições de trabalho e no aumento da produtividade, o que conseqüentemente vai refletir na melhoria da qualidade de vida do indivíduo e sua família reduzindo os problemas sociais, uma vez que se desenvolve a capacidade de controlar os ativos sociais ou gerar capital social. (MOTTA, 2012, p. 284-5)

Desta forma, alargava-se a concepção de “pobreza”, agora não mais uma relação social marcada, de um lado, pela apropriação concentrada de riquezas pela burguesia e, do outro lado, pela miséria material de frações da classe trabalhadora. A partir de então, estas agências se esforçam para que a ideia de pobreza passasse a incluir a escassez de bens educacionais, a escassez de bens culturais, a ausência de participação política, etc. (FONTES, 2010).

Com efeito, uma ação mais regular das agências do capital atuando na educação pode ser encontrada nos encontros realizados em 1990, na cidade de Jomtien e, dez anos depois, em 2000, na Cidade de Dakar, respectivamente: Conferência Mundial de Educação para Todos, e a Cúpula Mundial de Educação de Dakar, eventos coordenados pela UNESCO e pelo Banco Mundial (MARTINS, 2009). Além dos documentos produzidos nesta ocasião, destacamos o documento intitulado *Educação: um tesouro a descobrir* produzido pela Unesco sob a coordenação de Jacques Delors e, por esta razão, comumente chamando de Relatório Delors (MELO et al., 2015). Estes documentos defendiam a universalização da educação primária e a oferta de uma escola que cumpra os requisitos mínimos de conhecimento, baseados nas *competências*. Estabelecia, para tanto, metas gradualmente crescentes e prazos para a consecução destes objetivos. Com isso, uma agenda de conhecimentos mínimos será elencada como essencial para este processo: todo indivíduo deverá saber ler, escrever e contar. Em especial, o relatório Delors estabelecerá— com boa dose de pretensão— os quatro pilares da educação para o século XXI

O documento apresentou o que seriam os quatro pilares da educação para o século XXI, tendo em vista a nomeada “educação ao longo da vida”: *aprender a conviver*, desenvolvendo o conhecimento a respeito dos outros, de sua história tradições e espiritualidade; *aprender a conhecer*, conciliando uma cultura geral ampla com a possibilidade de estudar em profundidade um reduzido número de assuntos; *aprender a fazer*, adquirindo competências para enfrentar situações, previsíveis e imprevisíveis e para o trabalho em equipe; e *aprender a ser*, explorando todos os talentos que ‘a semelhança de tesouros, estão soterrados no interior de cada ser humano’ (MELO et al., 2015, p. 60, grifos dos autores)

Com isso, fundia-se à ideia da Sociedade do Conhecimento uma perspectiva de aprendizagem permanente através do lema aprender a aprender, competência esta fundamental para enfrentar os dilemas de uma sociedade em constante transformação, essencial à ideia de empregabilidade e escamoteadora das reais razões do desemprego estrutural que, nesta

perspectiva se resume ao descompasso entre a qualificação individual (ou a incapacidade de aprender a aprender) e as necessidades do mercado (MOTTA, 2012).

Ainda, subentende-se que a educação tem um papel fundamental na constituição da subjetividade do indivíduo, ao depositar nela a capacidade de produzir o aprendizado a ser. À esta “dócil” assertiva, cabe a pergunta: qual a perspectiva de ser humano que é promovido neste aprendizado? Lúcia Neves, refletindo a partir de Gramsci, traz alguns importantes apontamentos.

Diante do seu papel estratégico na construção de um equilíbrio instável de compromissos intra e interclasses nas formações sociais capitalistas contemporâneas, uma das primeiras iniciativas burguesas no novo imperialismo foi redefinir a formação escolar e política das atuais e futuras gerações dos seus novos intelectuais orgânicos. Nesse sentido, realizou-se profunda e ampla reforma, de abrangência mundial, no conteúdo e na forma do sistema educacional e no sistema de formação técnico-profissional, para atender simultaneamente aos requerimentos técnicos e ético-políticos da formação desse novo especialista e dirigente; o intelectual ‘de tipo americano’ conformado para uma prática política na qual predomina a pequena política em detrimento da grande política. A reforma educacional conduzida pelos organismos internacionais contribui na formação dos novos intelectuais de tipo americano quando viabiliza um maior estreitamento entre educação escolar e produção; amplia e diversifica as oportunidades de certificação escolar; redefine os patamares mínimos para o exercício de funções intelectuais; possibilita a materialização de nova cultura cívica, baseada num associativismo colaboracionista; ou mesmo quando desenvolve valores que impulsionam soluções individualistas ou grupistas na resolução de questões relacionadas ao trabalho e à vida. (NEVES, 2010, p. 36)

A produção deste novo indivíduo-intelectual de tipo americano, embora seja um processo mundial, ocorre de maneira expressiva no capitalismo dependente.

Embora a “americanização” do processo de Ocidentalização se constitua em estratégia mundial do capital, ela se vem materializando mais explicitamente na periferia do capitalismo, onde as condições de trabalho e de vida de uma sempre crescente faixa da população impõem níveis subumanos de sobrevivência e graus bastante baixos de consciência política (NEVES, 2005, p.38)

Todos os documentos acima referenciados tratam a educação como um ativo, cuja posse produz a valorização da força de trabalho e, por isso, chamado de capital humano e, quando,

agregado a outros fatores, capital social. A fim de obter eficácia na “transmissão” das “competências mínimas” torna-se necessário o profundo engajamento da figura do professor. Este passará a ser pensado como um elemento importante na difusão desta pedagogia da hegemonia. Neste sentido, segundo estes organismos, é crucial ampliar iniciativas na Formação Inicial e Continuada do professor, com ênfase na prática (LEHER, 2010). Impulsionada por este discurso, a expansão da formação docente no Brasil se dará, principalmente, através da iniciativa privada que conjugará ensino presencial e ensino à distância, onde se observa uma explosão de matrículas EaD, nos últimos anos (SEKI et al., 2017).

Sem embargo, se estas agências reconhecem, em seus discursos, a necessidade de se valorizar o profissional da educação, por outro lado, apregoam responsabilizá-lo: ao docente cabe “prestar contas” à sociedade por seus resultados. Ora, além da criação de toda uma econometria educacional para aferição dos resultados, estes “resultados” e “metas” não são estipulados pelos docentes e equipe pedagógica diante a cada contexto escolar singular, as potencialidades e restrições locais, as condições sociais, culturais, econômicas e políticas. Estes resultados são padronizados e formulados por agências externas ao ambiente escolar, via de regra, com grande influência de economistas. Além disso, os mecanismos que circundam a “produção e aferição” destes resultados, no Brasil, têm sido importante válvula de escape de recursos públicos para a iniciativa privada. Fundamentalmente, esta ênfase na eficácia escolar inunda a escola desta cultura empresarial, gerencialista, remodelando-a de forma que ela possa difundir a sociabilidade do social-liberalismo. Buscam também, não sem muita resistência, remodelar o docente objetivando transmutar a figura do professor- pesquisador para a figura do professor-pragmático, que saiba fazer a “entrega do saber”. Silva (2018) analisa que um destes ataques a figura docente tem sua base material, aproximando parcelas cada vez mais expressivas do “profissional” da educação à condição do precariado.

Dentro da lógica educacional econométrica, a Unesco criará o Índice de Desenvolvimento da Educação para Todos (IDE) que considerava quatro indicadores: a educação primária universalizada, a alfabetização de adultos, paridade de gênero e qualidade de educação. Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) irá organizar, a partir de 2000, uma prova trienal (*Programme for International Student Assessment- PISA*) que aferirá- de forma amostral- os conhecimentos na língua nativa, matemática e ciência

dos jovens na faixa etária de quinze anos quando, supõem-se, ter-se-iam concluídos o ensino fundamental. No PISA de 2015 foram avaliados setenta países<sup>70</sup>.

Já o documento *Educação para economias dinâmicas: plano de ação para acelerar o progresso em direção a Educação para Todos* produzido pelo Banco Mundial, no ano de 2002, é mais explícito em seus intentos de privatização ao considerar a educação como um mercado emergente. Esta classificação faz jus a da Organização Mundial do Comércio (OMC) que tipificava educação, água, saúde, etc. como “serviços”, acordo sacramentado na conhecida “Rodada Uruguaí”. É preciso que elas sejam oferecidas mediante parcerias com a sociedade civil, com destaque para a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês): exatamente o braço investidor do Banco Mundial nas parcerias público-privadas. (Melo et al., 2015)

Esse relatório coincide, portanto, com um arsenal mais amplo de estratégias sendo levadas adiante pelas economias desenvolvidas e por agências multilaterais voltadas para a criação de competitivas economias de serviço baseadas no conhecimento que incluísse o setor em expansão de serviços da educação sob o pretexto de que geravam maior eficiência do que os do setor público; abrir o setor da educação a regras de mercado globais; e a promoção do comércio (em vez de auxílio) na educação como a base para construção e entrega de acesso e na qualidade da educação (ROBERTSON, 2012, p. 290 apud MELO et al., 2015, p. 67)

No Brasil, as reformas educacionais, com especial ênfase a profissional, ocorridas a partir dos anos 1990 incorporarão boa parte destas premissas- em especial o capital humano- nas formulações das suas políticas públicas. De acordo com Ramos (2006), a noção de competência na formação para o trabalho será agregada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96. Ainda nesta lei, o termo educação profissional viria a assumir uma semântica adequada aos tempos neoliberais, pois que buscava realçar a polivalência do trabalhador e de processos formativos mais flexíveis, indicando que a ampliação da

---

<sup>70</sup> O último relatório PISA sobre o Brasil demonstra que nosso país, mesmo na econometria social-liberal, está aquém da média dos países signatários da OCDE nas três principais áreas da avaliação. A avaliação de 2015 também incluiu a aferição das seguintes competências (diga-se, de passagem, afinadíssimas ao ideário social-liberal), além das ciências, leitura e matemática: Competência Financeira e Resolução Colaborativa de Problemas. O relatório em questão, além de atestar o déficit educacional do Brasil, atesta que ainda não há igualdade de gênero na educação, tendo as mulheres pior resultado que os homens. Ao comparar o resultado do Brasil com Colômbia, Uruguaí e México o relatório faz um alerta haja vista que estes países obtiveram melhores resultados que o Brasil com um custo-aluno inferior ao nosso. Aqui subjaz a ideia de que o maior problema da precariedade da educação brasileira não está na quantidade alocada de recursos e sim na sua má gestão. Cf: <http://inep.gov.br/pisa> acessado em: 22/02/2019 as 13:09 h. e <https://www.oecd.org/pisa/PISA-2015-Brazil-PRT.pdf> acessado em : 22/02/2019 as 13:14 h.

escolaridade básica e expansão da educação profissional ali proposta buscavam atender as demandas flexíveis do capitalismo neoliberal (SOUZA, 2017).

Logo em seguida à LDB, o governo Fernando Henrique Cardoso propôs a Reforma do Ensino Técnico, por intermédio do decreto 2208/1997. Este decreto consubstanciava a formação fragmentada, ao extinguir o ensino integrado e instituir o ensino profissional desarticulado do ensino propedêutico. A partir de então, o ensino profissional poderia ser ministrado nos distintos níveis; básico, técnico e tecnológico. Os cursos de nível básico não emitem diploma, mas tão somente certificado profissional.

O Plano Nacional de Formação ao Trabalhador (PLANFOR) foi um programa criado naquele governo, no ano de 1996, coordenado pelo Ministério do Emprego e Trabalho e financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) cujo principal destinatário fora o “Sistema S”. Ele teve como objetivo a qualificação para o trabalho, com prioridade às populações mais vulneráveis. Focava os cursos de rápida duração, com carga horária média de 100 horas e visavam a formação de competências mínimas (VENTURA, 2001). Já no governo Lula, o PLANFOR vai ser substituído pelo PNQ, que procurava incorporar parcela das críticas feitas ao seu antecessor, todavia, conforme afirma Souza (2017)

O programa PNQ buscou se configurar sob novas dimensões conceituais na política de qualificação, das quais se destacam as dimensões: política, conceitual, institucional, pedagógica, ética e operacional. Mesmo com a demarcação dessas mudanças, na essência, os avanços conceituais reproduziram os problemas existentes nos cursos do PLANFOR, de uma formação aligeirada, limitada à lógica capitalista imediata da produtividade, da competitividade e da acumulação de capitais. Além disso, o PNQ também não conseguiu promover a integração da qualificação e da recolocação profissional dos beneficiários, conforme a determinação do inciso II, §2º, da lei do FAT (SOUZA, 2017, p. 110)

Já a Reforma do Ensino Técnico será parcialmente revertida no governo Lula, por intermédio do decreto 5154/2004 que permitirá a oferta de educação profissional integrada novamente. Outra importante alteração que este decreto implementa diz respeito aos itinerários formativos dos cursos de Formação Inicial e Continuada, que poderiam ser articulados e aproveitados de forma contínua. Todavia, este itinerário formativo aprofunda o modelo de educação profissional desarticulada com a educação geral e, fundamentalmente, não permite a diplomação do trabalhador, apenas sua certificação, impedindo a sua progressão para níveis

mais complexos de formação e adequando a oferta de educação profissional às intermitências do mercado. Instituído pelo decreto 5478/2005 e alterado pelo decreto 5840/2006, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Básico na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) será destinado ao jovens e adultos com defasagem escolar. O PROEJA pode ser ministrado tanto em nível fundamental e médio articulado com qualificação profissional ou como Ensino Médio com Educação Profissional Técnica. Esta modalidade de ensino pode ser ofertada pelos distintos entes federativos, como também pela iniciativa privada e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem, todos destinatários de recursos públicos (que poderiam ter origem tanto no Ministério da Educação quanto por intermédio de parcerias interministeriais ou mesmo de organismos internacionais). Novamente, observamos nesta iniciativa a adequação da educação as demandas do capital por força de trabalho (pouco) qualificadas. (SOUZA, 2017)

Esta diretriz - de adequar as modalidades educacionais profissionalizantes às necessidades do capital se utilizando de premissas centrais do social-liberalismo- também se identifica no Programa Nacional de Jovens (PROJOVEM). Destinada a parcela específica da população latente do EIR: o jovem de 18 a 24 anos que não estivesse sob vínculo empregatício formal. Coordenado por distintos Ministérios como o MEC, o MTE e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Buscava atender a estes jovens com vistas a elevação da sua escolaridade e qualificação profissional. Ao longo da sua permanência no programa, o estudante que tivesse uma assiduidade acima dos 75% tinha direito a uma ajuda de curso no valor de R\$100,00. Ao final do curso, o jovem se submetia a uma avaliação externa cuja aprovação lhe garantia o diploma do Ensino Fundamental. O programa será reformulado por intermédio da lei 11692/2008 que, dentre distintas outras medidas, estenderá a abrangência etária para jovens entre 15 e 29 anos. Souza (2017) afirma que

Embora continue com a certificação do ensino fundamental e o desenvolvimento de ações comunitárias, o programa conservou o modelo de formação para o trabalho simples, fruto de uma qualificação fragmentada e de curta duração, destinada ao atendimento das precárias demandas do mercado de trabalho. (SOUZA, 2017, p. 120)

Ainda em 2008, se dá a promulgação da lei 11892. Esta lei instituí a atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, configurando-as como instituições de educação superior, básica e profissional, sendo instituições verticalizadas. Seguida por uma

política de expansão desta rede que promoverá a criação de centenas de novos institutos – segundo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF, 2018) em 2016, existiam 644 unidades- e ampliará substancialmente o número de alunos matriculados nos IFETs. Sobremaneira, esta iniciativa amplia as possibilidades efetivas de parcela da classe trabalhadora em acessar qualificação para o trabalho complexo, articulada com o ensino propedêutico. Não se trata de ignorar o processo de precarização e de “senaização” (em especial no último período de agenda mais regressiva) que estes institutos vêm sofrendo no sentido de conformá-los ao projeto padrão de educação profissionalizante defendido pelas classes dominantes brasileiras para a classe trabalhadora: aligeiradas, fragmentadas e voltadas para o trabalho simples. Todavia, salienta-se que estas instituições públicas são acessadas por intermédio de processo seletivo, muitas das vezes acompanhados de “cursinhos preparatórios” que acabam fazendo deste processo um “primeiro vestibular” e afunilando o acesso das classes mais necessitadas deste tipo de escola em privilégio da “classe média”, embora as políticas de cotas busquem mitigar estes efeitos. Ademais a sua expansão, estes Institutos atendem a parcela muito pequena de alunos. Em 2017, foram computadas 1.004.737 matrículas na rede federal (79,4% de matrículas presenciais, 20,6% de EaD) (CONIF, 2018), num total de 48, 6 milhões de alunos matriculados na educação básica<sup>71</sup>.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) surge em 2011, depois de rápida tramitação no Congresso e no Senado, através da lei 12513/2011. Diante ao baixo índice de desemprego e a expansão de alguns setores econômicos o empresariado brasileiro temia que ocorresse um “apagão de mão de obra qualificada no Brasil”. É buscando suprir esta lacuna que o PRONATEC concorre para a expansão da educação profissional por intermédio dos cursos FIC, para a financeirização de recursos educacionais (com as mudanças ocorridas no FIES), a mercantilização da educação profissional, da privatização dos recursos destinado em sua maioria ao “Sistema S”, da expansão da modalidade EaD, etc. com vistas a suprir as demandas do mercado por força de trabalho. Nas distintas alterações que a lei 12.513 promove na legislação vigente, Souza (2017) destaca a vinculação do recebimento do seguro-desemprego, pelo FAT, à matrícula em um curso PRONATEC, o FAT que passava também a ser financiador do programa. Além desta alteração, a autora destaca mudanças operadas no âmbito do FIES que possibilitava agora, o uso do fundo para o

---

<sup>71</sup> De acordo com reportagem disponível no jornal Valor Economico. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5295971/cai-o-numero-de-alunos-no-ensino-basico-no-brasil-aponta-censo-2017> acessado em : 16/03/2019 as 17:26h.

financiamento da educação profissional em instituições não-gratuitas. Com meta de promover 8 milhões de matrículas entre 2011 e 2014, o PRONATEC impulsionará esta oferta mediante privilégio do sistema S

No Censo Escolar 2012 foi confirmada a trajetória de expansão da matrícula na educação profissional, que em 2007 era de 780.162 e atingiu, em 2012, 1.362.200 matrículas, crescimento de 74,6% no período (BRASIL, 2013a). Porém, provavelmente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), promulgado pela Lei no 12.513/2011, foi o responsável por esse aumento de matrículas, já que foi anunciado com a oferta de oito milhões de vagas. O Pronatec investe em dois tipos de formação: formação inicial e continuada (FIC) e cursos técnicos em nível médio. Sendo que “a maior parte das vagas, 1,6 milhão, cerca de 80%, para a primeira modalidade, enquanto que para cursos técnicos estão previstas apenas 372 mil vagas” (JUNIA, 2016).

Em levantamento realizado em julho de 2015 (não publicado), constatamos que a União transferiu recursos para o programa, em 2014, no montante de R\$ 2.648.668.385,35, sendo que R\$ 2.581.208.152,00 foram destinados ao Sistema S. Até junho de 2015, em meio aos cortes na educação, tinham sido transferidos para o Pronatec R\$ 551.413.899,65 e, desse montante, R\$ 518.393.229,20 foram destinados ao Sistema S. Além da quase totalidade dos recursos públicos voltados para o “Ensino Técnico e ao emprego” — parte da sigla do programa — ter sido destinada ao setor privado, os cursos ofertados foram focados na FIC, isto é, em cursos de curta duração e voltados para o trabalho simples ofertados pelo Sistema S. (FRIGOTTO, MOTTA, 2017 p. 371)

De acordo com as portarias dispostas no site da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) os recursos disponibilizados pelo MEC para o Sistema Nacional de Aprendizagem por intermédio do PRONATEC podem ser visualizados na Tabela 2 abaixo, denotando imensa disponibilidade privatista dos recursos públicos em sua destinação aos sindicatos patronais. As portarias (número e data) e os valores expressos nela para cada SNA, estão presentes no ANEXO 4 Quadro 6. Uma importante nota é que esta tabela trata dos recursos disponibilizados pelas portarias que, não necessariamente, significa que estes recursos foram efetivamente gastos. Todavia Estes expressivos valores tornam indubitável que, pelo PRONATEC, os sindicatos patronais serão os protagonistas na educação da classe trabalhadora.

***Tabela 2- Total de Recursos PRONATEC Disponibilizados ao Sistema Nacional de Aprendizagem (SNA) de acordo com Portarias SETEC/MEC (2011- 2018).***

ANO	TOTAL DE RECURSOS PRONATEC DISPONIBILIZADOS AO SISTEMA NACIONAL DE APRENDIZAGEM (SNA) DE ACORDO COM PORTARIAS SETEC/MEC DE 2011 A 2018.
-----	---

2011	R\$	458.443.929,80
2012	R\$	1.040.482.460,00
2013	R\$	2.147.374.270,00
2014	R\$	2.405.208.152,00
2015	R\$	1.321.393.229,20
2016	R\$	646.980.000,00
2017	R\$	67.468.000,00
2018	R\$	123.815.535,01
TOTAL PRONATEC	R\$	8.211.165.576,01

Fonte: Portarias SETEC/MEC<sup>72</sup>. Dados organizados pelo autor.

Com a criação do PRONATEC, a expansão da Rede Federal Tecnológica deixará de ser um objetivo per si e passará a compor a gama de objetivos do programa, todavia, como Frigotto e Motta (2017) apontaram, há expressivo descompasso entre os recursos disponibilizados para os IFETs e aqueles disponibilizados para os SNAs, que a Tabela 2 acima exemplifica. Ora, de acordo com Souza (2017)

Uma das consequências da inclusão do programa de expansão da Rede Federal ao Pronatec é a da secundarização da rede. O programa utiliza a estrutura e a capacidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REPCT) para impulsionar a expansão de vagas na educação profissional. Ou seja, o Governo Federal transfere o mérito da REPCT ao Pronatec, que aparece como um dos mais abrangentes programas de oferta de vagas e de integração entre a educação básica e a educação

<sup>72</sup> Foram utilizadas as seguintes portarias para a composição da referida tabela: Portaria SETEC/MEC 324 28/11/2011; Portaria SETEC/MEC 328 16/12/2011; Portaria SETEC/MEC 329 28/12/2011; Portaria SETEC/MEC 331 28/12/2011; Portaria SETEC/MEC 19 20/06/2012; Portaria SETEC/MEC 20 26/06/2012; Portaria SETEC/MEC 26 06/08/2012; Portaria SETEC/MEC 29 22/08/2012; Portaria SETEC/MEC 30 05/09/2012; Portaria SETEC/MEC 41 05/12/2012; Portaria SETEC/MEC 11 27/03/2013 ; Portaria SETEC/MEC 15 09/05/2013 ; Portaria SETEC/MEC 25 30/08/2013 ; Portaria SETEC/MEC 28 08/10/2013 ; Portaria SETEC/MEC 43 12/12/2013 ; Portaria SETEC/MEC 02 29/01/2014 ; Portaria SETEC/MEC 06 29/04/2014; Portaria SETEC/MEC 25 30/07/2014 ; Portaria SETEC/MEC 54 15/10/2014; Portaria SETEC/MEC 57 31/10/2014 ; Portaria SETEC/MEC 60 04/12/2014 ; Portaria SETEC/MEC 1 11/02/2015; Portaria SETEC/MEC 4 01/04/2015; Portaria SETEC/MEC 6 09/04/2015; Portaria SETEC/MEC 7 27/04/2015; Portaria SETEC/MEC 10 04/05/2015; Portaria SETEC/MEC 15 08/06/2015; Portaria SETEC/MEC 16 22/06/2015. Portaria SETEC/MEC 22 09/07/2015; Portaria SETEC/MEC 27 20/08/2015; Portaria SETEC/MEC 30 02/09/2015; Portaria SETEC/MEC 34 13/10/2015; Portaria SETEC/MEC 36 26/10/2015; Portaria SETEC/MEC 38 09/11/2015; Portaria SETEC/MEC 38 09/11/2015; Portaria SETEC/MEC 50 31/12/2015; Portaria SETEC/MEC 2 27/01/2016; Portaria SETEC/MEC 6 02/02/16; Portaria SETEC/MEC 10 14/04/2016; Portaria SETEC/MEC 18 11/05/2016; Portaria SETEC/MEC 32 16/08/2016; Portaria SETEC/MEC 35 14/09/2016;; Portaria SETEC/MEC 36 06/10/2016; Portaria SETEC/MEC 39 8/11/2016; Portaria SETEC/MEC 5 06/03/17; Portaria SETEC/MEC 49 27/10/17; Portaria SETEC/MEC 54 27/11/2017 Portaria SETEC/MEC 16 11/04/2018; Portaria SETEC/MEC 18 03/05/2018.

profissional nas redes federal, estadual, municipal e privada em todo o país (SOUZA, 2017, p. 137).

Ainda o Plano Nacional de Educação 2014-2024, promulgado por intermédio da lei 13005/2014 também definirá diretrizes e estabelecerá metas que conjugarão dispositivos que expressam o empresariamento de novo tipo. Todo o PNE está afinado com as vertentes economicistas da educação, e em especial suas diretrizes e metas para o ensino profissionalizante, consolidarão uma educação voltada ao mercado de trabalho, de caráter mercantilista, utilitarista e minimalista. O Plano se compromete com a expansão da educação, todavia, corrobora o repasse de recursos públicos à iniciativa privada. Ao atrelar educação e desenvolvimento o PNE acaba ratificando a relação entre baixa escolaridade e pobreza, obscurecendo os efetivos determinantes da miséria. A estratégia 10.8 do PNE legitima a oferta “pública” das FIC para jovens e adultos por intermédio das entidades privadas vinculadas ao sistema sindical. Ainda de acordo com o COLEMARX,

O PNE, ao reforçar a centralidade da formação profissional na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio), particularmente, destinada aos jovens com idade a partir dos 15 anos, para além de promover a juvenilização dessa modalidade de ensino, evidencia o ingresso precarizado, objetiva e subjetivamente, desses jovens no desejado mercado de trabalho (estratégias 9.11 e 10.6). A mistura de formação rudimentar – e que demanda rebaixamento dos salários! –, sob o fetiche do “seja seu próprio patrão”, alimentado pelo discurso da empregabilidade e do empreendedorismo e, ainda, pela oferta de crédito em instituições de ensino privadas, fomenta um exército de reserva de trabalhadores cada vez mais jovem, desprovido de sentido de pertencimento de classe, afeito à sociabilidade requerida pelo poder hegemônico. (COLEMARX, 2016, p. 72)

Neste sentido a duplicidade escolar ganha nova forma, pois que a formação profissionalizante, aligeirada, mínima, desarticulada nega aos trabalhadores e seus filhos acesso a uma formação necessária para o ingresso nas Universidades públicas, restando-lhes, no mais das vezes os cursos superiores privados, potencializado pela expansão acelerada do setor, em especial do hiperlucrativo e pouco qualificado Ensino a Distância, ou semipresencial (LEHER, 2018). Segundo COLEMARX (2016)

De direito dos trabalhadores, com possibilidades emancipatórias, a educação profissional posta nestes documentos institucionaliza-se reforçando a concepção do capital humano na educação também pela ‘bresseriana’ lógica do público não estatal e com intensa participação do Sistema S e entidades

sem fins lucrativos presentes nas estratégias e metas do PNE: 6.5 (ampliação da jornada escolar); 8.4 (oferta educação profissional concomitante ao ensino na rede pública para jovens de 18 a 29 anos, populações do campo, moradores das regiões de menor escolaridade do país, os 25% mais pobres); 10.8 (formação continuada para trabalhadores); 11.6 (ampliação da oferta de formação profissional técnica de nível médio).(COLEMARX, 2016, p. 70)

Todavia, a agenda mais regressiva trazida à baila após o afastamento extralegal de Rousseff em 2016, imporá nefastas consequências a educação. O contingenciamento de gastos propostos pela PEC 55 (atualmente, EC 95/2016), que congela os gastos sociais (inclusive, educacionais), sendo corrigidos, apenas pela inflação, por um período de próximos 20 anos, causa, efetivamente, redução do investimento educacional real, visto que o crescimento de gastos vegetativos reduz, relativamente, os recursos de custeio e de capital das instituições educacionais. Ademais, o cálculo das despesas primárias, por ocasião da PEC, já continha fortes contingenciamentos. Em menos de três meses de governo Bolsonaro, o Ministro da Fazenda já anunciou que deseja extinguir os recursos vinculados<sup>73</sup> (o que, com a EC 95/2016, de fato, já não se cumpre, todavia se mantinha a vinculação de direito). A contrarreforma do Ensino Médio realizada pelo governo Michel Temer também representa o mesmo espírito da educação conformista no capitalismo dependente. Segundo Frigotto e Motta (2017) esta contrarreforma retroage à Reforma Capanema quando não havia equivalência entre os ensinos industrial, comercial e agrícola não tinham equivalência para a entrada no Ensino Superior; retroage a profissionalização forçada da ditadura empresarial-militar, haja vista o jovem estudante não ter opção de escolha entre cursar, ou não, o profissionalizante; retoma ao Decreto da Reforma do Ensino Técnico do Governo Fernando Henrique Cardoso, aprofundando a dualidade entre educação básica e educação profissional. Ainda, concluem os autores

A conclusão clara é que a contrarreforma do Ensino Médio por imposição autoritária de MP é congruente e necessária para sustentar violência da PEC nº 55, que expressa o desmanche dos direitos universais da classe trabalhadora mediante o congelamento dos recursos públicos para a educação, saúde, cultura, etc. “Reforma” que traduz, na prática, o ideário liberal-conservador no qual convergem elementos fascistas do movimento Escola “sem” Partido e economicistas do Todos pela Educação, revestidos pelas benesses da filantropia dos homens de bem e propulsores do desenvolvimento econômico. FRIGOTTO, MOTTA, 2017 p. 368)

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/6152619/guedes-diz-ter-pronta-pec-para-desvinculacao-total-do-orcamento> acessado em : 17/03/2019 as 22:30h.

Ainda, cabe retomar o poderio do pensamento religioso conservador na conformação da escola pública, aglutinados, junto a outros setores, no Movimento Escola “Sem” Partido, que busca afastar da escola, em especial da pública, o conhecimento crítico ali existente. Trata-se de tentativa sistemática de solapar qualquer oportunidade do contato dos jovens estudantes com a ciência sistemática e com a teoria crítica. Setores conservadores da Igreja católica e, sobretudo, pentecostais e neopentecostais e outras denominações religiosas mais conservadoras ganham terreno ao adjetivar o docente com afinidade com a teoria crítica de “doutrinador”, ou ideológico. É como bem salientou Gaudêncio Frigotto, a “Escola do Pensamento Único”.

Operadores de parte importante destas políticas, os APHs da educação ligada ao empresariado passarão a ter uma atuação mais sistemática e efetiva na educação, atendendo ao chamado dos organismos internacionais do capital para o engajamento da sociedade civil na promoção da educação (mínima) de “qualidade”, promotora da “inclusão social” e do capital humano e social. No Brasil, onde distintos APHs ligados as classes dominantes passarão a empreender iniciativas e a defender políticas afinadas ao ideário social liberal, alguns, como o *Movimento Todos Pela Educação* assumirão o papel de verdadeiro partido político, no sentido gramsciano. Formulando políticas educacionais que expressam a organização de uma sociabilidade, de uma visão de mundo. Por outro lado, um importante APH atuará, no nosso caso específico, na definição de políticas estatais na qualificação de trabalhadores da cadeia de petróleo e gás, neste segundo caso, formulando demandas mais diretamente ligadas as questões imediatas e econômicas, trata-se do IBP. Este, através do PROMINP, produzirá na região do CONLESTE uma oferta educacional que podemos categorizar como empresariamento de novo tipo.

#### *4.3 Os aparelhos privados de hegemonia e a educação.*

Por óbvio, o nosso intento não será tratar das distintas organizações empresariais que empreendem a disputa em torno das políticas públicas da educação. Privilegiaremos pontuar aspectos daquelas organizações que, a nosso ver, operam mais diretamente com o objeto da presente pesquisa. Por conta deste necessário recorte, sem menosprezar a importância dos demais APHs, trataremos das seguintes iniciativas: Movimento Todos Pela Educação (TPE) por operar políticas educacionais mais gerais, ser importante articulador do PDE e,

posteriormente, do PNE e, para nosso caso particular, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás e o PROMINP (tratado no próximo capítulo).

Tendo como primeiro presidente Jorge Gerdau Johannpeter, o “Todos Pela Educação” tem uma estrutura peculiar que permite divisar bem quais as principais frentes de ação desta organização. Segundo Martins (2009) e através do próprio site do movimento, ela é capitaneada por um Conselho de Governança, composto estritamente por empresários. Este movimento tem se notabilizado pela capacidade de agregar intelectuais de distintas universidades, políticos, imprensas, celebridades propagando a mobilização social em torno de suas propostas. A atuação do “Todos Pela Educação” ao longo da tramitação do Plano Nacional de Educação serve-nos como ilustração desta capacidade, em especial no que diz respeito ao tema do financiamento da educação. Em 2012, o governo lançou o “Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa”, o PNAIC, que pareceu atender, conjuntamente, a meta 2 e 3 (parcialmente) do “*Todos pela Educação*”. Ora, por estes e outros exemplos, torna-se patente a capacidade deste movimento de orientar políticas públicas no interior do Ministério da Educação. Notabilizou-se também pela sua capacidade de articulação e incidência no interior das estruturas das esferas públicas, não sendo poucos os seus integrantes e participantes que ocuparam e ocupam cargos estratégicos no Ministério da Educação e em diversas secretarias estaduais e municipais como o ex- Ministro Fernando Haddad, o ex-Secretário Municipal de Educação de São Paulo Cesar Callegari, a ex-Secretária de educação do Rio de Janeiro Cláudia Costin, o ex-presidente do INEP Reynaldo Fernandes, entre outros (LEHER; EVANGELISTA, 2013).

O surgimento deste movimento, em 2006, pode ser entendido por uma série de fatores, muitos deles já apresentados. Além daqueles, destacamos a existência de distintas ações de responsabilidades sociais espalhadas pelas diversas empresas no território nacional que poderiam ser organizadas em um grande esforço unificado. Outro fator foi a desarticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que reunia entidades sindicais, acadêmicas e estudantis no âmbito da educação e buscava organizar um debate sobre a educação pública brasileira a partir da perspectiva dos movimentos sociais e populares. Após o Fórum Social Mundial de 2005 ficou claro o desacordo no interior do movimento sindical e popular dentre aqueles que se alinhavam com as políticas - e constituíam base de apoio - do governo Lula e aqueles setores que formulavam críticas as suas políticas socioeconômicas. A desarticulação deste espaço significou um importante retrocesso no debate educacional, a partir da perspectiva dos setores populares que tiveram maior dificuldade de organizar sua intervenção em nível nacional (LEHER, 2018).

Outro importante fator que concorre para a criação do movimento “Todos Pela Educação” advém do projeto da sociabilidade conduzido por setores da elite financeira mundializadas. Diante do exposto, nos parece ser pertinente pensarmos o “Todos Pela Educação” como um *intelectual coletivo orgânico*, nos termos de Antônio Gramsci, ligado às frações financeiras, agronegócio, *commodities* do capitalismo nacional e transnacional na construção da sua hegemonia com foco na educação da classe trabalhadora.

Percebe-se, portanto, que este discurso e movimento enquadram-se na busca de construir o consenso de amplos segmentos sociais em torno de um projeto articulado de sociedade afinado à burguesia brasileira e transnacional ligadas ao capitalismo financeiro, ou o empresariamento de novo tipo. A educação básica pública ocupa, assim, importante vértice, pois que destinada às classes trabalhadoras e buscando produzir uma sociabilidade (um conjunto de valores, normas, formas de pensar e agir) conformada às necessidades atuais do capitalismo em seu momento histórico, onde um “novo homem”- o intelectual do tipo americano- se faz necessário. (LEHER; EVANGELISTA, 2013; MARTINS, 2009; NEVES, 2005; FONTES, 2010). O corolário disto é que o principal instrumento deste processo na disputa pela escola pública, atualmente, como organizadora da “visão de mundo” destes setores, é o “Todos pela Educação”. Além da sua capacidade de intervir nas políticas públicas e programas apresentados pelo MEC, pela sua ativa participação no interior dos quadros decisórios destas pastas governamentais, segundo o texto de apresentação da sua Missão Institucional<sup>74</sup> “o Todos Pela Educação é uma instituição que atua como produtora de conhecimento, fomentadora e mobilizadora” (TODOS..., 2013).

Suas metas e bandeiras marcadamente se inspiram nos documentos produzidos pela Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jomtien, em 1990 e a Cúpula Mundial de Educação de Dakar, em 2000, eventos estes coordenados pela UNESCO e pelo Banco Mundial (MARTINS, 2009). Além destas referências internacionais, o “Todos Pela Educação” faz parte de uma rede de organismos similares da América Latina, denominada de REDUCA. Dentro de sua lógica, buscam definir “educação de qualidade”. Seja em qual for a sua aparência, a “educação de qualidade”- nestes termos- nunca poderá ser pensada “para além do capital” (MÉSZAROS, 2008).

Ademais toda reconfiguração havida no bloco no poder após 2016, o Movimento Todos Pela Educação parece não ter perdido a sua influência na sociedade política, para além de seu

---

<sup>74</sup> Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/quem-somos/>

consolidado protagonismo na sociedade civil, sempre aparecendo nas grandes redes de comunicação como o grande intelectual coletivo da educação brasileira, quiçá o único. Um dos seus mais notórios integrantes, Mozart Ramos Neves, fora sondado e cogitado para assumir a titularidade da pasta da educação do governo Jair Bolsonaro, não sendo escolhido devido a sua não afinidade a propostas educacionais ultraconservadoras como o “Escola Sem Partido”<sup>75</sup>.

#### 4.4 O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível (IBP).

A agenda educacional do IBP está afinada, nos aspectos principais, com as propostas que vem sendo formuladas no âmbito internacional pelas agências multilaterais do capital e distintos aparelho privados de hegemonia, intelectuais individuais e coletivos, sobretudo, replicado na cadeia de qualificação de P&G. A análise empírica demonstrou que o IBP não é um elaborador teórico da educação profissionalizante, mas faz uso dos debates produzidos por outros apts para replicar nos seus nichos de atuação no estado estrito. Desta forma, alguns aparelhos privados de hegemonia de caráter mais econômico e corporativo também procurarão construir uma agenda educacional (mesmo que sob inspiração alheia) para o seu setor através de políticas públicas, programas e recursos. É o caso do IBP.

O Instituto Brasileiro de Petróleo- seu nome original- nascerá na tarde do dia 21 de novembro de 1957, reunindo fundo social composto pelas principais empresas petrolíferas em atuação no território nacional, dentre elas subsidiárias de multinacionais estrangeiras atuantes no país, então. A criação do Instituto, na verdade, conjugava interesses diversos, e fora estimulada pelo *Instituto SudAmericano del Petróleo* (SUDA) que estabeleceu como meta a abertura de Institutos do petróleo nos distintos países (IBP, 2019), no mesmo anos surgirá o *Instituto Argentino del Petroleo* (VASQUINHO, 2018). O objetivo primordial do instituto era a formação da necessária mão-de-obra qualificada para o setor de petróleo e gás, tendo em conta a imensa demanda que a fundação da PETROBRAS e a exploração mais sistemática do petróleo criará por força de trabalho qualificada nesta cadeia produtiva. Segundo a “Revista 50 anos do IBP”

---

<sup>75</sup> C.f.: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-se-reune-com-mozart-ramos-do-instituto-ayrton-senna-cogitado-para-chefiar-educacao/> acessado em : 21/02/2019 as 15:16 h e <https://veja.abril.com.br/politica/evangelicos-tentam-barrar-indicado-de-bolsonaro-ao-ministerio-da-educacao/> acessado em : 21/02/2019 as 15:17 h

“A primeira fase do IBP pode se chamar de acadêmica – houve outras iniciativas, como a padronização de equipamentos, que representou, na época, uma redução de custos substancial, porque as fábricas se concentraram em alguns modelos e atingiram escala de produção para baixar preços. Foram feitas também padronizações de normas técnicas”, conta Eduardo Difini, que ocupou a cadeira da presidência entre 1986 e 1995 (IBP, 2019)

Seu primeiro presidente será Hélio Beltrão, cumprindo mandato de 1957 a 1962. Economista, fora titular em duas pastas distintas ao longo da Ditadura empresarial militar: Ministro do Planejamento do Governo Costa e Silva e Ministro da Previdência Social do governo de João Figueiredo, além de ter sido membro da Primeira Diretoria da PETROBRAS e seu Presidente. Em seguida, em 1962, será conduzido à Presidência Plínio Cantanhede que exercerá esta função pelos próximos 22 anos, Plínio participou do CNP criado por Vargas. Diante ao monopólio da PETROBRAS na área de exploração, o IBP buscará aproximar as Refinarias Privadas às demandas da estatal, este movimento fora estancado quando João Goulart incorpora-as à PETROBRAS e nacionaliza as Refinarias (IBP, 2019, 2019a). Diferentemente do que apregoava, de ser um instituto iminentemente “técnico” e não “político”, o IBP terá participação ativa no golpe empresarial militar ocorrido em 1964, sendo um dos APHs identificado por Dreifuss (1981) que atuavam naquele sentido.

Ainda ao longo da ditadura empresaria militar, o IBP terá importante participação na construção do modelo de implementação de indústrias petroquímica no Brasil que aliava o capital da PETROBRAS, com o capital nacional e estrangeiro, conhecido como modelo tripartite (IBP, 2019, 2019a). Outro momento de efetiva participação do IBP fora quando da elaboração de lei 9478/1997 que quebrava o monopólio da PETROBRAS, conhecida como “Lei do petróleo” de 1997. Segundo revista do próprio Instituto, em comemoração aos seus 50 anos.

... a Lei do Petróleo, que obrigou o IBP a desenvolver outras atividades. “Não só com a abertura do mercado apareceram novos players, não só em exploração e produção, mas na área de trading, refino etc. Abriu a possibilidade de continuar não apenas as atividades técnicas, de cursos e eventos, mas agora ampliada para novos atores, mas surgiu a oportunidade de o IBP atuar na área de regulamentação da nova Lei do Petróleo”, comenta o executivo [Álvaro Teixeira, ex-secretário executivo do IBP].

Foi muito interessante isso porque em 1996, antes da Lei do Petróleo, o ministro de Minas e Energia na ocasião, Raimundo de Brito, autorizou a Petrobras a negociar parcerias com empresas multinacionais”, recorda ele, lembrando ainda que foi nesse período que se iniciaram os debates sobre os

marcos legais, os tipos de contrato e tributação. “E tão logo houve a Lei do Petróleo, o IBP se habilitou para ser essa interface entre as empresas de petróleo e a Petrobras na discussão com o governo, Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Receita Federal, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ... (IBP, 2019a)

Assim, o IBP já demonstrava, ainda naquelas épocas, ser um Aparelho Privado de Hegemonia, capaz de organizar os interesses dos distintos agentes da cadeia do petróleo e gás em propostas e implementá-las no estado estrito.

Com o surgimento dos leilões e a Cláusula de Conteúdo local, o IBP ajudará a organizar, junto a Federações da Indústria do RJ e de SP, a Organização Nacional das Indústrias de Petróleo (ONIP). Esta organização manterá intensa atividade até meados de 2017 quando, devido a movimentação do próprio IBP no sentido de flexibilizar as exigências do CL, incorrerá na desarticulação desta organização. O ONIP, ao longo desta intensa atividade, será um importante APH da indústria de óleo e gás e ocupará tanto a coordenação do PROMINP quanto alguns assentos na ANP, inclusive na figura do seu mais longo presidente, Eloy Fernández y Fernández, que atuou como diretor da agência dentre os anos de 1998-2002.

Ainda em 2010, O IBP participará de uma audiência pública no Senado no dia 22 de março apresentando um Painel denominado *Desafios, Necessidades e Perspectivas na Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Energia – Petróleo e Etanol*, o responsável pelo painel será o representante do IBP no PROMINP e Gerente de Tecnologia do IBP, Raimar van den Bylaardt. Neste painel, Raimar traça um quadro das iniciativas educacionais do setor e defende medidas a serem tomadas em vista dos “desafios futuros”. Dentre as medidas sugeridas, encontram-se: criar mecanismos ágeis para a atualização e/ou revisão de educação básica, para atender requisitos de acesso aos cursos de qualificação; ampliar a qualificação dos professores, com foco no conhecimento prático; flexibilizar o sistema de contratação de professores, permitindo que profissionais experientes ministrem aulas técnicas/práticas; ampliar a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração; manter a política de ampliação de curso de nível técnico; criar infraestrutura adequada para ensino à distância; e ampliar os programas então existentes (PRH-ANP e Prominp) (BYLAARDT, 2010). Ora, o que se defende neste documento, em linhas gerais, são propostas profundamente inspiradas na agenda da nova pedagogia de hegemonia e que aparecerão como propostas políticas concretas em uma ou outra ocasião. A teoria do capital humano também baliza os documentos do IBP.

O IBP, portanto, desde o seu nascedouro sempre se ocupou da qualificação dos profissionais da cadeia do petróleo, tendo parte em dois dos principais programas de formação da área do petróleo nos últimos anos: o PRH/ANP e o PROMINP. Todavia, o próprio IBP manteve, ao longo dos anos de 2007 a 2014, seu próprio programa de financiamento a pesquisa e inovação. Ele distribuiu, no decorrer do período, 51 bolsas de mestrado<sup>76</sup>. Entretanto, a partir de 2014, diante ao novo debacle do mercado de petróleo, o IBP passará a estruturar uma estratégia nova para si, desenvolvendo uma carteira de produtos e serviços onde a qualificação profissional terá grande peso. Além de sua carteira de eventos, haja vista o IBP ser organizador do maior evento de Petróleo e Gás da América Latina. Esta nova estratégia tem uma direção, tornar o IBP um efetivo *Think Tank* do setor de óleo e gás, isto promove, inclusive, uma reestruturação administrativa, dando origem ao organograma disposto na Figura 10, (cf. ANEXO 5). Para tanto, já naquele ano, ele organizará uma Agenda Prioritária para a Indústria onde formulará uma série de propostas que ensejará se tornem políticas para o setor, segundo palavras do seu então presidente Jorge de Toledo Camargo

Para contribuir com a transformação e a recuperação da competitividade da nossa indústria, o IBP ofereceu a sua Agenda Prioritária e reforçou sua estrutura de governança e profissional para atuar com maior protagonismo no desenvolvimento do conhecimento, na defesa dos interesses da indústria, no aprimoramento do ambiente de negócios e marco regulatório, a partir das melhores e mais modernas práticas, com o benefício da ampla experiência de suas empresas associadas nos mercados brasileiro e globais. Com isso, demos outro passo decisivo no caminho para transformar o IBP num *think tank* do setor de óleo e gás. (IBP, 2016, p. 7, grifos nossos)

A agenda da indústria do Petróleo Gás e Biocombustíveis terá êxito na elaboração e implementação de algumas de suas propostas, o que denota uma maior atividade lobista do IBP a partir de então. Dentre as propostas formuladas nesta agenda, destacamos algumas mais atinentes aos interesses desta pesquisa. Primeiro, a proposta de Revisão da Cláusula de P D&I: para o IBP se a origem dos recursos é privada, o recurso ótimo seria deixar que as próprias empresas cuidassem da destinação destes recursos (dispensando a ANP desta “tarefa”), assim, “o IBP defende que esses recursos, de origem privada, continuem sendo administrados pelo setor privado, realimentando a indústria e atendendo às demandas” (IBP, 2014a, p.13). Além

---

<sup>76</sup> Distribuídas da seguinte maneira dentre universidades: UFRJ 10; USP 2; UNIFACS 2; UFSC 9; PUC-Rio 3; UFTPR 3; UFPR 1; UFCG 5; UFPE 1; UFRN 7; UERJ 3; UFBA 1; UFRGS 2. (IBP, 2014)

disso, o IBP será contrário a lei que criará do Fundo Social do Pré-sal para a saúde e educação. Defenderá, também, mudanças no Regime de Partilha e a extinção do operador único. Proporará um cronograma a médio prazo definido de rodadas de leilões de blocos de exploração. Todas estas pautas serão integrais ou parcialmente atendidas no governo Temer. Não obstante, o IBP continuará apostando na necessidade de formação e qualificação profissional para a área não dispensando a atuação do Estado (IBP, 2014a).

O gargalo da mão de obra no setor é, reconhecidamente, um problema mundial. O cenário atual mostra uma mudança no perfil profissional deste mercado e traz uma estimativa alarmante: em cinco anos, mais da metade dos profissionais ativos na indústria estarão aposentados. A carência por profissionais devidamente preparados para suprir os desafios tecnológicos e industriais é fator de preocupação do governo, empresas, universidades e sociedade. Por isso, há necessidade de maior cooperação entre estas esferas para o desenvolvimento e a capacitação em todos os níveis de ensino. (IBP, 2014a, p. 34)

Em 2015, no seu Relatório de Atividades, o IBP informa que apresentou ao governo um novo modelo de leilões e ainda, no início de 2016, entrou com recurso no STF a fim de impedir a criação de novos impostos sobre o petróleo criado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (IBP, 2015). Diante da possibilidade de apagão profissional, o IBP iniciará um programa de captação de jovens talentos para aquela cadeia.

Em um movimento itinerante e, no intuito de apoiar a indústria na demanda por novos profissionais, ampliamos o relacionamento com o público jovem (estudantes) através da nossa presença em universidades, berços de jovens potenciais futuros líderes. Para viabilizarmos estas ações, contamos com parcerias com empresas do setor, que nos permitiram otimizar custos e contar com grandes experts e executivos do setor (IBP, 2016, p. 29)

Ainda em 2016, pela primeira vez na história, o Presidente Michel Temer participará da Rio Oil and Gas (ROG). Neste mesmo ano, com grande lobby do IBP, o governo sancionará a lei 13365/2017 que extingue o operador único e retira a obrigatoriedade de a Petrobras participar da exploração de ativos no pré-sal (IBP, 2016). No ano seguinte, outras “vitórias” são

logradas pelo IBP<sup>77</sup>. A instituição de uma agenda de leilões de petróleo, a aprovação de diretrizes mais flexíveis para estes leilões e a flexibilização das regras do CL

Um passo importante em busca da competitividade da indústria e da cadeia de fornecedores foi a alteração na política de conteúdo local, medida que atrairá novos investimentos. O IBP contribuiu ativamente em conjunto com os seus comitês, gerando informações técnicas e pareceres para as consultas públicas e na participação em audiências para regulamentar o tema. (IBP, 2017, p. 11)

Em 2017, uma Nova Agenda de Prioridades é lançada mediante aquilo que seus dirigentes propõem de mudança na estratégia do Instituto: a de se tornar um *Think Tank*. Como principais temas do segmento de E&P, o IBP destaca: Manter a estabilidade das regras através de um ambiente de Segurança Jurídica, notadamente a Regulatória e a Tributária. Aprimorar e tornar mais célere e previsível o processo de Licenciamento Ambiental, mantendo a qualidade e segurança. Desenvolver um modelo de Conteúdo local baseado em incentivos, com regras mais simples, e que garanta a competitividade e a sustentabilidade do setor. Estabelecer um calendário regular de Rodadas de Licitação. Promover aprimoramentos no Modelo de Partilha. (IBP, 2017a, p.21)

O IBP organiza o maior evento de Petróleo e Gás da América Latina, o Rio Oil & Gas que, no ano de 2018 chegou a sua décima nona edição. Em determinado momento, ao abordar os desafios da educação nos tempos modernos, uma consultora do IBP afirmou

Lá uma importante iniciativa educacional fora tomada pelo IBP<sup>78</sup> potencializando sua estratégia de formação de força de trabalho para sua cadeia: A UNIBP.

---

<sup>77</sup> As empresas sócias- patrimoniais do IBP são: ABDIB, Braskem, Chevron Brasil Petróleo Ltda, Companhia Ultragaz S.A., Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Queiroz Galvão Exploração & Produção, Raízen Combustíveis, Repsol Sinopec, Shell Brasil Petróleo Ltda, Supergasbras Energia Ltda. Disponível: <https://www.ibp.org.br/quem-somos/empresas-associadas/> acessado em: 16/03/2019 as 01:23h.

<sup>78</sup> Ao final de 2018, o Conselho de Administração do IBP era composto pelas seguintes personalidades : Presidente - Hugo Repsold PETROBRAS; Conselheiros - Carla Lacerda ABEP; José Firmo IBP; Conselheiros Associados Patrimoniais- André Araújo SHELL BRASIL; Ivan de Sá Pereira Junior PETROBRAS DISTRIBUIDORA; Javier A. La Rosa CHEVRON BRASIL; Lauro Marcos M. B. Cotta SUPERGASBRAS; Leocadio de Almeida Antunes Filho IPIRANGA; Lincoln Rumenos Guardado QGEP, Marcelo de Oliveira Cerqueira BRASKEM, Nelson Roseira Gomes Neto COMGÁS, Solange da Silva Guedes PETROBRAS; Conselheiros Associados Setoriais- Carlos Tadeu da Costa Fraga PRUMO LOGÍSTICA Rogério Manso ENDURANCE ENERGIA; Conselheiros Eméritos: Eduardo Demarchi Difini CONSULTOR, João Carlos de Luca DE LUCA-ENERGY CONSULTING, Jorge Marques de Toledo Camargo CONSULTOR, Otto Vicente Perrone CONSULTOR, Paulo Guilherme

Outra novidade, também durante a Rio Oil & Gas, foi o lançamento da UnIBP, a primeira universidade do setor de petróleo, gás e biocombustíveis, que marca a transição de um modelo tradicional de capacitação para um formato de aprendizado contínuo, focado nas necessidades dos profissionais que atuam ou que desejem trabalhar na área.

“É um momento muito oportuno para uma mudança de metodologia, de ensino, de abordagem, em que a gente vai oferecer para a indústria uma possibilidade de capacitá-la nos seus recursos humanos. Eu, particularmente, acho que o grande desafio dessa retomada da nossa indústria vai ser o capital humano”, defendeu [Milton Costa Filho, Secretário-Geral do IBP]<sup>79</sup>.

Com efeito, a atuação do IBP no último período, em especial a partir de 2014, quando passa a organizar uma agenda de prioridades da indústria, faz com que esta instituição assuma de fato o papel de organizador das demandas dos setores coligados a cadeia de óleo e gás e é parte interessada nas políticas de qualificação e/ou educação profissional relacionadas a cadeia de óleo e gás e biocombustíveis que foram e que são implementadas. No entanto, a partir de 2014, o IBP percebe a possibilidade de tornar ainda mais rentável a mercantilização do conhecimento ali produzido, ao organizar uma “Universidade”, como estratégia de gerar mais receita para o instituto deste tipo de “produto e serviço” (IBP, 2017), cumprindo com isso, a partir, dois papéis: o de formador de lideranças da sua área e, agora, se tornando parte interessada nas disputas pelo mercado da educação superior.

Diferentemente da sugestão elaborada por Vasquinho (2018) de que o IBP assumiria o papel de partido político, na acepção gramsciana, da fração industrialista do setor de óleo e gás, a análise aqui delineada indica que este se trata de fato de um aparelho privado de hegemonia forte, historicamente importante e que tem assumido, diante das inflexões que recaem sobre o papel da PETROBRAS, especial centralidade nos embates atuais. Porém, o que a documentação analisada permitiu aferir é que o IBP, embora ocupe hoje o palco do debate acerca da exploração do petróleo, gás e produção de biocombustíveis, sendo um importante agente no reforço da nossa heteronomia no que diz respeito a política do petróleo, acaba por formular suas propostas mais no âmbito econômico-corporativo. Heteronomia esta que deve ser ainda mais reforçada se a agenda prioritária 2017 formulada pelo IBP obtiver o mesmo êxito da agenda anterior. O IBP tem logrado representar exatamente o interesse do capital estrangeiro nas disputas que

---

de Aguiar Cunha GRUPO ULTRA. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/quem-somos/conselho-diretoria/> acessado em: 15/03/2019.

<sup>79</sup> C.f. *IBP celebra seu 61º aniversário e o dia da indústria*. IBP. Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/noticias/ibp-celebra-seu-61-aniversario-e-o-dia-da-industria/> acessado em 07/03/2019 as 03:09h .

envolvem a exploração do petróleo e o papel da PETROBRAS. Todavia, este APH não se interessa por uma formulação mais orgânica e ideológica das demandas dos demais setores sociais, carecendo, portanto, nesta iniciativa, daquele momento ético-político, que se pretende “universal”, necessário ao partido político.

Com vistas a sistematizar o debate aqui realizado, destacamos alguns pontos fundamentais para a presente análise. Primeiramente o processo histórico de formação da duplicidade escolar no Brasil e a identificação de um importante instrumento empresarial a fim de intervir na formação profissional da classe trabalhadora: o CNI e seus braços SENAI e IEL. Em seguida, analisamos a elaboração ideológica que associa escola a desenvolvimento econômico e terá na Teoria do capital humano e teoria do capital social categorias centrais na produção de políticas afinadas a nova pedagogia da hegemonia. Assim, parcela do ideário caro ao social-liberalismo passa a determinar o sentido das contrarreformas propostas pelas classes dominantes e, com isso, efetua-se o empresariamento de novo tipo, conjugando às clássicas formas de empresariamento a hipertrofia do setor financeirizado com a necessidade de promover um consentimento majoritariamente passivo. Neste processo, no Brasil, as contrarreformas passam a ter o protagonismo do empresariado organizado em associações, seja organizando pautas mais amplas e incorporando as demandas (subalternizando-as) das demais frações de classe, como é o caso do TPE, seja organizando um determinado setor econômico e sua pauta econômica-corporativa a fim de produzir uma educação interessada, como nos parece ser o caso do IBP. Ambas terão, na educação profissional, importante centro de debate. Todavia, aqui aparece, majoritariamente, o projeto de uma formação profissional pouco qualificada, voltada ao trabalho simples, desarticulada e fragmentada, aligeirada, sem possibilitar a elevação deste trabalhador a níveis mais elaborados de qualificação para o trabalho e formação humana. Características estas que tendem a se tornar mais aguda em rápido período se seguirmos o curso das contrarreformas colocadas. No capítulo a seguir, será possível analisar elementos muito próximos ao que aqui fora descrito na oferta de qualificação profissional para a maior parte dos trabalhadores da cadeia de petróleo e gás, com especial atenção, às políticas de qualificação dos trabalhadores na região do COMPERJ.

## 5. - ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS DA EDUCAÇÃO PARA O CONSENSO DA CLASSE TRABALHADORA NO EMPREENDIMENTO DO COMPERJ.

No quinto, e último capítulo da presente tese, focalizamos a análise concreta de ações dos setores empresariais ligados ao petróleo (em sua extensa cadeia produtiva, que inclui construção civil, a grande privilegiada do PAC) para a “qualificação profissional” e formação de trabalhadores com vistas à ocupação dos postos de trabalhos ofertados pelo COMPERJ. A fim de demarcarmos importantes diferenças, procederemos principalmente à análise da aplicação de recursos dos programas da cadeia P&G destinados a capacitação profissional no âmbito do ensino superior e pós-graduação. Conforme é possível verificar existe uma gritante diferença de recursos empregados no Programa Nacional de Mobilização da Indústria do Petróleo e Gás - PROMINP entre a formação profissional (a do trabalho complexo, mesmo que primarizado) e a formação profissional para o trabalho simples.

Capitaneados pelo IBP e franqueados à sociedade política através do PROMINP vultuosos recursos públicos e de estatais serão destinados a estes objetivos. Esta empreitada também se configura pela expansão dos cursos aligeirados de Formação Inicial e Continuada como modo majoritário de (con)formação desta superpopulação relativa, por meio de cursos públicos e, principalmente, privados. A superexploração do trabalho também é evidente, e são ilustrados pelos indicadores sociais daquela região. No âmbito da sociedade civil, ressalta-se nesta análise, em particular, a construção do Centro de Integração do COMPERJ naquela região, mais especificamente em São Gonçalo, município com a maior densidade populacional daquela região (segunda maior do estado) e limítrofe a Itaboraí, sede do empreendimento.

Inspirados pela Teoria do Capital Humano e de todo arcabouço que conforma a nova pedagogia da hegemonia, os setores petrolíferos buscaram conformar, naquela região, um exército industrial de reserva com vistas a suprir aquilo que denominam como “abastecimento” daquele empreendimento, a saber: a força de trabalho. Todavia, além de esta não ser a única iniciativa do IBP (VASQUINHO, 2018; DOUGLAS, 2018) - através ou não do PROMINP- de conformação de uma sociabilidade afinada a seus interesses, também não será a única ação de responsabilidade social posta em prática na região do CONLESTE por ocasião do COMPERJ. Esta ideologia, produzirá uma iniciativa de *marketing social*- de acordo com um dos seus gestores (FONSECA MOREIRA, 2008) - o Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ) mediante a contínua oferta profissionalizante para a região de São Gonçalo e

Niterói, atendendo as demandas de “abastecimento de mão-de-obra” desde cursos profissionalizantes rápidos, como os de Formação Inicial e Continuada, até pós-graduações.

A propósito, o conjunto dos municípios afetados pelo COMPERJ formarão um Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense (CONLESTE) e passarão a discutir através dos prefeitos dos respectivos municípios, coletivamente, propostas para a o desenvolvimento daquela região. Diante a paralisação das obras do COMPERJ, o CONLESTE também teve a sua atuação comprometida.

Ademais, as duas distintas conjunturas ali percebidas, a saber, antes do aprofundamento da crise no Brasil em 2013/2014 e após esta crise, produzirão duas estratégias distintas do empresariado em suas iniciativas de “responsabilidade social”. A paralisação das obras do COMPERJ ocorreu no contexto da crise econômica mundial e de vertiginosa queda dos *commodities*, situação agravada pela “operação lava-jato”, contribuiu para o esvaziamento e a interrupção das atividades do CICOMPERJ, bem como de todas as outras atividades de responsabilidade social desenvolvidas pela PETROBRAS, revelando uma outra faceta destas iniciativas: o completo desinvestimento em iniciativas sociais exatamente no momento em que se tornam mais críticas as tensões sociais produzidas pelo empreendimento. Não obstante, importante que se note, as tensões sociais não eclodiram tão somente por causa da crise, ao contrário, elas foram constantes nas distintas fases do projeto nos seus mais diversos impactos: indo desde conflitos com a associação de moradores, a associação de pescadores locais, organizações ambientalistas etc., bem como nos seus próprios canteiros de obra onde desde o início ocorreram sucessivas greves, provocando um ambiente tenso que punha em conflito a expectativa da melhora de vida suscitada pelo megaempreendimento contra a dura realidade da superexploração do capitalismo dependente.

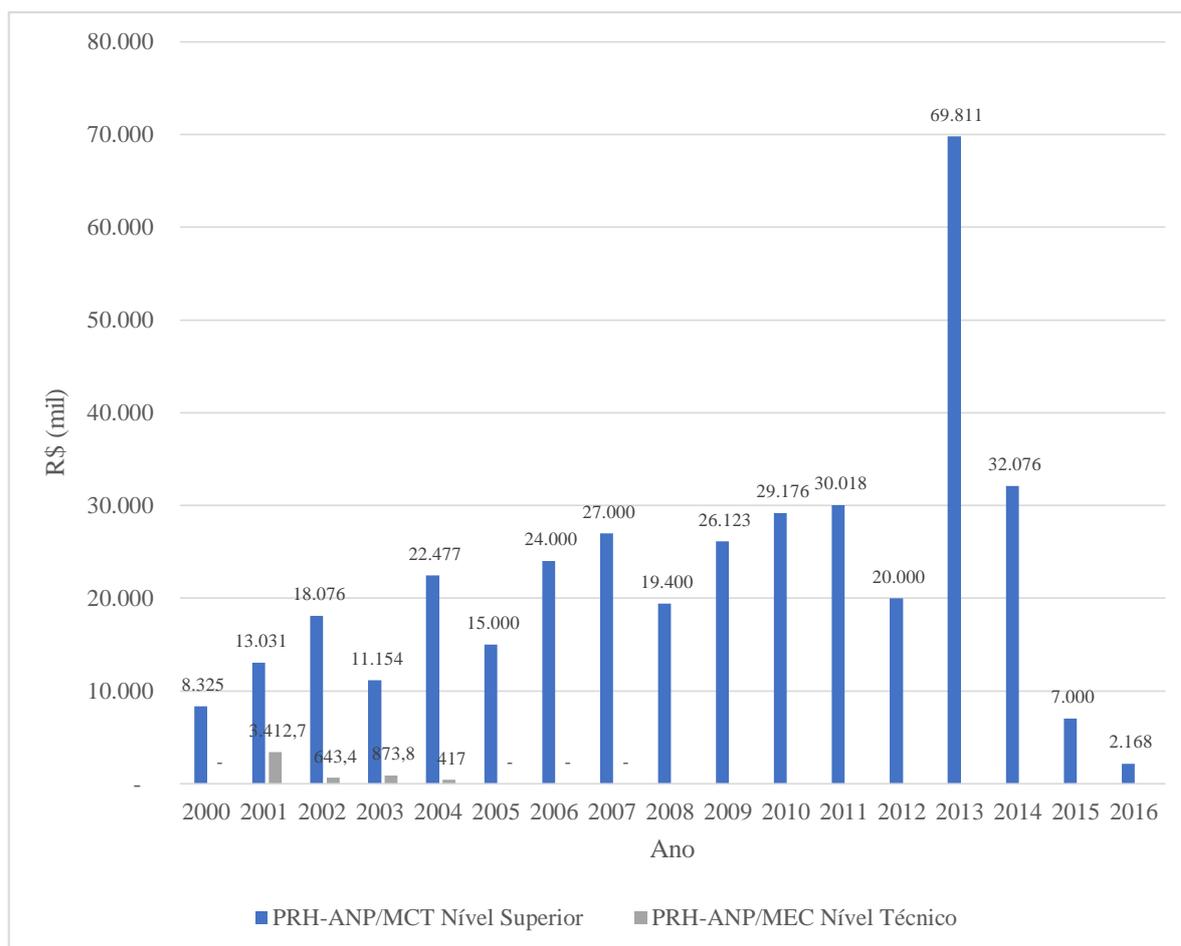
Ora, naquela localidade a determinação econômica se sobrepôs. Durante o período analisado, as diretrizes de “responsabilidade social” assumiram a conformação de investimento social que busca aferir resultados econômicos imediatos - e para tanto usa de toda uma econometria- para as iniciativas sociais (MOTTA, 2012). Objetivamos, pelo estudo do objeto específico, demonstrar uma das muitas estratégias do empresariado brasileiro- neste caso ligado ao setor do petróleo- para educar a classe trabalhadora.

### *5.1 A pedagogia do capital petrolífero na (con)formação da Classe trabalhadora.*

### 5.1.1 *Programa de Recursos Humanos da Agencia Nacional do Petróleo*

São diversas as iniciativas do setor petrolífero no Estado integral a fim de qualificar força de trabalho para si. Obviamente e já exposto no capítulo anterior (cf. cap. 4), o PRONATEC tem sido, nos últimos anos, o principal instrumento de empresariamento das políticas públicas ligadas à educação profissional, em nível técnico ou não, em prol das necessidades específicas de distintas frações do capital, indústria, serviços, agrícola, etc. Todavia, há uma série de outras iniciativas que, atuando no ensino superior, na pós-graduação ou mesmo na formação continuada, ensejam os mesmos objetivos e partilham de procedimentos muito parecidos. A *Agência Nacional do Petróleo* (ANP) mantém, neste sentido, uma iniciativa educacional denominada *Programa de Recursos Humanos* (PRH). Criado em março de 1999, o programa se destinava a “estimular” as instituições de ensino a oferecer especializações em temáticas e conhecimentos considerados estratégicos na área do petróleo. Entre 1999 e 2004, o PRH-ANP abrangia duas vertentes: uma voltada para profissionais de nível superior – PRH-ANP/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), incluindo graduação e pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), e outra voltada para nível técnico – PRH-ANP/MEC-Técnico. Atualmente, somente o PRH-ANP/MCTI está em atividade. Segundo dados disponíveis nos Anuários de Atividade da Agencia Nacional do Petróleo (ANP, 2010; 2018a), o total de recursos dispensados ao programa é de R\$ 380.180.996,00 no período de 2000 a 2016. O Gráfico 3 abaixo sistematiza os dados disponíveis nestes anuários, referentes aos recursos dos programas ano-a-ano e o total protagonismo da formação em nível superior e pós-graduação, em detrimento ao nível médio, programa descontinuado em 2003 que, mesmo quando existia, já recebia valores irrisórios se comparados aos valores destinados ao financiamento de programas de graduação e pós-graduação, os dados organizados em tabelas estão disponíveis na Tabela 9, no ANEXO 6.

**Gráfico 3 - Evolução dos investimentos realizados no programa de recursos humanos para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis (mil R\$) – PRH-ANP – 2000-2016.**



Fonte: ANP/CTC. Gráfico organizado pelo autor.

Segundo a ANP, estes programas de ensino superior mantêm a sua autonomia, mas recebem orientação técnica da agência. Até 2018, a ANP considerava ter tido expressivo sucesso com o programa, ilustrados com os 600 prêmios recebidos (dentre nacionais, internacional e da própria Petrobrás), 5500 publicações científicas e mais de 2000 bolsistas inseridos no mercado de trabalho. Ao longo do tempo foram lançados cinco editais diferentes, possibilitando o funcionamento de 55 programas em 32 universidades, distribuídas por 16 estados da Federação. Ora, tal e qual Silva (2018) percebera ao analisar as políticas engendradas a partir da criação do MCTI, aqui também se identifica um novo padrão de financiamento para as pesquisas científicas, voltadas para a Pesquisa, o Desenvolvimento e Inovação, através das parcerias-público-privadas. Com isto, os processos de formação e de produção científica podem sofrer influência de imperativos particularistas do mercado. Os programas de formação são diversos e podem afirmar perspectivas distintas: desde maior

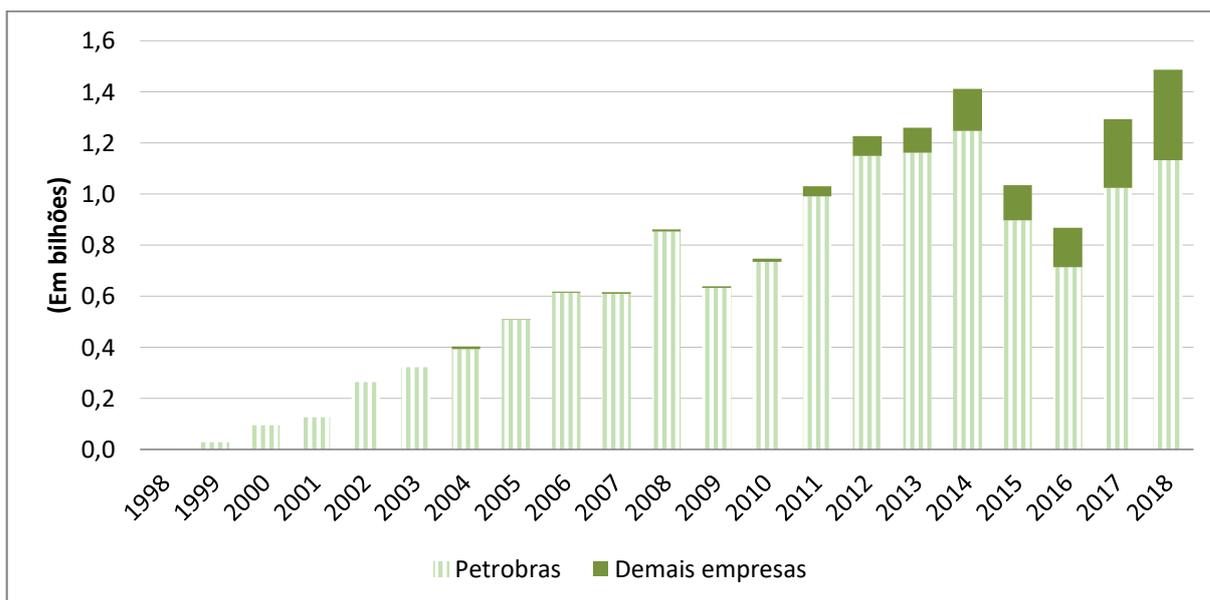
soberania tecnológica no setor de petróleo e gás, como é o caso do Pré-Sal, até processos de formação mais restritos, o que poderia reforçar a condição cultural heteronômica no Brasil. O Programa de Recursos Humanos da ANP está inscrito nessas contradições. Este caso também revela um ponto interessante. Embora o empresariamento de políticas educacionais e científicas tenha no MEC e MCTIC seus *loci* privilegiados de operação, não ocorrem tão somente nestes setores do Estado restrito. Agências, outros Ministérios, Empresas Estatais públicas ou Mistas, todas elas são passíveis de operar políticas nestes mesmo sentido.

O programa, em questão, é uma realização da ANP com parceria da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), petrolíferas e instituições de ensino superior públicas e privadas. Já os recursos deste programa são oriundos das obrigações firmadas entre as petrolíferas e a ANP para investimentos em PD&I<sup>80</sup>. Conforme é possível observar no Gráfico 4 a seguir, até o 3º trimestre de 2018, o montante de recursos gerados em obrigações das petrolíferas em PD&I acumulava 14,84 bilhões. Deste montante, a PETROBRAS fora responsável por 91% das obrigações, ou 13,5 bilhões. Se a participação das demais empresas é ainda pequena, vale destacar que, em especial, após 2014 elas vêm aumentando a sua importância. Na tabela 8 constante no ANEXO 2, é possível perceber que no rótulo as “demais empresas” são compostas, majoritariamente por multinacionais do Petróleo que atuam na exploração no Brasil. Já a composição de ação de cada bloco de exploração licitado pode ser observada na Figura 11, constante no ANEXO 7. Em vistas dos valores envolvidos percebe-se que o PRH recebe parcela pequena daquilo que é destinado à pesquisa pelos contratos operadora/ANP.

*Gráfico 4 - Obrigações Geradas Consolidadas por ano até 3º Trim. /2018 (Em bilhões de reais)*

---

<sup>80</sup> Informações extraídas no sítio da ANP, em especial, nas seguintes páginas: <http://www.anp.gov.br/noticias/1766-anp-inicia-comemoracao-dos-10-anos-do-programa-de-recursos-humanos-prh-anp> acessada em: 26/02/2019 as 20:15 h; <http://www.anp.gov.br/noticias/4981-publicado-edital-prh-14dez2018> acessada em: 26/02/2019 as 20:16 h e; <http://www.anp.gov.br/pesquisa-desenvolvimento-e-inovacao/prh-anp-programa-de-formacao-de-recursos-humanos> acessada em: 26/02/2019 as 20:17 h



Fonte: Sigepe, SPG/ANP e SPD/ANP

Ainda no final de 2018 e início do ano corrente encontrava-se aberto novo edital do programa com previsão de oferta de 1000 bolsas dentre graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além da previsão da taxa de bancada, segundo Edital 01/2018 (ANP, 2018). Os valores da bolsa são discriminados na tabela a seguir<sup>81</sup>. Dos 55 programas contemplados pelo edital, 54 são de instituições públicas, sendo que 9 destes programas são ligados a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A única instituição privada contemplada é o Centro Integrado de Manufatura Tecnologia (CIMATEC) ligada ao SENAI, a listagem completa das Universidades contempladas consta no ANEXO 8.

**Tabela 3- Valores das Bolsas Oferecidas pelo Programa de recursos Humanos da ANP segundo edital**

TIPOS DE BOLSAS	SIGLA	PERÍODO MÁXIMO (Meses)	VALOR MENSAL
Graduação (a partir do 5º período, inclusive)	GRA	24	R\$ 600,00
Mestrado	MSc	24	R\$ 2.230,00
Doutorado	DSc	48	R\$ 3.280,00
Pós-Doutorado	PDSc	12	R\$ 6.110,00
Coordenação <sup>(1)</sup>	COO	60	R\$ 2.800,00

<sup>81</sup> Mais uma vez, a título de comparação, seguem valores das Bolsas CNPq: Graduação: R\$ 400, 00; Mestrado: R\$ 1.500,00; Doutorado: 2.200, 00; e, por fim, Pós-doutorado: R\$ 4.100 a 4.400. Ora, de forma grosseira mas não tão imprecisa, é possível dizer que as bolsas da ANP são 50 % superiores as Bolsas CNPq, representando uma forma de se atrair os melhores alunos para as demandas do setor petrolífero.

Pesquisador Visitante <sup>(1)</sup>	PV	30	R\$ 7.750,00
Apoio Técnico <sup>(1)</sup>	AT	60	R\$ 820,00

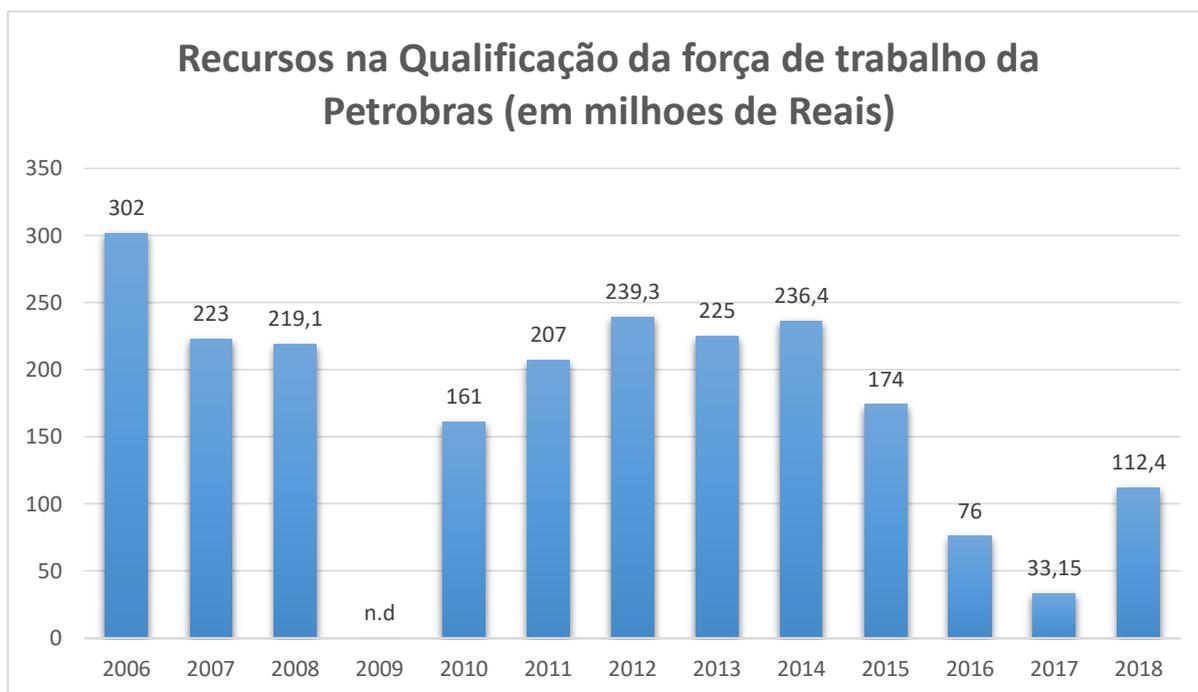
Fonte: Edital 01/2018 (ANP, 2018).

Ora, diante ao montante dos valores empregados pela ANP no Desenvolvimento Pesquisa & Inovação afeitas aos interesses do capital petrolífero é certo que isto tem impacto na organização das pós-graduação para além daquelas áreas de conhecimento ali imediatamente beneficiadas. Em uma conjuntura de recessivos cortes e ajustes orçamentários que atingiu distintas áreas e também o MCTI (desde o governo Temer o MCTIC foi fundido com o da Comunicação) este tipo de parceria hipertrofia uma determinada grande área da produção científica (geologia, engenharias, química, informática... voltadas para a cadeia de petróleo e gás)<sup>82</sup>. Em virtude do esvaziamento orçamentário do CNPq e, também, da FINEP, as pesquisas sobre a realidade social e a cultura passam a se desenvolver em maior restrição.

Outra iniciativa do setor petrolífero, neste caso da PETROBRAS, para a formação de sua própria força de trabalho com cursos de qualificação presenciais e à distância em distintos níveis e temas, onde a Inauguração da Universidade PETROBRAS, no Rio de Janeiro, localizado no Bairro Cidade Nova, é um dos marcos deste processo. Atualmente a empresa mantém sua política de formação inicial e continuada do seu quadro profissional por intermédio da Universidade PETROBRAS. Os valores destinados a esta formação totalizaram R\$ 2,2 bilhões, no período analisado e descontado o ano de 2009, eles podem ser observados no gráfico 5 abaixo e esta qualificação tem como maior objetivo, segundo Relatório de Atividade da PETROBRAS 2018, conferir capital humano a seus funcionários ou, mais especificamente, capital intelectual.

**Gráfico 5-** Recursos destinados pela PETROBRAS na qualificação de sua própria força de trabalho.

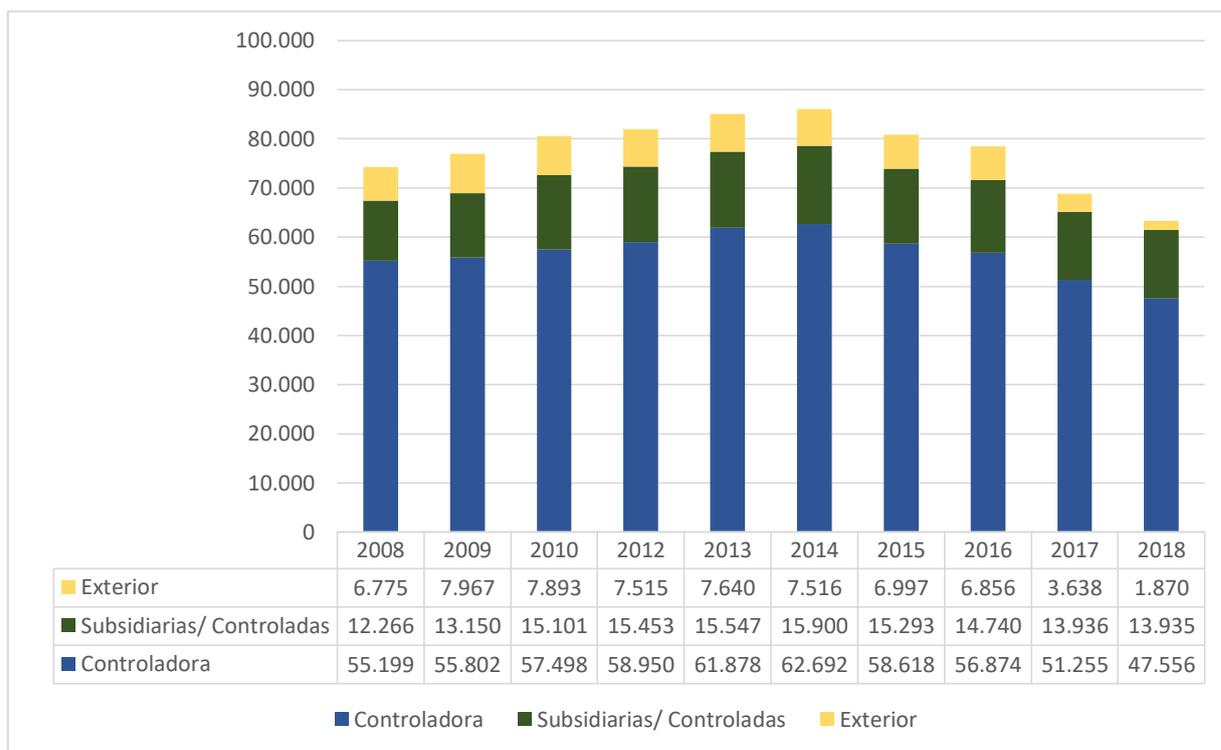
<sup>82</sup> Segundo matéria do Jornal o Estado de São Paulo em matéria do dia 10 de agosto de 2018, o Brasil pode sofrer um apagão científico em 2019 devido à falta de verbas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/08/cnpq-e-finep-alertam-para-dificuldades-por-cortes-no-orcamento-de-2019.shtml> acessado em 10/03/2019 as 01:24h; ver também, Revista Exame: “Pesquisa não terá mais verba em 2019”, matéria do dia 09 de agosto de 2018. Disponível em [https://exame.abril.com.br/brasil/pesquisa-nao-tera-mais-verba-em-2019-diz-cnpq/?fbclid=IwAR2J\\_wm1IE-hpJfDh5JnTtkhrPVzNqptNIs\\_2d468qYVFubs0y8cblHpWas](https://exame.abril.com.br/brasil/pesquisa-nao-tera-mais-verba-em-2019-diz-cnpq/?fbclid=IwAR2J_wm1IE-hpJfDh5JnTtkhrPVzNqptNIs_2d468qYVFubs0y8cblHpWas) acessado em 10/03/20019 as 01:25h.



Fonte: Relatórios de Atividade PETROBRAS de 2006 a 2018. Gráfico organizado pelo autor.

A composição da força de trabalho da PETROBRAS no Brasil e no exterior e suas subsidiárias está representada no gráfico 6. O pico de funcionários dá-se no ano de 2014. A partir daí percebe-se um declínio no quantitativo de trabalhadores da empresa, quando a empresa lançará um Plano de Incentivo a Demissão Voluntária (PIDV) (PETROBRAS, 2014). A partir de 2016, este declínio é notavelmente sentido na alocação de recursos humanos da estatal no exterior. Para o ingresso na empresa, faz-se necessário a realização de um concurso público e o ingresso se dá mediante um curso inicial de formação, haja vista que muitos destes recém-egressos podem não ter qualquer vínculo anterior com a indústria do petróleo.

**Gráfico 6-** Total de Trabalhadores da PETROBRAS e subsidiárias por alocação.



Fonte: PETROBRAS, 2018. Gráfico organizado pelo autor

Outro programa de incentivo a qualificação profissional na área do petróleo, mantido pela PETROBRAS em parceria com a ANP é o Programa PETROBRAS de Formação de Recursos Humanos (PFRH). Iniciado em 2010, este programa atua nos mesmos moldes da PRH- ANP, selecionando, em entidades credenciadas, projetos para o financiamento de bolsas de pesquisa acima do valor do mercado. Não foi possível rastrear os investimentos destinados a este programa, haja vista não estar discriminado nos Relatórios de Atividades Anuais as despesas atinentes a este programa. Contudo, o Relatório de Atividades da PETROBRAS de 2013 afirma que foram gastos naquele ano R\$ 9 milhões com este programa (PETROBRAS, 2013). No Relatório do ano seguinte, em 2014, a empresa afirma ter gasto a cifra de R\$ 200 milhões (PETROBRAS. 2014).

O sítio da PETROBRAS<sup>83</sup> divulgou, em 2014, nota sobre o sucesso destes programas para a composição de sua força de trabalho complexo:

E esta demanda tem sido atendida tanto pelos competitivos processos seletivos, que capturam jovens talentos de todo o Brasil para a empresa, quanto num arrojado processo de capacitação interna.

<sup>83</sup> Disponível em : <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados-1/cenpes-tecnologia-para-superar-desafios-em-60-anos-de-petrobras.htm> acessado em 10/03/2019 as 01:50 h.

Entre 2008 e 2012, a relação de candidatos por vaga nos processos seletivos para engenheiros de petróleo foi da ordem de 140, enquanto na área de geociências foi da ordem de 50. Cerca de 20% dos 660 geólogos que ingressaram nos últimos dez anos nestes processos seletivos já vieram com titulação de mestrado ou doutorado, enquanto cerca de 15% dos 340 geofísicos que ingressaram nos últimos já possuíam mestrado ou doutorado. Na função de engenharia de petróleo, algo entre 10 e 20% dos selecionados que ingressam nos nossos cursos de formação têm titulação de mestrado ou doutorado.

A continuada política de treinamento dos empregados no Brasil e no exterior permite que a nossa área de Exploração e Produção conte hoje com nada menos do que 300 mestres e 75 doutores atuando nas áreas de geologia, geofísica, engenharia submarina, engenharia de poços, especialistas em meio ambiente, engenheiros de equipamentos, engenheiros navais, entre outros.

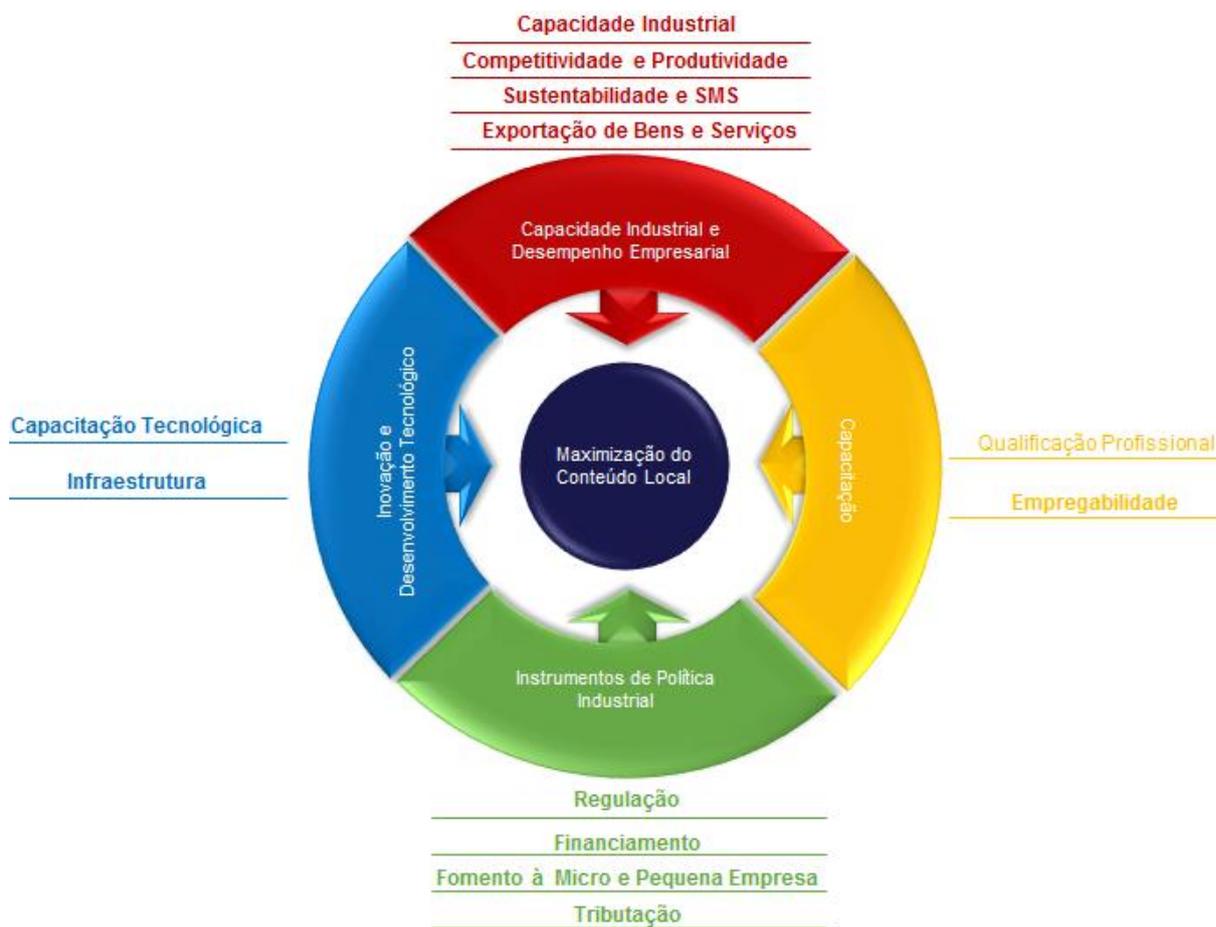
Da mesma forma, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), nossa unidade voltada para a pesquisa, desenvolvimento e engenharia básica, possui 50 anos de história, e é um dos maiores complexos de pesquisa aplicada à indústria de energia do mundo. É responsável pela coordenação das atividades de pesquisa, desenvolvimento e engenharia básica na PETROBRAS e também pela articulação com instituições parceiras no desenvolvimento tecnológico.

Atualmente o Cenpes conta com um efetivo de 1950 profissionais, onde 1336 tem nível superior, sendo 626 bacharéis, 466 mestres e 244 doutores e pós-doutores. Dentre esses profissionais, 677, onde 60% são mestres, doutores e pós-doutores, estão atuando diretamente em mais de 100 projetos visando à superação dos desafios tecnológicos do pré-sal. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento dessa carteira desde 2008 já somam US\$ 566 milhões e até 2018 serão investidos mais US\$ 474 milhões.

### *5.1.2 O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP).*

Do outro lado da balança se encontra o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), que foi lançado em 2003, através do Decreto 4925 de 19 de dezembro, cujo “intuito” seria lançar o Brasil a um patamar de concorrência internacional nas áreas de petróleo e gás. Como eixo central, busca-se a maximização do conteúdo local na área de petróleo e gás e dentre os distintos objetivos estratégicos encontra-se o de aprimorar a qualificação profissional do setor de petróleo e gás, através de parcerias com entidades de ensino profissionalizantes. Os temas estratégicos podem ser observados na Figura 6 que segue

***Figura 6- Temas Estratégicos do PROMINP.***



Fonte: sítio do PROMINP. Disponível em: [http://www.PROMINP.com.br/PROMINP/pt\\_br/conteudo/temas-estrategicos.htm](http://www.PROMINP.com.br/PROMINP/pt_br/conteudo/temas-estrategicos.htm) acessado em: 07/03/2018 as 18:08 h.

O decreto 4925 estabelece a estrutura do programa que se constitui por três “níveis de gestão”. O Comitê Diretivo é formado pelo Ministro das Minas e Energia que coordenará o programa; pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; pelo presidente da PETROBRAS; pelo presidente do BNDES; por um Diretor da PETROBRAS; pelo presidente do IBP; pelo Diretor-Geral da ONIP. Dentre as atribuições deste Comitê, estão: estabelecer as estratégias de desenvolvimento do programa; determinar as diretrizes de gestão e aprovar a carteira final de projetos; aprovar os indicadores de desempenho; aprovar o orçamento e as fontes de recurso; e designar o Coordenador Executivo. Já o Comitê Executivo será formado por: um representante do MME; um representante do MDICE; pelo Gerente Executivo de Engenharia da PETROBRAS; pelo diretor do BNDES; pelo Diretor do IBP; pelo Diretor da ONIP; pelo Presidente da CNI; pelo Presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE); pelo Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB); pelo Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI); pelo Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e

Equipamentos (ABIMAQ); pelo Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE); pelo Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal (ABITAM); e pelo Presidente do Sindicato Nacional da Indústria Naval e Offshore(SINAVAL). A este Comitê compete as seguintes atribuições: indicar as fontes de recurso; propor e revisar indicadores de desempenho; validar, prioriza, acompanhar e avaliar a carteira de projetos; designar os coordenadores dos projetos; e aprovar cumprimento das metas dos projetos. Além destes, há os Comitês Setoriais que se subdividem em: Comitê Setorial I - Exploração e Produção; Comitê Setorial II – Transporte Marítimo; Comitê Setorial III- Abastecimento; Comitê Setorial IV- Gás Natural, Energia e Transporte Dutoviário; e Comitê Setorial V – Indústria de Petróleo e Gás Natural. Dentre as competências destes comitês setoriais estão: propor, acompanhar o desenvolvimento, controlar as metas e implantar projetos; validar propostas de alocação de recursos; gerenciar os recursos alocados; indicar os coordenadores dos projetos; e controlar os indicadores de desempenho. O Ministro das Minas e Energia poderá autorizar a designação de novos membros para compor o Comitê Executivo, bem como instituir novos comitês Setoriais.

Ora, conforme podemos inferir, a presença maciça de “associações de classe” das frações das burguesias ligadas ao setor de petróleo e gás é notada em distintos comitês, em especial o comitê executivo que tem a real competência pela proposição de projetos, alocação e captação de recursos, dentre outros. Além disso, no Comitê Diretivo, além da PETROBRAS, o IBP e a ONIP têm representação garantida. Em suma, este é um programa capitaneado pelos empresários da cadeia de petróleo e gás.

No que tange às iniciativas educacionais, e na conformidade com a teoria do capital social, elas estão alocadas na câmara setorial de abastecimento, responsável pela otimização na oferta de recursos, neste caso, dos “recursos humanos”. “Por meio do engajamento entre governo, operadoras, associações de classe, instituições financeiras, prestadores de serviço, entidades de ensino, e de toda a cadeia produtiva de petróleo e gás”<sup>84</sup>. Estas intenções se sistematizarão na iniciativa de nome Programa Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), criada em 2006.

No que diz respeito à qualificação profissional, o PROMINP atuou em cinco frentes: (i) indução nos currículos de engenharia de maior

---

<sup>84</sup> Disponível em: [http://www.prominp.com.br/prominp/pt\\_br/conteudo/sobre-o-prominp.htm](http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/sobre-o-prominp.htm), acessado em 04/06/2017 às 22:16.

conteúdo projeto; (ii) aceleração do fluxo de informações para as diferentes empresas que atuam na cadeia de petróleo e gás por meio de acordos de transferência entre empresas e universidades; (iii) maior intercâmbio de profissionais locais com empresas de engenharia do exterior; (iv) criação de incubadoras nas universidades visando reforçar competências do setor e; (v) formação de clusters locais associando o desenvolvimento de cursos locais com as demandas por investimentos do setor. (LEÃO, 2017, s.n.)

O PROMINP ainda produziu estudo a fim de propor reformulação nos indicadores de produção acadêmica hoje vigentes no Brasil, a ideia era beneficiar os Relatórios de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (RP&DT) em relação aos *papers*, vistos pela indústria do petróleo como sobrevalorizados nesta equação. O projeto em questão fora executado por um grupo de professores da COPPE/UFRJ e patrocinados pela PETROBRAS e PROMINP. Afirmava que era necessário reforçar esta prática, de emparelhar publicações, *papers*, patentes e teses com as demandas da indústria com os RP&DT, afirmando que tal prática alavancara a industrialização de países como Japão e Coréia do Sul (FONSECA, 2013).

De acordo com o relatório de Atividades da Petrobrás de 2007, boa parte do PROMINP, em especial sua política de qualificação profissional é basicamente custeada com recursos públicos, com grande participação da PETROBRAS

A PETROBRAS participa ativamente de iniciativas destinadas a formar e qualificar mão-de-obra no segmento de petróleo e gás, garantindo assim a disponibilidade de profissionais capazes de dar suporte a seus projetos e planos de investimento nas empresas prestadoras de serviço. Como parte desta estratégia, é a principal parceira do governo federal no Plano Nacional de Qualificação, que faz parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP). Até o final de 2007, a Companhia investiu R\$ 40 milhões no projeto.

O Plano oferece bolsas-auxílio e cursos gratuitos em 80 instituições de 17 estados e capacitará, até 2009, 112 mil profissionais de 175 especialidades, do nível básico ao superior. Mais de 25 mil alunos já concluíram ou estão participando de cursos. Com recursos totais de R\$ 300 milhões, o PROMINP é financiado também com verbas do Fundo do Amparo ao Trabalhador, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, e do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. (PETROBRAS, 2007)

Segundo disposto no próprio sítio eletrônico do programa, algumas carreiras em especial são as mais demandadas pela indústria de petróleo, gás e biocombustíveis, em distintos níveis de escolaridade (fundamental, médio/técnico e superior). Essas 185 carreiras são dispostas em doze grandes áreas distintas e foram organizadas no Quadro 6, constante no ANEXO 9. Então os recursos da PETROBRAS seriam reservados para o uso de empresas que, mediante prognóstico de investimento das operadoras, estimava a expansão do mercado de trabalho. Frente esta estimativa de demanda por qualificação por parte das empresas privadas, o recurso da PETROBRAS, gestado pelo braço educacional da CNI, também privado, serviria para a estruturação e financiamentos das qualificações. Ao final do processo, havia a expectativa de contratação de parcela dos egressos. De acordo com a faceta humanizada do capital, isso significava apostar na qualificação de pessoal como forma de garantir a empregabilidade, adicionando capital humano ao trabalhador desempregado ao mesmo tempo que atacava um “gargalo” do desenvolvimento. A nosso ver, trata-se mais diretamente de formação de um exército industrial de reserva no capitalismo dependente. De acordo com o Relatório de Gestão do Ministério de Minas e Energia de 2013 o PNQP funcionava da seguinte forma.

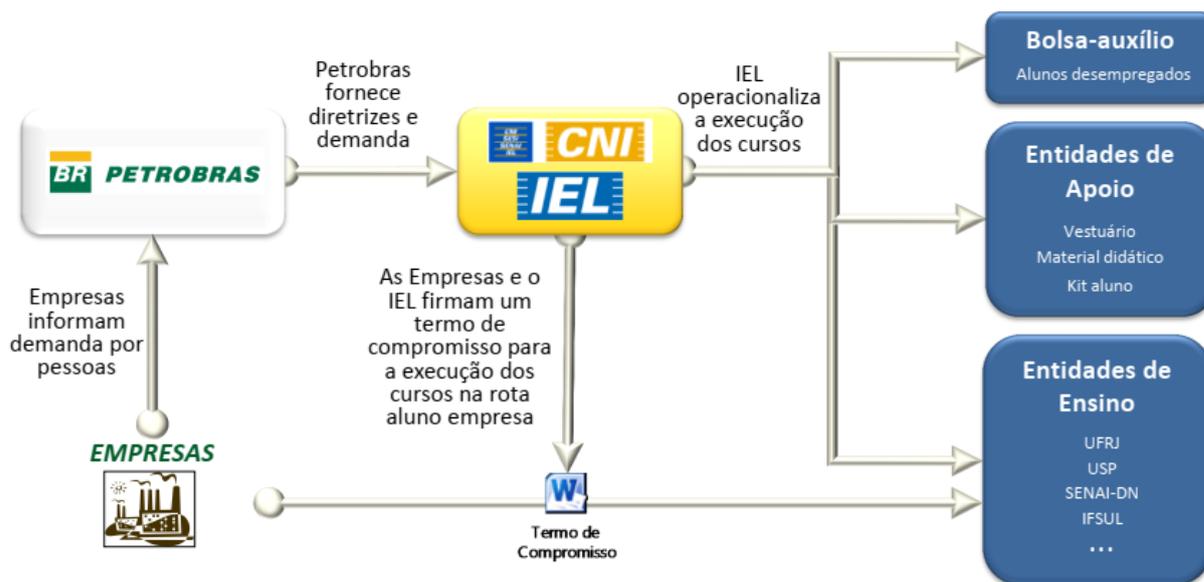
As operadoras, por exemplo, forneceram informações sobre seus planos de investimentos para que a indústria pudesse estimar as demandas de profissionais qualificados para a implantação destes projetos. De forma complementar, as empresas demandantes dessa mão de obra informaram os perfis de entrada (escolaridade + experiência profissional) e de saída (habilidades requeridas) dos alunos do PNQP, que são exigidos dos trabalhadores do setor. Entidades de ensino atuaram na estruturação dos cursos e na estimativa dos respectivos custos. A PETROBRAS e órgãos do governo atuaram em conjunto na identificação e viabilização de fontes de recursos para o financiamento do plano.

[...]

Nesta perspectiva, para a estruturação e execução dos cursos de qualificação profissional foram convidadas: as universidades públicas federais, para os cursos de nível superior; os institutos federais, para os cursos técnicos e de nível médio; o SENAI, para os cursos de nível básico; e a Fundação Cesgranrio para o processo seletivo. (MME, 2013, p. 13)

A Figura 7 abaixo ilustra de forma esquemática a operacionalização do PNQP. O PNQP tem no Instituto Euvaldo Lodi, ligado a CNI, a sua entidade âncora, responsável sua operacionalização.

**Figura 7- Operacionalização do PNQP- Esquema Simplificado.**



Fonte: PROMINP, 2013.

Dois tipos de aluno são atendidos pelo PROMINP, o denominado *aluno-público*, onde o processo de seletivo é público e ao candidato cabe cumprir com os pré-requisitos exigidos para participar do edital de seleção, neste caso todo o curso é custeado (inclusive a ajuda de custo ao aluno) pelo PROMINP com recursos de parte da cláusula de contrato DP&I da PETROBRAS com a ANP, o curso será executado, neste caso, de acordo com o planejamento previsto no diagnóstico realizado pelo PROMINP. Outro tipo de aluno é o *aluno-empresa*, onde o candidato à vaga no curso deve ser indicado por uma empresa associada. Esta indicação pode ser tanto de funcionário já contratado (*aluno-empresa contratado*) ou de candidatos ao cargo (*aluno-empresa indicado*). Neste caso, o curso é custeado metade pela empresa e a outra metade pelo PROMINP, novamente com recursos oriundos, basicamente, da PETROBRAS. Neste segundo caso, a execução do curso ocorrerá de acordo com a demanda da empresa, podendo inclusive ser um curso no próprio local de trabalho. Caso o curso se destine ao *aluno-público* o PROMINP ainda se responsabiliza pelo pagamento de uma Bolsa-auxílio aos alunos desempregados que varia entre R\$ 300,00 a R\$ 900,00 a depender da escolaridade (MME, 2013) e estabelece como meta a contratação de 60% dos alunos que participaram de suas qualificações (PROMINP, 2013). Todavia, segundo o próprio PROMINP, nem mesmo este modesto objetivo fora alcançado, de acordo com Relatório Final de Projeto do PROMINP “Desenvolver programa de inserção de Pessoas sem experiência na Indústria de Petróleo e Gás (IND P&G-74) que destaca “ainda, a baixa eficiência na inserção dos egressos do PNQP (Plano Nacional de Qualificação Profissional) nos empreendimentos do setor de Petróleo e Gás Natural

sinalizada pelo acompanhamento dos alunos egressos do PROMINP também ressalta a urgência por ações para reverter este quadro” (PROMINP, 2013a, p.2).

Em 2013, o PROMINP estruturou a proposta de ampliação do Projeto “Gerando Futuro”. Este projeto tinha ocorrido, em piloto, na cidade de Três Lagoas (MS), Uberaba (MG) e São Sebastião (SP) e partiu do diagnóstico de que a educação básica anterior a qualificação precisava ser reforçada a fim de aprimorar os próprios cursos do PROMINP. Esta conclusão se deu após, no Edital lançado em 2010, a média da nota em matemática ser de 3,8 e o índice de vagas não preenchidas ser de 40% (PROMINP, 2013c.). O projeto em questão se destinava a jovens de 16 a 19 anos que iriam receber aulas de reforço em português e matemática acompanhados de vale-transporte, alimentação no local, uniforme, material didático e um auxílio de R\$ 100, 00. O relatório final do projeto propunha a sua expansão para, além das cidades supracitadas, as seguintes: Seropédica (RJ), Natal (RN) e Itaboraí, o projeto estava orçado na ordem de R\$ 12.367.000,00 (PROMINP, 2013c).

De acordo com o relatório IND P&G- 74 o maior problema da absorção da força de trabalho formada pelo PNQP seria a exigência, por parte da PETROBRAS, de experiência mínima para a contratação. Isso fazia com que suas prestadoras de bens e serviços acabassem por interpretar essa exigência como “regra contratual” Assim, segundo o relatório

Com essa “regra contratual”, os egressos do PNQP/PROMINP não tinham chance de se inserir no mercado de trabalho da cadeia de P&G, uma vez que os cursos ofereciam a eles a qualificação necessária, mas eles não conseguiam transpor a barreira da experiência profissional mínima.

Desse modo, esses profissionais ficavam desempregados ou se inseriam no mercado de trabalho em outros tipos de indústria. (PROMINP, 2013a, p.4).

O Relatório Final do projeto ABAST-33 “Inserção de Pessoal Qualificado, sem experiência profissional, na manutenção industrial do abastecimento- refino” percebendo a dificuldade de absorção de parcela destes trabalhadores irá sugerir a criação do “profissional iniciante” e a adição de uma cláusula de contrato da PETROBRAS com suas prestadoras de um percentual deste profissional. Este profissional deverá ter sido formado pelo PROMINP sendo o seu salário o praticado pelo mercado para a contratação de pessoas com pouca ou nenhuma experiência profissional, por um determinado período de tempo. Após este período, a prestadora de serviços à PETROBRAS poderá decidir se mantém o profissional em seus quadros ou o

demite. Em caso de permanência “seus vencimentos serão corrigidos para que se tornem compatíveis com a sua ocupação e tempo de experiência” (PROMINP, 2008). Estas medidas que se restringiam ao refino, irão ser espalhadas por toda a cadeia de petróleo e gás por intermédio do IND P&G-74 que propará definir estratégia de flexibilização nos contratos da PETROBRAS e incorporar a figura do *professional trainee*. Todavia, segundo o próprio relatório, a execução desta estratégia será transferida para o Projeto IND P&G 81, em conformidade com a decisão tomada pelo Comitê Executivo do PROMINP na reunião do dia 17/01/2013 (PROMINP, 2013a). Infelizmente, o relatório final do referido projeto não foi tornado público e que impossibilitou o seu acesso.

Afim de avaliar o percentual de “empregabilidade” dos egressos do PNQP, o PROMINP realizou pesquisa de questionário estruturado, por amostragem, com alunos formados entre 2011 e 2012. Para tanto, foram contatados 6077 alunos para o preenchimento do questionário. Todavia, apenas 473 responderam, ou seja, 8% do universo da amostra (PROMINP, 2013a). Os resultados estão expostos no Quadro abaixo que separa as informações através de três variáveis: gênero, Idade e escolaridade. Diante do levantamento feito pelo próprio PROMINP, o seu público alvo é constituído majoritariamente de homens jovens com escolaridade entre o ensino fundamental e médio, que chegam a compor 94 % dos respondentes dos questionários.

***Quadro 3 – Perfil dos egressos do PROMINP respondentes do Questionário.***

Sexo	Quantidade	%
Masculino	376	79%
Feminino	97	21%
Total	473	100%

Fonte: Coordenação do Prominp – Gerência de Capacitação Profissional da Indústria – GAPRE/CPI - Data: Nov/2012

Idade	Quantidade	%
Até 30	274	58%
31 a 50	179	38%
>50	20	4%
Total	473	100%

Fonte: Coordenação do Prominp – Gerência de Capacitação Profissional da Indústria – GAPRE/CPI - Data: Nov/2012

Nível	Quantidade	%
Básico	256	54%
Médio	188	40%
Técnico	16	3%
Superior	13	3%
Total	473	100%

Fonte: Coordenação do Prominp – Gerência de Capacitação Profissional da Indústria – GAPRE/CPI - Data: Nov/2012

Extraído de IND P&G 74 (PETROBRAS, 2013a.)

Esta pesquisa ainda cruzou os dados do CAGED com os 55.948 alunos formados pelo PROMINP até setembro de 2012, este cruzamento indicou um índice de absorção geral do aluno egresso do PROMINP em 75 %; sendo que, deste percentual, 52% estão empregados na indústria P&G o que conforma um índice final de absorção de egressos do PROMINP pela indústria P&G de 39% do universo total. Bem abaixo, portanto, da meta estipulada pelo PROMINP.

Diante do exposto, é possível analisar que boa parte dos formados no PROMINP destinam-se a ocupações onde é exercido o trabalho simples, cujo perfil principal é o homem, jovem com baixa escolaridade. Ao final deste percurso, um pouco mais que um terço (39%) conseguiu obter um emprego formal na cadeia de petróleo e gás e, quando conseguem, é um emprego terceirizado. A tabela abaixo aponta para um perfil parecido com relação aos trabalhadores formados pelo PROMINP no Estado do Rio de Janeiro. Dividido sobremaneira em dois setores de atividade (Construção Civil e P&G), o grosso dos egressos dos cursos PROMINP são trabalhadores com baixa escolaridade, 11 anos no máximo, onde os alunos cujo nível de escolaridade correspondem ao ensino fundamental mais médio atingem o percentual de 82 % dos capacitados, indicando um maior esforço para a formação do trabalho simples.

Todavia, é de se notar, que, no Estado do Rio de Janeiro, o PROMINP se preocupou com a formação de trabalhadores mais qualificados, cujo nível de escolaridade equivale ao superior, aqui atingindo o percentual de aproximadamente 12% do total de trabalhadores qualificados, não obstante nenhum destes cursos superiores terem sido oferecidos na sede do Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ). Destaca-se também que o segundo estado em quantidade absoluta de oferta de vagas no nível superior é São Paulo. Se alargarmos um pouco mais o escopo, é possível afirmar que a imensa maioria de vagas nesta etapa de ensino se concentra no eixo sul-sudeste, embora Bahia, Sergipe, Ceará e Alagoas tenham tido, em 2011, produção petrolífera maior do que o Paraná, Rio Grande do Sul por exemplo, os últimos receberam capacitação em nível superior em maior monta do que os primeiros. Nada mais pertinente ao modelo do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro do que o privilégio das regiões mais “modernas” em detrimento as demais.

**Tabela 4-** *Quantidade de alunos capacitados pelo PNQP por Unidade da Federação, setor de atividade econômica, nível de ensino (2006- 2012)*

Estado	Quantidade de alunos capacitados pelo PNQP						TOTAL
	Construção Civil	Construção e Montagem, Operação e Manutenção e Engenharia					
		Básico	Básico	Médio	Técnico	Inspetores	
Alagoas	0	96	36	0	0	0	132
Amazonas	177	968	266	30	20	79	1.540
Bahia	1.282	4.377	1.790	126	223	263	8.061
Ceará	27	1.532	467	0	0	0	2.026
Espírito Santo	289	1.971	692	128	135	149	3.364
Maranhão	4.813	208	267	0	0	0	5.288
Mato Grosso do Sul	495	16	0	0	0	0	511
Minas Gerais	288	1.353	329	15	83	90	2.158
Paraíba	0	24	0	0	0	0	24
Paraná	57	1.531	1.183	120	113	560	3.564
Pernambuco	6.406	8.822	1.012	0	12	180	16.432
Rio de Janeiro	5.572	7.657	4.839	892	369	2.649	21.978
Rio Grande do Norte	770	820	1.039	174	32	30	2.865
Rio Grande do Sul	0	3.035	1.273	58	41	240	4.647
Santa Catarina	0	152	59	0	0	0	211
São Paulo	3.719	8.953	3.725	93	351	1.649	18.490
Sergipe	0	195	270	16	0	0	481
TOTAL	23.895	41.710	17.247	1.652	1.379	5.889	91.772

Extraído de IND P&G 74 (PETROBRAS, 2013a.)

Ora, este perfil de formação para o trabalho simples é reforçado se analisado as vagas destinadas nos 6 editais públicos lançados pelo PROMINP entre os anos de 2006 e 2011, para todo o Brasil. O candidato ao nível básico se subdivide em dois grupos, o básico I (aqueles que cumpriram com até a 4ª série) e o básico II (os que concluíram o ensino fundamental).

**Tabela 5-** Total de vagas para os cursos de qualificação profissional do PROMINP a partir dos processos seletivos públicos (2006-2012)

<b>Total de vagas para os cursos de qualificação profissional do PROMINP A partir dos processos seletivos públicos</b>						
<b>1º ciclo (2006) Edital 1</b>						
<b>Nível</b>	Básico	Médio	Técnico	Inspetor	Superior	Total
<b>Vagas</b>	677	859	181	438	0	2155
<b>2º ciclo (2007) editais 1 e 2</b>						
<b>Vagas</b>	0	0	0	2637	2748	5385
<b>3º ciclo (2008) Edital 1</b>						
<b>Vagas</b>	8.567	5.075	686	978	263	15.569
<b>4º Ciclo (2008) Edital 2</b>						
<b>Vagas</b>	16.808	3.427	236	0	480	20.951
<b>5º Ciclo (2010) Edital 1</b>						
<b>Vagas</b>	20.601	5.188	1.286	0	840	27.915
<b>6º Ciclo (2012) Edital 1</b>						
<b>Vagas</b>	7.335	3.006	700	0	630	11.671
<b>Total</b>	53.988	17.555	3.089	4053	4.961	83.646
<b>%</b>	64,54%	20,99%	3,69%	4,85%	5,93%	100,00%

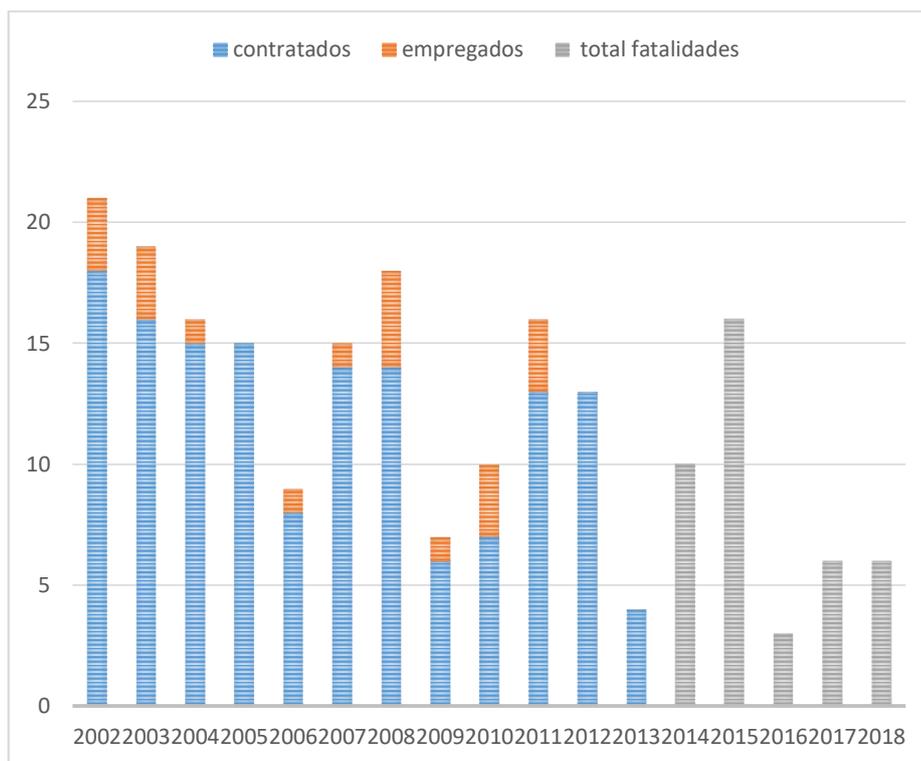
Fonte: Editais do PROMINP. Disponível em: [http://www.PROMINP.com.br/PROMINP/pt\\_br/conteudo/qualificacao-no-PROMINP.htm](http://www.PROMINP.com.br/PROMINP/pt_br/conteudo/qualificacao-no-PROMINP.htm) acessado em: 16/07/2017 as 21:12 h

Conforme pode ser observado na tabela acima, o imenso percentual das vagas ofertadas pelo PROMINP como forma de “qualificar” a força de trabalho e, com isso, fortalecer a indústria de petróleo e gás são destinadas a trabalhadores sem qualquer formação técnica, básico mais médio = 85,5%. Estes alunos são formados com o auxílio de recursos públicos e da PETROBRAS, oriundos do PROMINP e servirão para a formação da força de trabalho para empresas que prestam serviços à PETROBRAS, terceirizadas. Outro dado possível de se inferir é que boa parte da “qualificação profissional” ofertada pelo PROMINP se baseia na oferta de cursos de curtíssima duração, denominados de Formação Inicial e Continuada (os cursos FIC). Ainda, este adiestramento profissional pode agregar valor à imagem da empresa, haja vista que para o senso comum o PROMINP é portador da esperança de melhora de vida. Não obstante, mais da metade destes alunos não conseguirão emprego na cadeia de petróleo e gás, indo conformar o exército industrial de reserva, seja na população flutuante, seja na população estagnada. Ainda mais, aqueles que serão absorvidos pelo mercado de trabalho, como bem observou Lopes (2012) estarão, majoritariamente, submetidos a contratos terceirizados de trabalho, cuja alta taxa de acidente coloca o PROMINP de novo em relevo

Os problemas, entretanto, tomam uma dimensão difícil de ser controlada quando acidentes ambientais e de trabalho acontecem, por vezes em conjunto, e envolvendo a morte de trabalhadores. Neste momento, três elementos se unem: o alto valor que a qualificação profissional tem junto à população, em especial a mais desassistida; a possibilidade de usar este programa para atender a um anseio dos trabalhadores, paralelo à outra possibilidade, de redução de acidentes, para evitar danos à imagem da empresa; e por fim, mas não menos importante, a cultura de terceirização dominante na Petrobrás. Este último ponto é o balizador. Criou-se um programa que agrega a este valor da qualificação a imagem da Petrobrás, que tem seu norte no adestramento da classe trabalhadora e na introdução de uma cultura de segurança do trabalho, para que assim, a terceirização possa ser vista com outros olhos. Ao tentar omitir a terceirização e exaltar a qualificação, a empresa tenta fazer crer que os benefícios da segunda superam, em muito, as adversidades da primeira, e com isto ela pode seguir livre com suas práticas. Por este prisma, ela não só precariza e mata, mas dá oportunidades. Entra em cena a Teoria do Capital Humano que fornece excelentes justificativas para livrar a empresa da culpa, manter e consolidar a terceirização: a empresa forneceu a todo esse universo de pessoas a oportunidade de se qualificarem e com isto todos estão aptos a se inserirem no competitivo mercado de trabalho, mesmo que não seja na área de petróleo e gás, já que todos possuem um diferencial de um curso feito com o selo Petrobrás. (LOPES, 2012, p. 201)

Esta não é uma questão pequena: a taxa de letalidade do Sistema PETROBRAS se concentra nos trabalhadores terceirizados. Até os Relatórios de Atividade de 2013 era possível observar a taxa de letalidade desagregada nestas duas relações de trabalho: empregado direto e terceirizados. A partir de 2014, os Relatórios de Atividade passam a expor estes dados agregados, em um total, mas estimando-se pelos anos anteriores não sobra dúvida de que as maiores vítimas fatais de todo o sistema PETROBRAS são os trabalhadores terceirizados. O próprio COMPERJ fora, em 2012, palco de acidente de trabalho com duas vítimas fatais, ambas terceirizadas. Assim, como chama atenção Lopes (2012) a temática da Segurança do Trabalho é onipresente nos diversos cursos do PROMINP, denotando o interesse da PETROBRAS em

*Gráfico 7- Taxa de letalidade por ano do Sistema PETROBRAS (2002-2018)*



Fonte: Relatórios de Atividades 2006 a 2018. Gráfico organizado pelo autor.

Em resumo: os recursos do PROMINP para o PNQP, majoritariamente oriundos da PETROBRAS, que objetivaram qualificar trabalhadores para toda cadeia de petróleo e gás, servirão, ao fim e ao cabo, para a produção de uma superpopulação relativa que disputará um emprego terceirizado nesta cadeia. A depender da sua ocupação, esta vaga tem alto nível de risco de acidentes de trabalho, não raros, letais. Não obstante, diante a baixa absorção do mercado aos egressos do PROMINP a solução encontrada pelo programa corrobora ainda mais a precarização do trabalho ao sugerir a criação de um tipo de emprego temporário, subremunerado sob a figura do “profissional iniciante”, “auxiliar” ou do *trainee*. Por trás do discurso humanizado do capitalismo, e do seu verniz ideológico “novo desenvolvimentista”, se efetiva o rebaixamento do custo da força de trabalho para aquele setor, bem ao caráter do capitalismo dependente. O relatório Final do Projeto IND P&G 47 (PROMINP, 2013b), indica, nesse sentido:

... quando encontrado, o profissional não tem a experiência e outras qualificações exigidas; os que atendem esses requisitos são raros e caros – entre estes, profissionais com formação e vivência específicas na área de P&G. Empresas situadas em centros menores e mais afastados têm que lidar com a falta generalizada de mão de obra qualificada-escolarizada no mercado

local, mais grave ainda para funções de gestão e coordenação. (PROMINP, 2013b, p. 20)

O PROMINP nunca fora extinto oficialmente, todavia, o seu último edital público é do ano de 2012 e, depois da formação destas turmas, algumas no final de 2014, não houve novas turmas formadas pelo programa. A crise econômica e a queda do preço do petróleo, ao final de 2014 e início de 2015 certamente contribuíram para o programa se desarticular. O Total de Investimento em Qualificação previsto para o programa era de R\$ 270,7 milhões, decomposto por: ANP/Petrobras: R\$ 228 milhões, MCT/CTPETRO/IBP (Fundo Setorial do Petróleo): R\$ 6,7 milhões, MTE/FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador): R\$ 36 milhões (BYLAARDT, 2010). A fim de entender as características sociais da localidade do empreendimento COMPERJ, analisamos, a seguir, a região do CONLESTE, com especial destaque para os Municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

### *5.2 As Iniciativas educacionais no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE) para a (con)formação da classe trabalhadora.*

Diante as primeiras movimentações concretas de início das obras do COMPERJ, os municípios também reagiram. No dia quinze de setembro de 2006 fora celebrado, na cidade de Rio Bonito um protocolo de intenções da formação de um consórcio dentre dez municípios da região: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá. Teresópolis (setembro de 2009), Araruama (outubro 2009), Magé e Saquarema (dezembro 2009) e Nova Friburgo (março de 2012) aderirão posteriormente ao consórcio. O CONLESTE se instituiu como associação pública de acordo com a lei Federal 11.107/2005 que será modificada e adendada novas normas por intermédio do Decreto da Presidência da República 6017/2007. Este protocolo de intenções, para ter validade, necessitava, ainda, ser ratificada pelos entes municipais por intermédio de lei autorizativa aprovada nas respectivas Câmaras Municipais. O referido Protocolo de Intenções deveria se converter em um Contrato de Consórcio Público, este documento, no entanto, ao período da pesquisa, não esteve disponível nas redes, bem como na sede do Consórcio, no Município de Itaboraí. No Protocolo, sua Clausula Sexta, prevê que dentre as finalidades do Consórcio estão, dentre outros propósitos; a) gestão associada de serviços públicos; b) realização de planejamento, adoção e execução de ações, programas e projetos destinados a

promover e acelerar o desenvolvimento regional e local; c) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais. Não é difícil reconhecer a influência do social-liberalismo e o papel atribuído ao Estado na consecução destes propósitos. (CONLESTE, 2006).

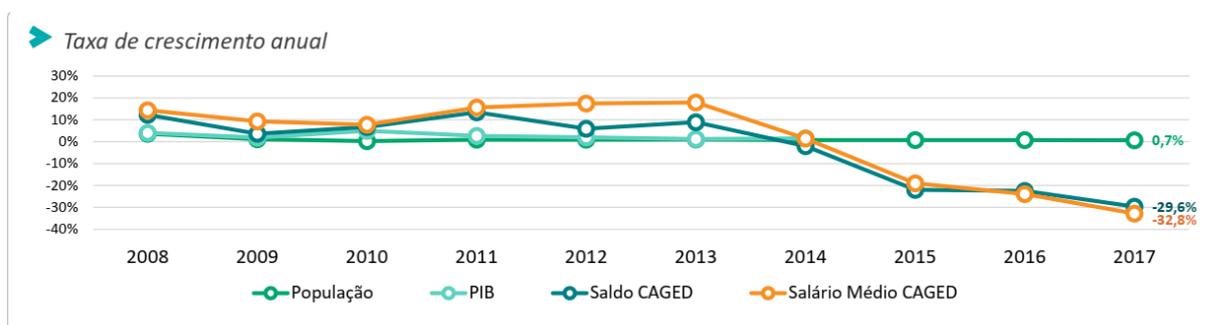
O Consórcio seria organizado por uma Assembleia Geral; Presidência e Vice-Presidência; Conselho Consultivo; Diretoria Executiva, Conselho Fiscal; Agência Intermunicipal de Desenvolvimento e; Fundo Intermunicipal de Desenvolvimento. Para a criação de novos órgãos, estes deveriam ser aprovados na Assembleia Geral do CONLESTE- cuja periodicidade ordinária é de duas vezes ao ano, além da previsão de convocação extraordinária. A assembleia é composta apenas pelos Chefes do Poder Executivo dos entes associados. Além dessas instâncias, institui-se também, na cláusula décima-primeira, o Conselho Consultivo, sem quaisquer poderes ou função deliberativa. Serão membros permanentes do Conselho Consultivo do CONLESTE: Programa das Nações Unidas com Assentamento Humano; a Fundação Getúlio Vargas (FGV); a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); Serviço Brasileiros de Apoio as Empresas (SEBRAE); PETROBRAS; BNDES; Federação de Comércio do Estado do Rio de Janeiro (FECOMERCIO); um representante dos clubes de serviços com sede em cada município e; por fim, um representante da Associação de Moradores de cada município. A constituição do conselho denota bem o entendimento de “sociedade civil” que o Estado se vê interessado em “consultar”. Mesmo a representação dos chamados “movimentos sociais” é desprovida de qualquer caráter antissistêmico pois além da associação de moradores não ter o debate de classes na sua pauta mais imediata mesmo nas áreas mais pobres (não que não possa fazê-lo), também existe associação de moradores nos bairros e regiões mais abastados. De sorte, que “consultado” este arco de representantes da “sociedade civil” o CONLESTE entende ser possível realizar “um planejamento estratégico no sentido de equacionar e buscar soluções para a problemática social, econômica, ambiental, físico-territorial, de circulação e de transportes, no território dos Municípios consorciados” (CONLESTE, 2006, p. 3), conforme consta em suas finalidades. Já a cláusula décima-sexta determina a autorização para celebrar-se convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, a fim de captar recursos. Os servidores e funcionários do CONLESTE serão admitidos via concurso público, mas regidos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) e não pelo Regime Jurídico Único.

Aquela região já é considerada um Arranjo Produtivo Local pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio devido a presença do COMPERJ. Estes municípios consorciados fazem reuniões ordinárias dentre os seus prefeitos a fim de debater políticas públicas intermunicipais. Não obstante, são municípios de caráter e composição extremamente heterogênea tanto no que diz respeito a sua composição demográfica, quanto por suas características econômicas, sociais, políticas, culturais, etc. Todavia, por se tratar de uma região consorciada e que convive com o impasse do COMPERJ cabe tratar-lhe como um momento do todo. Cabe ressaltar que o todo não é a soma das partes, e sim o concreto pensado que se ordena no encadeamento da empiria, com a análise teórica e, em seguida, na síntese com as determinações; que, no trato do fenômeno específico, nos levará ao que fora delineado ao longo dos demais capítulos, a saber: o novo padrão de acumulação ampliada do capital-imperialismo, sob o capitalismo dependente. Com efeito, o que foi possível perceber ao longo da análise é a permanência da heteronomia cultural refletida não somente na inserção subordinada da nossa ciência na produção do conhecimento, como também as políticas educacionais como instrumentos de produção de heteronomia nas classes subordinadas. O melhor papel que cabe aos trabalhadores no ideário da classe dominante brasileira é do indivíduo destituído do sentimento de classes, sopesado por uma “dupla heteronomia”. O papel que cumpre a oferta educacional nas suas diversas formas, do desenvolvimento desigual e combinado, onde houve privilégio a regiões já mais privilegiadas. Ora, além disso, a forma autocrática das classes dominantes se mostrou patente ao longo da análise. A sobreposição dos seus interesses em detrimento aos demais, em especial quando a conjuntura lhe é favorável, fica evidente na análise do fenômeno social. Desde a forma da condução do empreendimento, que tem sua parte na transnacionalização das empresas comodificadas da Construção Civil, até na maneira como serão implementadas as políticas de “qualificação profissional”, via de regra por intermédios dos cursos de curta duração, se dá sob o modo proposto pelas classes dirigentes diante das marcas do capitalismo dependente e do desenvolvimento desigual e combinado. E, fundamentalmente, a necessidade de se reproduzir e ampliar a superexploração do trabalho ao tempo em que necessita amainar as tensões daí advindas. Dito isto, cabe analisar alguns indicadores sociais daquela região em geral e de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, em particular, sempre lembrando que estes indicadores buscam dar evidências do que aqui fora exposto. A fim de apresenta-los, utilizar-nos-emos de três Bancos de Dados: os aspectos socioeconômicos mais gerais como aqueles que buscarão traçar um perfil da classe trabalhadora naquela região foram, em maioria, retirados dos Bancos de Dados da RAIS/CAGED do MTE ou do IBGE; a maior parte dos dados educacionais são oriundos do IBGE ou do INEP (Censo Escolar). Parte

dos dados aqui coletados foram produzidos por nossa própria lavra, outra importante parcela fora extraída do Documento “Plano de Desenvolvimento CONLESTE 2018-2030: Diagnóstico Socioeconômico.

Abaixo, o gráfico 8 representa a variação percentual ano-a-ano, entre 2008 e 2017, de quatro indicadores: população, PIB, Saldo CAGED e Salário Médio CAGED do CONLESTE. No período, a salvo a população que variou positivamente (0,7%), os demais indicadores decresceram significativamente. O aumento populacional combinado ao decréscimo expressivo de empregos formais na região, indicam o reforço de um exército industrial de reserva daquela região. Combinado a isso, o decréscimo do PIB local e do salário médio ali praticado reforçam o indício de que a pauperização daquela região fora combinada com o aumento da taxa de exploração sobre o trabalho. Destaque para o salário-médio que teve uma queda de 32,8% medidos em 2017, denotando a força deste processo de forte aumento da exploração do trabalho na localidade.

**Gráfico 8- Taxa de crescimento anual População/ PIB/ Saldo CAGED/ Salário Médio CAGED (2008-2016)**

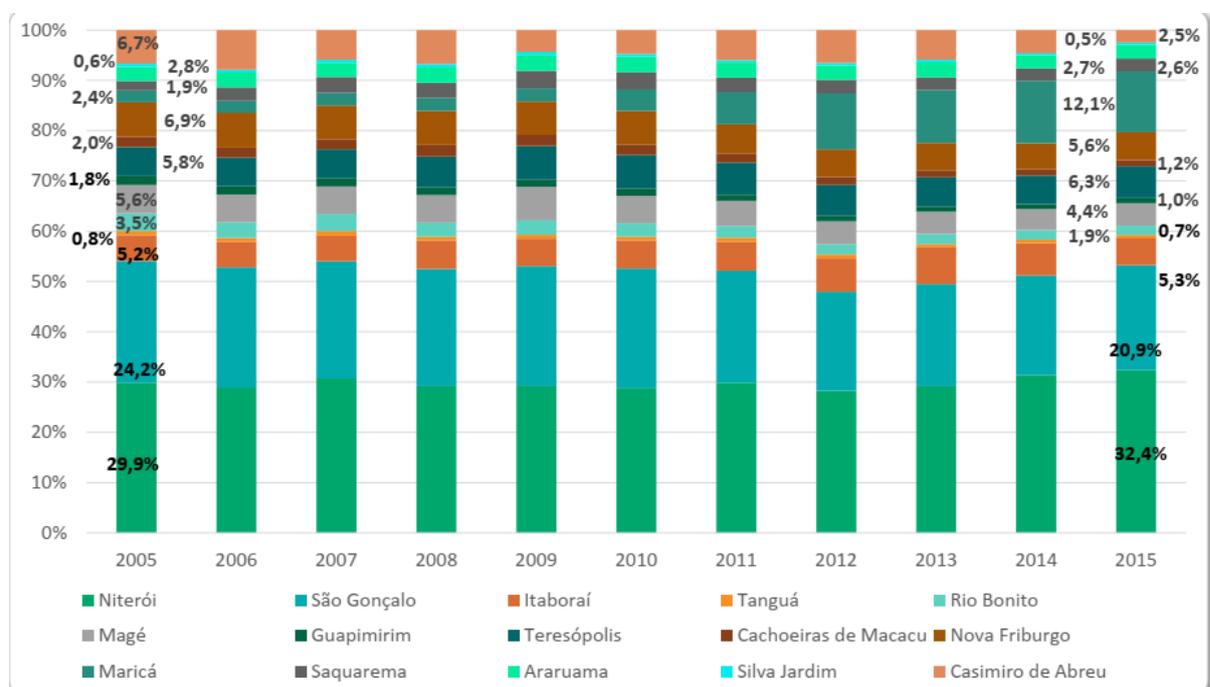


Fonte: Extraído de (CONLESTE, 2018).

O Produto Interno Bruto (PIB) somado dos 15 municípios que compõem o COMPERJ é superior ao PIB de 11 Estados brasileiros. Em 2015 este montante foi de 79,5 Bilhões de Reais. Todavia, embora comporte 18% da população de todo Estado do Rio de Janeiro, o seu PIB equivale a 12,1%, tendo como ano de referência 2015. Comparando os municípios do próprio CONLESTE é possível perceber a grande desigualdade ou, nos termos aqui utilizados, o desenvolvimento desigual e combinado: o PIB per capita de Maricá é quase duas vezes e meia maior do que o PIB per capita de Guapimirim (R\$ 15.912,49), ano referência 2016, segundo dados do IBGE (CONLESTE, 2018). Ainda, significativamente maiores PIB da região são dos Municípios de Niterói e São Gonçalo conforme é possível analisar no gráfico 9 a seguir. A

participação dos referidos Municípios são, no ano de 2015, respectivamente: 32,4%; 20,9%. Apenas os dois Municípios são responsáveis por mais da metade dos PIBs locais.

**Gráfico 9- Participação dos Municípios no PIB do CONLESTE (2005-2015)**

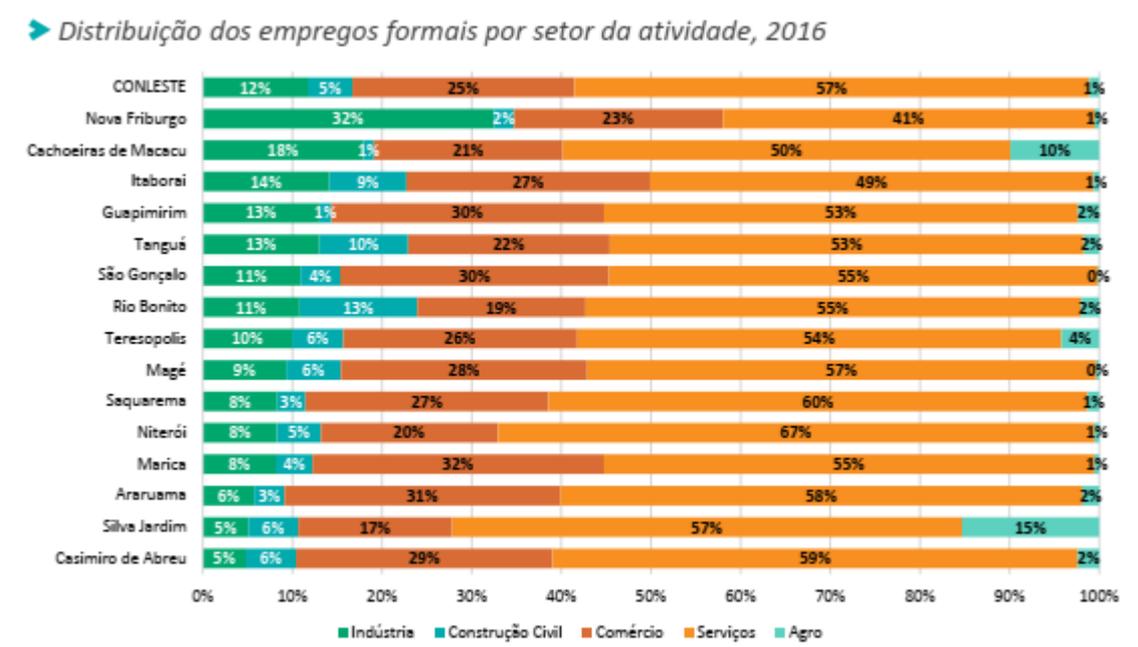


Em 2016, a distribuição dos empregos formais por setor de atividades e por Município tem a configuração apresentada no Gráfico 10, abaixo. Observe que, no gráfico, há a divisão do setor Terciário entre Comércio e Serviços e do Setor Secundário entre Indústria e Construção Civil. Entrementes, agregando estes dados é possível perceber a importância relativa do setor terciário no total de empregos formais da região, a salvo por Nova Friburgo, cujo percentual industrial é mais alto do que os dos demais, muito provavelmente pela sua pujante indústria Têxtil. No mais, um quadro parecido. Na ponta inversa, Casimiro de Abreu detém 88% dos seus empregos formais nas atividades secundárias. O que segundo Oliveira (2003) é compatível com o padrão de acumulação capitalista dependente

Em poucas palavras, o fenômeno que existe não é o de uma “inchação” do Terciário. O tamanho deste, numa economia como a brasileira, do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial. A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão –, infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas. A intensidade do crescimento industrial, que em trinta anos passa de 19% para 30% de participação no produto bruto, não permitirá uma intensa e simultânea capitalização nos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação capitalística. Tal contradição é resolvida mediante o crescimento não-capitalístico do setor

Terciário. Esse modelo nada tem de parecido com o do Terciário “inchado”, embora sua descrição possa coincidir: aqui, trata-se de um tipo de crescimento para esse setor – o dos serviços em geral – que não é contraditório com a forma de acumulação, que não é obstáculo à expansão global da economia, que não é consumidor de excedente. A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços – sempre do ponto de vista da acumulação global – é que a aparência de “inchação” esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, “mais-valia” em síntese. (OLIVEIRA, 2003, p. 56-7)

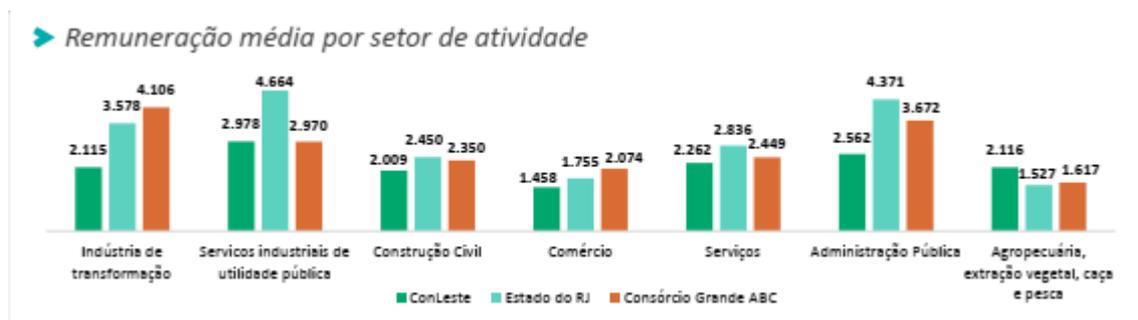
**Gráfico 10-** Distribuição dos empregos formais por setor de atividade e Município do CONLESTE em 2016.



Fonte: Dados da RAIS/ MTE, Extraído de (CONLESTE, 2018).

O padrão de acumulação que tem como base a superexploração da força de trabalho se expressa também na análise da Remuneração Média por setor na região do CONLESTE. A chegada do COMPERJ na região não significou o desenvolvimento socioeconômico prometido, mantendo patamares salariais na região do CONLESTE, aquém da média do Estado do Rio de Janeiro e de regiões similares, como o Consórcio ABC paulista, conforme gráfico que segue:

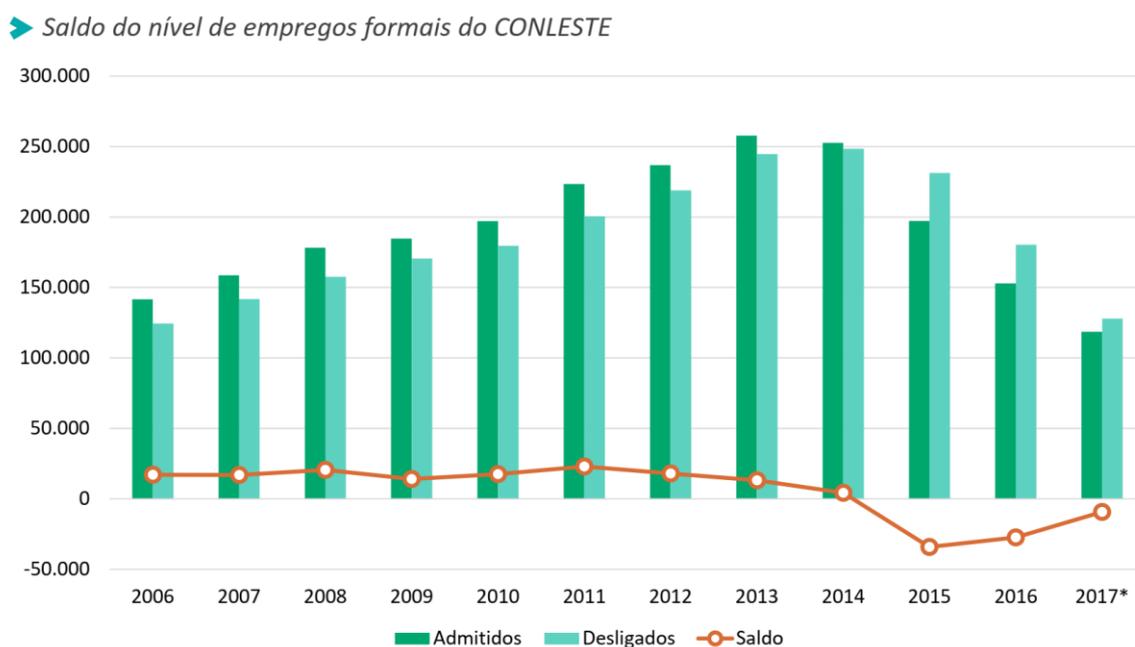
**Gráfico 11-** Comparação da Remuneração Média por setor de atividade, ano de Referência 2016 entre o Estado do Rio de Janeiro, CONLESTE, e Consórcio ABC.



Fonte: Extraído de (CONLESTE, 2018)

Destacamos o setor do comércio que utiliza larga escala de mão- de- obra superexplorada. Além da remuneração média do comércio ser a menor dentre os setores de atividades (nas três regiões destacadas), no caso do CONLESTE, a remuneração média do comércio é a menor se comparada as demais regiões. Em seguida, no ranking das piores remunerações médias, temos o nosso caso específico da Construção Civil, cuja média, na região do CONLESTE também é menor se comparado ao Estado do Rio ou ao Consórcio Grande ABC. As políticas de “qualificação profissional” naquela região estão produzindo superpopulação relativa, para esta configuração concreta, real, de (sub)emprego. O gráfico abaixo analisa o saldo do nível de empregos formais na região de 2006 até outubro de 2017 e percebe a retração de empregos formais na região no período de 2015 a 2017.

**Gráfico 12-** Saldo do Nível de Empregos Formais do CONLESTE.



FONTE: Extraído de (CONLESTE, 2018)

Já a tabela a seguir, desagrega os dados acima por município do CONLESTE e, conforme poderemos perceber, embora toda a região tenha sentido o efeito da queda dos *commodities* em geral e do petróleo em particular a partir do final de 2014, os efeitos do desemprego e da retração do mercado formal de empregos será mais expressivo em três municípios em particular Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. Itaboraí por ser sede do empreendimento, Niterói pelo debacle na Indústria de Construção Naval e São Gonçalo, segundo município mais populoso do estado e que, mediante as obras do complexo, além de ser sede de parte das empresas de bens e serviços também buscará fortalecer sua economia com a construção do Complexo Industrial de São Gonçalo, também gravemente atingido devido as interrupções do COMPERJ.

**Tabela 6-** Saldo do Nível de Empregos Formais- Municípios do CONLESTE (2006-2017)

➤ Saldo do nível de empregos formais – Municípios do CONLESTE

Município	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
Niterói	5.496	4.038	9.253	3.866	4.798	6.505	4.180	3.331	1.843	-8.891	-12.000	-4.978
São Gonçalo	3.591	3.552	2.656	1.684	4.596	4.769	2.445	2.830	1.454	-4.646	-5.075	-2.750
Itaboraí	310	1.113	2.138	1.980	367	6.055	6.500	1.473	-1.570	-13.185	-1.531	-816
Magé	709	535	753	1.379	51	718	798	627	240	-309	-395	-66
Guapimirim	20	15	48	-71	36	146	338	113	-17	-78	-124	86
Teresópolis	906	1.917	991	1.748	1.060	1.021	865	997	645	-783	-1.672	103
Cachoeiras de Macacu	378	48	508	2	643	853	254	218	165	-226	300	-1.080
Nova Friburgo	1.907	1.316	2.429	984	2.138	394	556	905	84	-1.643	-1.267	768
Maricá	331	512	211	298	759	342	370	174	441	-287	-373	233
Saquarema	974	580	338	795	1.243	1.196	1.012	206	1.056	-1.294	-1.461	-407
Araruama	1.269	199	113	594	1.123	732	289	411	-245	-921	-1.185	-530
Silva Jardim	36	98	-162	68	-35	9	-11	70	172	-59	-327	465
Casimiro de Abreu	127	-10	363	-802	-37	136	70	229	53	-575	-117	-193
Rio Bonito	852	2.543	555	1.494	470	435	-15	1.325	-111	-1.158	-1.958	-179
Tanguá	249	521	331	143	289	-345	305	299	59	-129	-171	14

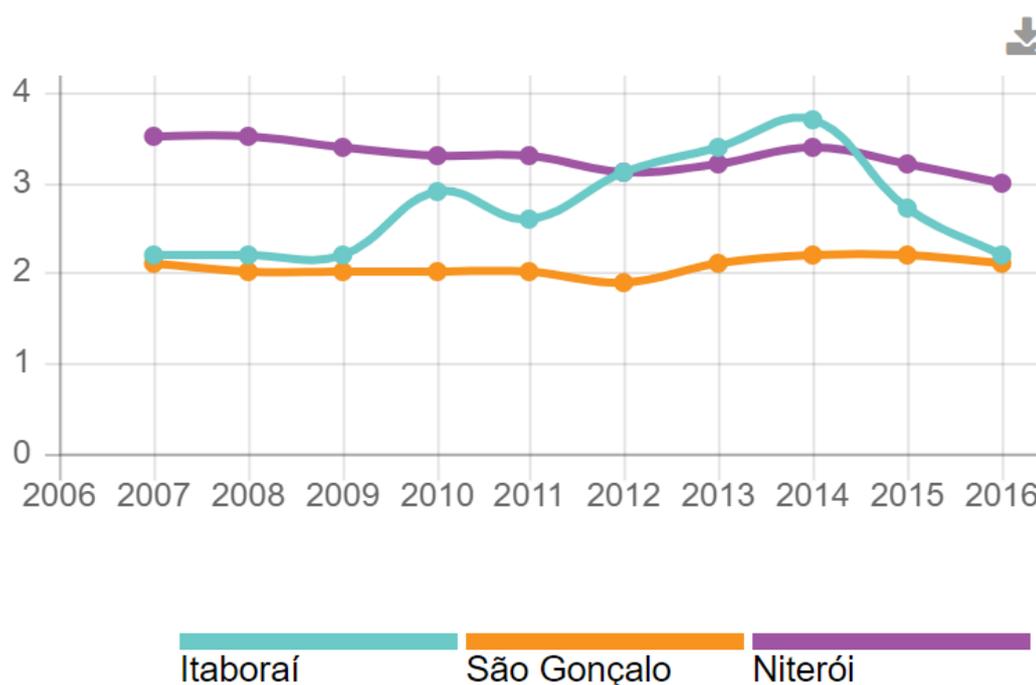
Estes três municípios possuem características muito particulares e heterogêneas dentre eles. Niterói tem o maior IDH dos três municípios. A população de Itaboraí que declarou estar matriculada no ensino superior em 2007 era de 993; em São Gonçalo era de 11524, já a de Niterói era de 47. 657. Contribui enormemente para isso a cidade ser sede da Universidade Federal Fluminense, além de contar com vasta gama de ensino superior privado. Também conta com a presença de duas escolas federais no seu território: o Colégio Pedro II e o Colégio de Aplicação da UFF, além destas, está previsto a construção, na região de Pendotiba, de uma unidade do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Já São Gonçalo conta com uma Universidade Pública- a Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do

Rio de Janeiro (FFP/UERJ), voltada, todavia, a formação docente-e com uma unidade do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), inaugurado em fevereiro de 2010. Itaboraí não conta com Universidade Pública (apenas uma municipal a Faculdade de Educação de Itaboraí FEITA, mas que está desativada) e a unidade do Instituto Federal Fluminense, prevista para 2014, ainda não iniciou as atividades. Serão estes três municípios que receberão maior atenção, cada qual de acordo com o seu perfil, do setor petrolífero em suas iniciativas educacionais.

O salário-médio de Itaboraí, antes da chegada do COMPERJ, se equivalia ao salário-médio de São Gonçalo. Com o ápice das obras em 2013/2014 o salário médio de Itaboraí ultrapassará o de Niterói, todavia, com a interrupção da obra, retornará ao patamar anterior, bastante equivalente ao salário médio de São Gonçalo. Ora, se houve maior desenvolvimento socioeconômico em Itaboraí, este não teve relação com as políticas educacionais ali implementadas haja vista ter sido a cidade de Itaboraí, dentre as três, aquela que menos ocupou a atenção da PETROBRAS e do Estado ampliado com suas iniciativas educacionais. Fora sim, sede do empreendimento. Pois que o fator que determina estas mudanças, neste caso, são os investimentos ou não no COMPERJ.

*Gráfico 13- Salário-médio Mensal dos Municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói entre os anos de 2007 e 2016.*

### Salário médio mensal ( Unidade: salários mínimos )

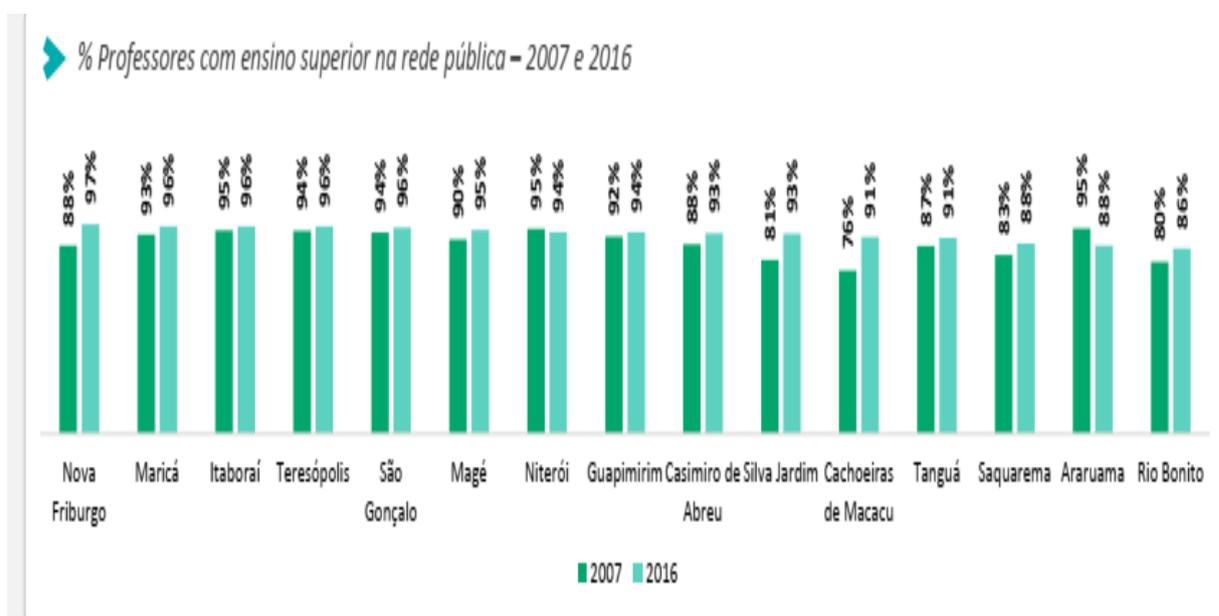


Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Gráfico extraído de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaborai/pesquisa/19/29761?indicador=29765&tipo=grafico&localidade1=330490&localidade2=330330> acessado em 05/03/2019 as 19:06 h

Com relação aos indicadores educacionais daquela região é importante uma nota de ressalva. O capítulo anterior demonstrou em qual campo ideológico se encontram a reprodução destes indicadores como forma de averiguar a “qualidade da educação”, distanciando, neste sentido a concepção de educação aqui adotada com os índices produzidos acolá. Por isso, evitamos usar indicadores mais distorcidos, como o IDEB. Todavia, embora sejamos críticos à forma como estes indicadores são produzidos (e toda a reformulação que produzem no âmbito da educação, bem como a privatização de recursos públicos e o empresariamento educacional, etc.), eles foram utilizados e produzidos pelos agentes das iniciativas educacionais como medidores de demandas educativas e, neste sentido, serão aqui apresentados não só como forma de compreensão destas iniciativas como também elemento de crítica.

O gráfico abaixo apresenta o percentual de professores com ensino superior na rede pública por município do CONLESTE, onde é possível observar que nenhuma daquelas redes ainda universalizou este índice, conforme meta do Plano Nacional de Educação. Os índices apresentados, todavia, se encontram dentro da linha mediana do Estado do Rio de Janeiro que, por região apresenta como pico, em 2016, a região metropolitana e as Baixadas Litorâneas, com 97%. Já o CONLESTE, como um todo, apresentou índice, naquele ano de 94% enquanto o Norte Fluminense afigura no índice mais baixo: 91%. (CONLESTE, 2018)

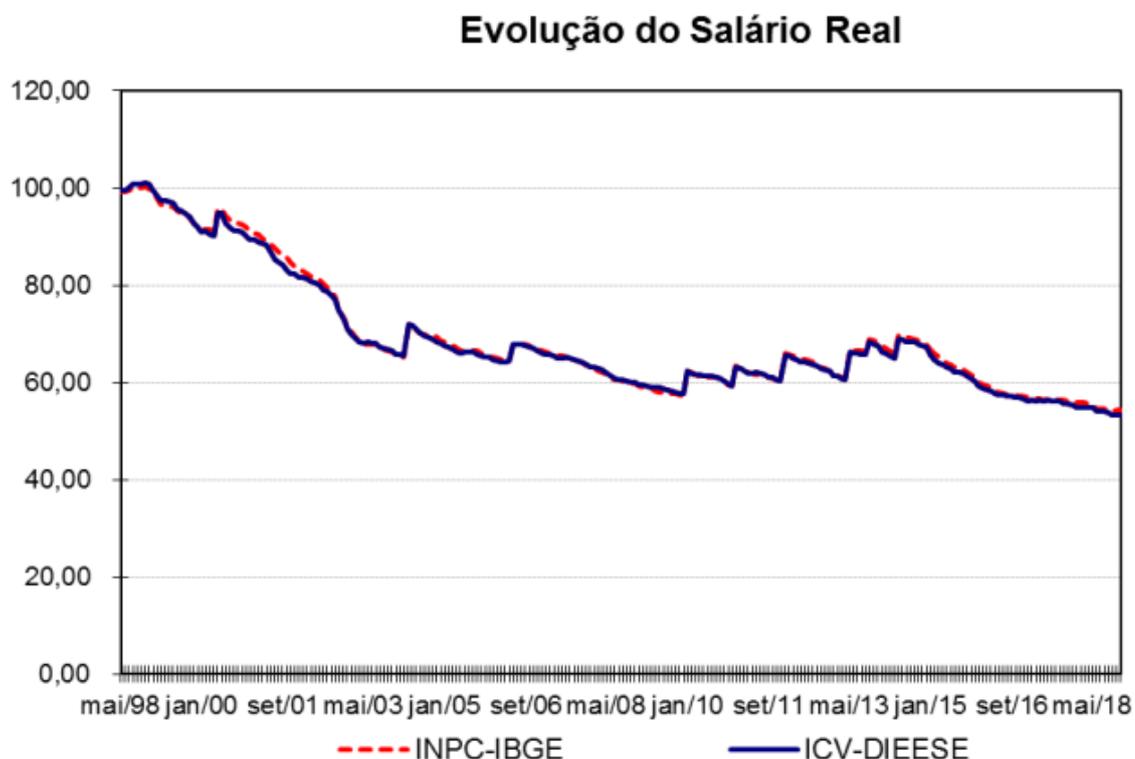
**Gráfico 14-** *Percentual de Professores com Ensino superior na rede pública- 2007- 2016*



Fonte: Observatório do PNE. Extraído de (CONLESTE, 2018)

Não obstante o imenso crescimento orçamentário no município de Itaboraí, alavancando os recursos vinculados da educação municipal, isto não significou a melhoria das condições de trabalho dos educadores daquela rede. A salvo breve momento de recuperação salarial, obtida em boa parte devido a capacidade dos educadores daquela região de se organizarem (LAMARÃO, 2013), o que temos é uma série histórica de perdas salariais desde a criação do FUNDEF até os 2018, acumulando uma perda do poder aquisitivo em torno de 45,81%, pelo INPC- IBGE. Vinte anos após os “fundos de valorização do magistério”, o profissional da educação em Itaboraí consegue comprar metade daquilo que conseguia em 1998. O gráfico a seguir, produzido pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), demonstra esta perda e como a escola pública é *locus* da precarização do trabalho docente (MOREIRA, 2018)

**Gráfico 15**– *Evolução do Salário real dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Itaboraí.*



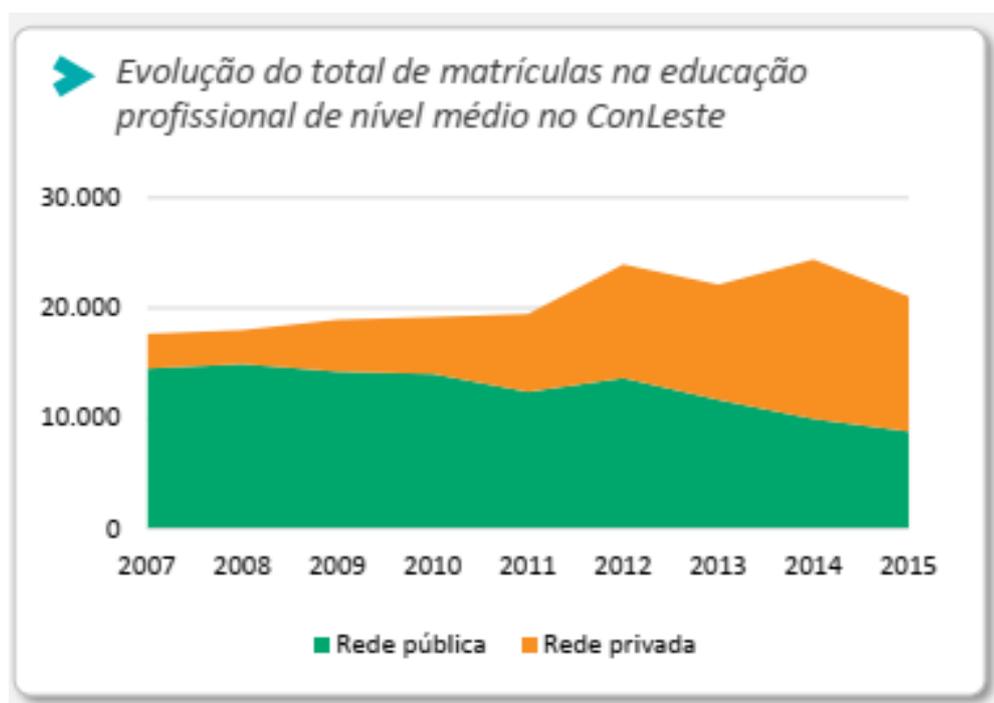
Fonte: DIEESE. Extraído de: <http://sepeita.blogspot.com/> acessado em: 11/03/2019 as 20:12h.

As escolas da região (e, via de regra, do Brasil) sofrem devido a sua péssima infraestrutura. Em 2009, o percentual de escola que possuía a presença de água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, banda larga (não necessariamente nas salas de aula), biblioteca ou

sala de leitura, quadra e laboratório de ciências era de 5,3%, no CONLESTE. Em 2016 este índice mais que triplicou indo para 16,8%, ainda extremamente baixo. Entretanto esta não é uma exclusividade da região, mas sim condição *sine qua non* da educação pública brasileira. Dentre os municípios do CONLESTE, aquele que apresenta o maior percentual de escolas dotadas de todos os itens em 2016 fora justamente Niterói (com 44,3%), seguido de São Gonçalo (35,2%), já Itaboraí (com 11,1%) ocupa o meio da tabela, na 7ª posição de quinze.

No que diz respeito a educação profissional na região, também observaremos disparidades. A primeira observação é que mais de 50% das matrículas desta modalidade de ensino se encontram, na região, na iniciativa privada e que este processo toma forma a partir da chegada do COMPERJ na região, antes a participação da rede privada era bem menor que a pública. A segunda observação é que apenas dois municípios (Niterói e São Gonçalo) concentraram mais de 50% de todas as matrículas da região. (CONLESTE, 2018)

**Gráfico 16-** *Evolução do Total de matrículas na educação profissional de nível médio no CONLESTE.*

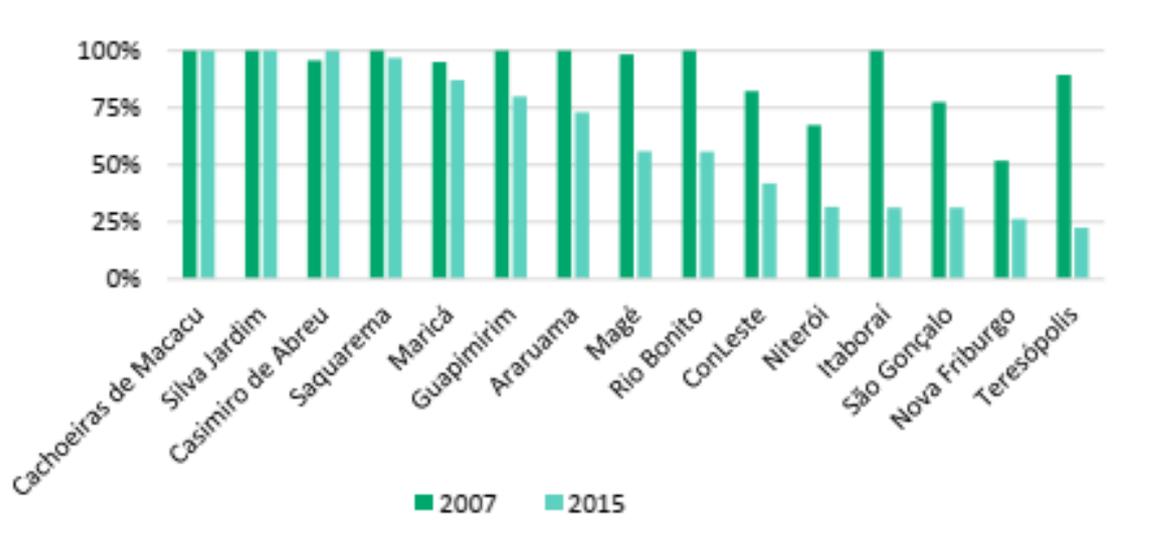


Fonte: Observatório do PNE com base nos dados do Censo Escolar. Extraído de (CONLESTE, 2018).

Em seguida, observaremos este mesmo processo desagregado por municípios da Região, no gráfico 17 abaixo. Observa-se que dentre as cinco redes de educação profissional mais privatizadas daquela região se encontram Itaboraí, Niterói e São Gonçalo. O avanço da educação profissionalizante naquela região, que atinge o seu pico em 2014 conforme gráfico

16 acima, se dá majoritariamente pelo avanço da iniciativa privada, demonstrando um importante aspecto da privatização da educação, que se dá também mediante a não expansão do direito social garantido pelo Estado quando há demanda (CUNHA, 2009). Alguns municípios da região, inclusive, regrediram no total de suas matrículas nesta modalidade, em se comparando os anos de 2007 e 2015, como é o caso de São Gonçalo (CONLESTE, 2018).

**Gráfico 17-** Participação da Rede Pública no total de matrículas de educação profissional.

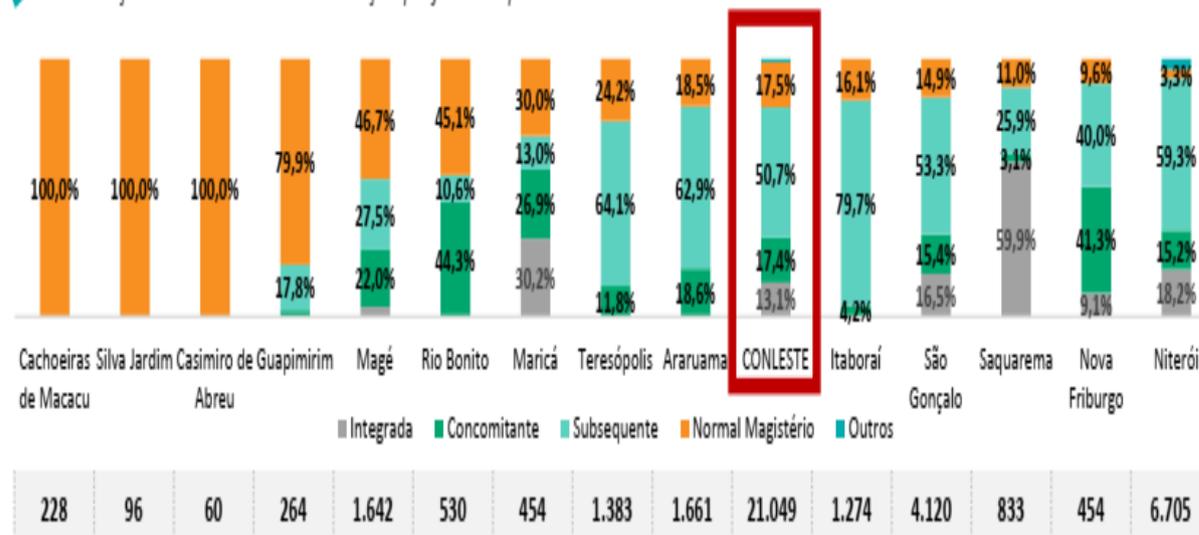


Fonte: Observatório do PNE com base nos dados do Censo Escolar. Extraído de (CONLESTE, 2018)

Não obstante a educação profissional na região ter crescido por intermédio da rede privada, sendo esta a grande alavanca na região, a modalidade de educação profissional assumida nos três municípios em questão é o subsequente (lembrando que Niterói e São Gonçalo totalizam mais da metade das vagas nesta modalidade no CONLESTE). Esta modalidade tem como característica a dissociação entre o ensino propedêutico e o ensino técnico, diferentemente do ensino integrado, onde esta interlocução é possível. Com isso, reforça-se a dissociação do pensar com fazer, do trabalho intelectual com o trabalho manual, reforçando o caráter alienante do trabalho nas relações sociais capitalistas de produção. No que diz respeito ao ensino técnico integrado, São Gonçalo (16,5%) e Niterói (18,2%) tem percentuais próximos, enquanto Itaboraí não registra nenhuma matrícula dessa modalidade.

**Gráfico 18-** Distribuição das matrículas em educação profissional por modalidades e total de matrículas – 2015.

► Distribuição das matrículas em educação profissional por modalidades e total de matrículas - 2015

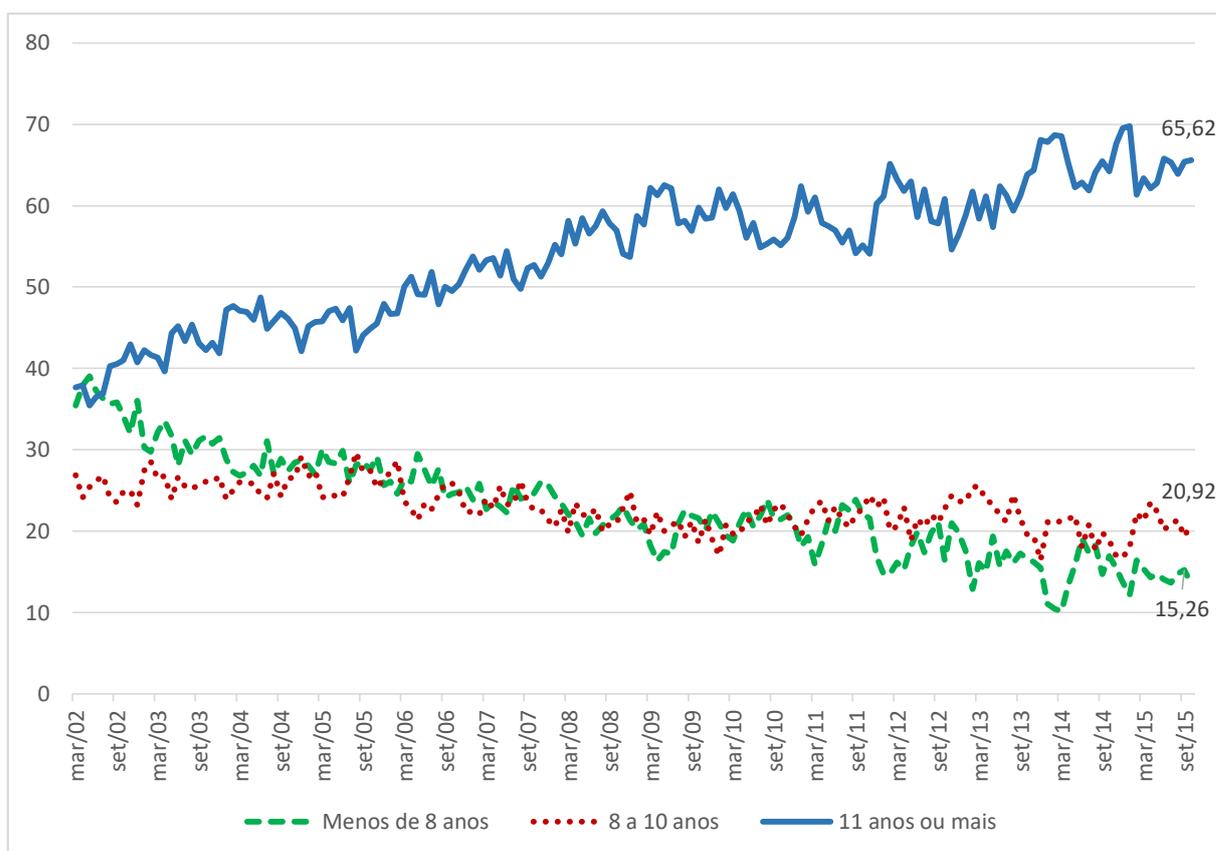


Em seguida procederemos uma aproximação. Embora não tratemos do mesmo conjunto geográfico, haja vista o CONLESTE ter municípios que não se situam na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, três dos mais importantes municípios do CONLESTE se situam na região metropolitana: São Gonçalo, Niterói e Itaboraí, que ora analisamos. Uma importante ressalva é que com alguns dados, não fora possível organizá-los como CONLESTE. É o caso de alguns dados já agregados em sinopses no sítio do IBGE, que não estão disponíveis por municípios individualmente de forma que pudéssemos reordená-los<sup>85</sup>. Analisando o gráfico 19 abaixo, percebe-se a explosão do percentual de desocupados com 11 anos ou mais de estudos que equivalia a quase 7 pessoas dentre cada dez, em janeiro de 2015, e, encerrando a série em setembro de 2015, com 56,62%. Pelo que o gráfico em questão demonstra, diferentemente do que tem apregoado a Teoria do Capital Social (ou sua parcela ligada a “educação”: o “capital humano”), é que a condição de maior escolaridade não significa, para o padrão de acumulação capitalista dependente, empregabilidade. Para o tipo de desenvolvimento empregado, é possível, inclusive, que haja excesso de “qualificação”, daí que o conluente do ensino médio

<sup>85</sup> Apenas por intermédio dos microdados, o que não se tornou exequível graças a complexidade de sua manipulação. A necessidade do domínio de programas como o R, ou o SPSS, dificultou a extração destes dados do IBGE. Já os dados microdados disponíveis no RAIS/ CAGED foram manipulados por intermédio do Sistema dardo, mais amigável, disponível online no sítio do próprio Ministério do Trabalho sendo possível, assim, manipulá-los.

(equivalente a 11 anos ou mais<sup>86</sup> de estudos) se torne um perfil crescente no exército industrial de reserva indo disputar quaisquer empregos, inclusive os mais precarizados para os quais são “sobre qualificados”.

**Gráfico 19-** Percentual de Pessoas desocupadas, por grupos de anos de estudo - Região Metropolitana do Rio de Janeiro – IBGE (2002-2015)



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego 2002/mar a 2015/out. Gráfico organizado pelo autor

Cotejando alguns indicadores sociais destes três municípios é possível antever quais as políticas educacionais serão mais presentes em cada um deles, se pensarmos de acordo com o desenvolvimento desigual e combinado. Itaboraí e São Gonçalo, como regiões mais pobres, ou receberão o grosso de formação para o trabalho simples, enquanto Niterói, região mais rica, concentrará as iniciativas ligadas a (parca) formação para o ensino superior, bem como um percentual maior de formação técnica no Ensino Médio no PROMINP, com todas as críticas que temos a estas formas de ensino. Todavia, para o capital, a lógica é de otimização de recursos

<sup>86</sup> Uma sugestão é que a profusão do ensino superior via EAD ou semipresencial, bem como a profunda comodificação da educação superior tencione este índice para cima.

e logística. Assim, nenhuma novidade, Niterói é a cidade que tem uma melhor infraestrutura universitária e o PROMINP naquela região, ou o Centro de Integração do COMPERJ reforçará este quadro.

### *5.3 O Centro de Integração do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (CICOMPERJ)*

Uma primeira nota desta seção fora a dificuldade de se obter informações deste Centro de Integração, para isto, contribuiu uma coincidência. Quando tomamos este objeto para pesquisar, em 2015, ele já mal funcionava e, quando houve a possibilidade de realizar visitas ao CICOMPERJ ele já se encontrava definitivamente desativado, sendo a sua estrutura física utilizada para uma ou outra finalidade, mas não como sede do PROMINP naquela região. Com isso, as visitas se tornaram esvaziadas e não fora possível, por exemplo, ter acesso a um ou outro material didático utilizado nestas qualificações. O próprio CICOMPERJ, no site da Petrobras, na seção destinada ao COMPERJ, fora apagada e, parte do material aqui utilizado só foi analisado por terem sido coletados antes da sua exclusão na grande rede. Não obstante esta grande dificuldade, procederemos a análise deste objeto através, principalmente, dos Editais e Documentos do Prominp, de Documentos produzidos pelo COMPERJ, por registros da imprensa e pelo Boletim informativo chamado “COMPERJ Informa”.

As perspectivas e projetos educacionais da cadeia petróleo e gás na região do COMPERJ fizeram surgir o Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ), que terá sede, a partir de 2009, no município de São Gonçalo. Instalado em um terreno cedido pela prefeitura, contíguo ao Serviço Social do Comércio (SESC) São Gonçalo, o moderno prédio do CICOMPERJ apresenta a PETROBRAS como sua principal mantenedora, conforme é possível observar no mapa da Figura 12, constante no ANEXO 10. A princípio os Centros de Integração seriam em todos os municípios do CONLESTE, todavia este objetivo será modificado (RIMA-COMPERJ, 2008). Em parceria com as prefeituras locais indicam-se as possíveis instituições educacionais aptas a ofertarem os cursos demandados, sem uma sede física por município, no entanto, No *Plano Básico Ambiental*, a estratégia é de ações móveis nos demais municípios.

No intuito de atender todos os municípios da área de atuação do Centro de Integração do COMPERJ, a PETROBRAS desenvolveu o Programa de Ações

Móveis que intervêm diretamente nas localidades onde a ação de qualificação profissional não se encontra estruturada, desenvolvendo kits de ações móveis específicos para o projeto. Esse kit é um conjunto didático de apoio às ações com ferramentas, máquinas e instrumentos de suporte à realização dos cursos (COMPERJ, 2008a, p. 250)

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental do COMPERJ, os Centros de Integração teriam objetivos grandiosos.

O COMPERJ vai transformar o perfil socioeconômico da região. Sua instalação deve gerar mais de 200 mil empregos diretos, indiretos e por “efeito-renda”, em nível regional e nacional, durante os cinco anos da obra e após a entrada em operação. Para atender esta demanda, a PETROBRAS, em parceria com as Prefeituras, vai implantar Centros de Integração nos 11 municípios do entorno do Complexo Petroquímico (Itaboraí, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Niterói, Magé, Maricá, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá). O objetivo é capacitar cerca de 30 mil profissionais da região, em 60 tipos de cursos gratuitos. Desse total, 75% serão em nível básico, 23% em nível técnico e 2% em nível superior. Os Centros de Integração do COMPERJ fazem parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP. Para ingressar nos Centros, os candidatos terão de passar por processo seletivo. Em julho de 2007, 21 mil pessoas inscreveram - se para a prova de seleção em seis categorias profissionais para o 1º Ciclo do Plano de Qualificação Profissional do Centro de Integração do COMPERJ.

Os Planos de Qualificação Profissional, aliás, serão periodicamente reavaliados (público-alvo, conteúdo programático e cronograma de aulas), assegurando que o Centro de Integração esteja alinhado com as necessidades de capacitação. Os cursos serão definidos de acordo com as necessidades de cada município, sempre em parceria com a prefeitura e representantes da sociedade civil. As equipes envolvidas com os Centros de Integração mapearão instituições de ensino locais em busca de possíveis parcerias. Estes centros de formação técnica, universidades e instituições de ensino é que fornecerão qualificação e capacitação necessárias nos diversos níveis e áreas de formação. Os alunos formados pelos Centros de Integração poderão ou não trabalhar no Complexo. De qualquer forma, após o curso, serão fortes candidatos a empregos em empresas que devem se instalar no entorno do COMPERJ (COMPERJ, 2008, p. 15)

Antes mesmo da construção da sua sede, o COMPERJ já considerava ter seu Centro de Integração em funcionamento, tendo em vista que já operava na região iniciativas de formação de força de trabalho, por intermédio do PROMINP na cidade de Niterói e na capital Rio de Janeiro (embora a capital não faça parte do CONLESTE). O COMPERJ produziu histogramas das principais funções requeridas nas distintas etapas do empreendimento: terraplanagem,

construção e montagem e operação. Somente na fase de terraplanagem, construção e montagem estimou-se um déficit de 30 mil profissionais. Como isto, identifica as principais lacunas na qualificação profissionalizante e a demanda efetiva por profissionais. Em parceria com as prefeituras locais indicam-se as possíveis instituições educacionais aptas a ofertarem os cursos demandados pela cadeia P&G passíveis de serem atendidos por estas instituições.

O Plano Básico Socioambiental, afirma:

Após a análise e definição das instituições parceiras, ocorre o alinhamento do seu conteúdo programático com o Centro de Integração, para atender as competências, habilidades e atitudes requeridas pela PETROBRAS. Para que um profissional possa ingressar em um ambiente de trabalho da PETROBRAS, ele deverá cursar previamente uma carga horária mínima em disciplinas específicas, como, por exemplo, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), e por isso, a instituição de ensino deverá contemplá-las em seus cursos. (COMPERJ, 2008a, 249-50)

Deste trecho, destaca-se uma observação: o “alinhamento” da instituição de ensino para os propósitos da empresa e, conseqüentemente, a absorção do léxico da educação para a conformação da nova pedagogia da hegemonia. Esta visão de mundo é que norteará, como suposto, esta iniciativa. Estarão presentes a perspectiva da possibilidade da inclusão social em massa, do “capital humano”, da (falta) de educação como “gargalo” do desenvolvimento, do empreendedorismo, da “empregabilidade”, “das competência e habilidades”, ou, em outras palavras, a redução da educação a uma série de competências que serve, sobremaneira, para ajustar o indivíduo a cada nova circunstância, sempre sob a inevitabilidade das relações capitalistas de produção e sem horizonte para a sua devida crítica. Como analisado por Lopes (2012) a produção do material didático do PROMINP se dá sob a aprovação das respectivas associações patronais de classe. O fluxo de procedimentos do CICOMPERJ está representado na Figura 8 abaixo.

***Figura 8- Macro Fluxo do Centro de Integração do COMPERJ***



Fonte: Extraído de (PLANO IMPACTO AMBIENTAL-COMPERJ, 2008).

Diante ao diagnóstico de que parcela das ocupações demandadas não seria suprida com as instituições locais, o COMPERJ decide inaugurar uma sede física para o Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ). Este centro ficou pronto em 2009 e contava com ótima estrutura física, instalado em prédio construído para esta finalidade, capacidade de atendimento de até 370 alunos por turno, 18 salas de aula, biblioteca, auditório, laboratório de informática, refeitório, quadra esportiva polivalente, salas administrativas, entre outras instalações. Embora não tenha havido Centros de Integração nos demais Municípios do CONLESTE, o COMPERJ promoverá cursos de qualificação profissional- gratuitos- nestas localidades com parceria de instituições privadas locais, parcela das iniciativas ligadas ao Centro de Integração, portanto, não ocorrerá na sua sede, em São Gonçalo (COMPERJ INFORMA, 2013a).

Dos seis editais divulgados pelo PROMINP, apenas em três, a partir do Edital 02/2008, a sede do CICOMPERJ (São Gonçalo) passou a fazer parte da oferta de vagas para o programa e os Editais 02/2006, 01/2007 e 02/2007 referentes ao 1º e 2º ciclos de qualificação não ofereceram vagas para nenhum município do CONLESTE. Todavia, utilizamos, no levantamento feito, apenas as vagas ofertadas para os municípios do consórcio. Com isso, agregou-se aos dados da sede do CICOMPERJ, as vagas ofertadas em Niterói, por este mesmo motivo, não se contabilizou as vagas ofertadas para a capital do Estado, o Município do Rio de Janeiro. Obviamente que o mercado de trabalho tem uma fluidez que não se atém a estas arbitrarias classificações e que um egresso do PROMINP do Rio de Janeiro pode ser empregado nas obras do COMPERJ. No entanto, este porém não invalida o que se busca aqui demonstrar: que a oferta (quantidade e qualidade) educacional sob a direção empresarial promove o padrão

burguês de escolarização e, ademais o seu discurso democratizante, reforça sua duplicidade de redes, reproduzindo, com isso, o desenvolvimento desigual e combinado e endossando a “produtividade da escola improdutiva” na medida em que conforma ideologicamente, qualifica minimamente, ao passo que submete o trabalhador a superexploração econômica. Por outro lado, quando se trata de formar os quadros que ocuparão a direção econômica e política, o padrão é outro, conforme foi possível perceber nos programas da cadeia P&G para a formação de pesquisadores e qualificação de sua própria força de trabalho. As vagas para a região do CONLESTE estão organizadas no quadro a seguir, organizados por edital, município, exigência de escolaridade mínima e pelo curso de qualificação, de acordo com os editais do PROMINP. Ao menos no plano ideológico, esta iniciativa surtiu efeito, já que a procura pelas vagas do PROMINP fora crescente: segundo o *Boletim COMPERJ Informa*, o Edital de 2010 batera recorde de inscritos na região: 9,3 mil inscritos para aproximadamente 2,7 mil vagas (São Gonçalo com 1744 e Niterói com 1000). Já o Edital de 2012, com 3,5 mil vagas para São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro recebeu o quantitativo de 50 mil candidatos (COMPERJ INFORMA, 2010, 2012).

**Quadro 4-** Vagas para qualificação no CICOMPERJ de acordo com os Editais PROMINP.

Edital	Localidade do Curso	Escolaridade exigida	Qualificação	Qtd. De Vagas
<b>01/2008</b>	Niterói	Básico II	CM - Mecânico Montador	112*
			CM - Soldador de Estrutura	160*
		Médio	ENG - Desenhista Projetista de Tubulação	226
			ENG - Projetista PDMS	76
		Superior	CM - Chefe de Obra	19
			CM - Engenheiro de Campo - Construção e Montagem	30

			CM - Engenheiro de Campo - SMS	30
			Engenheiro de Condicionamento/Comissionamento	29
			CM - Engenheiro de Planejamento	30
			ENG - Engenheiro de Caldeiraria / Fornos	13
			ENG - Engenheiro de Equipamentos Estáticos	11
<b>02/2008</b>	Niterói	Nível Básico II	CM- Encanador	64*
			CM- Montador	48
			CM - Soldador de Estrutura	64*
		Nível Médio	ENG- Desenhista Projetista de Tubulação	32*
			ENG- Projetista PDMS	19*
		Nível Médio II	ENG- Desenhista Projetista de Tubulação	2*
			ENG- Projetista PDMS	1*
	São Gonçalo	Nível Médio	CM–Encarregado de Estrutura	80**
CM- Topografo			40**	
<b>01/2010</b>	Niterói	Nível Básico II	CM-Mecânico Montador	48
			CM- Montador	192
			CM - Soldador de	304

			Estrutura	
		Nível Médio II	ENG - Desenhista Projetista de Tubulação	48
			ENG - Projetista CAE Elétrica.	42
			ENG - Projetista CAE Instrumentação	70
			ENG - Projetista CAE Tubulação	70
			ENG - Projetista PDMS	57
		Técnico de Nível Médio	ENG - Administrador COMOS	14
			ENG - Administrador de PDMS	14
			ENG - Administrador COMOS	1
			ENG - Administrador de PDMS	1
		Superior	CM - Engenheiro de Campo - Construção e Montagem	30
			CM - Engenheiro de Suprimento	30
			Eng - Engenheiro de	30

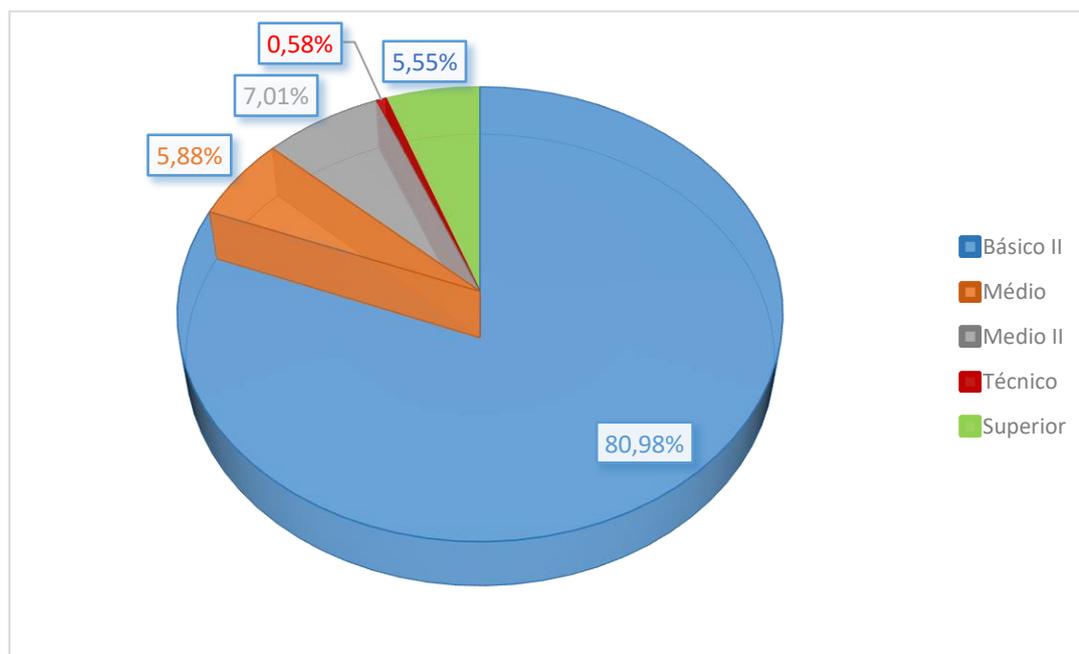
			Processamento Petroquimico	
			Eng - Engenheiro de Processamento Petroquimico	2
			ENG - Projetista CAE Processo	28
			ENG - Projetista CAE Processo	2
		Nível Médio II	ENG - Desenhista Projetista de Tubulação.	3
			ENG - Projetista CAE Elétrica.	3
			ENG - Projetista CAE Instrumentação.	5
			ENG - Projetista CAE Tubulação.	5
			ENG - Projetista PDMS.	3
	São Gonçalo	Nível Básico II	CM- Caldeireiro	96
			CM- Encanador Industrial	368
			CM- Isolador	32
			CM-Mecânico Montador	32
			CM- Montador	112
			CM - Soldador de Estrutura	288
			CM- Soldador de Tubulação	816
<b>Edital 01/2012</b>	Niterói	Nível Básico II	CM- Encanador	64*
			CM- Montador	48*

			CM- Soldador de Estrutura	64*
		Nível Médio II	ENG - Desenhista Projetista de Tubulação.	32
			ENG - Projetista PDMS.	19
			ENG - Desenhista Projetista de Tubulação.	2
			ENG - Projetista PDMS.	1
			São Gonçalo	Nível Básico II
	CM- Encanador Industrial	160		
	CM- Mecânico Ajustador	32		
	CM-Mecânico Montador	16		
	CM- Montador	32		
	CM - Soldador de Estrutura	784		
	CM- Soldador de Tubulação	432		
		Nível Médio I	CM – Instrumentista Montador	16

Fontes: Editais do PROMINP. Quadro organizado pelo autor

Se classificarmos as ofertas de vaga de acordo com a escolaridade mínima exigida, teremos a composição do seguinte gráfico abaixo representado

**Gráfico 20-** *Percentual de vagas oferecidas pelos Editais do PROMINP na Região do Conleste por Escolaridade Mínima.*



Fonte: Editais do PROMINP. Gráfico organizado pelo autor.

Analisando o gráfico é possível perceber que, naquela localidade a imensa maioria das vagas (algo em torno de 81%) destina-se a trabalhadores cuja escolaridade é apenas o ensino fundamental, o que corrobora a análise de formação acelerada para o trabalho simples. A carga horária de cada curso é bastante variada, mas nenhum curso de nível básico, médio ou técnico ofertado ultrapassou a carga horária de 600 horas, inferior, portanto a carga horária de 800 horas, a mínima requerida para a emissão de diploma de nível técnico (PROMINP, 2010). Todas as vagas ofertadas em ensino superior eram para o Município de Niterói que já conta com uma Rede de Ensino Superior bem mais estruturada que São Gonçalo e Itaboraí devido, sobretudo, a presença da Universidade Federal Fluminense. Na região de São Gonçalo e Itaboraí, mais pobres e com índices educacionais menos desenvolvidos que Niterói, o percentual de vagas para qualificações cuja exigência mínima era apenas o fundamental, chegou a 96%. Ora, o que aqui busca se demonstrar ao cotejar estes indicadores é que efetivamente, estas iniciativas educacionais não “transformam a realidade” daquela região conforme o discurso propagado, ao contrário, elas se aproveitam de uma situação historicamente já desenhada e, reforçando estas diferenças, aprofunda as suas contradições. Segundo Souza (2017, p. 102)

Na atualidade, as políticas de educação profissional materializam-se sob uma dualidade educacional de novo tipo, através de uma pseudodemocratização e de uma expansão das vias formativas e de acesso à certificação. Contudo, ter

uma grande quantidade e uma variedade de vias formativas, através de programas e cursos destinados à qualificação dos jovens e adultos trabalhadores, não significa dizer que haja uma oferta ampla de acesso aos múltiplos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Ao contrário, esses programas apresentam uma multiplicidade de perfis formativos pulverizados, desiguais e irregulares, cuja essência só pode ser revelada se apreendermos o ‘efeito de conjunto dessa variedade de ações instáveis e orgânicas à lógica da forte fragmentação do trabalho e do imprescindível controle social’...

Mesmo as vagas direcionadas ao Ensino Superior naquela região são inferiores ao percentual do Estado do Rio de Janeiro<sup>87</sup>. Não obstante o intuito de oferecer cursos de nível superior e pós-graduação estivesse presente no discurso oficial, o grande foco do CICOMPERJ era exatamente este, a formação de força de trabalho simples. O Plano socioambiental afirma: “pesquisas recentes indicam que durante a fase de construção e montagem do COMPERJ haverá um crescimento da demanda por profissionais do nível básico e técnico, que atinge o seu pico em 2011” (COMPERJ, 2008a, p. 255).

O CICOMPERJ não se destinou apenas a formação de trabalhadores pelo PROMINP. Outras iniciativas foram implementadas, se utilizando, inclusive, do aparato público para tanto. De acordo com o *Plano socioambiental do COMPERJ*, identificou-se “a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social da região sob o enfoque empresarial, visto que com a chegada do empreendimento, os fornecedores deverão atender todas as exigências da PETROBRAS” (COMPERJ, 2008a, p. 254). Em certa medida, é possível afirmar, que o CICOMPERJ buscou educar também o empresariado da região como forma de suprir parcela de suas demandas através da oferta local. Ali se realizou uma série de encontros, workshops, eventos que buscavam “aprimorar fornecedores em potencial” do COMPERJ através da agenda do empreendedorismo. Conforme assinalado no informativo “COMPERJ Informa” Nº 1, de outubro de 2009, a PETROBRAS assinou um convenio com o SEBRAE

A PETROBRAS, por meio do Centro de Integração do COMPERJ, assinou um convênio com o Sebrae/RJ para capacitar os 11 municípios no entorno do Complexo. O objetivo é desenvolver a prática do empreendedorismo para formar uma rede de fornecedores locais.

As atividades começaram em agosto com dois eventos em Itaboraí: “Café com Negócios” e “Sebrae na Rua”. Os encontros reuniram cerca de 430 pessoas

---

<sup>87</sup> É muito provável que o grosso de vagas para o ensino superior que alavancou o índice do Rio de Janeiro tenha se destinado a capital.

que participaram de palestras, oficinas e consultorias. (COMPERJ INFORMA, 2009, p. 1)

Iniciativa parecida fora oferecida no CICOMPERJ entre 24 de maio a 10 de julho de 2010, quando 450 trabalhadores que já tinham sido qualificados no PROMINP retornaram para o curso “Aprender a Empreender”.

Serão formadas 22 turmas no Centro de Integração em São Gonçalo e o conteúdo do curso prevê: conhecimentos para estruturar uma empresa, formular um plano de negócios, fazer todos os registros necessários, fluxos de caixa, formação de preços de venda dos produtos, conhecimento em gestão etc. Após a conclusão desse projeto piloto, a intenção é disponibilizar o curso para os outros municípios no entorno do empreendimento, tais como, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito. (COMPERJ INFORMA, 2010, p. 1)

Devido à proximidade da Escola Municipal Roberto Pereira à Estrada de acesso ao COMPERJ e sua necessária desativação, a PETROBRAS tratou de reformar a Escola Municipal Geremias Mattos, em Sambaetiba, para que esta pudesse receber os alunos daquela região (COMPERJ INFORMA, 2009). Além disto, um curso de Educação Ambiental fora oferecido para um grupo de educadores da Rede Municipal de Itaboraí, concluído em dezembro de 2009. Mais um curso de educação ambiental, agora abrangendo 230 professores de distintos municípios do CONLESTE, fora encerrado no dia 25 de maio de 2010 (COMPERJ INFORMA, 2010a). Outro programa do CICOMPERJ na região se chamava “profissões do futuro”, cujo objetivo era estimular estudantes do ensino fundamental e médio a optarem pelo ensino técnico nas áreas de petróleo, gás e outras energias. Ainda em 2011, o CICOMPERJ recebeu, com parceria da UFF, o Projeto de Extensão Pré-Universitário Oficina do Saber, com aulas ministradas por alunos da licenciatura da UFF (COMPERJ INFORMA, 2011).

Já o Programa de Desenvolvimento de Mão de Obra busca dar continuidade de estudos e, com isso, aumento da escolaridade a trabalhadores já inseridos no sistema PETROBRAS. Em setembro de 2012 o *Boletim COMPERJ Informa 35*, afirmava que já havia sido formados no COMPERJ 146 alunos por intermédio do programa (COMPERJ INFORMA, 2013b).

O CICOMPERJ ainda firmou convênio com a Rede FAETEC no Rio de Janeiro, a rede de escolas técnicas estaduais. De acordo com convênio, o COMPERJ financiaria as obras de Reforma de duas unidades escolares da FAETEC: a Escola Técnica Estadual Henrique Lage e

Escola de Ensino Industrial do Barreto, ambas as obras foram concluídas em 2009 (COMPERJ, 2008a, COMPERJ INFORMA, 2013b). Em contrapartida, a PETROBRAS pode dispor de salas de aula nestas instituições escolares a fim de oferecer palestras, cursos de formação e aperfeiçoamento nas suas áreas de atuação (COMPERJ INFORMA, 2013b, 2014a). O processo de empresariamento daquela escola é retratado por matéria do Jornal EXTRA<sup>88</sup> de 09 de maio de 2009, cujo título é “*Governo oferece cursos em escola técnica reformada em Niterói*”

Uma escola técnica com ampla capacidade para formar mão de obra especializada para a indústria naval do estado do Rio. Esta é a expectativa do secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, sobre a reforma das escolas Técnicas: Escola Técnica Henrique Lage e de Ensino Industrial (Esei), localizadas no Barreto, em Niterói. As obras, que custaram R\$ 5,6 milhões, viabilizadas em um convênio com a PETROBRAS, foram entregues ontem pelo governador Sérgio Cabral.

[...]

Com a reforma, as escolas estão prontas para oferecer cursos de nível técnico e básico, a fim de capacitar profissionais para trabalharem no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

Na próxima segunda-feira, dia 11 de maio, começam na ETE Henrique Lage as inscrições para o curso de nível básico de qualificação em soldador, que seguem até o próximo dia 16, sábado, com oferta de 240 vagas. A seleção será feita por sorteio, que acontece no dia 20 de maio, e os interessados devem ter 18 anos e o 7º ano (antiga 6ª série) completos.

Nas novas salas, será oferecida qualificação profissional com duração de um ano para quem já possui curso técnico em edificações, eletrotécnica e construção naval/máquinas navais.

Na área de edificações, o profissional será qualificado em topografia e estruturas metálicas; enquanto que na de construção naval e máquinas navais, a certificação será em solda, pintura e isolamento, montagem e mecânica. No segmento de eletrotécnica e eletrônica, o profissional poderá ter qualificação em instrumentista de sistemas, instrumentista montador e em elétrica.

Já no nível básico, além dos cursos que já eram ministrados pela Esei, serão oferecidas qualificação em soldador (completo – mig-mag, tig, eletrodo revestido), com duração média de cinco meses; e em instalações elétricas e prediais, carpintaria, armador de ferro, pedreiro e pintor, que terminam após 2 meses e meio. (EXTRA, 2009)

No Boletim COMPERJ Informa 44, de janeiro de 2014, o próprio complexo indica aspectos desta relação

---

<sup>88</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/governo-oferece-cursos-em-escola-tecnica-reformada-em-niteroi-401068.html> acessado em: 10/03/2019 as 19:07h

A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec) abriu inscrições em cursos de qualificação profissional em todo o estado do Rio de Janeiro, de 21 de janeiro a 4 de fevereiro. Na unidade do Barreto, reformada com recursos da PETROBRAS, 400 vagas nas carreiras de almoxarife, auxiliar financeiro, auxiliar de recursos humanos, auxiliar administrativo, recepcionista e auxiliar de pessoal foram disponibilizadas.

Na região de influência do COMPERJ, existem, ainda, centros de educação tecnológica e profissional e centros vocacionais tecnológicos administrados pela Faetec, que também abriram vagas em turmas voltadas para educação profissionalizante em carreiras ligadas às atividades de implantação do COMPERJ.

A Faetec é uma importante parceira da PETROBRAS na região, contribuindo para elevar o número de pessoas qualificadas e, dessa forma, aumentar a geração de emprego e renda. (COMPERJ INFORMA, 2014, p. 1)

O princípio da concorrência era aprendido dentro de sala de aula sala de aula, haja vista o PROMINP manter a disponibilidade das empresas cadastradas um banco de dados com os seus alunos egressos que contava com distintas informações, inclusive o rendimento individual de cada aluno nos cursos.

O orçamento previsto para o CICOMPERJ orbitava na ordem aproximada de 60 milhões de Reais incluindo desde sua construção, manutenção e financiamento de todas as suas atividades até o ano de 2012, onde seria reavaliado a partir de 2013 e as suas despesas se organizariam de acordo com o cronograma abaixo (PLANO IMPACTO AMBIENTAL-COMPERJ, 2008). Os gastos realmente executados não foram localizados ao longo da pesquisa.

*Figura 9- Cronograma Financeiro do CICOMPERJ*

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	R\$ MM TOTAL
<b>1º Ciclo de Qualificação</b>	0,7	2,2					2,9
<b>2º Ciclo de Qualificação</b>		1,0	1,3				2,3
<b>3º Ciclo de Qualificação</b>			2,3	6,8			9,1
<b>4º Ciclo de Qualificação</b>				4,2	12,7		16,9
<b>5º Ciclo de Qualificação</b>					0,5	1,5	2,0
<b>Obras das Instalações do Centro de Integração</b>	3,2	14,1					17,3
<b>Convênio Petrobras / Sebrae</b>		0,4	0,6	0,6	0,2		1,8
<b>Convênio Petrobras / Faetec – reforma da ETE Henrique Lage</b>		4,3					4,3
<b>Capacitação para o Corredor Ecológico</b>	0,5	1,5					2,0
<b>TOTAL</b>	4,4	23,5	4,2	11,6	13,4	1,5	59

Extraído de (PLANO IMPACTO AMBIENTAL-COMPERJ, 2008).

Com o encerramento dos editais do PROMINP, o CICOMPERJ ainda lançou mão de iniciativas profissionalizantes por meio de parceria com o SENAI, durante todo ano de 2014. Todavia, sinais da crise, embora estes cursos pudessem servir tangencialmente para a cadeia P&G, eram cursos não ligados a atividade-fim da cadeia e, portanto, mais genéricos, como o de modelista, costura industrial e construção civil. O Boletim COMPERJ Informa 55 afirma que nesta parceria, após um ano, foram formados 1700 trabalhadores. (COMPERJ INFORMA, 2014b).

Outros programas sociais e iniciativas são apoiados pela PETROBRAS na região do CONLESTE. O Projeto MOVA- Brasil, realizado em parceria com o Instituto Paulo Freire e a Frente Única dos Petroleiros (FUP) buscou alfabetizar 2920 jovens e adultos na região (COMPERJ INFORMA, 2013). Além disso, a Petrobrás lançava bianualmente editais de patrocínio de programas sociais na região, podendo serem contemplados com financiamento de até R\$ 300 mil. Estes projetos sociais mantinham, no período analisado, algumas características comuns. São voltados para a infância e a adolescência (em sua grande maioria) ou para mulheres, em regiões de maior “vulnerabilidade social” e pretendem promover a “inclusão

social” através da qualificação profissional e da formação cidadã. Algumas destas iniciativas utilizam, inclusive, a estrutura pública para a sua realização.

Também devido à chegada do COMPERJ foi autorizada, em 2012, a construção de uma unidade do Instituto Federal Fluminense em Itaboraí (IFF-Itaboraí), a primeira desta autarquia na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Embora sofrendo distintos ataques, desde a contrarreforma do Ensino Técnico da década de 1990, os Institutos Federais de Educação Tecnológica são espaços de excelência em vista do conjunto do sistema educacional brasileiro. Importa notar que os IFETs são autarquias autorizadas a ministrarem cursos superiores e pós-graduação, inclusive *stricto sensu*. Esta iniciativa, poderíamos considerar, como uma ação para a formação de trabalhadores com maior nível de qualificação na região do CONLESTE, em especial Itaboraí. Segundo Leher (2018)

As pressões para ofertar cursos de menor complexidade e duração, especialmente nos Institutos Federais, nos moldes do PRONATEC e dos *community colleges*, foram particularmente eficazes. Entretanto a própria base institucional dos IFET abriu novos e interessantes percursos formativos: existem importantes iniciativas nos IFET que associam formação cultural e científica ampla com a educação profissional. (LEHER, 2018, p. 25-26)

As previsões da época eram de que, em dois anos (2014, portanto) a unidade estaria iniciando as suas atividades<sup>89</sup>. No entanto, em início de 2019, a referida unidade escolar ainda se encontra em fase de construção, sem previsão de funcionamento. Esse aspecto, a nosso ver, somente endossa o que viemos aqui analisando: a expansão (ou recuo) da educação sob a direção empresarial no Estado ampliado se dá conforme os desígnios das classes dominantes, reproduzindo a dupla rede e conformando para a superexploração.

O que este último capítulo buscou analisar fora, justamente, as principais formas de atuação do empresariado da cadeia P&G na conformação de um exército industrial de reserva na região do COMPERJ. Para o empresariado brasileiro, é papel da sua classe educar a classe trabalhadora na sua ideologia, hábitos, modo de vida, costumes, etc. Neste agir, percebemos que se reproduz tanto no passado como com mais potência no presente, alguns aspectos fundamentais. Primeiro, a dupla rede escolar. Para as classes trabalhadoras, em especial as mais

---

<sup>89</sup> Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria/noticias/implantacao-dos-campus-padua-e-itaborai-em-andamento> acessado pela última vez: 26/10/2018 às:17:09h.

pauperizadas, se oferece uma escola cujo horizonte se encerra no mercado de trabalho manual, pouco complexo, superexplorado, etc. Isso se representa desde os valores envolvidos a quantidade de força de trabalho tida como “público-alvo”. Os programas da ANP de financiamento de pesquisas, o da própria PETROBRAS em comparação ao PROMINP reforçam este desenvolvimento que é desigual e combinado. A formação para um trabalho precarizado por intermédio da ideologia social liberal, da inevitabilidade do capital e da necessária resiliência, entre outros aspectos também se observou nesta análise. O empresariamento da educação, o setor petrolífero não só conforma o conteúdo programático das instituições parceiras como provoca mudanças nas ofertas de cursos da rede FAETEC, pública, consoante seus interesses. Mediante a necessidade imperiosa do lucro, cria mecanismos de controle do custo da força de trabalho, como forma de maximizar o mais-valor. A privatização da educação, na medida em que recursos públicos são destinados a instituições privadas que seguem a lógica do mercado. Contribuem para o descompromisso do Estado com o financiamento e gestão da educação, entregando-os a “sociedade civil”. A autocracia se demonstra inclusive nas iniciativas de “responsabilidade social”: enquanto houve interesse do capital elas ali existiram, na medida em que a mudança de conjuntura modifica estes interesses, elas, simplesmente, deixam de existir. Em suma, são investimentos sociais privados<sup>90</sup> e representam aquilo descrito por Motta (2012) como “Ideologia do capital social” e por Neves (2005) como a “nova pedagogia da hegemonia”. Nem na sua mais bela maquiagem, o capital deixará de se comportar conforme a sua lógica interna: a necessidade de expansão e, para isso, o aumento da extração da mais-valia de acordo com o padrão vigente de acumulação. Este fora, a nosso ver, o determinante que deu sentido a todas estas ações, aparentemente, fragmentadas que não estão articuladas para viabilizar a elevação da formação propedêutica dos estudantes pois que estes cursos não estão inseridos em circuitos de formação propedêutica/tecnológica de maior durabilidade, mitigando as possibilidades educacionais dos trabalhadores e trabalhadoras a serem qualificados.

---

<sup>90</sup> Segundo Motta (2013) o investimento social privado é uma superação da teoria da responsabilidade social onde o empresário era estimulado a participar das soluções dos problemas sociais, através de programas e projetos. O investimento social privado preconiza, além disso, a busca por resultados, metas, planejamento e avaliação que consigam mensurar o êxito da ação.

## CONCLUSÃO

A análise aqui realizada buscou pesquisar os principais mecanismos dos operadores da cadeia de petróleo e gás para a conformação de parcela da classe trabalhadora por intermédio da oferta educacional destinada a qualificação (e formação de superpopulação relativa) na cadeia de petróleo e gás. Neste movimento, se revelou o interesse imediato destas frações do capital no sentido de conformar uma superpopulação relativa que “abasteça” o seu empreendimento de força de trabalho, reforçado de que, na etapa em que a obra fora interrompida ainda se consistia, fundamentalmente, de atividades ligadas a construção civil pesada. Ademais, além da conformação de um exército industrial de reserva, observou-se o privilégio a um tipo de formação aligeirada, desarticulada, que não permite a ascensão propedêutica ou tecnológica daquele trabalhador. Com isso, esta oferta educacional ajuda na reprodução do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro que se relaciona com a condição heteronômica de nossa cultura e economia, com a forma autocrática da burguesia local, com a duplicidade de rede e na conformação de trabalhadoras e trabalhadores precarizados, que se adapte a formas tradicionais e renovadas de superexploração. Com a privatização da educação, na medida em que recursos públicos são destinados a instituições privadas que seguem a lógica do mercado. Contribuem para o descompromisso do Estado com o financiamento e gestão da educação, entregando-os a “sociedade civil” (entenda-se, empresariado). As ofertas educacionais daquela região se configuram desta forma (e não de outras, possíveis) porque representa, além de uma correlação de forças muito vantajosas para as elites brasileiras, a manifestação daquelas importantes determinações.

Desta maneira, esta forma de qualificação se adequa a sociedade do desemprego em massa e da intermitência dos postos de trabalho e expressa, naquela região, o sentido político das contrarreformas que vem sendo gestados na educação, com vistas ao atingimento a escola pública e com particular foco na educação profissional. A agenda regressiva que ataca o caráter público da escola, embora se radicalize nos últimos tempos, vem sendo gestada de longa data, com distintos aparelhos privados de hegemonia, alguns com particulares características do próprio partido político, na acepção gramsciana, caso do TPE. Outros, mais localizados, buscam pautar políticas mais específicas para o seu setor de atividade econômica, como o caso do IBP. Ambos operam em favor do empresariamento de novo tipo da educação, pois assumem papel que cabia ao Estado, recebem dinheiro público para tanto e permitem ao Estado focalizar seus recursos no pagamento da dívida pública. Ambos, em suas iniciativas, reproduzem políticas

que reforçam a heteronomia cultural, ao reproduzirem- em larga escala- uma educação produtiva na sua improdutividade, para reter os termos dialéticos propostos por Frigotto (1984). Fora isto, de forma concreta, que buscamos demonstrar na análise das iniciativas educacionais da região do CONLESTE por intermédio do COMPERJ.

Estas ofertas educacionais da cadeia de petróleo e gás atendem preponderantemente as demandas mercadológicas e, mesmo quando se apresentam como iniciativas de responsabilidade social, quando em momentos de crise, denotam o seu caráter mercadológico. Esta mesma crise que procura redimensionar o papel da PETROBRAS na exploração do petróleo brasileiro, permitindo maior participação estrangeira nas operações petrolíferas em solo e mar brasileiro, conforme debatido no capítulo 3.

Além disso, destitui da formação deste trabalhador as reflexões sociais, críticas, filosóficas, históricas e econômicas ao apregoar uma “formação para o mercado”, no lugar delas, uma série de outros conhecimentos se legitimam como mais válidos: empreendedorismo, gestão de conflitos, sustentabilidade, pró- atividade, gestão financeira, vão ocupando aquele espaço. Tem lugar cativo nesta formulação a “educação profissional”. Neste sentido educam para a nova sociabilidade ao individualizarem todas as possíveis soluções de melhoria de vida, ao imbuir ao indivíduo a culpa no caso de insucesso, ao naturalizarem o capitalismo, dentre inúmeros aspectos, numa potente operação ideológica. Ao empresariamento da educação, subjaz a ideia de que todos são empresários (ou empreendedores) em potenciais. No Brasil, esta potente operação ideológica, que toma sua parte na reconfiguração da escola pública e do caráter do público, terá em APHs da burguesia, tanto local quanto internacionalmente, espaços privilegiados da sua formulação, propagação de acordo com o analisado no capítulo 4.

Estas contrarreformas não só estão de acordo com a ideologia social liberal como auxilia na renovação dos princípios liberais para o capitalismo monopolistas. Como diria Cazusa, um “museu de grandes novidades” que ganhará força no capitalismo a partir da década de 1970 e, no Brasil, na década de 1980, tendo na década seguinte, o auge da sua supremacia, ou a “supremacia neoliberal”, conforme palavras de Castelo (2013).

Em boa parte do recorte temporal da pesquisa, vigorou, em parte do discurso governamental, a ideia de que vivíamos sob a égide de um novo modelo de desenvolvimento que conjugava crescimento econômico e inclusão social. Todavia, este discurso não correspondeu ao eixo central das políticas macroeconômicas, pautadas no ajuste fiscal, no superávit primário, na contenção de gastos sociais, na financeirização das políticas sociais e dos

recursos públicos sendo esta agenda própria do (neo)liberalismo, mais do que qualquer outro verniz ideológico. Estas premissas sustentam o novo padrão de acumulação de capital, hiperfinanceirizado e que necessita expandir os seus círculos de extração de mais valor ao máximo, a fim de “evitar” a inevitável crise cíclica econômica. E no momento em que os lucros diminuem, os países centrais (associados aos seus sócios minoritários dos países dependentes) aprofundam os seus mecanismos de subordinação do capital império, mormente por intermédio de mecanismos econômicos e políticos e, quando estes não bastam, militar.

À classe trabalhadora dos países dependentes, cujo peso da exploração dá-se de forma mais aguda, cabe o entendimento, novamente comprovado pela história, que não cabe concessões aos setores da classe dominante (por mais que sua aparência progressista e moderna tente nos ludibriar) e que apenas um projeto radicalmente democrático, radicalmente classista é capaz de romper com os laços heteronômicos, autocráticos e dependentes. Este projeto radical tem, por óbvio, a escola pública e a Universidade pública espaços por excelência para o seu fortalecimento e consolidação. Daí que sobressaia a importância dos movimentos em defesa do caráter público da educação. No entanto, novamente, estes movimentos não podem perder de vista àqueles horizontes, a saber: de que é necessário a construção de um projeto radical e de classes, sob pena de limitar-se apenas aos marcos institucionais e, com isso, ser combatido pela heteronomia cultural e autocracia burguesa. Para tanto, faz-se fundamental que a adesão a luta pela escola pública expanda os seus limites corporativos e busque ativamente a adesão dos diversos agentes de classe presentes na sociedade. Os trabalhadores da educação precisam dos demais trabalhadores se quiserem lograr êxito em seus intentos. Necessita dos camponeses, do movimento negro classista, do movimento feminista classista, da juventude, dos sem teto, dos desempregados, etc. (LEHER, 2018). Ao buscar analisar os mecanismos de conformação mediante oferta educacional instrumentalizadas pelo empresariado do petróleo e gás, o que esta pesquisa pretende, ao fim, é contribuir com este objetivo: de ampliar a luta da escola pública voltada aos interesses das classes subalternas e, ao buscar este entendimento e compreensão do movimento burguês, tornar mais claro e eficazes os meios de luta e de resistência.

## Referências

- ABRUCIO, Fernando L. e RAMOS, Mozart N. (Orgs). *Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação*. São Paulo: Fundação Santillana, 2012.
- ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil a ampliação para menos*. – Rio de Janeiro : Lamparina, Faperj, 2009.
- ALMEIDA, Hugo Pinto de. **“Tudo não é por acaso”: exploração, greves, sindicatos surpreendidos e a saúde dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro**. Dissertação Mestrado- ENSPSA, Rio de Janeiro, 2016.
- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade/ Perry Anderson*; Trad. Marcus Penchel- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. – Campinas, SP : Autores Associados, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Introdução*. In: **A crise estrutural do capital/** Isván Mészáros. – São Paulo : Boitempo, 2009, p. 9-16.
- ANTUNES, Ricardo. *A ‘engenharia da cooptação’ e os sindicatos no Brasil recente*. In: *Jornal dos Economistas do Rio de Janeiro*. – Rio de Janeiro, n. 268, novembro de 2011.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. – São Paulo : Boitempo, 2018, Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/?asin=B07DNFHM25> acessado em: 12/02/2019 as 17:27 h.
- BOSCHETTI, Ivanete Salette. *América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento?* In: **Financeirização, Fundo Público e Política Social/** Evilásio Salvador et al. (orgs.). – São Paulo : Cortez, 2012, p. 31-58.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **BNDES: um banco de história e do futuro**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1785/2/BNDES\\_um\\_banco\\_de\\_historia\\_e\\_do\\_futuro\\_A\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1785/2/BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro_A_P_BD.pdf) acessado em: 13/03/2019 as 02:46 h.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado*. Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Plano Nacional de Qualificação- PNQ, 2003-2007*.- Brasília: MTE, SPPE, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. *Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)*. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 de outubro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm) Acessado em: 11/02/2018 às 18:47 h.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de junho de 2014.

Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> . Acesso em: 11/02/2019 às 16:50 h

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Pátria Educadora*: documento para discussão. – Brasília, SAE, julho de 2015.

BRASIL. Isabel (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*- 2ª ed.- Rio de Janeiro : EPSJV, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva nacional*. São Paulo: Ed. 34/ Brasília: ENAP, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Núrria Cunil. *Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal*. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Núrria Cunil. **O público não-estatal na Reforma do Estado**. São Paulo: FGV; 1999. P. 15-48.

BRESSER- PEREIRA, *Teoria Novo-Desenvolvimentista: uma síntese*. In: Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, 145-165, jul-dez. 2016, disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2016/311-Sintese-Teoria-Novo-Desenvolvimentista-CCF.pdf> Acessado em 11/02/2019 às 15:15 h.

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e Financeirização*. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul/dez. 2017. Disponível em: [http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/17702/pdf\\_1](http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/17702/pdf_1) acessado em : 26/01/2019 as 12:46 h.

BRITO, Leonardo Leônidas. *O Intelectual e o desmonte do Estado no Brasil*: Luiz Carlos Bresser-Pereira e o MARE (Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado). Tese de doutorado. ICHF/UFF. Departamento de História, 2016.

BRUNHOFF, Suzanne. *Finanças, capital, Estados*. In: A finança capitalista. Suzanne de Brunhoff et al. – São Paulo: Alameda, 2010.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado. ICHF/UFF. Departamento de História, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. *Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington*. In: **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**/Rodrigo Castelo (org.). – Rio de Janeiro : Pão e Rosas, 2010, p. 119-142.

CARDOSO, Ciro Flamarion, *O Trabalho na colônia*. IN: **História Geral do Brasil**/Maria Yedda Linhares (org.) – 9 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 95-110.

CARDOSO, Fernando Henrique. Apresentação. In: *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva nacional*. / Luiz Carlos Bresser-Pereira.- São Paulo: Ed. 34/ Brasília: ENAP, 1998.

CASTELO, Rodrigo. *Apresentação*. In: CASTELO, Rodrigo. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. – Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 21-34.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. / Rodrigo Castelo – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTI, David. **O capital da Construção Civil no contexto do neodesenvolvimentismo e as teias das relações perigosas na estratégia do Novo Bloco de Poder hegemônico no Brasil**. Tese de Doutorado.- Recife : PPGSS/UFPE, 2014.

CHESNAIS. François. *O capital portador de juros*. In: CHESNAIS. François. **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. – São Paulo : Boitempo, 2005, p 35-68.

COLEMARX & ADUFRJ. Plano Nacional de Educação 2011-2020: Notas críticas. Rio de Janeiro: ADUFRJ, 2013. Disponível: <http://seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim558.pdf>. Acessado em: 07/03/2015 as 21:55 h.

COLEMARX. *Plano Nacional de Educação 2014-2024: Novos elementos de pesquisa e de crítica*. – Rio de Janeiro: EDC – Editora Didática e Científica, 2016.

COMPERJ INFORMA. Itaboraí, RJ : COMPERJ, nº 01, 2009.

\_\_\_\_\_. Itaboraí, RJ : COMPERJ, nº 05, 2010.

\_\_\_\_\_. Itaboraí, RJ : COMPERJ, nº12, 2012.

\_\_\_\_\_. Itaboraí, RJ : COMPERJ, nº30, 2013.

\_\_\_\_\_. Itaboraí, RJ : COMPERJ, nº35, 2013b.

\_\_\_\_\_. Itaboraí, RJ : COMPERJ, nº37, 2013c.

\_\_\_\_\_. Itaboraí, RJ : COMPERJ, nº40, 2013a.

\_\_\_\_\_. Itaboraí, RJ : COMPERJ, nº44, 2014

\_\_\_\_\_. Itaboraí, RJ : COMPERJ, nº55, 2014a

CONSELHO NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). *Situação das Instituições de Ensino Superior e Pesquisa na Amazônia- Caso dos Institutos Federais*. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/documentos/apresentacao-sr-uberlando-leite-ifro/view> acessado em: 16/03/2019 as 17:21h.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO LESTE FLUMINENSE (CONLESTE). *Estatuto Social*. Rio Bonito, 2006. Disponível em: <http://conleste.com.br/legislacao/> acessado em 08/03/2019 as 10:29 h.

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento CONLESTE 2018-2030: Indicadores socioeconômicos*. Itaboraí, 2018. Disponível em: <https://www.conleste2030.com.br/copia-o-projeto> acessado em: 09/03/2019 as 12:37 h.

CORRÊA, Maria Letícia. Políticas públicas e Nacionalismo nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1090.pdf> Acessado em : 07/03/2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político* - 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A hegemonia da pequena política*. In: **Hegemonia às avessas** (org.) Frascisco de Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2010, p.29-43.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 6ª edição, 2009.

DAHMER, Larissa. *Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da Formação profissional*. Tese de Doutorado, PPGSS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

DEMIER, Felipe. *Apresentação*. In: **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo : Sundermann, 2008, p.7-14.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ : Vozes, 1981.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. *Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira*. In: TrabalhoNecessário – [www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario); Ano 10, Nº 15/2012. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf> acessado em: 07/03/16 as: 21:33 h.

FALEIROS, Ialê; MELO, Marcelo Paula. *Reforma da Aparelhagem Estatal: novas estratégias de legitimação do social*. In: **A Nova pedagogia da hegemonia**. Estratégias do Capital para educar o consenso/ Lúcia Maria Wanderley Neves (org.). São Paulo: Ed. Xamã, 2005, p. 175-192.

FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. – São Paulo : EdUSP, Imprensa Oficial do Estado , 2001.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*.-5ª edição- São Paulo : Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Ed. Global, 2008.

FERREIRA JR., Amarílio. *História da Educação Brasileira : da colônia ao século XX*. – São Carlos, SP : EdUFSCar, 2010.

FONSECA, Marcus Vinícius de Araújo. *Valorização dos Relatórios de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – RP&DTs: um estudo embasado em práticas internacionais, em opiniões de pesquisadores e na proposta de indicadores.* – Rio de Janeiro : Coppe/ UFRJ, 2013.

FONSECA MOREIRA, Paulo Alexandre da. *Marketing Social Corporativo Comunitário: Um Estudo Sobre o Centro de Integração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro / Paulo Alexandre da Fonseca Moreira; orientador: André Lacombe Penna da Rocha.* - Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Administração, 2008.

FONTES, Virgínia. *Brasil e o capital imperialismo./ Virgínia Fontes.* Rio de Janeiro: ESPSJV, UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-pertinentes: História e Capitalismo Contemporâneo.* Rio de Janeiro. Ed. Bom Texto, 2005.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade.* 7ª ed. São Paulo. Ed. Centauro, 2007.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade/ Milton Friedman, Rose Friedman (co-autora); trad. Luciana Carli.* – 3ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame da relações entre Educação e Estrutura Econômico- Social Capitalista.* – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.* – São Paulo : Abril Cultural, 1983.

FURTADO, C. *Formação Econômica da América Latina.* Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1968.

FURTADO, Celso. *A Formação Econômica do Brasil.- 32ª Ed.* – São Paulo : Companhia Editora Nacional, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *O Leitor de Gramsci.* Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere.* Vol. 2/ Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho- 5ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere.* Vol. 3/ Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho- 5ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere.* Vol. 5/ Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial.* 3ª edição- São Paulo: Ática, 1980.

GOMES, Ângela de Castro. *Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo.* IN: **Revista Varia História**, Nº 28, P. 55-68, dezembro 2002.

GUERRIEIRO, Lídice de Barros. *Sociedade civil e mercado na Agenda 21: usos do poder local na construção pedagógica da hegemonia*. In: Revista IDEAS, v. 7, n. especial, pp. 305-342, 2013.

GUIOT, André Pereira. *Dominação Burguesa no Brasil: estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010*. Tese de Doutorado, UFF/ICHF, Departamento de História, 2015.

GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*/ Anthony Giddens; tradução de Maria Luiza X. de A. Brogues- 2ª Tiragem- Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, A. *A Terceira Via e seus Críticos*/ Anthony Giddens; trad. Ryta Vinagre.-Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: EDUNESP, 2007.

HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão* / F. A. Hayek. – São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 17. ed. [Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves] São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo* / tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP : Boitempo , 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS (IBP) *Relatório de Atividade*. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. *Agenda Prioritária da Indústria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis 2014-2015*. Rio de Janeiro, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades 2015*. Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades 2016*. Rio de Janeiro, 2016.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividades 2017*. Rio de Janeiro, 2017.

\_\_\_\_\_. *Agenda Prioritária da Indústria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis 2017*. Rio de Janeiro, 2017a.

\_\_\_\_\_. *IBP celebra seu 61º aniversário e o dia da indústria*. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/noticias/ibp-celebra-seu-61-aniversario-e-o-dia-da-industria/> acessado em 07/03/2019 as 03:09h .

\_\_\_\_\_. *Revista Think Energy*. Rio de Janeiro : IBP, 2018.

\_\_\_\_\_. *Edição Especial – 50 anos de IBP*. Rio de Janeiro. s/d. disponível em: <https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2015/07/PetroQuimica-50-anos-IBPnov07.pdf> acessado em: 15/03/2019 as 23:44h, 2019

\_\_\_\_\_. *Revista TN Petróleo*. Nº 56. Rio de Janeiro. s/d. Disponível em: [https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2015/07/TN-Portugues\\_50-anos-IBP.pdf](https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2015/07/TN-Portugues_50-anos-IBP.pdf) acessado em: 15/03/2019h as 23:43h. 2019a.

ITURBE, Alejandro. *O sistema financeiro e a crise da economia mundial*. – São Paulo : Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

JAMENSON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. - 2.ed. -São Paulo: Ática, 2007.

KAPLAN, Leonardo. A inserção capitalista dependente do Brasil e a política de escolas sustentáveis: estudo de caso na Baía de Sepetiba (RJ). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro : FE/PPGE/UFRJ, 2017.

KOFLER, Leo. *História e Dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista*.- Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. – Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2011.

LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira e MOTTA, Vânia. *A formação do Exército Industrial de Reserva e a precarização da Educação no Brasil: uma reflexão preliminar*. Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, UNICAMP, Campinas, 2015.

LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira. *O conselho do FUNDEB no município de Itaboraí e a democracia da terceira via: uma análise crítica*. Dissertação de Mestrado. PPGE/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. *Educação e agronegócio: A nova ofensiva do capital nas escolas públicas*./ Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa – Curitiba, Ed. Appris, 2016.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz e MACEDO, Jussara Marques de. *A regulação do trabalho docente no contexto da reforma gerencial da educação*.IN: **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2288/2291> acessado em : 07/03/2016 as 21:30 h

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. O abandono da PROMINP e o retrocesso na política de qualificação profissional. In: Revista Fórum. – Santos, SP: 2017. Disponível em : <https://www.revistaforum.com.br/o-abandono-da-prominp-e-o-retrocesso-da-politica-de-qualificacao-profissional/> acessado em: 07/03/2019 as 15:53 h

LEHER, Roberto. **PAC, Educação e heteronomia cultural**. In: R. Pol. públ., v. 11, n. 1, p. 9-33, jan./jun. 2007.

LEHER, Roberto. *25 anos de educação pública: notas para um balanço do período*. IN: Guimarães, Cátia (Org.) **Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS**. / Organizado por Cátia Guimarães, Isabel Brasil e Márcia Valéria Morosini. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010 p. 29-72.

LEHER, Roberto. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes*/ Roberto Leher. - Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEHER, Roberto; Olinda, EVANGELISTA. *Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira*. In: **TrabalhoNecessário** – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 10, Nº 15/2012. Acessado em: 04/10/2013 às 10:18 am.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo – Etapa Superior do Capitalismo*. – Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA, Kátia regia de Souza; MARTINS, André Silva. *Pressupostos, princípios e estratégias*. **In: A Nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso/ Lúcia Maria Wanderley Neves (org.)**. – São Paulo: Xamã, 2005

LOPES, Luís Augusto. *A Qualificação Profissional nas tramas da terceirização: O setor petrolífero, a Petrobrás e o Prominp*. 232 f.il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012

LUPATINNI, Márcio. *Crise do capital e Dívida Pública*. In: Financeirização, fundo público e política social/ Evilásio Salvador ... [et al] (orgs.).- São Paulo : Cortez, 2012, p. 59-92.

MARX, Karl. *O manifesto Comunista*- São Paulo: Boitempo, 1998.

\_\_\_\_\_ *Contribuição à crítica da economia política*. 2a edição. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_ *O capital: A crítica da econômica política: Livro I: O processo de produção do capital*- São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. *A dialética da dependência*. IN: **Ruy Mauro Marini: Vida e obra/ Roberta Traspadini, João Pedro Stédile (orgs.)** – São Paulo; Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. *A crise do desenvolvimentismo* In: **Encruzilhadas da América Latina no século XXI/ Rodrigo Castelo (org.)**. – Rio de Janeiro : Pão e Rosas, 2010, p-103-118.

MARTINS, André Silva. *A Educação Básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”*. In: Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28 , jan.-jun. 2009. Disponível em <http://www.periodicos.uepg.br> acessado em: 07/03/16 às 21:34 h.

MARTINS, André Silva; OLIVEIRA, Daniela Motta de; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; MELO, Marcelo Paula de; SANTOS, Marco Antônio Carvalho. *Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia* In: NEVES, Lúcia Martins Wanderley (org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. – São Paulo : Xamã, 2010, p. 96-154.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil*. In: Revista Tempos Históricos- M.C. Rondon- v 05/06 – p.11-34- 2003/2004

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. –São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *E.P.Thompson e a tradição da crítica ativa do materialismo histórico*. – Rio de Janeiro : EdUFRJ, 2012.

MÁXIMO, Rosely. *O IBP e a história do Petróleo no Brasil*. In: Revista Brasil Energia, nº 324, novembro de 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

MERCADANTE, Aloísio. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula, 2003-2010*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 17 de dezembro de 2010.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI- socialismo ou barbárie?* São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

MIRANDA, Kênia de. *Pátria educadora para quem?* O governo Dilma Rousseff e o empresariamento da educação. 2015. Disponível em : <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/03/02/patria-educadora-para-quem-o-governo-dilma-rousseff-e-o-empresariamento-da-educacao/> acessado em : 07/03/16 as 21:49 h.

MIRANDA, Kênia de; RODRIGUES, José. *Trabalho e Educação: perfil de formação da classe trabalhadora em um país dependente como o Brasil*. In: DAHMER, Larissa; MOTTA, Vânia. **Educação e Serviço social: subsídios para uma análise crítica**. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017, p. 85-114.

MOTTA, Vânia Cardoso da. *Ideologia do Capital Social: atribuindo uma face mais humana ao capital*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História, Memória e tempo presente*. In: **Novos Domínios da história?** Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 a.

MOREIRA, Regina da Luz; LAMARÃO, Sérgio Tadeu Niemeyer. *Ele voltou... o segundo governo Vargas > Petrobras*. 2017 Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras> acessado em 14/03/2019 às 04:11h.

NAKATANI, Paulo. *O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE DEUDA PUBLICA DO OBSERVATORIO INTERNACIONAL DA DÍVIDA). Caracas, Venezuela, set. 2006. Disponível em: [http://www.cadtm.org/IMG/pdf/Paulo\\_Nakatani.pdf](http://www.cadtm.org/IMG/pdf/Paulo_Nakatani.pdf) acessado em: 24/01/2019 as 13:46 h.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A Nova pedagogia da hegemonia*. Estratégias do Capital para educar o consenso/ Lúcia Maria Wanderley Neves (org.). São Paulo: Ed. Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Martins Wanderley (org.). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. – São Paulo : Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista- O Ornitórrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. – São Paulo: Boitempo, 2010.

PLANO DE IMPACTO AMBIENTAL- COMPERJ Petrobras - Concremat Engenharia [online]. 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10211316-Plano-basico-ambiental-comperj-fase-de-implantacao-da-infra-estrutura-de-urbanizacao-parte-ii-programas-socioambientais.html> acessado em:28/03/2013 as 15:25h

PETROBRAS. *Relatório de Atividade de 2007*. Rio de Janeiro, 2007.

PETROBRAS. *Plano de Gestão e Negócios 2007-2012*. Rio de Janeiro, 2007a.

PETROBRAS. *Relatório de Atividade de 2008*. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2008-2013*. Rio de Janeiro, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2009*. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2009-2014*. Rio de Janeiro, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2009*. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2009-2014*. Rio de Janeiro, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2010-2015*. Rio de Janeiro, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2011*. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2011-2016*. Rio de Janeiro, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2012*. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2012-2017*. Rio de Janeiro, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2013*. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2013-2018*. Rio de Janeiro, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2014*. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2014-2019*. Rio de Janeiro, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2015*. Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2015-2020*. Rio de Janeiro, 2015a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2016*. Rio de Janeiro, 2016.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2016-2021*. Rio de Janeiro, 2016a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2017*. Rio de Janeiro, 2017.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2017-2022*. Rio de Janeiro, 2017a.

\_\_\_\_\_. *Relatório de Atividade de 2018*. Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão e Negócios 2018-2023*. Rio de Janeiro, 2018a.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. – Rio de Janeiro : Intrínseca, 2014.

PINTO, Eduardo Costa, VILAIN, Caroline Scotti. *Impactos da “flexibilização” do Conteúdo Local, dos royalties e do Repetro*. In: Revista Carta Capital, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/impactos-da-201cflexibilizacao201d-do-conteudo-local-dos-royalties-e-do-repetro/> acessado em: 07/03/2019 as 17:51h

PINTO, Eduardo Costa; GONÇALVES, Reinaldo. *Transformações Globais, Modelo Liberal Periférico e educação no Brasil*. In: MOTTA, Vânia; DAHMER, Larissa (orgs.). Educação e Serviço Social: Subsídios para uma análise crítica. – Rio de Janeiro ; Lumen Juris, 2017, p. 11-30.

PORCHMAN, Márcio. *Perspectivas do desenvolvimento brasileiro*/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Brasília: Ipea, 2010

PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*. – São Paulo: Ed. Brasiliense, 1967.

PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE PETRÓLEO E GAS NATURAL. Desenvolver Programa de Inserção de Pessoas com Experiência Na Indústria de Petróleo e Gás. PROMINP, 2013a

QUADRAT, Samantha Viz. *Operação Condor: o “Mercosul” do terror*. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS. V. XXVIII, n.1, p. 167-182, junho de 2002.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

REMÓND, René. *Por uma história Política*. Trad. Dora Rocha. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. – 21ª ed.- Campinas, SP : Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

RIMA-COMPERJ Petrobras - Concremat Engenharia [online]. 2008 Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/pdf/rima.pdf>>, Acesso em: 02 de março de 2013.

ROCHA, Rita; BIENENSTEIN, Regina; SIQUEIRA, Washington Luiz Cardoso. *Mobilidade urbana e dominância viária em cidades médias: influências do comperj e AMRJ em Maricá-rj-Brasil* In: **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial, EGAL, Año 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/2089/1985/> Acessado em: 27/02/2019 as 13:52 h.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. - Campinas, SP : [s.n.], 1997.

RODRIGUES, José. *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores Associados. 2007.

ROSTOW. Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico* (Um manifesto não-comunista). – 5ª edição – Rio de Janeiro : Zahar, 1974.

RUMMERT, Sônia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação da Classe Trabalhadora Brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. In: Revista Brasileira de Educação, v.18, n 54, jul-set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/11.pdf> acessado em: 11/02/2019 às 18:54 h

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Imperialismo, reversão colonial e revolução na América Latina*. In: CASTELO, Rodrigo. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. – Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 35-56.

SANCHEZ, Fernanda. “Atores, projeto regional e uma nova perspectiva de territorialização frente à chegada do COMPERJ” – Rio de Janeiro – Brasil, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografi aespacial/50.pdf> acessado em: 27/02/2019 as 28:31h.

SANTOS, Ricardo; AVELLAR, Ana Paula Macedo de. *Da criação do conselho nacional do petróleo à política de conteúdo local: a trajetória histórica das políticas para a indústria do petróleo e gás natural no brasil*. In. Anais da IV Conferência Internacional de História Econômica, 2015. Disponível em: [http://www.cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Ricardo\\_Santos%20&%20Ana%20Paula%20Macedo%20de%20Avellar\\_0.pdf](http://www.cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Ricardo_Santos%20&%20Ana%20Paula%20Macedo%20de%20Avellar_0.pdf) acessado em 14/03/19 as 04:06h

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*.- Campinas, SP : Autores Associados, 2008.

SEKI, Allan Kenji; SOUZA, Arthur; EVANGELISTA, Olinda. *A formação docente superior: hegemonia do capital no Brasil*. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 447-467, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. acessado em: 15/03/2019 as 02:24h.

SILVA, Amanda Moreira da. *A precarização do trabalho docente no século XXI: o precarizado professoral e o professorado estável forma sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras*. Tese de Doutorado UFRJ, PPGE- FE, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, Samantha Castro Vieira de. *Pronatec e a (con)formação da classe trabalhadora em tempos neoliberais*. Dissertação Mestrado. UFF, Faculdade de Educação, 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Relatório de auditoria TC-006.981/2014-3*. Brasília. 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Ata da sessão 36/2017 referente à Tomada de Conta Especial*. Brasília. 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). *Institucional*. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/quem-somos/>, acessado em: 04/10/2013, 2013.

\_\_\_\_\_. *Congresso Todos Pela Educação: Agenda de Todos*, prioridade nacional. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=eQFpv3AZPI8>. Acessado em: 04/10/2013 às 10:30 am, 2013 a.

VENTURA, Jaqueline Pereira. *O Planfor e a educação de jovens e adultos trabalhadores: a subalternidade reiterada*. 2001. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo-* a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

WOOD, Ellen Meiksin. *O império do Capital/* trad. Paulo Cezar Castanheira- São Paulo: Boitempo, 2014.

## ANEXOS-

## ANEXO 1 –

**Tabela 7 - Série Histórica do preço do petróleo bruto Brent US\$ (2019- 1999).**

Data	Último	Abertura	Máxima	Mínima	Vol.	Var%
fev/19	65,3	61,03	67,72	60,45	-	5,51%
jan/19	61,89	54,12	63,15	52,51	5,48M	15,04%
dez/18	53,8	59,98	63,73	49,93	4,73M	-8,36%
nov/18	58,71	74,69	74,99	57,5	6,26M	-
out/18	75,47	82,79	86,74	75,09	6,90M	-8,76%
set/18	82,72	77,69	82,87	75,64	4,69M	6,85%
ago/18	77,42	74,07	78,03	70,3	4,73M	4,27%
jul/18	74,25	78,55	79,51	71,19	5,56M	-6,53%
jun/18	79,44	77,71	79,7	72,45	5,97M	2,38%
mai/18	77,59	74,65	80,5	72,38	6,37M	3,22%
abr/18	75,17	69,32	75,47	66,69	6,23M	6,97%
mar/18	70,27	64,57	71,05	63,19	5,34M	6,83%
fev/18	65,78	69	70,02	61,76	5,66M	-4,74%
jan/18	69,05	66,55	71,28	66,24	5,48M	3,26%
dez/17	66,87	62,74	67,1	61,13	4,86M	5,19%
nov/17	63,57	61,07	64,65	60	6,25M	3,58%
out/17	61,37	56,73	61,41	55,06	6,77M	6,66%
set/17	57,54	52,84	59,49	51,99	5,05M	9,85%
ago/17	52,38	52,7	53,64	50	6,33M	-0,51%
jul/17	52,65	48,95	52,92	46,11	5,44M	9,87%
jun/17	47,92	51,17	51,45	44,35	6,85M	-4,75%
mai/17	50,31	51,88	54,67	46,64	7,34M	-2,75%
abr/17	51,73	53,62	56,65	50,45	5,47M	-2,08%
mar/17	52,83	56,45	57,05	49,71	6,24M	-4,96%
fev/17	55,59	55,55	57,45	54,44	5,08M	-0,20%
jan/17	55,7	57,05	58,37	53,58	5,55M	-1,97%
dez/16	56,82	51,72	57,89	51,51	5,16M	12,58%
nov/16	50,47	48,72	50,49	43,57	6,24M	4,49%
out/16	48,3	50,02	53,73	47,98	5,41M	-1,55%
set/16	49,06	46,98	50,14	45,09	5,44M	4,29%
ago/16	47,04	43,11	51,22	41,51	5,62M	10,79%
jul/16	42,46	49,9	50,75	41,8	4,89M	-
jun/16	49,68	49,65	52,86	46,69	5,06M	-0,02%

mai/16	49,69	47,37	50,51	43,33	5,50M	3,24%
abr/16	48,13	40,14	48,5	37,27	5,67M	21,54%
mar/16	39,6	36,6	42,54	35,95	5,29M	10,09%
fev/16	35,97	35,85	37	29,92	6,11M	3,54%
jan/16	34,74	37,85	38,99	27,1	5,13M	-6,81%
dez/15	37,28	44,62	45,18	35,98	4,34M	-16,43%
nov/15	44,61	49,5	50,91	43,15	4,64M	-9,99%
out/15	49,56	48,4	54,05	46,41	4,60M	2,46%
set/15	48,37	52,92	53,47	45,98	4,49M	-10,67%
ago/15	54,15	51,55	54,32	42,23	5,04M	3,72%
jul/15	52,21	63,02	63,35	51,63	4,72M	-17,90%
jun/15	63,59	65,59	66,36	60,94	4,82M	-3,00%
mai/15	65,56	66,78	69,63	61,24	4,28M	-1,83%
abr/15	66,78	55,18	66,93	54	4,36M	21,18%
mar/15	55,11	62,5	62,5	52,5	4,58M	-11,94%
fev/15	62,58	52,68	63	51,41	5,13M	18,10%
jan/15	52,99	58,02	58,54	45,19	5,06M	-7,57%
dez/14	57,33	70,15	73,03	55,81	4,14M	-18,28%
nov/14	70,15	85,85	86,4	69,78	4,42M	-18,30%
out/14	85,86	94,77	96,23	82,6	4,87M	-9,31%
set/14	94,67	102,95	103,3	94,24	3,92M	-8,26%
ago/14	103,19	105,6	106,85	101,07	3,40M	-2,67%
jul/14	106,02	112,5	112,83	104,39	4,16M	-5,64%
jun/14	112,36	109,7	115,71	107,77	3,92M	2,70%
mai/14	109,41	108,08	111,04	106,85	3,57M	1,24%
abr/14	108,07	107,66	110,65	103,95	3,72M	0,29%
mar/14	107,76	109,44	112,39	105,41	3,53M	-1,20%
fev/14	109,07	106,4	110,82	105,4	3,28M	2,51%
jan/14	106,4	111	111,35	105,44	3,92M	-3,97%
dez/13	110,8	109,6	113,02	107,8	3,10M	1,01%
nov/13	109,69	109,05	111,66	102,98	4,18M	0,78%
out/13	108,84	108,38	112	106,27	4,40M	0,43%
set/13	108,37	114	116,56	107,22	3,54M	-4,95%
ago/13	114,01	107,81	117,34	105,85	4,05M	5,86%
jul/13	107,7	101,9	109,72	101,63	4,01M	5,42%
jun/13	102,16	100,15	106,67	99,66	3,89M	1,76%
mai/13	100,39	101,82	105,94	98,76	4,31M	-1,93%
abr/13	102,37	110,15	111,79	96,75	4,68M	-6,95%
mar/13	110,02	110,9	112,23	106,8	3,71M	-1,22%

fev/13	111,38	115,77	119,17	110,87	3,74M	-3,61%
jan/13	115,55	111,5	115,76	109,45	3,83M	4,00%
dez/12	111,11	110,96	112,33	106,63	2,73M	-0,11%
nov/12	111,23	108,49	112,2	104,76	3,97M	2,33%
out/12	108,7	112,34	116,2	106,8	4,26M	-3,28%
set/12	112,39	114,7	117,95	107,1	3,76M	-1,90%
ago/12	114,57	104,4	117,03	104,06	3,87M	9,20%
jul/12	104,92	97,6	108,18	95,3	4,21M	7,28%
jun/12	97,8	101,69	102,45	88,49	4,84M	-4,00%
mai/12	101,87	119,28	120,02	101,27	4,52M	-14,73%
abr/12	119,47	122,94	125,97	116,7	3,80M	-2,78%
mar/12	122,88	123	128,4	120,97	3,79M	0,18%
fev/12	122,66	111,3	125,55	111,02	3,83M	10,52%
jan/12	110,98	108,35	115,12	108,35	3,76M	3,35%
dez/11	107,38	110,75	111,62	102,37	2,67M	-2,84%
nov/11	110,52	109,09	116,48	105,65	4,25M	0,88%
out/11	109,56	102	114,8	99,11	4,03M	6,62%
set/11	102,76	114,85	116,6	101,66	4,08M	-10,53%
ago/11	114,85	117	120,4	98,74	4,94M	-1,62%
jul/11	116,74	111,8	119,87	109,5	3,29M	3,79%
jun/11	112,48	117,07	121,47	102,28	4,72M	-3,64%
mai/11	116,73	126,1	126,54	105,15	4,61M	-7,28%
abr/11	125,89	117,61	127,02	116,75	3,08M	7,27%
mar/11	117,36	111,9	118,5	107,35	3,76M	4,97%
fev/11	111,8	101,01	119,79	97,51	3,68M	10,68%
jan/11	101,01	94,75	101,73	92,37	3,58M	6,61%
dez/10	94,75	85,71	95,2	85,41	2,61M	10,28%
nov/10	85,92	83,13	89,7	82,43	3,58M	3,33%
out/10	83,15	82,21	86,02	80,75	3,50M	1,02%
set/10	82,31	74,46	82,4	74,42	3,24M	10,28%
ago/10	74,64	78,11	82,86	71,75	3,28M	-4,53%
jul/10	78,18	74,65	78,31	70,77	2,92M	4,23%
jun/10	75,01	74,82	79,86	70,5	3,38M	0,48%
mai/10	74,65	87,44	89,58	68,15	3,47M	-14,63%
abr/10	87,44	82,44	87,75	82,22	3,11M	5,73%
mar/10	82,7	77,69	82,82	76,21	3,38M	6,59%
fev/10	77,59	71,35	78,94	67,87	3,29M	8,58%
jan/10	71,46	78,49	82,45	71,02	2,81M	-8,30%
dez/09	77,93	78,42	79,91	71,02	2,46M	-0,69%
nov/09	78,47	75,24	80,14	73,7	2,92M	4,35%

out/09	75,2	68,92	80,26	65,9	2,94M	8,88%
set/09	69,07	69,65	72,2	64,08	2,75M	-0,83%
ago/09	69,65	71,98	76	68,85	2,15M	-2,86%
jul/09	71,7	69,9	72,12	59,49	2,49M	3,46%
jun/09	69,3	65,77	73,5	64,91	2,39M	5,77%
mai/09	65,52	50,7	65,8	49,96	1,95M	28,98%
abr/09	50,8	48,37	54,31	47,26	2,04M	3,19%
mar/09	49,23	45,56	53,86	41,3	2,18M	6,21%
fev/09	46,35	46,06	48,42	39,35	1,93M	1,02%
jan/09	45,88	43,85	52,21	41,6	2,16M	0,64%
dez/08	45,59	53	53	36,2	1,87M	-14,77%
nov/08	53,49	64,3	67,76	47,4	2,12M	-18,11%
out/08	65,32	99,45	100,31	59,02	2,39M	-33,46%
set/08	98,17	115,5	115,56	88,9	2,35M	-13,92%
ago/08	114,05	123,42	127,94	110,31	2,00M	-8,01%
jul/08	123,98	140,44	147,5	120,88	2,14M	-11,34%
jun/08	139,83	127,22	143,91	121,32	2,15M	9,43%
mai/08	127,78	112,74	135,14	108,42	2,34M	14,74%
abr/08	111,36	100,5	117,56	98,99	2,34M	11,03%
mar/08	100,3	100,12	108,02	96,92	2,22M	0,20%
fev/08	100,1	91,5	101,27	86,83	2,23M	8,56%
jan/08	92,21	94,47	98,5	85	2,27M	-1,75%
dez/07	93,85	88,74	95,87	86,56	1,56M	6,33%
nov/07	88,26	90,94	96,65	87,55	2,22M	-2,62%
out/07	90,63	79,25	91,18	75,64	2,11M	14,48%
set/07	79,17	72,69	81,05	72,69	1,79M	8,91%
ago/07	72,69	76,95	77,16	68,14	1,81M	-5,66%
jul/07	77,05	71,22	78,4	70,92	1,59M	7,90%
jun/07	71,41	68,15	72,25	67,61	1,72M	4,95%
mai/07	68,04	67,53	71,8	63,8	2,03M	0,58%
abr/07	67,65	67,91	69,59	64,76	1,49M	-0,66%
mar/07	68,1	61,75	69,14	59,79	1,86M	10,03%
fev/07	61,89	57,16	62,18	56,1	1,77M	7,82%
jan/07	57,4	60,88	61,64	50,75	2,11M	-5,69%
dez/06	60,86	63,8	64,92	60,04	1,16M	-5,29%
nov/06	64,26	58,85	64,77	57,75	1,73M	8,86%
out/06	59,03	62,7	62,82	57,39	1,85M	-5,52%
set/06	62,48	70,42	70,66	59,32	1,51M	-11,06%
ago/06	70,25	75,15	78,65	68,82	1,36M	-6,52%

jul/06	75,15	73,26	78,18	72,11	1,56M	2,23%
jun/06	73,51	70,25	73,69	66,33	1,54M	4,40%
mai/06	70,41	71,98	74,97	67,63	1,56M	-2,24%
abr/06	72,02	66,3	74,79	65,73	1,31M	9,27%
mar/06	65,91	61,95	67,05	59,26	1,41M	6,72%
fev/06	61,76	65,76	67,27	57,9	1,20M	-6,41%
jan/06	65,99	59,35	67,32	59,08	1,38M	11,89%
dez/05	58,98	55	60,4	54,63	1,07M	7,14%
nov/05	55,05	58,07	60,65	53,75	1,17M	-5,25%
out/05	58,1	63,63	63,96	57,05	1,18M	-8,48%
set/05	63,48	66,7	67,88	61	1,26M	-5,28%
ago/05	67,02	59,85	68,89	59,37	1,36M	12,89%
jul/05	59,37	55,7	60,7	55,25	1,17M	6,82%
jun/05	55,58	50,85	59,59	50,85	1,16M	9,56%
mai/05	50,73	51,78	52,43	47,47	1,01M	-0,70%
abr/05	51,09	54,52	57,65	50,35	760,12K	-5,89%
mar/05	54,29	50,08	56,15	49,05	756,77K	8,45%
fev/05	50,06	45,48	50,34	42,46	780,98K	9,02%
jan/05	45,92	39,4	47,35	38,81	716,92K	13,49%
dez/04	40,46	45,35	45,43	37	663,26K	-11,10%
nov/04	45,51	49,2	49,6	40,05	844,44K	-7,08%
out/04	48,98	46,2	51,94	45,8	867,97K	5,61%
set/04	46,38	39,9	46,8	39,7	892,32K	17,09%
ago/04	39,61	39,7	45,15	39,2	878,82K	-1,05%
jul/04	40,03	34,25	40,05	34,18	860,67K	16,03%
jun/04	34,5	37,15	39,12	33,08	1,02M	-5,69%
mai/04	36,58	35,22	38,9	34,95	887,18K	6,09%
abr/04	34,48	32,23	35	29,95	884,49K	9,43%
mar/04	31,51	32,33	33,82	31,15	932,63K	-2,23%
fev/04	32,23	29	32,35	28,44	820,49K	10,45%
jan/04	29,18	29,57	32,12	28,81	890,47K	-3,28%
dez/03	30,17	28,43	31,15	27,76	761,14K	6,05%
nov/03	28,45	27,98	30,52	26,97	856,73K	2,71%
out/03	27,7	27,58	31,5	26,75	901,09K	0,33%
set/03	27,61	29,45	29,55	25,05	889,88K	-6,38%
ago/03	29,49	28,45	30,59	28,02	752,34K	3,95%
jul/03	28,37	28,2	29,6	27,21	847,02K	0,14%
jun/03	28,33	26,7	28,52	25,8	806,24K	7,64%
mai/03	26,32	24	27,01	23,34	824,02K	11,15%
abr/03	23,68	27,56	27,56	23,05	780,43K	-12,88%

mar/03	27,18	32,45	34,55	24	821,99K	- 17,11%
fev/03	32,79	30,89	33,94	30,1	765,23K	5,43%
jan/03	31,1	29,3	31,8	27,85	837,76K	8,51%
dez/02	28,66	25,35	31,02	25,12	675,64K	13,91%
nov/02	25,16	25,77	26,05	22,56	874,18K	-2,18%
out/02	25,72	28,85	29,39	25,05	810,23K	- 10,54%
set/02	28,75	27,4	29,88	26,45	678,86K	4,66%
ago/02	27,47	25,35	27,92	24,65	698,02K	7,98%
jul/02	25,44	25,5	26,66	24,65	751,45K	-0,55%
jun/02	25,58	24,1	25,85	23,22	643,78K	4,62%
mai/02	24,45	26	27,35	23,93	824,16K	-7,63%
abr/02	26,47	26,36	28,15	23,81	817,43K	2,12%
mar/02	25,92	21,35	25,95	21,2	695,11K	21,52%
fev/02	21,33	19,36	21,71	18,8	714,26K	11,21%
jan/02	19,18	19,46	22,4	18,23	705,66K	-3,62%
dez/01	19,9	18,92	20,9	17,7	533,51K	3,97%
nov/01	19,14	20,35	21,65	16,65	769,36K	-6,04%
out/01	20,37	23,2	23,25	20,05	694,94K	- 12,42%
set/01	23,26	26,5	31,05	20,7	879,08K	- 11,93%
ago/01	26,41	25,09	26,79	24,5	610,23K	6,97%
jul/01	24,69	26,3	26,9	23,97	647,02K	-5,33%
jun/01	26,08	29,27	30	24,91	659,46K	- 11,11%
mai/01	29,34	27,62	29,68	27,01	585,37K	5,20%
abr/01	27,89	24,85	28,48	24,1	602,75K	12,73%
mar/01	24,74	25,7	27,25	23,75	620,29K	-3,25%
fev/01	25,57	26,55	30,36	25,5	527,58K	-4,09%
jan/01	26,66	24,4	27,48	24,12	668,16K	11,69%
dez/00	23,87	31,88	32,32	22,9	505,16K	- 25,13%
nov/00	31,88	31,1	34	30,32	545,14K	3,64%
out/00	30,76	30,2	35,3	29,42	564,92K	3,08%
set/00	29,84	31,65	34,98	29,25	711,95K	-5,93%
ago/00	31,72	26,8	32,8	26,73	567,68K	17,79%
jul/00	26,93	30,65	31,25	26,65	658,69K	- 11,91%
jun/00	30,57	28,4	31,7	27,58	660,73K	7,98%
mai/00	28,31	24,1	29,52	24,05	605,29K	18,50%
abr/00	23,89	25	25,22	21,3	520,32K	-3,55%
mar/00	24,77	28	31,95	24,25	672,62K	- 11,82%
fev/00	28,09	26,1	28,78	25,73	616,54K	8,16%

jan/00	25,97	23,9	27,11	23,04	644,18K	3,55%
dez/99	25,08	24,25	26,15	23,2	488,57K	6,09%
nov/99	23,64	21,85	25,9	21,74	608,48K	8,99%
out/99	21,69	23,72	23,85	20,2	668,64K	-8,02%
set/99	23,58	21,2	24,3	20,74	575,78K	10,55%
ago/99	21,33	19,28	21,42	19,2	561,77K	10,12%
jul/99	19,37	17,55	19,95	17,42	573,63K	10,62%
jun/99	17,51	14,95	17,52	14,53	566,49K	15,20%
mai/99	15,2	16,7	17,09	14,91	594,22K	-8,27%
abr/99	16,57	14,7	16,68	14	554,69K	8,73%
mar/99	15,24	10,93	15,28	10,63	679,41K	40,07%
fev/99	10,88	11,41	11,45	9,9	469,35K	-4,14%
jan/99	11,35	10,93	12,33	10,42	522,16K	7,79%

(A)	(B)	(A)-(B): 137,60	Média: 63,02	Var%: 520,13
Alta: 147,50	Baixa: 9,90			

Tabela organizada pelo autor a partir de dados disponíveis em: <http://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data> acessado em: 26/02/16 às 7:30 h.

## ANEXO 2-

**Tabela 8 - Distribuição percentual do volume total de recursos gerados por Empresa Petrolífera até o 3º trimestre de 2018 na Geração de Recursos PD&I da Agência Nacional do Petróleo (ANP)**

Distribuição percentual do volume total de recursos gerados por Empresa Petrolífera até o 3º trimestre de 2018.	
Empresa	Valor %
PETROBRAS	91,0%
SHELL	4,4%
REPSOL	1,3%
PETROGAL	1,3%
EQUINOR	0,7%
SINOCHEM	0,5%
QUEIROZ GALVÃO	0,2%
CHEVRON	0,2%
PGN	0,1%
Demais Empresas *	0,3%
* Empresas com valor individual inferior a 0,1%	

Fonte: Sigepe, SPG/ANP e SPD/ANP.

Extraído de <http://www.anp.gov.br/pesquisa-desenvolvimento-e-inovacao/investimentos-em-p-d-i/recursos-financeiros-das-clausulas-de-investimentos-em-p-d-i> acessado em: 26/02/2019 as 19:24h.

## ANEXO 3-

**Quadro 5- Consórcios e empresas segundo as etapas e unidades produtivas no COMPERJ/RJ até 2012**

Contrato	Empresas Participantes
Consórcio de Terraplanagem do COMPERJ (CTC)	Odebrecht Andrade Gutierrez Queiroz Galvão
Unidade de Hidrocraqueamento (HCC)	Alusa Engenharia Ltda
Unidade de Destilação Atmosférica e à Vácuo (UDAV)	Skanska Promon Engevix
Unidade de Coqueamento Retardado (UCR)	Techint Engenharia e Construção Andrade Gutierrez
Unidades de Hidrotratamento de Destilados Médios e de Querosene de Avião	IESA Óleo e Gás Queiroz Galvão Galvão Engenharia
Unidade de Hidrotratamento de Nafta (UHN)	Odebrecht Engenharia Projectus Consultoria Ltda TKK Engenharia Ltda
Unidades de Tratamento de Gás Combustível com Amina, de Recuperação de Enxofre, de Tratamento de Gás Residual, de Oxidação de Amônia, de Pastilhamento e Armazenamento de Enxofre	Odebrecht Engenharia Projectus Consultoria Ltda TKK Engenharia Ltda
Unidades de Tratamento Cáustico Regenerativo de GLP, de Tratamento de Águas Ácidas	Contreras Engenharia e Construções Ltda Engecampo Engenharia Ltda Potencial Engenharia S.A.
Estruturas de Interligação do Complexo	Odebrecht Engenharia Mendes Júnior UTC
Construção dos Tanques de Armazenamento	Alusa Engenharia Ltda MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.
Sistema de Combate a Incêndio	Santa Bárbara Engenharia S.A.

Extraído de: (ALMEIDA, 2016)

## ANEXO 4:

**Quadro 6 - Portarias SETEC/MEC autorizativas de Recursos para o Sistema S e total de valores (2018-2011)**

Portaria SETEC/MEC (Nº-data)	SNA	Valor
16 11/04/2018	SENAI	R\$ 44.136.675,79
16 11/04/2018	SENAT	R\$ 10.239.654,00

16	11/04/2018	SENAC	R\$	64.493.455,22
18	03/05/2018	SENAR	R\$	4.945.750,00
<b>TOTAL ANO</b>			R\$	123.815.535,01
<b>2017</b>				
5	06/03/17	SENAC	R\$	27.000.000,00
5	06/03/17	SENAI	R\$	30.000.000,00
49	27/10/17	SENAR	R\$	2.368.000,00
54	27/11/2017	SENAR	R\$	8.100.000,00
<b>TOTAL ANO</b>			R\$	67.468.000,00
<b>2016</b>				
2	7/01/2016	SENAR	R\$	3.000.000,00
2	7/01/2016	SENAT	R\$	3.000.000,00
2	7/01/2016	SENAI	R\$	72.500.000,00
6	02/02/16	SENAI	R\$	111.500.000,00
10	14/04/2016	SENAC	R\$	55.000.000,00
18	11/05/2016	SENAR	R\$	10.668.715,00
18	11/05/2016	SENAR	R\$	10.311.285,00
32	16/08/2016	SENAI	R\$	160.000.000,00
35	14/09/2016	SENAR	R\$	14.000.000,00
35	14/09/2016	SENAC	R\$	28.000.000,00
35	14/09/2016	SENAI	R\$	40.000.000,00
36	06/10/2016	SENAR	R\$	7.000.000,00
36	06/10/2016	SENAC	R\$	27.000.000,00
36	06/10/2016	SENAI	R\$	37.000.000,00
39	8/11/2016	SENAC	R\$	27.000.000,00
39	8/11/2016	SENAI	R\$	41.000.000,00
<b>TOTAL ANO</b>			R\$	646.980.000,00
<b>2015</b>				
1	11/02/2015	SENAC	R\$	85.000.000,00
1	11/02/2015	SENAI	R\$	95.000.000,00
1	11/02/2015	SENAR	R\$	7.000.000,00
4	01/04/2015	SENAC	R\$	100.000.000,00
4	01/04/2015	SENAR	R\$	11.393.229,20
4	01/04/2015	SENAT	R\$	20.000.000,00
6	09/04/2015	SENAI	R\$	100.000.000,00
7	27/04/2015	SENAI	R\$	100.000.000,00
10	04/05/2015	SENAC	R\$	45.000.000,00
10	04/05/2015	SENAR	R\$	6.000.000,00
10	04/05/2015	SENAT	R\$	6.000.000,00

15	08/06/2015	SENAC	R\$	70.000.000,00
15	08/06/2015	SENAI	R\$	110.000.000,00
16	22/06/2015	SENAC	R\$	30.000.000,00
22	09/07/2015	SENAI	R\$	100.000.000,00
22	09/07/2015	SENAR	R\$	4.000.000,00
22	09/07/2015	SENAT	R\$	4.000.000,00
27	20/08/2015	SENAI	R\$	30.000.000,00
30	02/09/2015	SENAI	R\$	50.000.000,00
30	02/09/2015	SENAC	R\$	50.000.000,00
34	13/10/2015	SENAR	R\$	10.000.000,00
36	26/10/2015	SENAI	R\$	80.000.000,00
36	26/10/2015	SENAC	R\$	40.000.000,00
38	09/11/2015	SENAI	R\$	100.000.000,00
38	09/11/2015	SENAC	R\$	10.000.000,00
50	31/12/2015	SENAI	R\$	58.000.000,00
<b>TOTAL ANO</b>			R\$	1.321.393.229,20
<b>2014</b>				
02	29/01/2014	SENAC	R\$	305.214.560,00
02	29/01/2014	SENAI	R\$	567.506.100,00
02	29/01/2014	SENAR	R\$	10.873.410,00
02	29/01/2014	SENAT	R\$	16.362.390,00
06	29/04/2014	SENAC	R\$	220.250.640,00
06	29/04/2014	SENAI	R\$	315.643.230,00
06	29/04/2014	SENAR	R\$	12.938.400,00
06	29/04/2014	SENAT	R\$	52.899.100,00
25	30/07/2014	SENAI	R\$	215.754.472,00
25	30/07/2014	SENAC	R\$	134.671.830,00
25	30/07/2014	SENAR	R\$	46.401.720,00
25	30/07/2014	SENAT	R\$	51.692.300,00
54	15/10/2014	SENAI	R\$	150.000.000,00
54	15/10/2014	SENAC	R\$	50.000.000,00
57	31/10/2014	SENAI	R\$	135.000.000,00
60	04/12/2014	SENAI	R\$	120.000.000,00
<b>TOTAL ANO</b>			R\$	2.405.208.152,00
<b>2013</b>				
11	27/03/2013	SENAC	R\$	148.436.790,00
11	27/03/2013	SENAI	R\$	229.317.640,00
11	27/03/2013	SENAR	R\$	9.598.770,00
11	27/03/2013	SENAT	R\$	17.011.710,00

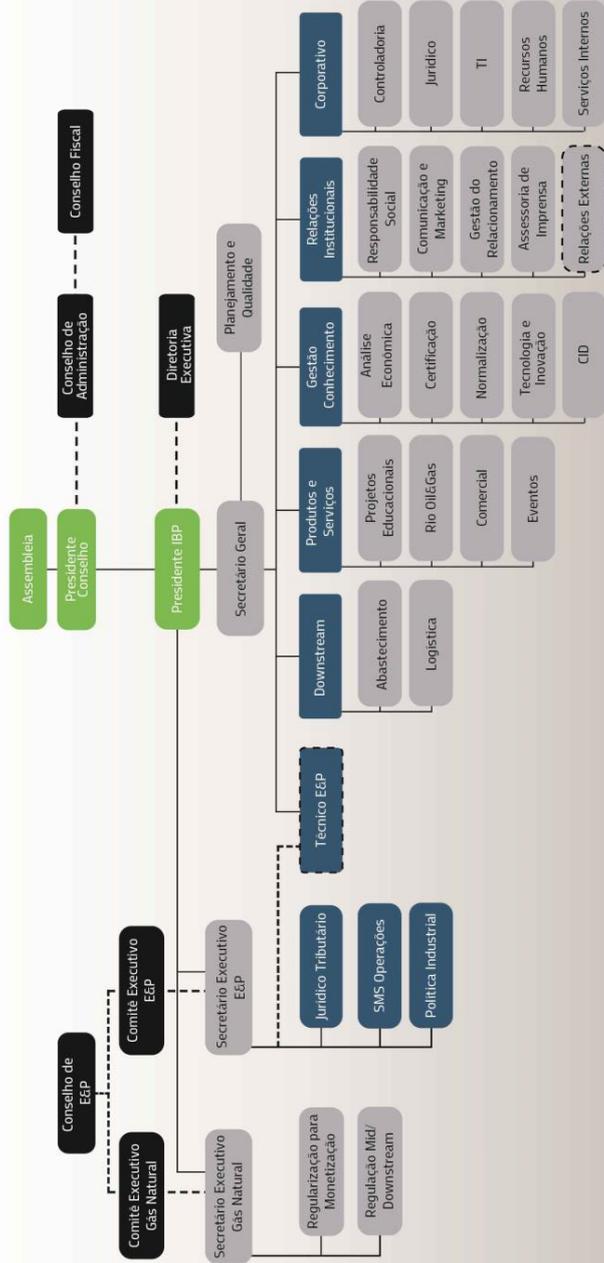
15	09/05/2013	SENAC	R\$	253.659.970,00
15	09/05/2013	SENAI	R\$	391.815.420,00
15	09/05/2013	SENAR	R\$	16.423.420,00
15	09/05/2013	SENAT	R\$	30.110.550,00
25	30/08/2013	SENAT	R\$	70.000.000,00
28	08/10/2013	SENAC	R\$	200.000.000,00
28	08/10/2013	SENAI	R\$	350.000.000,00
28	08/10/2013	SENAR	R\$	25.000.000,00
43	12/12/2013	SENAI	R\$	240.000.000,00
43	12/12/2013	SENAC	R\$	150.000.000,00
43	12/12/2013	SENAR	R\$	6.000.000,00
43	12/12/2013	SENAT	R\$	10.000.000,00
<b>TOTAL ANO</b>			R\$	2.147.374.270,00
<b>2012</b>				
19	20/06/2012	SENAR	R\$	23.637.600,00
20	26/06/2012	SENAR	R\$	23.637.600,00
26	06/08/2012	SENAT	R\$	11.030.200,00
29	22/08/2012	SENAI	R\$	563.716.660,00
30	05/09/2012	SENAC	R\$	214.115.540,00
41	05/12/2012	SENAR	R\$	14.652.700,00
41	05/12/2012	SENAT	R\$	1.500.000,00
41	05/12/2012	SENAI	R\$	118.192.160,00
41	05/12/2012	SENAC	R\$	70.000.000,00
<b>TOTAL ANO</b>			R\$	1.040.482.460,00
<b>2011</b>				
324	28/11/2011	SENAC	R\$	165.488.387,00
324	28/11/2011	SENAI	R\$	251.035.022,00
328	16/12/2011	SENAC	R\$	16.320.000,00
329	28/12/2011	SENAI	R\$	21.288.225,65
331	28/12/2011	SENAI	R\$	4.312.295,15
<b>TOTAL ANO</b>			R\$	458.443.929,80

Fonte: Portarias SETEC/MEC. Quadro organizado pelo autor.

ANEXO 5-

*Figura 10- Organograma da Estrutura Organizacional do IBP:*

# Estrutura Organizacional do IBP



## ANEXO 6 –

**Tabela 9 - Evolução dos investimentos realizados no programa de recursos humanos para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis – PRH-ANP – 2000-2016**

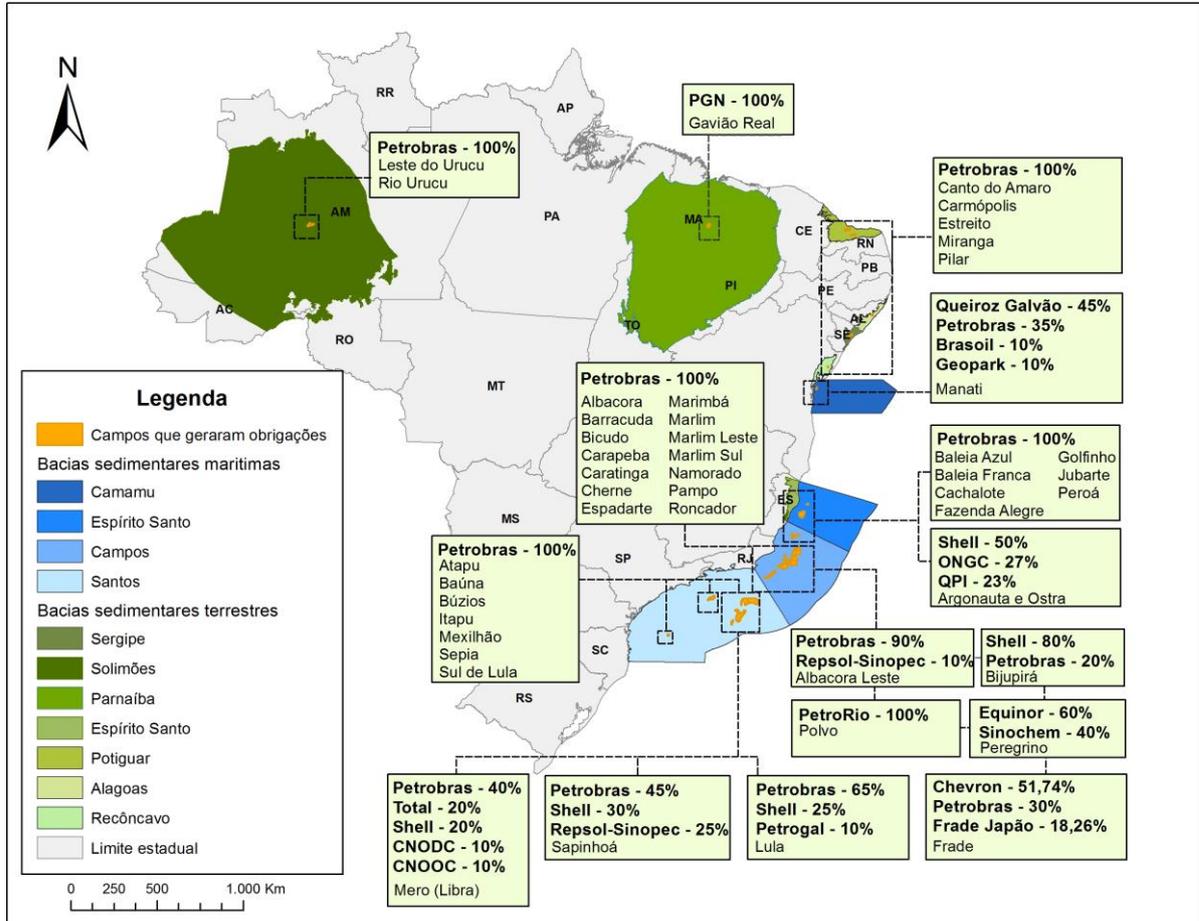
Origem e Destino dos Recursos	Investimentos realizados no PRH-ANP (mil R\$)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Total</b>	<b>8.325</b>	<b>16.444</b>	<b>18.719</b>	<b>12.028</b>	<b>22.894</b>	<b>15.000</b>	<b>24.000</b>	<b>27.000</b>	<b>19.400</b>	<b>26.123</b>	<b>29.176</b>	<b>30.018</b>	<b>20.000</b>	<b>69.811</b>	<b>32.076</b>	<b>7.000</b>	<b>2.168</b>
<b>Origem dos Recursos</b>																	
CT Petro <sup>1</sup>	8.325	13.031	18.076	11.154	22.477	15.000	24.000	27.000	19.400	20.000	20.500	-	20.000	30.000	-	7.000	-
ANP	-	3.413	643	874	417	-	-	-	-	6.123	8.676	30.018	-	39.811	32.076	-	2.168
<b>Destino dos Recursos</b>																	
PRH-ANP/MCT Nível Superior	8.325	13.031	18.076	11.154	22.477	15.000	24.000	27.000	19.400	26.123	29.176	30.018	20.000	69.811	32.076	7.000	2.168
PRH-ANP/MEC Nível Técnico	-	3.412,7	643,4	873,8	417	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: ANP/CTC Adaptado pelo autor

<sup>1</sup>Fundo setorial de Petróleo e gás natural

ANEXO 7

*Figura 11- Mapa das 18 empresas petrolíferas com participação em campo de exploração de Petróleo com participação em Receitas de PD&I.*



## ANEXO 8 –

*Quadro 7- Instituições contempladas no Edital 01/2018 da PHR/ANP.*

<b>Processo</b>	<b>Universidade</b>	<b>Soma de Nota Final</b>
48610.201040/2019-33	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	9,6
48610.200563/2019-62	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	9,6
48610.200779/2019-28	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	9,6
48610.200858/2019-39	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	9,6
48610.200784/2019-31	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	9,4
48610.200790/2019-98	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	9,3
48610.200770/2019-17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	9,3
48610.200787/2019-74	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	9,1
48610.201034/2019-86	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	9
48610.200993/2019-84	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	9
48610.200403/2019-13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	9
48610.200693/2019-03	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	9
48610.200762/2019-71	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	9
48610.200780/2019-52	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	8,9
48610.201143/2019-01	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	8,9
48610.201020/2019-62	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	8,9
48610.201025/2019-95	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	8,9
48610.201044/2019-11	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	8,8
48610.200800/2019-95	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	8,8
48610.200898/2019-81	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	8,8
48610.200778/2019-83	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	8,8
48610.201021/2019-15	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	8,8
48610.200924/2019-71	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	8,8
48610.201043/2019-77	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	8,7
48610.201364/2019-71	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	8,7
48610.201858/2019-56	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, CENTRO INTEGRADO DE MANUFATURA E TECNOLOGIA - CIMATEC	8,6
48610.200794/2019-76	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	8,6
48610.201033/2019-31	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	8,6
48610.200782/2019-41	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	8,6
48610.201023/2019-04	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	8,6
48610.201075/2019-72	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	8,6
48610.200939/2019-39	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	8,5
48610.200793/2019-21	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	8,5
48610.200781/2019-05	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	8,5
48610.200875/2019-76	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	8,5

48610.206218/2018-51	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	8,5
48610.201090/2019-11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	8,5
48610.200789/2019-63	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	8,4
48610.200756/2019-13	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	8,4
48610.200774/2019-03	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	8,4
48610.201028/2019-29	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	8,4
48610.200580/2019-08	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	8,4
48610.200946/2019-31	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	8,3
48610.201951/2019-61	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	8,3
48610.201050/2019-79	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	8,3
48610.200767/2019-01	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	8,2
48610.201370/2019-29	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	8,2
48610.201019/2019-38	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	8,2
48610.200785/2019-85	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	8,2
48610.201014/2019-13	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	8,2
48610.201153/2019-39	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	8,2
48610.200844/2019-15	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	8,1
48610.200831/2019-46	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	8,1
48610.200775/2019-40	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	8,1
48610.200922/2019-81	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	8,1

## ANEXO 9-

*Quadro 8- Principais profissões requeridas pela indústria de petróleo, gás e biocombustíveis.*

Área	Fundamental	Médio/Técnico	Superior
<b>Automação e Instrumentação</b>	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instrumentista de Sistemas.</li> <li>Instrumentista Montador.</li> <li>Instrumentista Reparador.</li> <li>Turbo máquina com ênfase em Instrumentação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenheiro de Automação e Instrumentação</li> </ul>
<b>Eletricidade</b>	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eletricista de Força e Controle.</li> <li>Eletricista Montador</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenheiro Eletricista</li> </ul>
<b>Logística</b>	-	Assistente de logística	-

<b>Movimentação de Cargas</b>	Auxiliar de movimentação de cargas	Operador de Movimentação de Cargas.	-
<b>Pintura e revestimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Isolador.</li> <li>• Jatista.</li> <li>• Pintor Industrial</li> <li>• Revestidor</li> </ul>	-	-
<b>QSMS<sup>91</sup></b>	-	Técnico de Segurança do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analista de Risco ambiental.</li> <li>• Engenheiro de Qualidade</li> </ul>
<b>Desenho de Projeto</b>	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenhista</li> <li>• Projetista.</li> <li>• Projetista</li> </ul>	-
<b>Infraestrutura</b>	-	-	Engenheiro Naval.
<b>Metal- Mecânica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acoplador.</li> <li>• Caldeireiro</li> <li>• Curvador</li> <li>• Encanador Industrial</li> <li>• Lixador.</li> <li>• Maçariqueiro</li> <li>• Mecânico Ajustador</li> <li>• Mecanico Montador <ul style="list-style-type: none"> <li>• Montador</li> <li>• Montador de Andaime</li> <li>• Soldador</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aperfeiçoamento de Mecânica Aplicada a Petróleo e Gás.</li> <li>• Turbomáquina com ênfase em Mecânica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenheiro de Tubulação</li> </ul>
<b>Operação de Exploração e Produção</b>	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plataformista de Sondas.</li> <li>• Sondador</li> <li>• Torrista</li> </ul>	-
<b>Planejamento e Controle</b>	-	-	Engenheiro de Planejamento
<b>Química</b>			Especialista em Fluídos de Perfuração,

<sup>91</sup> QSMS- Qualidade, Segurança, Meio ambiente e Saúde.

			Completação e Estimulação.
--	--	--	----------------------------

ANEXO 10

*Figura 12 – Mapa do Centro de Integração do COMPERJ.*

